

ARCO-ÍRIS EM DISPUTA:

**A 'Parada da Diversidade' de Florianópolis
entre políticas, sujeitos e cidadanias.**

GLAUCO FERREIRA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

GLAUCO B. FERREIRA

**ARCO-ÍRIS EM DISPUTA:
A “Parada da Diversidade” de Florianópolis
entre políticas, sujeitos e cidadanias.**

Florianópolis, SC

2012.
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
ANTROPOLOGIA SOCIAL - MESTRADO EM
ANTROPOLOGIA SOCIAL

GLAUCO B. FERREIRA

ARCO-ÍRIS EM DISPUTA:
A “Parada da Diversidade” de Florianópolis
entre políticas, sujeitos e cidadanias.

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Antropologia Social.

Orientadora: Dra. Sônia Weidner Maluf

Banca Examinadora:

Dra. Sônia Weidner Maluf (Orientadora - PPGAS/UFSC)
Dra. Carmen Suzana Tornquist (DCH-FAED/UDESC)
Dra. Vânia Zikán Cardoso (PPGAS/UFSC)
Dr. Theophilos Rifiotis (PPGAS/UFSC)
Dr. Scott Correll Head (Suplente - PPGAS/UFSC)

Florianópolis, SC
Fevereiro de 2012.

Catologação na fonte pela Biblioteca Universitária
da
Universidade Federal de Santa Catarina

F383a Ferreira, Glauco B.

Arco-íris em disputa [dissertação] : a 'Parada da Diversidade' de Florianópolis entre políticas, sujeitos e cidadanias / Glauco B. Ferreira ; orientadora, Sônia Weidner Maluf. - Florianópolis, SC, 2012.
120 p.: il.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social.

Inclui referências

1. Antropologia. 2. Antropologia social. 3. Homossexuais - Florianópolis (SC) - Paradas. 4. Homossexuais - Florianópolis (SC) - Políticas públicas. 5. Homossexuais - Atitudes. 6. Homossexuais - Direitos civis - Cidadania. I. Maluf, Sonia Weidner. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. III. Título.

CDU 391/397

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
ANTROPOLOGIA SOCIAL

**Arco-Íris em Disputa:
A “Parada da Diversidade” de Florianópolis
entre políticas, sujeitos e cidadanias”**

GLAUCO BATISTA FERREIRA
Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Sonia Weidner Maluf

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Antropologia Social, aprovada pela Banca composta pelos seguintes professores (as):



Prof. Dr. Scott Correl Head (PPGAS/UFSC)



Prof^ª Dr^ª. Carmen Suzana Tomquist (UDESC/SC)



Prof. Dr. Theophilos Riffiotis (PPGAS/UFSC)



Prof^ª. Dr^ª. Vânia Zikán Cardoso (PPGAS/UFSC)

Prof^ª. Dra. Antonella Maria Imperatriz Tassinari (coordenadora do PPGAS)

Florianópolis, 22 de Fevereiro de 2012.

Dedico este trabalho aos meus avôs Dja e Manoel (In Memoriam) e aos meus pais, minha irmã e minha tia, por acreditarem em mim. Pelo amor e carinho imensos, pela constância e suporte em todas as horas. Sem eles nada seria possível.

AGRADECIMENTOS

Como não poderia deixar de ser, uma dissertação nunca é realizada somente por aquele que assina como autor do trabalho, mas sim como fruto de uma série de vivências pessoais, aprendizagens e outros tipos de contatos com as mais variadas pessoas ao longo do mestrado, que cruzam nosso caminho e influenciam o pesquisador e os escritos resultantes dessa experiência, se tornando um pouco, em certo sentido, também “autores” do trabalho.

Assim, gostaria de agradecer em primeiro lugar, aos meus “sujeitos de pesquisa”, digamos assim, sem os quais esta não teria sido possível. Aos integrantes dos grupos ativistas (Roma e Gozze, principalmente) e também da AEGLBT/SC, que permitiram que eu realizasse a pesquisa, partilhando um pouco de suas histórias, cotidianos, posições políticas, atividades e intervenções no contexto da Parada da Diversidade, ao longo dos dois anos nos quais estive em campo, entre 2009 e 2010. A interação com estas pessoas e seus grupos possibilitou a materialização deste trabalho, antes e depois de realizada a pesquisa.

À minha orientadora, Sônia W. Maluf, sem a qual este trabalho, sem dúvida, também não existiria. Agradeço a toda a paciência, a atenção, aos encontros, às conversas que fizeram com que eu conseguisse abordar os temas diversos presentes aqui. Os *insights*, orientações, e observações certeiras e as entusiasmantes exposições em sala de aula que fizeram com que eu me envolvesse ainda mais no campo da antropologia. Ela fez com que eu seguisse em frente com a escrita, com o incentivo que fez toda a diferença para que eu pudesse concluir este trabalho.

Aos professores com os quais tive disciplinas: Vânia Z. Cardoso, Oscar Calavia Saez, Jean Langdon, Paulo Raposo, Maria Regina Lisbôa, Miriam Pillar Grossi, Antonella Tassinari, docentes do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSC, pelas aulas, referências,

orientações, conversas e trocas imprescindíveis que permitiram que eu aprofundasse meus estudos no campo antropológico ao longo do mestrado. Neste contexto, agradeço ao CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), pelo financiamento ao longo do curso, por meio da bolsa de pesquisa da qual fui beneficiário por 24 meses.

Agradeço também ao professores James N. Green, da Brown University (EUA), Theophilos Rifiotis Vânia Z. Cardoso pelas contribuições inestimáveis na banca de qualificação do projeto através do qual se desenvolveu este trabalho. Agradeço especialmente aos professores Vânia Z. Cardoso, Theophilos Rifiotis Carmen Suzana Tornquist e Scott Correll Head, por aceitarem compor a banca examinadora.

Agradeço também às trocas, conversas, cafés, festas e a convivência gratificante compartilhada com minha turma de mestrado e com os demais colegas estudantes do PPGAS/UFSC, pelos momentos imprescindíveis de descontração e aprendizagem durante o curso. Aos colegas do Transes – Núcleo de Antropologia do Contemporâneo, pelos debates, palestras, eventos, referências e outras atividades compartilhadas. Às funcionárias do PPGAS, Karla Knierim e Adriana Fiori, sempre simpáticas e prestativas, auxiliando nos trâmites administrativos que nem sempre parecem fáceis.

Aos meus familiares, especialmente minha mãe, Furtuosa M. C. Batista, meu pai, Aloisio Ferreira de Farias, e minha irmã, Ligia Ferreira, pelo convívio e suporte, garantindo que eu chegasse até aqui. Agradeço especialmente ao meu avô, avó e tia paternos: Manoel Ferreira (*in memoriam*), Djanira Ferreira (*in memoriam*) e Márcia de Farias, que me incentivaram sempre, em tudo aquilo que eu me propunha a fazer. Ao meu companheiro, Carlos Eduardo Henning, pelo companheirismo, amizade e carinho em todas as horas, e pelas trocas contínuas que sempre fazem parte da nossa vida, seja academicamente ou em outros âmbitos. Agradeço também à Betty, que esteve comigo nos momentos finais da escrita!

Um agradecimento especial à todas as pessoas que participam da Parada da Diversidade, que fazem com que ela realmente aconteça e ajudam assim a materializar as mudanças e conquistas que tanto queremos no contexto dos direitos para a população LGBT no Brasil. A todos aqueles que por desventura não mencionei e que mereciam todos os agradecimentos possíveis!

RESUMO

FERREIRA, Glauco. **Arco-Íris em Disputa: A “Parada da Diversidade” de Florianópolis entre políticas, sujeitos e cidadanias.** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, UFSC. Florianópolis - SC, 2012.

Baseando-se na análise de discursos e de práticas sociais, esta dissertação procura apresentar uma visão contingente a respeito das performances que constituem a “Parada da Diversidade”, evento festivo e político de comemoração e luta da população LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros) na cidade de Florianópolis, de modo a apreender e debater a partir deste contexto as concepções ali elaboradas sobre sujeitos e direitos LGBT. A partir da constatação de que a Parada é organizada por uma associação de empresários, agrupados em torno da AEGLBT/SC (Associação de Empreendedores GLBT de Santa Catarina), notou-se a existência de disputas que ocorriam entre estes organizadores e alguns ativistas e grupos do movimento LGBT local. Deste modo, o trabalho buscou abordar a Parada enquanto contexto permeado por estas disputas: fossem estas sobre quais são os sujeitos ali representados ou sobre táticas legítimas que permeavam os modos de ação e fazer políticos para obtenção de direitos para estes indivíduos, tratando de discutir assim os tênues limites entre a festa e a política em um evento deste tipo. Neste sentido, aponta-se para a pertinência de analisarmos os diferentes sentidos que frases e declarações a respeito de sujeitos LGBT e seus direitos ganham em instâncias discursivas distintas, influenciando narrativas, interpretações e experiências, assim como as diferentes

avaliações a respeito da Parada. Aí se articulam noções sobre a “eficácia” do evento, seja esta em termos políticos, mercadológicos ou simbólicos. As discussões sobre estes sujeitos LGBT e sobre seus direitos, que se referenciam ao mesmo tempo em que, paradoxalmente, expandem as concepções modernas acerca da cidadania, são tomadas como questões que atravessam este trabalho. A pesquisa foi realizada através de uma abordagem etnográfica em que os métodos e técnicas de observação-participante e as conversas informais tiveram papel importante, tendo aí como foco o contexto de preparação e realização da Parada, de modo a detectar as histórias em torno de seu surgimento e as relações entre agentes aí envolvidos.

Palavras-chaves: Paradas do Orgulho LGBT no Brasil; Performances e ações políticas; Sujeitos e identidades LGBT; Direitos e cidadania LGBT no Brasil

ABSTRACT

FERREIRA, Glauco. Arco-Íris em Disputa: A “Parada da Diversidade” de Florianópolis entre políticas, sujeitos e cidadanias. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, UFSC. Florianópolis - SC, 2012.

Based on the analysis of discourses and social practices, this dissertation seeks to present an overview about the performances that constitute the local event "*Parada da Diversidade*" (Diversity Parade), an LGBT (Lesbians, Gays, Bisexuals and Transgender people) Pride Parade in the city of Florianópolis, in the south of Brazil. In this discussion we seek to debate related concepts about LGBT individuals and their rights, present in this festive and political context. At the beginning of the observation we found that the Parade is organized by an association of entrepreneurs, grouped around the AEGLBT/SC (Gays, Lesbians, Bisexual and Transgender Association of Entrepreneurs of Santa Catarina - Brazil), and, at the same time, we notice the existence of disputes that were taking place between these entrepreneurs and some activists and groups of the local LGBT movement. Thus, this study attempts to analyze the Parade as a context in which these disputes are materialized: these were disputes about which LGBT individuals are represented at the event and about what tactics were presented as means of political action to achieve rights for these individuals. In this way we are trying to address and discuss the tenuous boundaries between the festive and politics aspects of such event. In this sense, the study points to the relevance of analyzing the different senses that phrases and statements regarding LGBT individuals and their rights gain in distinct discursive instances, influencing narratives, interpretations and experiences, as well as different assessments about

the Parade. In that context, the local interpretations that arise, were there articulating notions on the "effectiveness" of the event, setting various notions about what is this "effectiveness", when it is there interpreted in terms of its political, symbolic or in business senses. The discussions on these LGBT individuals and about their rights, which refers to, and, at the same time, is helping to expand the modern conceptions of citizenship in a paradoxical way, are taken here as matters that go throughout this work. The research was conducted through an ethnographic approach in which the methods and techniques of participant observation and informal conversations played an important role altogether, since when this approach focuses on the context of preparation and execution of the LGBT Pride Parade, in order to map the stories around its emergence as event, and, at the same time, is paying attention to the relations between agents involved in that context.

Keywords: LGBT Pride Parades in Brazil; Performances and political acts; LGBT Individuals and identities; LGBT Rights and Citizenship in Brazil.

*“Quem és? Perguntei ao desejo.
Respondeu: lava. Depois pó. Depois nada.”*

(Hilda Hilst, “Do Desejo”, 2001.)

“Cavaram um buraco bem fundo e tentaram enterrar todos os meus desejos, um a um, como fizeram com os deles. (...) Insisto na caminhada. O que não dá é pra ficar parado. Se amanhã o que eu sonhei não for bem aquilo, eu tiro um arco-íris da cartola. E refaço. Colo. Pinto e bordo. Porque a força de dentro é maior. Maior que todo mal que existe no mundo. Maior que todos os ventos contrários.”

*"E têm o seguinte, meus senhores: não vamos enlouquecer, nem nos matar, nem desistir.
Pelo contrário: vamos ficar ótimos e incomodar bastante ainda."*

(Caio Fernando Abreu, atribuído.)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	01
1. Tomando a Parada da Diversidade como objeto da pesquisa.....	03
2. Constituição do objeto em um trabalho de campo multi-situado.....	06
3. Familiaridade, posicionalidade e questões éticas em contextos da pesquisa.....	12
4. Abordagens temáticas ao longo do trabalho.....	22
PRIMEIRO CAPÍTULO	
HISTÓRIAS EM TORNO DA PARADA DA DIVERSIDADE	27
1. Sexualidades, movimentos e o surgimento das Paradas.....	30
2. As Paradas no Brasil: breve histórico.....	34
3. Grupos do Movimento LGBT: suas histórias, práticas e discursos.....	41
3.1 As ONGs ADEH Nostro Mundo Nosso e o Instituto Arco-Íris.....	42
3.2 Grupos Roma e Gozze: Surgimento de novos grupos entre 2009 e 2010.....	49
3.3 Modos de ação política, institucionalização e ONGs, projetos e relações com governos.....	54
4. Empresariado GLS, consumo, turismo e a AEGLBT/SC.....	64
4.1 Do Gueto ao Mercado.....	66
4.2 Empreendimentos vinculados à AEGLBT/SC.....	74
4.3 A Constituição da AEGLBT/SC.....	81
4.4 O Carnaval, a Parada e o turismo GLS/GLBT em Florianópolis.....	87
5. Passeatas de comemoração do dia do Orgulho LGBT e a “Parada da Diversidade” em 2006/2008.....	92
SEGUNDO CAPÍTULO	
AGENCIAMENTOS E CONFLITOS: PREPARAÇÃO E REALIZAÇÃO DA PARADA	108
1. Relações entre empresariado GLS e ativismo LGBT na Parada da Diversidade.....	109
1.1 Considerações do ativismo LGBT sobre o empresariado GLS/GLBT.....	111
1.2 Impressões do empresariado GLS sobre o ativismo LGBT em Florianópolis.....	114
2. As Semanas da Diversidade.....	119
2.1 A Semana da Diversidade da AEGLBT/SC em 2009.....	120
2.1.1 O Debate sobre “Família e os filhos homossexuais”.....	132
2.2 A Semana da Diversidade organizada pelos grupos Roma e Gozze em 2010.....	140
2.2.1 Violências contra LGBT e as polêmicas sobre as dimensões do “político”.....	151
2.2.2 Panfletagens ao longo da semana e a preparação da performance para a Parada.....	155
3. Impressões Etnográficas: configurações em duas edições da Parada.....	159
3.1 A Parada ao longo da Avenida.....	173

TERCEIRO CAPÍTULO	
POLÍTICAS, SUJEITOS E DIREITOS NA PARADA DA DIVERSIDADE.....	183
I. Campos, espaços, performances e política.....	184
1.1 A perspectiva do movimento: A Parada como ato político.....	184
1.2 A Parada enquanto evento turístico vinculado ao empresariado GLS/GLBT.....	186
1.3 Dois campos em disputa: legitimidade poder e representatividade.....	189
1.4 Avenida Beira-Mar Norte como paisagem de poder.....	193
1.5 Parada como performance festiva e política.....	198
2. Sujeitos, Direitos e cidadania LGBT na Parada da Diversidade.....	208
2.1 Hierarquia, igualdade e segmentação rumo à construção de uma identidade coletiva.....	210
2.2 Desconstruções: Sujeitos e subjetivação, sexualidades e interseções.....	221
2.3 Influência destes sobre Sujeitos LGBT no contexto do movimento e do mercado.....	228
2.4 Paradoxos da Cidadania e dos direitos LGBT.....	233
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	248
REFERÊNCIAS.....	255
ANEXOS.....	266

INTRODUÇÃO

A parada gay de Florianópolis arrastou cerca de 50 mil pessoas à beira-mar na tarde deste domingo, de acordo com os cálculos da Polícia Militar de Santa Catarina. Desde às 15h, milhares de pessoas se reuniram na avenida Beira-Mar Norte, no centro da capital, e dançaram ao som de três trios elétricos.(...) Muitas famílias prestigiaram o evento, que já integra o calendário turístico de Florianópolis. De acordo com a prefeitura municipal, a ocupação hoteleira durante o feriadão chegou a 80%, boa parte devido à semana que celebra a diversidade sexual. (...) Pouco antes do desfile que percorreu a Avenida Beira Mar, o prefeito Dário Berger (PMDB) assinou uma lei municipal de Florianópolis que pune a discriminação sexual e estipula uma multa de até R\$ 500 em caso de desrespeito ou preconceito aos homossexuais.¹

Geralmente agrupados junto aos canteiros laterais da movimentada avenida encontram-se variadas pessoas de diferentes estilos, familiares, casais com crianças de colo, jovens caminhando em grupos, que observam a circulação dos participantes, ora com olhar surpreso e simpático, ora jocoso ou algumas vezes até mesmo apático. Na pista, em frente ao “Koxixo’s” - um bar situado próximo à Avenida Beira-Mar Norte - se localizam os trios elétricos iluminados e enfeitados com as cores do arco-íris entre os quais caminham, de um

¹ ESCANDIUZZI, Fabrício. “Parada Gay atrai 50 mil pessoas à beira mar em Florianópolis”, Portal de notícias do provedor de internet Terra, 06 de setembro, 2009. Acessado em 10.09.09: <http://noticias.terra.com.br>

lado a outro desse “espaço de concentração”, as *drag-queens* e travestis, brincando e “provocando” algumas pessoas, alguns casais jovens de namorados (gays, lésbicos e heterossexuais) andando de mãos dadas, alguns homens jovens com fantasias de “anjinhos” e “diabinhos” ou com outras roupagens coloridas, mostrando seus músculos definidos, além de homens e mulheres vestidos ou portando algum acessório com as cores do arco-íris, andando sozinhos ou acompanhados. Existem também algumas outras pessoas que ficam mais próximas da orla, junto à pista de ciclismo que existe ali, de um modo um tanto apartado da circulação intensa que de desenrola na pista asfaltada em frente ao Koxixo’s.

Em cima de alguns trios elétricos e carros de som, em sua maioria financiados e estampados com as marcas de casas noturnas GLS, estão os membros da AEGLBT/SC², empresários GLBT da cidade que organizam a Parada, junto de algumas *drag-queens* e *go-go boys* ligados à danceterias, assim como de algumas “autoridades públicas”, membros dos governos estadual e municipal, além de oficiais de polícia, representantes da Polícia Militar e Guarda Civil Municipal. Em baixo, numa intensa e determinada movimentação, diferente da “descontração festiva” evidenciada em atitudes, danças e brincadeiras pelos demais participantes do evento na avenida onde ocorre a Parada, estão alguns ativistas do movimento LGBT local, que entregam panfletos, segurando faixas, conversando com algumas das pessoas que passam e nem sempre se encontram dispostas a manter longas conversas.

Este contexto de concentração, que ocorre antes do início da caminhada ao longo da Avenida Beira-Mar Norte em Florianópolis, se torna bastante característico e emblemático do dia de realização da Parada da Diversidade, mas não resume todo o processo de articulações entre empresários e grupos militantes que participam e organizam a Parada ao longo do ano, possibilitando sua realização num único dia. Neste contexto de discussões entre diferentes agentes com perspectivas também diferenciadas entre si – e que permanece, relativamente, “invisível” neste espaço de concentração festiva no dia da Parada - são articulados diferentes discursos, práticas e interpretações a sobre o evento, apontando para concepções variadas

² Associação de Empreendedores GLBT de Santa Catarina.

a respeito dos sujeitos representados ali e também sobre seus direitos civis.

Entre grupos e ativistas do movimento LGBT na cidade e empreendedores do universo GLS/GLBT que promovem a Parada, esta pesquisa foi realizada, materializando-se no entrecruzamento destes diferentes discursos e práticas sobre o evento, estendendo-se para além da própria Parada e de seu momento de realização. Este trabalho aborda a Parada da Diversidade de Florianópolis, buscando compreender como se inter-relacionam diferentes perspectivas: as práticas e discursos articulados a partir do movimento LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros) e a partir do mercado e outras iniciativas comerciais destinados ao público de gays, lésbicas e simpatizantes na cidade, denominado muitas vezes como “mercado GLS” (empreendimentos diversos voltados ao consumo direcionado para Gays, Lésbicas e Simpatizantes), mas também referido por alguns de seus empreendedores a partir da sigla GLBT (Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros), o que denota diferenças na nomeação e utilização das siglas para a definição dos sujeitos visados por estes grupos em suas ações e discursos. Antes de avançar na descrição do contexto de etnográfico da pesquisa, destacando seus personagens e as principais questões que tomavam relevo ali, acredito ser necessário descrever brevemente como a Parada da Diversidade se tornou objeto de minha pesquisa, além de delinear algumas das opções metodológicas e algumas questões em torno de minha posicionalidade enquanto pesquisador neste campo.

I. Tomando a Parada da Diversidade como objeto de pesquisa

Uma das primeiras observações e questionamentos que ouvia ao comentar sobre minha pesquisa no Mestrado se referia à maneira como procederia metodologicamente para realizar o trabalho. Geralmente perguntavam-me se realizaria uma pesquisa etnográfica somente no dia em que a Parada ocorre ou se procederia de outra maneira ainda não muito explícita em minhas intenções de pesquisa. Professores e colegas advertiam da necessidade de realizar um recorte teórico-metodológico que não fosse abrangente demais. Ao iniciar propriamente a pesquisa de campo trazia comigo todas estas questões

e advertências e fui dando-me conta que só poderia abordar este evento a partir do ponto de vista de alguns indivíduos que estivessem, digamos assim, “implicados” e envolvidos mais diretamente na realização e interpretação a respeito do evento. Decidi então adotar como objeto tanto o dia de realização do evento, com movimentações, falas e performances, tomando contato com a diversidade pessoas que participam do evento neste dia, provindas dos mais diferenciados contextos sociais, ao mesmo tempo em que buscava também explorar outra relação, em que a Parada surge como o desfecho de um longo processo de preparação, disputas e negociações que não poderiam ficar de fora da pesquisa. O empreendimento assim foi tentar capturar os “bastidores políticos” existentes “através” do evento, principalmente entre empresários e ativistas, isto é, nas relações que existiam entre estes pólos e que mais fortemente se destacavam neste cenário.

Sem negar a possibilidade de realizar uma etnografia que se restringisse somente ao dia do evento em si, entendi, pela própria dinâmica do trabalho de campo, que deveria compreender a Parada como um fenômeno social mais amplo e englobante. Um fenômeno social que influencia as mais diferentes pessoas e propicia os mais diversos tipos de interpretações, que dependem dos pressupostos que organizam as experiências e interpretações, tentando explicitar através da pesquisa os significados que atribuem de uma forma orgânica e sistemática. Percebi que a tensão interpretativa a respeito da Parada ocorria principalmente entre dois “pólos” distintos neste “debate”, isto é, ocorria entre grupos ativistas organizados no movimento LGBT e pessoas envolvidas em uma associação de empresários e empreendedores de cunho “GLS” ou, em algumas ocasiões, “GLBT”, e que voltavam suas ações para o público LGBT na cidade. Ao mesmo tempo em que não negue que a Parada esteja passível de interpretação por pessoas que nada tem a ver com o ativismo LGBT da região ou que estejam relacionadas de algum modo ao empresariado GLBT ali existente, pude constatar que as interpretações divergentes se intensificavam e se tornavam tensas justamente na relação entre dois “campos de forças”, nesta articulação bifurcada de posições diferenciadas a respeito do mesmo evento.

Fui tomando contato com este contexto e pude assim começar a esboçar um recorte que pudesse apontar o foco do estudo e constituir

ao mesmo tempo seu próprio objeto de pesquisa. Ao tomar as “Paradas do Orgulho LGBT” como objeto de estudo, entendidas enquanto fenômeno social e modelos de manifestação pública que toma diferentes formas em diferentes contextos sociais, eu pude abordar a Parada da Diversidade a partir de diferentes agenciamentos e envolvendo, sobretudo, as disputas entre movimento LGBT da região com o empresariado GLBT, no contexto de disputas estabelecidas entre estes dois campos. Busquei compreender essas relações a partir da pesquisa de campo junto à Associação de Empreendedores GLBTS de Santa Catarina – AEGLB/SC, organizadora da Parada da Diversidade de Florianópolis, e de alguns grupos, ONGs e ativistas do movimento LGBT na cidade, que participam ou que se recusam a participar do evento por razões diversas.

Tendo em conta que na atualidade as Paradas proliferam enquanto modos de manifestação pública de comemoração da diversidade sexual notam-se a existência de variados estudos (GREEN, 2002; FACCHINI, 2003, FRANÇA, 2006; CARRARA, 2006) sobre eventos semelhantes, sendo estes realizados tanto no campo de pesquisas antropológicas como em outras áreas de conhecimento, ao passo que utilizo como subsídios para o argumento de minha própria pesquisa muitas das informações contidas nestas fontes. De todo modo, diferente destas pesquisas, nas quais as Parada quase sempre estavam relacionadas e “surgiam” a partir de dinâmicas do movimento LGBT e eram tomadas e analisadas a partir deste viés, em Florianópolis ressaltava-se uma importante particularidade que logo foi detectada: como dito antes a Parada em Florianópolis é organizada por uma associação de empresários, algo que de início poderia revelar diferenças importante em seu surgimento, explicitando novas dinâmicas sociais envolvendo tais eventos no país.

O surgimento da Parada da Diversidade em Florianópolis vincula-se assim às dinâmicas sociais diversas de outras Paradas existentes em outras regiões do país, apresentando algumas diferenças importantes. Uma expressão desta particularidade se evidencia na maneira como seus organizadores se referem ao evento em seu sítio eletrônico³. Ali a AEGLB/SC explicita sua inclinação para o fortalecimento e especialização do turismo GLBT, reforçando que a Parada da

³ Acesso: <http://www.aeglbt.org.br/site/>

Diversidade se constituiria como uma das iniciativas de cunho social no fomento do turismo e do empreendedorismo GLBT em Santa Catarina. Com o passar do tempo, diversos grupos do movimento LGBT deixaram de participar do evento, se abstendo também de organizar qualquer tipo ação durante sua realização. Esta peculiaridade - o fato de a Parada ser organizada por empresários - implica em algumas diferenças importantes na maneira como os grupos e indivíduos (sejam do movimento, sejam aquelas vinculados ao empresariado) envolvidos neste evento se relacionam e articulam seus discursos sobre identidade e sujeitos, direitos e cidadania LGBT, tópicos sobre os quais a maioria dos discursos sobre a Parada aponta direta ou indiretamente.

Partindo de pressupostos diferenciados, os agentes envolvidos nestes dois contextos, o empresarial ou o do movimento social, articulam narrativas algumas vezes consensuais e outras discordantes sobre as demandas e necessidades da população LGBT a que se voltam e/ou representam, ao formularem frases e declarações sobre identidades e sujeitos LGBT. Neste movimento muitas vezes estes discursos são relacionados à conquista e ampliação de direitos para “pessoas homossexuais”, em suas diversas configurações de identidade e estilos, numa perspectiva de incorporação de discursos modernos sobre cidadania e direitos civis humanos. Antes de prosseguir, julgo ser necessário abordar a seguir algumas compreensões metodológicas que informam o trabalho, a partir de sua abordagem etnográfica, assim como mencionarei algumas implicações a respeito de aspectos éticos e sobre minha posicionalidade enquanto pesquisador.

2. Constituição do objeto em um trabalho de campo multi-situado

Ao conceber minha pesquisa de forma etnográfica defrontei-me com discussões clássicas e contemporâneas sobre o tema presentes na teoria antropológica. Visando realizar um trabalho que desse origem a uma etnografia do evento que estava investigando. Aqui então se pontuam algumas compreensões sobre questões metodológicas e éticas que permearam a investigação, contextualizando a importância de minha posicionalidade e explicitando algumas dos tópicos e

relações entre conceitos, sobre as quais fui levado a refletir em função das características do trabalho de campo.

Neste estudo, parto do pressuposto de que o fazer/conhecer etnográfico não se trata de uma simples aplicação de técnicas de pesquisa qualitativas, mas sim de uma experiência de imersão no contexto de trabalho de campo e de confrontação de diversos pontos de vistas, que trazem consigo as mais diferentes interpretações sobre diferentes temas postos em contexto. Explorando a dimensão da pesquisa de campo antropológica temos a célebre definição de Clifford Geertz (1989) sobre a importância de se compreender a etnografia como uma descrição densa interpretativa, com seus fazeres específicos:

Em antropologia ou, de qualquer forma, em antropologia social, o que os praticantes fazem é a etnografia. E é justamente ao compreender o que é etnografia, ou mais exatamente o que é a prática da etnografia, é que se pode começar a entender o que representa a análise antropológica como uma forma de conhecimento. [...] Há três características da descrição etnográfica: ela é interpretativa; o que ela interpreta é o fluxo do discurso social e a interpretação envolvida consiste em tentar salvar o “dito” num tal discurso da sua possibilidade de extinguir-se e fixá-lo em formas pesquisáveis. (GEERTZ, 1989, p. 15 e p. 31)

Ressalta-se nesta passagem a necessidade efetuar uma descrição densa do contexto estudado, em um exercício de constante interpretação, tecendo assim uma reflexão acerca da vivência em campo e a “re-significando”, promovendo uma representação que “fixa” o discurso social, constituindo uma “sobreposição” de planos interpretativos. Assim, no contexto dessa pesquisa busquei construir uma etnografia que desse conta, numa justaposição de planos interpretativos (tanto das minhas compreensões como das interpretações de meus interlocutores) de uma representação etnográfica da Parada da Diversidade. No caso presente, realizada a partir de um evento massivo tal qual se apresenta a Parada, estas

questões a respeito da etnografia enquanto descrição densa, construída e fixada através do texto etnográfico, ganhava especial relevo pelo fato de o evento ser uma atividade de algum modo “efêmera”, pois ocorre e se finaliza dentro de algumas horas num único dia do ano. Como observado anteriormente, não pretendia realizar minha pesquisa de campo somente no dia em que a Parada se configura no espaço da avenida, mas sim concebê-la como um fenômeno social mais amplo que influencia pessoas de modos distintos. Esta forma de enxergar meu objeto de pesquisa permitia que eu tivesse como panorama um conjunto de relações sociais que se desdobram antes e durante o evento em si, trazendo também uma série de sujeitos e espaços onde a pesquisa seria realizada. Meu trabalho assim, por suas características, relacionadas ao objeto de pesquisa, tinha como tendência um trabalho de campo que se realizaria em diversos contextos, constituindo aquilo que distingo como “espaços de pesquisa multi-situados”, referenciado no trabalho de George Marcus, especialmente em seu artigo *Ethnography in/of the World System: The Emergence of Multi-Sited Ethnography* (1995).

Nesta interessante elaboração sobre o trabalho de campo etnográfico Marcus aponta técnicas e modos de construção de textos etnográficos e, ao mesmo tempo, modos de construção do próprio objeto de pesquisa, naquilo que ela define como etnografias “multi-localizadas”. Marcus não se limita a pensar nestas etnografias somente como resultado de trabalhos de campo que se realizem em diversos locais, mas sim na sugestão de que as etnografias “multi-localizadas” se conformam na “construção de espaços” de pesquisa que somente se configuram no “intercruzamento de perspectivas”, que somente existem “enquanto espaços”, em seu modelo abstrato e textual, no contexto da pesquisa que está sendo realizada, isto é, se constituem e constroem em espaços multi-situados através dos quais o etnógrafo atravessa⁴. Esta proposta etnográfica carrega em si a confirmação de que se está realizando um mapeamento de relações em diversos “espaços” sem ter, de maneira explícita, nenhum objetivo comprometido com uma representação holística totalizante ou “mais verdadeira” do objeto em questão. George Marcus define assim que a

⁴ Na versão original de George Marcus: “construct the multisited space through which the ethnographer traverses” (MARCUS, 1995:105).

pesquisa multi-situada é delineada em torno de correntes, caminhos, linhas, conjunções, ou justaposições de locais em que o etnógrafo estabelece alguma forma de presença literal e física, com uma explícita e exposta lógica de associação ou conexão entre espaços que, de fato, definem o argumento da etnografia. (MARCUS, 1995, p. 105)⁵

Ao mesmo tempo em que conceitua a noção de “etnografias multi-situadas” o autor aponta os diferentes modos e técnicas empregadas por etnógrafos em construções desse tipo. Marcus propõe duas modalidades em que acredito que minha proposta de trabalho se configurou que seriam as propostas de seguir *metáforas* e seguir *conflitos* em torno do fenômeno social analisado. Propondo como mote para construção etnográfica duas técnicas de pesquisa em campo, seguir a metáfora (*Follow the Metaphor*) e seguir o conflito (*Follow the Conflict*), ele observa como estas práticas tratariam de construir não só a etnografia enquanto texto, mas também, em alguns casos, construiriam em partes, seus próprios objetos de pesquisa, na tentativa de rastrear discursos e práticas, percorrendo uma série de locais em que esta metáfora e conflitos são articulados e ganham significados, materializando-se através do campo.

A abordagem multi-situada em campo implicou que eu entrasse em contato com pessoas que pertenciam a coletivos ativistas LGBT com perspectivas diferentes, provindos e formados a partir de demandas também diferentes e direcionados a debates e ações voltadas para públicos distintos. Implicava também que eu entrasse em contato com empresários e empreendedores que realizavam atividades e se vinculavam a espaços comerciais diferentes, voltados para consumidores variados no espectro segmentado das identidades e sujeitos LGBT. E sugeria que eu me deslocasse pela cidade para entrar

⁵ Tradução livre a partir do original em inglês: “Multi-sited research is designed around chains, paths, threads, conjunctions, or juxtapositions of locations in which the ethnographer establishes some form of literal, physical presence, with an explicit, posited logic of association or connection among sites that in fact defines the argument of the ethnography.” (MARCUS, 1995).

em contato com estas pessoas no mais diferentes locais e não somente no espaço onde a Parada se realiza anualmente, a Avenida Beira-Mar Norte.

As práticas e discursos aqui se tornam inerentes aos diferentes modos de pensar a respeito da Parada da Diversidade na pesquisa, tomada aqui como contexto metafórico e alegórico de outras relações sociais que se desenvolvem em outros contextos externos à Parada, constituindo um espaço performático em disputa entre variados discursos, práticas e interpretações se entrecruzam em narrativas variadas. Seguir o conflito significa seguir os campos em conflito em contextos em que articulam seus discursos e práticas a respeito da Parada da Diversidade, mapeando as controvérsias em torno das interpretações que são articuladas em cada narrativa. No caso, a controvérsia existente sobre o evento entre empresariado GLS/GLBT e o ativismo LGBT na cidade. Neste sentido a Parada é compreendida aqui como ponto pivotante em torno do qual convergem os discursos e práticas, a partir de uma abordagem antropológica a respeito de eventos comunicativos e performáticos, na qual ocorre uma intensificação de sentidos e, que possibilita transformá-lo em um acontecimento significativo na cidade, mobilizando pessoas de diferentes formas. É através das performances na Parada que as configurações em torno do debate sobre sujeitos e direitos LGBT se tornam visíveis, nesta ocupação do espaço público de maneira massiva. Como evento que ganha características por ser extra-cotidiano, ali estão em relevo uma série de discussões, valores e interpretações sobre o que sejam estes sujeitos e direitos, que permeiam as ações e discurso tanto de ativistas como de empresários. Ali, de certa maneira, estão “dramatizadas”, algumas das relações sociais e dilemas de uma parcela da população LGBT na cidade que ficam, geralmente, encobertas ou inviabilizadas em contexto local através de outras rotinas e momentos cotidianos.

Busco assim analisar etnograficamente um evento performático, permeado por frases e declarações que tem como qualidade a eficácia na construção e elaboração de reivindicações políticas sobre sujeitos e demandas LGBT e sobre estilos de vida possíveis para esta população, a partir de um mercado segmentado. Tomo aqui a Parada da Diversidade como um evento performático, contexto no qual, através de uma “ação eficaz”, podem ser articulados variados sentidos a respeito dos

direitos e da cidadania LGBT. Trata-se de um evento que se define a partir da compreensão nativa que demarca sua realização como um momento distinto dos momentos cotidianos, de modo a serem estruturados para que tenham uma forma e ordenação que lhes confere significado e em que a *performance coletiva* conta como maneira de alcançar determinados fins políticos que podem ser avaliados pelos participantes como eficazes ou não em seus efeitos subseqüentes, com interpretações que tomam sempre como princípio aquilo eles mesmo definem como objetivos legítimos e significados pretendidos através do evento.

Em suas elaborações teóricas Foucault propõe uma interpretação em termos de práticas cotidianas, observando como determinadas práticas são colocadas em discurso (2008, p.123). No caso de minha pesquisa este seria o exercício de interpretar a “colocação em discurso” sobre a sexualidade na Parada da Diversidade em dois contextos específicos que se entrecruzam, como dito, na realização do evento, o contexto do empresariado GLS/GLBT e o do ativismo LGBT. Nestes dois contextos a todo o tempo estão sendo colocadas em discurso considerações sobre o dispositivo da sexualidade, sobre os sujeitos aí representados, sobre seus direitos e sobre as possibilidades de acesso destes indivíduos às benesses “inerentes” à cidadania, enquanto valor positivo e igualitário predominante na modernidade. A abordagem de Foucault se aproxima das propostas etnográficas que buscam privilegiar algum tipo de análise do discurso e das práticas sociais, pois esta forma de analisar possibilita também que se leve em conta as relações sociais, o constante trabalho de interação social entre indivíduos sociais concretos que criam a eles próprios suas relações, onde o discurso surge como veículo de concepções culturais compartilhadas, contexto social/cultural no qual indivíduos são conformados, “animando” interpretações e usos individuais destes mesmos discursos (RAPPORT & OVERING, 2000). O que me interessa na abordagem proposta por Foucault é justamente a possibilidade analítica de refletir sobre as estas relações entre narrativas, experiências e interpretações que animam uma série de formulações a respeito da sexualidade, tomado aqui como dispositivo em torno da qual se articulam práticas e discursos. Outra questão que se conecta a estas discussões sobre as diferentes interpretações entre práticas e discursos, aponta para o processo de

minha própria inserção em campo para a realização da pesquisa, implicando questões concernentes a familiaridade frente ao objeto de pesquisa e as inevitáveis questões éticas que daí advém que abordarei a seguir.

3. Familiaridade, posicionalidade e questões éticas em contextos da pesquisa

No caso de minha pesquisa, realizando investigação em contexto urbano sobre um tema que me parecia bastante familiar, fui levado a refletir sobre como construiria uma etnografia que pudesse manter certa “distância analítica” do objeto investigado, ainda que esta mesma postura de distanciamento possa ser questionada enquanto requisito para o conhecimento de determinado contexto de pesquisa, como vim a compreender depois. Esta questão em relação à familiaridade com meu objeto de pesquisa relacionavam-se à minha própria posicionalidade enquanto pesquisador e ativista LGBT.

O fato de buscar realizar pesquisa sobre um evento do qual participo desde sua primeira edição, abordando aí as relações que o movimento LGBT estabelece com o contexto de consumo e sociabilidade GLS/GLBT na cidade (ambientes nos quais muitas vezes se desenrolam algumas de minhas próprias relações pessoais) implicava que tivesse necessariamente de refletir sobre minha “proximidade” e “familiaridade” com o objeto em questão, relacionando-as ao empreendimento de observação e participação implicado na realização de uma pesquisa etnográfica. A antropologia, especialmente as pesquisas que se voltam ao contexto urbano, há muito vem problematizando as implicações de estudarmos ambientes que nos parecem familiares, com propostas de relativização desta proximidade aparente (VELHO, 1978, p. 126; DA MATTA, 1974), sugerindo inclusive a produtividade de tais empreendimentos no sentido de ampliar os horizontes epistemológicos da própria disciplina. Mesmo com a possibilidade de produtividade teórica não fosse menos importante neste contexto, minha postura foi de alerta, para não incorrer numa *participação observante*, ao invés de uma *observação participante* para a realização de minha etnografia, como apontado por Eunice Durham (2004, p. 357-376).

Esta dinâmica em si mesma pode ser também relativizada frente às evidências apontadas por Regina Facchini (2003), Maria Filomena Gregori (1993) e Edward MacRae (1990) que tendo realizado suas pesquisas enfocando grupos de movimentos sociais em suas dinâmicas internas e cotidianas compreenderam que a “experiência de participação coletiva” em suas atividades era imprescindível para o entendimento dos significados que estes indivíduos e grupos davam a suas próprias atividades, “participação” e ativismo, de forma que atuaram e “militaram por dentro do coletivo” para que a pesquisa tivesse êxito e eles acessassem informações a partir do momento que eram reconhecidos como “integrantes” dos grupos.

Algo semelhante é também apontado por Joan Scott (1992, p. 36-37), também citada por Avtar Brah (2006, p. 361), quando consideram que a experiência e a interpretação coletiva do ativismo feminista e, poderia sugerir, dos grupos de ativistas do movimento LGBT em Florianópolis, está perpassa de uma série de experiência coletivas e individuais anteriores que configuram variados níveis de diferença na constituição de posições de sujeitos em que se conformam as individualidades. Por sua vez estes sujeitos empreendem novas interpretações de suas experiências individuais e coletivas passadas e presentes, tanto fora como dentro do movimento social do qual fazem parte, de modo que suas experiências e as experiências coletivas de seus grupos se influenciam mutuamente e muitas vezes se confundem. No meu caso como pesquisador estas questões ganhavam relevo e precisavam ser problematizadas, pois eu provinha de experiências pessoais no ativismo e pretendia realizar pesquisa também com empresários que nem sempre enxergavam de maneira positiva as ações do movimento social e, ao mesmo tempo, pretendia investigar ações de ativistas e grupos LGBT no contexto da Parada organizada por estes mesmos empresários.

Minha postura neste sentido foi de realizar uma série de atividades com os grupos ativistas LGBT dos quais me aproximei, seja na participação em debates, encontros e reuniões públicas ou “fechadas” do movimento, auxiliando em algumas das “9” que eram definidas por eles ou mesmo na atuação coordenada para realização da Semana da Diversidade organizada em 2010 e nas ações na própria Parada da Diversidade neste ano. Assim, neste contexto de identificação subjetiva com os sujeitos estudados, minha localização e

meu envolvimento político passaram a ser relativizados, a partir de uma concepção de que o etnógrafo, como sugerido por George Marcus (1995, p. 113) possa tornar-se eventualmente um “ativista circunstancial”, onde a reflexividade surge como aspecto em relevo que resguarde os objetivos próprios da pesquisa antropológica que se está realizando. Para o autor a dimensão mais importante do método de pesquisa multi-situada se refere à dimensão epistemológica reflexiva, para que se relativizem justamente as identificações entre o pesquisador os variados sujeitos ao mesmo tempo e que percorre diferentes esferas públicas e privadas, perpassadas por contextos oficiais e subalternos, em que se sobrepõem uma série de discursos que podem ou não coincidir com as aspirações e discursos do próprio pesquisador ou com as discussões realizadas no movimento social. Influenciado por Donna Haraway, George Marcus (1995, p. 112-114) argumenta que neste jogo de identificações e posições de sujeitos variadas e ambivalentes a própria identidade do pesquisador requer negociações conjunturais. A posterior escrita da etnografia surge então como efeito de um modo de publicação da experiência etnográfica em que a “autoridade etnográfica” é ambigualmente assumida, de modo que o texto revele os processos de identificação cambiante que modificaram o próprio pesquisador ao longo do processo de pesquisa e, ao mesmo tempo, os próprios modos de fazer etnografia.

As identificações momentâneas levariam a uma espécie de ativismo intrínseco à investigação, um tipo de ativismo muito específico e circunstancial, intimamente relacionado às condições da pesquisa multi-situada. Em meu caso pude ocupar tanto as posições de ativista comprometido politicamente com as atividades e tarefas na realização da Semana da Diversidade organizada pelo movimento LGBT em 2010, como ser um participante ativo e voluntário das atividades festivas e culturais propostas na Semana da Diversidade organizada pelos empresários da AEGLBT/SC em 2009, que muitas vezes não me agradavam pessoalmente, ao mesmo tempo em que era um estudante de pós-graduação em antropologia realizando sua primeira pesquisa de cunho etnográfico, com seus objetivos acadêmicos específicos próprios.

Uma série de lógicas provindas de diferentes modelos de racionalidades são acionadas e influenciam umas às outras. Ao mesmo tempo influenciaram também na maneira como a investigação foi

realizada. Poderiam ser localizadas contradições em se estar trabalhando por um lado com os empresários do meio GLS, estar “militando” com o movimento LGBT por outro e estar ao mesmo tempo comprometido com os valores de imparcialidade e cientificidade requeridos em instância de pesquisa acadêmica. Incorporei como dado da pesquisa estas “contradições”, tendo em conta que em alguns contextos poderia estar trabalhando “contra” ou a “favor” de determinadas práticas e pressupostos caros e inquestionáveis para alguns de meus interlocutores. Estas posições e identificações circunstanciais não isentam os antropólogos de realizar uma reflexão crítica a respeito dos contextos de pesquisa. Estes também são sujeitos implicados no contexto e no processo de pesquisa, que são “afetados” e também afetam o contexto investigado, colocando assim a imparcialidade atribuída de início a pesquisa científica em questão. Procedi deste modo por compreender que um empreendimento antropológico de pesquisa se guia por diferentes lógicas postas em fricção ao mesmo tempo em que se compromete com determinados fatores epistemológicos, metodológicos e éticos, como abordarei adiante.

Em outra instância de observação e participação, se desenvolveu meu contato com os membros da AEGGBT/SC, frente à predominante composição da associação, formada principalmente por empresários, *promoters* de casas noturnas, um parlamentar e uma *drag-queen* relacionada a uma casa noturna GLS na cidade (o Mix Café, local sobre o qual voltaremos ao longo do texto), universo este bastante diverso do contexto do ativismo LGBT, onde a “participação”, como maneira de estar em relação, é fortemente exigida. Pelo que pude notar a associação passou por distintos momentos de formação consolidação e dissolução enquanto grupo organizado. Em diferentes momentos da pesquisa de campo busquei a aproximação deste grupo e tive como dinâmica mais recorrente, uma resposta um tanto resistente em minha participação em suas atividades cotidianas. Em 2009, ano em que existiu uma grande mobilização interna entre seus membros para a realização da Semana da Diversidade, articulação com parlamentares para apresentação de uma Lei anti-discriminatória na Câmara de Vereadores, e para realização de outras atividades relacionadas à Parada, tentei continuamente entrar em contato com alguns dos membros de modo que pudesse participar das reuniões de preparação.

Continuamente recebia deles informações enviesadas que me impediam de efetivamente “estar presente” nestas ocasiões, como indicações equivocadas de horários e locais em que as reuniões aconteceriam, ou mudanças inesperadas de datas para sua realização. Desse modo acompanhei mais detidamente a dinâmica da AEGLBT/SC somente em seus eventos públicos e em suas declarações nestas ocasiões, principalmente nos momentos de realização da Parada, o que certamente afetou meu processo de pesquisa em campo com a AEGLBT/SC e a interlocução com seus integrantes depois da edição de 2009. Em alguns momentos cogitei que as diferenças geracionais - sendo eu mais jovem do que a maioria dos empresários integrantes da associação, em geral pessoas entre 40 e 50 anos - pudessem estar provocando algum tipo de impedimento em minha interação ou contato com o grupo, mas essa suposição foi deixada de lado em função da dinâmica observada no grupo no ano seguinte. Com o passar do tempo, da edição 2009 para edição no ano de 2010 do evento, um fenômeno diverso foi observado: uma aparente dissolução ou esvaziamento da associação começou a ocorrer. Ao tentar novamente participar de suas atividades fui me dando conta que poucos membros, que no ano anterior tinham ativamente participado do processo de organização do evento, estavam envolvidos nas atividades no ano de 2010 e que as reuniões de preparação não mais ocorriam, havendo somente uma dinâmica em que, como me disse um de seus integrantes, “agora nós dividimos as tarefas de cada um e cada um vai atrás por sua conta”. Abordarei mais detidamente ao longo do trabalho alguns dos significados que estas modificações na dinâmica organizativa poderiam significar.

Por fim, acabei realizando pesquisa de campo durante dois anos de forma descontínua, onde o estar e não estar em campo ganhava certa ambigüidade, pois as observações participantes, as entrevistas estruturadas e conversas informais eram realizadas com grande intensidade em alguns períodos do ano se alternavam com períodos de afastamento e inatividade dos grupos e indivíduos no que se refere à ações em torno da Parada da Diversidade. Correspondendo com o período de intensificação de algumas destas relações no momento do ano em que a Parada ocorre, consegui realizar ao todo 14 entrevistas semi-estruturadas e permeadas por outras conversas informais em períodos diversos com mais de 20 indivíduos, participar e observar os

espaços de realização de duas “Semanas da Diversidade” e duas edições da Parada em 2009 e 2010, respectivamente. A pesquisa abordou em alguma medida a atuação de cinco grupos vinculados ao movimento LGBT na cidade de Florianópolis e da associação de empresários organizadora do evento. Minha incursão a campo incluiu na análise de fontes e materiais secundários como materiais jornalísticos e provindos de mídias digitais a respeito da Parada e de folder, panfletos e outros materiais impressos produzidos por casas noturnas, agências de turismo, e pelos próprios grupos de ativistas LGBT, distribuídos nos períodos de preparação e realização do evento.

Assim, para que eu tivesse possibilidades de acessar as compreensões que meus interlocutores tinham a respeito do evento, tive de realizar um duplo empreendimento de aproximação que requeria posturas e inserções diferentes, dependendo dos grupos em questão. Entre ativistas e empresários se requeriam posturas distintas seja nos momentos em que os grupos de ativistas LGBT entravam em contato ou contestavam as ações da associação de empresários ou em momentos em que empresários desqualificavam em alguma instância as ações dos grupos ativistas, procurava “ajustar” meus modos de estar em campo no momento em que se acionavam lógicas distintas na interlocução e compreensão sobre a Parada, em que seus sentidos mesmos eram negociados.

O que ocorreu foi um exercício de colocar-se no lugar de “outros” que partilhavam pressupostos diferenciados a respeito de um mesmo evento e que tinham, em alguns casos, interpretações muito semelhantes às minhas próprias interpretações ou, em diversos casos, muito diferentes. O fato de que eu também tenha participado de atividades de grupos LGBT ao longo de minha trajetória de vida, fez com que eu tivesse de relativizar minha própria posicionalidade, articulando múltiplas posições e lidando com certos incômodos que esta situação pressupunha. Ao mesmo tempo fez com que buscasse “entender” os pressupostos inerentes às ações e discursos dos empresários e empreendedores que organizam o evento na cidade. Incômodos também surgiram no momento em que passei a refletir sobre as questões éticas implicadas em meu trabalho.

Frente a uma série de questões referentes à ética dos trabalhos antropológicos temos por definição concepção de que um trabalho etnográfico com determinados grupos se estabelece através de uma

relação de confiança entre o pesquisador e seus interlocutores, onde na criação de relações de confiança com pessoas reais permitem o acesso a diversas informações das quais o antropólogo se utilizará para constituir os dados etnográficos que lhe auxiliem na reflexão e escrita posteriores. Como parte das responsabilidades dos antropólogos, convencionou-se no Brasil, desde a criação do código de ética da Associação Brasileira de Antropologia na gestão de 1986-88, que o trabalho produzido pelos antropólogos não pode prejudicar o grupo estudado e ao mesmo tempo em que também não venha a prejudicar o pesquisador, que ao lidar simultaneamente com diversas instâncias públicas e privadas, permeia e atravessa relações de poder variadas e contextuais, muitas vezes contraditórias.

Tendo em conta estes pressupostos ao longo da pesquisa defrontei-me com algumas questões éticas que alimentaram dúvidas e temores sobre que tipo de informação poderia ser divulgado na escrita da dissertação. Em contato com empresários do universo GLS/GLBT e com ativistas do movimento LGBT na cidade, diferentes lógicas de atuação se colocavam em confronto, seja por que partem de concepções distintas sobre a validade ou utilidade de minha pesquisa, seja por que se elaboram a partir de pressupostos diferentes sobre o que seria válido constar numa pesquisa que abordasse suas dinâmicas cotidianas e sua relação com a Parada da Diversidade.

De um lado tive alguma “pressão”, mesmo que sutil, para que o trabalho se transformasse numa espécie de “livro de propaganda” da Parada, num exercício quase apologético de escrita sobre o evento. Essa sugestão veio de um dos membros da AEGLBT/SC que sugeriu que inclusive pudessem no futuro “ajudar” na viabilização para publicação do estudo. Por outro lado existia uma “pressão” mais evidente para que o estudo se transformasse em algo que poderia servir como um reforço nas ressalvas e críticas que os ativistas LGBT tinham sobre a Parada na cidade, o que faria com que o estudo servisse às “causas de politização do movimento e da Parada”, se aproximando do risco de se tornar um “estudo de acompanhamento” dos grupos ativistas em sua ação no evento.

De minha parte rejeitei, enquanto pesquisador, ambas as perspectivas em jogo, por pensar que meu estudo não devesse recair em nenhuma destas duas “ênfases” sobre a pena de se transformar na “legitimação acadêmica” de alguma destas perspectivas ao invés de

potencializar o que penso ser o objetivo de uma pesquisa deste tipo: colocar em evidência um conjunto de questões que permeiam um determinado fenômeno social de modo auto-refletivo e sempre, em alguma instância, implicado nas relações sociais empíricas que lhe dão materialidade.

Minha posicionalidade como ativista LGBT foi questionada tanto por empresários como por ativistas do movimento, mas acredito que a perspectiva que prevaleceu foi a do etnógrafo como um “ativista circunstancial” (MARCUS, 1995) em que um “engajamento reflexivo” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2004) se tornasse a tônica predominante em minha abordagem. Mesmo assim perguntava-me sobre os perigos de produzir um texto que “enfraquecesse” as reivindicações e obtenção de direitos LGBT ou de produzir um relato “pouco crítico” a respeito das práticas de mercantilização existentes na esfera de consumo GLS, temendo a dinâmica observada em contextos ativistas, referida muitas vezes como posturas que “traição” ao movimento social. Aprofundando minha reflexão acabei me dando conta de que não se tratava de legitimar as ações de mercantilização presentes no universo GLS, com a qual não concordo pessoalmente, e também não se tratava de servir como “mediador autorizado” para fortalecer as demandas por direitos e cidadania LGBT, auto-evidentes no contexto do movimento social em questão.

Trata-se sim de uma conduta reflexiva que coloca em questão os próprios princípios conformadores destes discursos diferenciais a respeito da sexualidade no contexto da Parada, e sobre os princípios em jogo para avaliação do evento. Tomando a reflexão antropológica como uma pesquisa que se realiza de modo sempre “implicado”, acredito ser necessário colocar estes princípios fundadores em relevo, problematizando os próprios pressupostos em jogo de modo a analisá-los etnograficamente, “desmontando-os” para “remontá-los” conceitualmente. Num marco que define a pesquisa etnográfica tanto em termos epistemológicos, metodológicos e éticos indissociáveis uns dos outros, só poderia supor que minha produção a respeito das experiências de campo não necessariamente corresponderia às expectativas de meus interlocutores e de seus objetivos políticos, visto que o tipo de informações produzidas em antropologia não necessariamente está em consonância com a legitimação de políticas

públicas para estas populações ou de demandas de mercado a elas direcionadas.

Muito mais do que uma legitimação de alguma destas perspectivas o que pretendi realizar se assemelha com uma descrição não opinativa a respeito de relações de poder que se desdobram nesta realidade, expondo os modos como determinados dispositivos de saber/poder são constituídos para legitimar determinadas declarações e formulações sobre sujeitos e seus direitos, revelando as ambigüidades e contradições deste processo expressas nas narrativas, experiências e interpretações dos próprios indivíduos com os quais convivi, e que remetem sempre a um contexto que é móvel e fluído, sempre produtivo e produtor das relações de poder em jogo e negociadas continuamente⁶.

Pude assim me perguntar, ao longo do processo de pesquisa, ao ter em conta que produziria uma etnografia sobre a Parada, sobre uma série de pressupostos “naturalizados” tanto na esfera do ativismo como na esfera do consumo. Ao não necessariamente legitimar nenhuma destas instâncias não estou esvaziando os sentidos certamente políticos que o texto ganha ao ser contextualizado, mas justamente abrindo espaços para questionamento de determinadas lógicas implícitas nos discursos e praticas de meus interlocutores e questionando categorias que devem desestabilizadas para permitir toda a potência de sua politização enquanto conceitos e motes de ação, conforme sugere Judith Butler em relação aos debates no interior do movimento feminista contemporâneo (BUTLER, 1998). O texto pode servir assim para a criação de canais comunicativos entre diversas instâncias produtoras de discursos e práticas sobre este fenômeno social que estou analisando.

Tive o consentimento de todos os grupos para que vivenciasse e descrevesse suas atividades, explicitando de que se tratava de uma pesquisa acadêmica. Ao mesmo tempo nas entrevistas sempre partia do pressuposto de que eles estavam cientes de minha intenção em refletir sobre as informações colhidas e os informava de que se tratava

⁶ Agradeço imensamente à professora Dra. Sônia W. Maluf, minha orientadora, por suas observações e *insights* proporcionados em uma das aulas de sua disciplina “Políticas Públicas”, ministrada no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSC no primeiro semestre de 2011. Suas discussões em sala de aula contribuíram muito para reflexão a respeito de aspectos metodológicos, éticos e epistemológicos de minha pesquisa.

de uma pesquisa acadêmica e assim não omitia, seja para os ativistas ou para empresários minhas intenções. Ainda assim, ao longo do processo de escrita, me dei conta de que mesmo informando dos objetivos da pesquisa, não estaria livre de eventuais conflitos advindos de insatisfação de meus interlocutores com o que eu viesse a escrever sobre as experiências de campo.

Muito mais do que estabelecer um termo de consentimento livre e esclarecido, que me habilitasse legalmente a utilizar as informações colhidas de maneira como bem entendesse, optei por enfatizar no meu contato com estas pessoas numa relação interpessoal de confiança e interlocução. Agi metodologicamente deste modo por entender que a natureza do trabalho antropológico se aciona a partir de outras lógicas de funcionamento, onde o estar em campo e a “apuração de dados” são regido por uma série de outros fatores que não somente os de ordem legal – baseados geralmente num racionalismo pouco flexivo a respeito destas mesmas relações sociais -, onde o estabelecimento de afinidades e de proximidade são muito mais complexos do que um termo jurídico poderia abranger, com especificidades não previstas e com dinâmica muito própria.

Optei por manter alguns nomes de grupos e de alguns locais que compuseram o contexto de pesquisa, ainda que tenha modificado alguns nomes de pessoas de modo a resguardá-las em suas “posições”, mantendo outros nomes de pessoas públicas relacionadas à Parada. Claro que esta postura poderia ser questionada frente ao fato de que não bastaria somente modificar nomes para resguardar identidades, visto a possibilidade real de reconhecimento de grupos, pessoas e locais a partir de suas descrições e posicionamentos presentes neste trabalho. Mas, ao mesmo tempo, em um universo narrativo que não remeta tão diretamente a este contexto, o que está aqui escrito constituir parte de minha própria interpretação a respeito desta experiência na construção de uma representação etnográfica destas relações, como pontuado anteriormente. Tem que se ter em conta que o que está o escrito é também parte de uma “narrativa” que “representa” estes fatos e que tem sua “veracidade”, neste ponto, posta em suspenso como parte das diferentes interpretações aqui sobrepostas, que não são lineares e nem apontam para conclusões monolíticas.

Questões sobre a antropologia como prática e teoria produtora de “verdades” sobre determinado grupo ou contexto são então aqui colocadas em suspensão e acionadas por entender-se que o trabalho e o fazer etnográfico têm em si mesmo sempre espaço para incerteza e dúvida, resguardando a possibilidade de ambivalência, como apontado por Mariza Peirano (1995). Rejeitando assim a postura que exigiria do antropólogo a produção de um conhecimento verídico sobre o social, não nego a veracidade as relações sociais em jogo em minha pesquisa; somente aqui coloco em suspenso a carga de veracidade que é geralmente atribuída à escrita etnográfica, consciente, do muitos usos, bons e/ou ruins, que podem ser feitos a partir do texto enquanto documento produzido no interior de uma instituição universitária, legitimada em nossa sociedade como produtora de saber científico inquestionável. A postura estaria assim localizada na recusa em legitimar determinadas práticas hierárquicas na produção de conhecimento (SILVA, 2005), sugerindo a coexistência na modernidade de diferentes instâncias epistemológicas colocadas em jogo e fricção em campos de disputa variados.

4. Abordagens temáticas ao longo do trabalho

Ao entrar em campo também comecei a me indagar sobre quais instrumentais teóricos estava utilizando para vivenciar e refletir sobre as relações em contexto etnográfico. Isso me remeteu a um artigo de Roberto Cardoso de Oliveira (2006) a respeito da formação dos antropólogos - que geralmente lemos em cursos de formação básica em antropologia - em que o autor sugere a relação de aproximação etnográfica possível somente se existe um contato anterior, mais prolongado, com a própria teoria e com os métodos de pesquisa antropológicos; um tipo de olhar e aproximação que se constrói somente no estudo mais detalhado destas teorias e métodos pelo antropólogo em formação. Roberto Cardoso de Oliveira aponta a necessidade de “domesticar” o olhar através da teoria antropológica, numa articulação entre o olhar, o ouvir e o escrever, na construção do saber antropológico.

Ele comenta que enquanto no olhar e no ouvir “disciplinados” – a saber, disciplinados pela disciplina – realiza-se nossa *percepção*, será no escrever que o nosso *pensamento antropológico* exercitar-se-á da

forma mais cabal, como produtor de um discurso que seja tão criativo como próprio das ciências voltadas à construção da teoria social. (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2006). Isso porque, a partir do momento que nos sentimos preparados para a investigação empírica, o objeto, sobre o qual dirigimos nosso olhar, já foi previamente alterado pelo próprio modo de visualizá-lo. (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2006). Explicita assim a necessidade de imergir em algumas discussões teóricas e metodológicas para somente então “ir a campo” e, através da escrita posterior, exercitar o pensamento acerca das informações colhidas, constituindo um discurso sobre o que foi observado e percebido.

A “preparação de meu olhar” para encarar os objetos de pesquisa se iniciou em minha formação em antropologia na graduação, no acompanhamento e orientação paciente de professores que eram também antropólogos, que me incentivaram para que elaborasse um trabalho de conclusão de curso que dialogasse com a área de conhecimento. Ao longo da formação no mestrado, nas aulas, palestras e cursos com os professores do Programa de Pós-Graduação, tive acesso a uma série de debates e teorias antropológicas clássicas e contemporâneas assim como acessei as contribuições das teorias contemporâneas providas de outras vertentes sociais e das ciências. Deste modo o texto que se segue é uma tentativa que busca mesclar estas referências teóricas que “domesticaram”, nas palavras de Roberto Cardoso de Oliveira, meu olhar para o objeto de pesquisa que investiguei.

Essa mescla aqui, no caso, é composta por referências antropológicas que nos remetem para a produção intelectual norte-americana mais recente preocupada com as inter-relações entre as dimensões da cultura, seja em suas manifestações lingüísticas e também nas práticas sociais de indivíduos concretos. Neste exercício busquei também problematizar as noções de universalismo e particularismo implicadas na dinâmica própria de investigações etnográficas, apontando sua produtividade e seus limites, a partir das evidências encontradas em campo. A mescla teórica aqui é composta também da articulação entre conhecimento antropológico com algumas das vertentes atuais das teorias feministas, de gênero e dos estudos a respeito da sexualidade. Estas teorias, que intensificam o processo de “desconstrução” de categorias caras às ciências humanas, auxiliam no sentido de infiltrar no referencial antropológico uma

abordagem que questione seus próprios pressupostos, visando à fértil produtividade em colocarmos diferentes paradigmas (antropológicos, feministas, *queer*⁷, etc..) sob tensão e diálogo de tal forma que se constituam “ciborgues conceituais e múltiplos”, realizando formas de conhecer antes não vislumbradas, e mutuamente “ampliando” epistemologicamente o panorama destes saberes, tal como apontam pesquisadoras feministas como Marilyn Strathern (2006) e Donna Haraway (2000). Estas vertentes teóricas permeiam os capítulos do trabalho, se articulando de formas diferentes de modo a auxiliar, como ferramentas conceituais, na reflexão a respeito de determinadas questões em pauta.

No primeiro capítulo busca-se analisarem-se as histórias e trajetórias no contexto da Parada da Diversidade, traçando um histórico para o surgimento do evento na cidade, visando mencionar algumas das movimentações e eventos de visibilidade LGBT ocorridos na cidade antes da Parada propriamente dita. Busco-se também ressaltar o contexto em que surgem as “Paradas do Orgulho LGBT” no Brasil e o processo de disseminação deste modelo de manifestação pública pelo país, que culminou e influenciou, em certo sentido, o surgimento da Parada de Florianópolis. Trata-se de realizar uma análise das relações e agenciamentos estabelecidos entre os indivíduos pertencentes às esferas do ativismo LGBT e do empresariado GLS/GLBT na cidade no contexto de preparação da Parada. Ali abordo um pouco das histórias de alguns grupos e ONGs do movimento LGBT local, tanto de grupos mais antigos como de formações de coletivos recentes envolvidos nas atividades da Parada, numa dinâmica em que se observa que alguns grupos deixam de participar do evento ao mesmo tempo em que novos coletivos passam novamente a intervir na semana, organizando inclusive a Semana da Diversidade de 2010.

Debatem-se brevemente alguns dos processos de institucionalização destes grupos bem como seus modos de

⁷ O termo inglês *queer* tinha, originalmente, uma conotação negativa, era utilizado como injúria contra aqueles que rompiam normas de gênero e sexualidade. Nas palavras de Guacira Lopes Louro, o *queer* designa “a diferença que não quer ser assimilada ou tolerada, e, portanto, sua forma de ação é muito mais transgressiva e perturbadora.” (Louro, 2001, p.546) O termo *queer* aqui se relaciona tanto a corrente teórica quanto aos contextos de movimentos sociais contemporâneos que defendem culturas sexuais marginalizadas e tomam o termo *queer* como nomeação e parte de suas diretrizes conceituais e políticas.

intervenção social e ação política. No contexto das configurações empresariais GLS/GLBT aborda-se o processo de constituição da AEGLBT/SC e os empreendimentos comerciais vinculados à associação. São analisadas também as iniciativas da associação referentes ao que definem como fortalecimento do turismo GLS na região, na consolidação da cidade de Florianópolis como destino turístico voltado ao público GLBT, num contexto em que o carnaval gay da cidade conta como origem importante neste processo. No segundo capítulo são exploradas as relações entre empresários e ativistas e suas respectivas impressões recíprocas, ao lidarmos com concepções distintas a respeito da parada, tomada por um âmbito enquanto ato político e por outro enquanto evento turístico vinculado aos empreendimentos GLS/GLBT. Primeiramente são explicitados os contextos etnográficos em que a pesquisa se desenvolveu, isto é, os espaços de interação entre agentes e de constituição do próprio evento: a Semana da Diversidade promovida pela AEGLBT/SC em 2009, a Semana da Diversidade promovida por dois grupos ativistas LGBT (Roma E Gozze⁸) em 2010, e os dias de realização do evento nestes dois anos.

A partir destas descrições, busca-se no terceiro capítulo realizar uma análise da Parada da Diversidade como evento permeado por discursos e práticas, tomando-a como um evento performático que é “disputado” a partir de diferentes interpretações a objetivos, dependendo dos agentes envolvidos. São abordados os significados ali presentes que lidam com as discussões sobre a “eficácia” da Parada. Busquei evidenciar como o caráter do evento está constantemente em negociação entre estes campos de forças, transitando entre os limites da “festa” e da “política”, a partir do momento em que entram em choque as narrativas e performances distintas sobre o evento, providas sejam das esferas do ativismo ou do empresariado. Dependendo dos agentes envolvidos e das circunstâncias conjunturais, algumas das representações se sobressaem, implicando em diferentes interpretações a respeito do evento, seja como manifestação festiva e/ou política, contexto no qual se catalisam justamente representações sociais a respeito da população LGBT e sobre seus direitos. Com evento

⁸ Não abordarei neste momento as histórias e dinâmicas destes dois grupos citados, deixando para realizar este intento ao longo do trabalho, bastando por hora que se mencione que seus nomes não correspondem à siglas, mas sim às nomeações específicas que os próprios ativistas deram aos coletivos dos quais fazem parte.

comunicativo e extra-cotidiano a Parada está envolve e influencia, como parte de sua manifestação e constituindo seus significados, em processos sociais de transformação social a respeito das compreensões sobre sujeitos e direitos LGBT.

Por fim, no terceiro e último capítulo, são abordados os diferentes mecanismos pelos quais são representados os sujeitos LGBT na Parada da Diversidade, na consolidação de um debate sobre direitos humanos específicos para os novos sujeitos que “surgem” no debate sobre identidade naquele contexto. Numa discussão a respeito dos modos de subjetivação, sujeitos e identidades no contexto do evento, buscam-se abordar a trajetória de consolidação de identidades igualitárias a partir das narrativas do movimento LGBT, os processos de classificação a partir de diferenças na esfera do consumo e do empresariado GLS/GLBT, e as influências dos debates pós-estruturalistas nestes dois contextos. Abordando também os paradoxos em torno da elaboração de direitos e cidadania LGBT no evento, procura-se evidenciar como os discursos e práticas em torno destes direitos e sujeitos pode se constituir como um ponto de expansão nas modernas narrativas a respeito da cidadania ao mesmo tempo em que desafiam seus limites.

PRIMEIRO CAPÍTULO

HISTÓRIAS EM TORNO PARADA DA DIVERSIDADE

Ao pensarmos sobre o surgimento de grandes eventos massivos como as Paradas de Orgulho LGBT e comemoração da Diversidade Sexual no Brasil, tornam-se inevitáveis as referências à trajetória do movimento homossexual no país, que hoje, ao longo de debates internos ao movimento social, vem sendo reconhecido como movimento LGBT, fruto das discussões a respeito das identidades lá negociadas e representadas. Isto se processa deste modo pelo fato de que muitos destes “eventos de orgulho”, em vários contextos locais, surgem a partir das dinâmicas existentes no movimento LGBT recente, em suas relações com outras instâncias de ativismo social, com governos e instituições, e também como fruto de modificações nos modos de entendimento e nos debates a respeito das homossexualidades na realidade brasileira contemporânea.

Ao mesmo tempo, neste contexto em que as Paradas se articulam, cada vez mais outra esfera ganha relevância, relacionada ao surgimento e consolidação de um âmbito comercial e de consumo que intervêm também nestes eventos, isto é, o âmbito das iniciativas comerciais que focam como público consumidor alguns dos segmentos identitários da sigla LGBT. Este âmbito comercial e empresarial, que se firmou no país principalmente ao longo dos anos noventa, é muitas vezes referido por alguns de seus agentes e também por alguns estudos (RESENDE, 2003; FRANÇA, 2006) como um emergente “mercado GLS”, ou como vou sugerir ao longo deste trabalho, em função das dinâmicas do campo através do qual se realizou esta pesquisa, como um conjunto de atividades empresariais definidas como “empreendedorismo GLBT”.

Em Florianópolis a Parada da Diversidade surge como evento anual em um período relativamente recente, como fruto de um processo em que o “modelo de Paradas”, como uma das formas mais massivas de expressão das lutas e do orgulho LGBT, começa a se

difundir em várias partes do Brasil, depois dos “bem sucedidos” exemplos presentes em grandes cidades do país, como no Rio de Janeiro e em São Paulo, cidade na qual o evento local contou com a participação estimada quatro milhões de pessoas em 2011⁹. A Parada da Diversidade de Florianópolis surge assim em uma confluência de campos, forças e esferas, nas quais, dentre as variadas manifestações ali presentes, as esferas do ativismo LGBT e do empresariado GLBT são as mais visíveis, justamente pela aparente polarização que se desenvolve entre seus agentes. Estes duas esferas se encontram hoje inter-relacionadas no evento de Florianópolis, pelo fato de que a Parada é organizada por uma associação de empresários do empreendedorismo GLBT local, destacando-se ali muitas vezes, nas dinâmicas do evento nos últimos anos, algumas fricções entre estas esferas empresariais e o ativismo LGBT existente na cidade.

Nesta investigação senti que era necessário rastrear um pouco do processo de surgimento e consolidação da Parada da Diversidade, de maneira a recuperar alguns dos fatos e histórias antecedentes ao surgimento da Parada da Diversidade, tentando dar conta de como o processo local de articulações coletivas poderia ser comparado com outras experiências em outras partes do país e do mundo. Diversos pesquisadores (MACRAE: 1990; FACCHINI: 2003) efetuaram estudos sobre a dinâmica do movimento LGBT ao longo dos quase trinta anos de sua existência no Brasil, abordando suas influências e relações em contexto para o surgimento de Paradas, destacando também o papel que o mercado GLS (revistas e outras publicações segmentadas, casas noturnas e saunas, portais virtuais e sites de relacionamento, etc.) ganha em eventos deste tipo nos últimos anos (FRANÇA: 2006). Tendo em conta os aportes destas pesquisas e as particularidades da Parada da Diversidade em Florianópolis, procedi de modo a analisar algumas das semelhanças e diferenças no contexto local minha investigação. Assim, neste capítulo serão abordadas algumas destas peculiaridades no surgimento da Parada da Diversidade na cidade, buscando traçar um breve histórico desta trajetória em suas relação com as dinâmicas históricas do movimento LGBT e do empresariado GLS/GLBT na região.

⁹ A quantidade de pessoas estimadas foi divulgada em meios de comunicação a partir da estimativa realizada pelos organizadores do evento, a Associação da Parada do Orgulho GLBT de São Paulo. Informação também divulgada em seu site: http://www.paradasp.org.br/noticias_listagem.php, acessado em janeiro de 2012.

Este exercício para constituição de um panorama histórico do evento derivou-se a partir de uma série de narrativas e de práticas referentes à Parada na cidade, provindas do contato com meus interlocutores ao longo da pesquisa de campo em diferentes momentos, principalmente através de entrevistas realizadas e em conversas informais com ativistas e empreendedores. Estas narrativas estavam permeadas por diversas experiências e vivências individuais e coletivas, que se articulavam para potencializar diferentes sentidos que o evento ganha na cidade e que privilegiavam determinadas histórias em torno de seu surgimento, dando conta também de outros episódios como atos, caminhadas e marchas da população LGBT que haviam acontecido antes da Parada e que eram ou não vinculados ao evento que ocorre atualmente.

Como primeira abordagem neste capítulo, inspirado em alguns dos debates sugeridos por Michel Foucault (1998), busco dar conta brevemente das variadas articulações entre concepções a respeito da sexualidade e sobre sujeitos, destacando a influência destas concepções no contexto dos movimentos sociais e explicitando como estas se influenciam mutuamente, afetando também igualmente diferentes contextos em que surgem as Paradas. Começaremos abordando a inter-relação entre as sexualidades, tomadas como objetos do discurso e práticas ao longo do século XX, o aparecimento de movimentos sociais em torno das “homossexualidades” e o surgimento contemporâneo das Paradas como modelo de manifestação pública para exigência de direitos LGBT. A seguir será abordado brevemente o histórico de eventos deste tipo no Brasil, relacionando-os ao contexto local de surgimento da Parada da Diversidade em Florianópolis, tratando das histórias em torno do surgimento e da consolidação do evento entre 2006 e 2008.

Estas histórias são aqui tomadas a partir do contexto de surgimento das Paradas no Brasil, numa abordagem que toma estes eventos como expressões das diferentes sexualidades configuradas na contemporaneidade, muitas vezes associadas ao movimento sociais de liberação sexual e de matriz identitária, mas não somente elaboradas e restritas a estas esferas ativistas. Estes relatos e experiências são também configuradas em outros contextos e registros (sejam estes médicos e jurídicos, e mais recentemente, nas esferas empresariais, por exemplo), que trabalham conjuntamente no sentido de conceber

sujeitos de maneiras distintas, criando definições a respeito do fossem indivíduos “homossexuais” e posteriormente sugerindo a existência de diversas segmentações identitárias inerentes às experiências e vivências das homossexualidades.

I. Sexualidades, movimentos e o surgimento das Paradas

Pensar Paradas como uma manifestação pública massiva requer pensar também através de quais possibilidades e condições históricas e sociais surgem estes grandes eventos que tomam as ruas das grandes cidades em diferentes partes do mundo para comemorar o “orgulho de ser homossexual” e para lutar por “direitos para os sujeitos LGBT”. A associação destes eventos com os movimento homossexual moderno é quase sempre “invocada” como origem e contexto em que as Paradas, como modelo de manifestação pública, se difundem em contextos diversos. Inevitável assim não refletir sobre a própria história e surgimento destes movimentos sociais em diferentes países ao longo do século XX, aludindo aos seus processos e dinâmicas internas de transformação ao longo do tempo. Alguns autores apontam para a pertinência de pensarmos que o aparecimento do moderno movimento homossexual está relacionado a uma série de experiências e resistências no começo do século XX, em que surgem novos discursos e práticas (médicos e jurídicos, principalmente) articulados em torno de um novo tipo de indivíduo, engendrados por estes mesmos discursos: o indivíduo “homossexual”.

Michel Foucault e sua produção são referência importante neste sentido por tratar a sexualidade de maneira diferente, distinguindo sua aproximação deste objeto de investigação das demais compreensões existentes então, informadas muitas vezes pelas ciências do campo psicológico ou por saberes jurídicos ou médicos. O autor efetua uma modificação na compreensão a respeito das sexualidades ao concebê-la não mais como um assunto de cunho individual e restrito, (sobre o qual não se fala), mas sim como uma configuração histórica de um dispositivo de poder-saber, que se articula a partir do discurso e do desejo, modelando corpos e subjetividades (BENTO, 2006, p. 78). Ao tratar a sexualidade como um dos diferentes regimes ou dispositivos de subjetivação na sociedade

moderna o autor avança na possibilidade de pensarmos a sexualidade como um dos modos centrais de “conformação” de sujeitos. Preocupado com a hipótese repressiva, Foucault sugere em *História da sexualidade I* (1988) que não se trataria tanto de saber o que se disse sobre a sexualidade, mas de saber o que se disse a partir de que posições e de quais instituições, saber como o discurso sobre o sexo se produz e se perpetua, “criando” novos sujeitos do discurso.

Uma das produtivas oposições informadas por estes discursos, a dicotomia entre homossexualidade/heterossexualidade, foi posteriormente analisada por Eve Sedgwick em seu *Epistemologia do Armário* (2008 e 1990), influenciada justamente pela produção Foucaultiana. Sedgwick, ao questionar a dicotomia homossexual/heterossexual como matriz para a conformação de identidades modernas – presentes como principal mote de articulação para o movimento LGBT moderno -, evidencia a característica problemática destas oposições a partir de uma perspectiva *queer*. Seria incoerente conceituar o “homossexual”, mesmo no movimento de direitos dos LGBT pelo viés identitário, sem considerar as formas modernas de conceituar o desejo pelo mesmo sexo. Nesse exercício, problematizar a aparente simetria entre homossexual/heterossexual poderia ser um movimento central nestes debates, num intuito de evidenciar a verdadeira assimetria dessa oposição, demonstrando até mesmo a recente elaboração destas duas categorias, sendo a definição do “heterossexual” posterior à definição do que seria uma pessoa “homossexual” (SEDGWICK, 2008, p. 42-43). Mesmo afirmando a contingência na formulação dessas duas “categorias de pessoas” e sua aparente oposição, Sedgwick não deixa de apontar que a identificação com estas categorias tenha o poder de mobilizar taticamente aqueles que se sentem parte de uma minoria.¹⁰

¹⁰ “Questionar a auto-evidência natural dessa oposição entre gays e héteros como tipos distintos de pessoas não é, porém, desmanchá-la. Talvez ninguém devesse querer fazê-lo. Grupos substanciais de mulheres e homens nesse regime de representação descobriram que a categoria nominativa “homossexual”, ou seus quase-sinônimos mais recentes, tem um poder real de organizar e descrever sua experiência de sua própria sexualidade e identidade, de modo suficiente para fazer com que sua auto-aplicação (mesmo que apenas tática) seja, pelo menos, digna dos enormes custos que a acompanham.” (SEDGWICK, 2008, p.43)

Pontuando assim a emergência bastante recente da categoria “homossexual” na modernidade e os limites de tomá-la como categoria auto-evidente não estão excluídos da análise destes autores os efeitos reais da exclusão e do preconceito sob o qual vivem indivíduos que se “identificam” com que estas categorias, como modos de vivenciar e compreender, dentro de um sistema de representações dado, suas práticas amorosas e sexuais. Assim a homossexualidade, enquanto categoria e em suas variantes, articulada ao longo dos debates identitários no interior dos movimentos sociais, teve o poder de mobilizar e organizar homens e mulheres em diversas partes do mundo em diferentes períodos históricos de suas lutas. Não estão descartadas as evidências da existência de movimentos de luta pelos direitos dos homossexuais desde o final do século XIX (LAURITSEN & THORSTAD, 1974) no que poderia ser chamado como a “primeira onda” dos movimentos homossexuais modernos, profundamente marcados pelas lutas contra a patologização da homossexualidade e em debates em favor do socialismo ou na luta contra Estados totalitários emergentes na primeira metade do século XX. Alguns autores apontam para a necessidade de resgatar a história destes primeiros movimentos estabelecidos entre 1860 e 1940 em países como França, Alemanha e Rússia, como parte de uma história e de um “acúmulo político” que se refletissem nas mobilizações da “segunda onda” destes movimentos, surgidos a partir das lutas por direitos civis e na organização de grupos de luta de homossexuais, mulheres e negros nos anos sessenta, principalmente nos EUA e na Europa (LAURITSEN & THORSTAD, 1974).

Os novos movimentos sociais da segunda metade do século XX ganharam relevo e se organizaram principalmente durante os anos sessenta, setenta e oitenta, impulsionando novas formas de mobilização em que a resistência nas ruas contra expressões de violência e repressões de todo tipo, foram mote principal para o surgimento e organização de muitos grupos em diversas partes do mundo. Notoriamente reconhecido como um dos marcos históricos nas lutas LGBT, quase sempre demarcado e recordado por grupos do movimento LGBT, constantemente se remete ao episódio ocorrido nas imediações do bar *Stonewall Inn*, na cidade de Nova York, como a data de referência para o começo do significativo movimento gay norteamericano e para o surgimento de uma nova onda de mobilizações em torno dos debates sobre sexualidades. Com influências significativas na

maneira como o movimento viria a se manifestar ao longo dos próximos anos, o incidente ocorrido neste bar no dia 28 de junho de 1969 se configurou como uma invasão policial para prender e agredir os frequentadores habituais do lugar, principalmente gays, travestis e lésbicas. O procedimento realizado pelos invasores, as conhecidas “batidas policiais”, era uma praxe recorrente e vinha sendo realizado sem grandes conflitos até a noite em que os frequentadores saíram às ruas e enfrentaram os policiais com pedras e pedaços de madeira, deflagrando um conflito de rua de grandes proporções e com reverberações sociais nos anos posteriores.

No ano seguinte, na costa oeste dos Estados Unidos, na região da cidade de São Francisco, iniciou-se uma tradição de luta por direitos para os homossexuais através de grandes manifestações públicas, que ficaram conhecidas como *Gay Prides Parades*, organizados por grupos (como o *Mattachine Society* fundado em 1950) inspirados nas lutas por direitos civis do movimento negro e pelo movimento feminista organizados então, assim como pelas iniciativas populares e esforços contra a Guerra do Vietnã. Assim é que a rebelião de *Stonewall* contra a polícia – um evento que é hoje comemorado com a Passeata Anual do Orgulho Gay em diversos países do mundo – simboliza o advento de um novo movimento social (GREEN, 2003 p. 24).¹¹

Notam-se algumas diferenças entre as Paradas em suas configurações em diversos países, de modo que estas manifestações se mostram um tanto diferentes do modelo que se popularizou no Brasil posteriormente, com presença de carros de som e trios elétricos e com um desenvolvimento “dançante” e festivo dos participantes ao longo das avenidas. Também marcadas por seus aspectos festivos, em algumas das Paradas dos Estados Unidos e Inglaterra os participantes se organizam através de grandes marchas por vias públicas de grandes cidades, compostas por vários setores agrupados em sucessivas seções, colunas estas muitas vezes definidas por atividades profissionais (policiais, enfermeiros, professores, etc.) ou então por marcadores identitários (“ursos”¹², transgêneros, lésbicas, BDSM¹³, etc.), onde se

¹¹ Pesquisadores realizaram extensas pesquisas sobre o contexto de surgimento destes movimentos em suas dinâmicas particulares. Conferir D’EMILIO (1998).

¹² O termo “urso” é aqui utilizado para definir um estilo determinado entre os segmentos LGBT e que se refere de maneira metafórica ao animal de mesmo nome pelas semelhanças e

destacam carros alegóricos e outros elementos decorativos e performáticos que compõem os eventos.

Em outras partes do mundo, como Argentina, Nicarágua, México e Porto Rico também viriam surgir, como fruto de modificações sociais ao longo dos anos sessenta e setenta, vários grupos e movimentos de gays e lésbicas: El Grupo Nuestro Mundo e a Frente de Liberación Homosexual de la Argentina (do qual fez parte Néstor Perlongher, antropólogo argentino radicado no Brasil) e a Frente Homosexual de Acción Revolucionaria no México, entre outros grupos, como aponta James Green (2003). Mesmo com o florescimento destes movimentos e grupos em diferentes contextos o modelo de manifestação pública massiva, com marchas e passeatas para a comemoração do orgulho e da diversidade sexual não se estendeu e difundiu como tática de luta privilegiada em todos estes países.

Ainda que atualmente muitas vezes estes eventos sejam considerados “quase sinônimos” de movimentações vinculadas aos movimentos de Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros no Brasil (denotando outras formas de mobilização realizadas por estes grupos ativistas antes da existência dos eventos massivos atuais), somente nos anos noventa as Paradas surgem como meio de manifestação pública privilegiada por grupos ativistas e se difundem como modelos de manifestação em diversas partes do país, ainda que de forma bastante distinta das Paradas em outras partes do mundo. Abordarei um pouco deste processo e suas particularidades no contexto de Florianópolis a seguir.

2. As Paradas no Brasil: breve histórico

associações estabelecidas no interior destas comunidades. O segmento se distingue pela reunião e constituição de comunidades gays que definem como “ursos”, unidos por algumas características físicas, comportamentais, sexuais e de desejo específicas: são geralmente homens grandes, com barba e corpos “cabeludos”, que valorizam atributos considerados por eles tipicamente como “masculinos” e que, em geral, desejam outros “ursos” com características semelhantes.

¹³ Acrônimo para “Bondage, Disciplina, Sadismo e Masoquismo”, denominação que define grupos e práticas eróticas que envolvem elementos de dominação e submissão em busca de prazer sexual, realizados entre indivíduos através do consentimento mútuo.

Como dito no começo deste capítulo muitas vezes histórias em torno do surgimento das Paradas emergem envolvidas em relatos a respeito da história do movimento homossexual - que modifica sua denominação adotando a sigla LGBT num período relativamente recente - de modo que em muitas regiões onde ocorrem eventos do tipo se torna difícil dissociar um contexto histórico do outro. No Brasil estes e eventos são muitas vezes identificados relativamente com um “novo modo” de “fazer política” se comparado com experiências em outros países, onde estes eventos massivos existem já há bastante tempo. Considerando esta associação entre o movimento LGBT no Brasil e o surgimento das Paradas é necessário abordar aqui brevemente um pouco do histórico deste movimento social no país.

Existe atualmente quantidade significativa de trabalhos que abordaram a trajetória do que era denominado anteriormente de movimento homossexual brasileiro (MHB) e seus processos e debates internos para transformação no que atualmente se reconhece como movimento LGBT brasileiro. Tendo em conta estas pesquisas não pretendo me estender aqui sobre a história do movimento LGBT no Brasil justamente por entender que muitos destes trabalhos já se ocuparam desta tarefa importante, agrupando informações e relatos que compõem um rico panorama deste processo histórico de transformação. Aqui me interessa somente pontuar alguns aspectos deste processo, relacionando aos debates sobre sujeitos, identidades e direitos desdobrados nos contextos de Paradas.

É importante destacar que muitos destes estudos abordaram o processo de constituição inicial do movimento no Brasil em fins dos anos setenta e começo dos anos oitenta (MACRAE: 1990) relacionando-o ao processo de reorganização sindical, trabalhista e partidária que ocorria neste período, numa conjuntura de grandes mobilizações sociais contrárias à ditadura militar, em que já iniciava um processo gradativo de restituição de liberdades civis e de redemocratização no país. A trajetória do Grupo Somos, tido por muitos como um dos primeiros grupos brasileiros de politização relacionada à homossexualidade, é quase sempre destacada como experiência paradigmática para compreensão deste processo. A pesquisa de MacRae (1990) evidencia o protagonismo que o então emergente movimento homossexual brasileiro cumpria nos debates a respeito da redemocratização no país, como no processo de elaboração da

constituente de 1988¹⁴ e sobre a reorganização partidária após o sistema de bipartidarismo vigente durante a ditadura, em que tendências libertárias e esquerdistas dividiam opiniões e davam origem a grupos homossexuais com posições diferenciadas.

Neste contexto, o debate sobre as identidades representadas no movimento social estava perpassado por discussões a respeito da igualdade entre diferentes hierarquias e segmentações identitárias, que já começavam a influenciar e despontar como polarizador no debate entre ativistas, a partir da tensão interna a respeito dos sujeitos políticos materializados por este novo movimento social que surgia. O sistema de classificação hierárquico entre homossexuais definido pela dicotomia bicha/bofe¹⁵ existente no país passa a ser questionado em comparação com um modelo moderno traduzido na paridade igualitária entre homossexualidades que começa a surgir e se difundir em algumas camadas sociais.

Posteriormente, em outras abordagens, priorizou-se a análise sobre a intensificação do processo de segmentação identitária, em que a constituição de novos sujeitos e identidades coletivas materializou o que veio a ser reconhecido como a “sopa de letrinhas¹⁶” da sigla GLBT, modo pelo qual o movimento passou a se a definir a partir de meados dos anos noventa (FACCHINI, 2003). O “reflorescimento” pelo qual passa o movimento neste período - após contexto no qual as lideranças e grupos ativistas passam por um processo de reorganização, redefinindo prioridades e atividades frente ao advento da AIDS¹⁷ no decorrer dos anos oitenta – favoreceu, ao que parece, tanto um

¹⁴Para mais aprofundamento sobre os debates e propostas Movimento a respeito do processo de discussão nacional sobre constituinte conferir Câmara (2002).

¹⁵ Para análise minuciosa desta dicotomia hierárquica entre categorias conferir Fry (1982)

¹⁶ A expressão “Sopa de letrinhas” foi um modo encontrado pela pesquisadora Regina Facchini (2003) para expressar a constante adição de letras e reformulação constante da sigla “LGBT”, como fruto dos debates internos ao movimento social sobre as identidades e sujeitos representados, num contexto em que a sigla, de sua configuração inicial como “GLBT”, passa depois a incluir mais “Ts”, em função da demanda por representação de transexuais e transgêneros (nesse caso modificando a sigla para “GLBTtT”), e depois, a partir da primeira conferência GLBT realizada pelo governo Lula, passa a ser LGBT, com a modificação da posição da letra “L”, decorrente das discussões sobre a dupla opressão da sofridas pelas lésbicas, por serem mulheres e homossexuais, ganhando assim “prioridade” e “localizada” no começo da sigla.

¹⁷ Para análise sobre as relações entre homossexualidade e debates a respeito da AIDS conferir Parker (1994).

processo de institucionalização destes mesmos grupos (que legalizaram sua existência através de registros de pessoa jurídica e/ou transformando-se em organizações não-governamentais) assim como uma interação mais intensa com as diversas esferas estatais, redefinindo as táticas e reivindicações do movimento desde seu surgimento, pautado inicialmente pela luta contra ditadura, numa concepção em que a “luta homossexual” era parte de um projeto global de transformação da sociedade que passava “por fora” das instituições governamentais, vistas com desconfiança (GREEN, 2003).

Neste momento a epidemia de AIDS provocou, contraditoriamente, como apontam alguns autores (PARKER, 1994; TREVISAN, 2000), a oportunidade de discutir publicamente a respeito da estigmatização e do preconceito sob o qual viviam os homossexuais no país, assim como evidenciou a necessidade de elaboração de políticas públicas que contemplassem tanto as demandas da população homossexual, bem como da criação de políticas de saúde que buscavam combater a disseminação do vírus causador da doença. Com o advento da AIDS, inicialmente conhecida como a “peste gay”, a ênfase anti-autoritária e a contestação social mais ampla a partir da homossexualidade e da valorização de seus aspectos “marginais”, muito presente como traço dos primeiros momentos de organização do movimento no Brasil, perde espaço para um discurso que se propunha a conquistar direitos específicos, combater a violência e o preconceito e construir uma imagem pública positiva dos homossexuais (FRANÇA, 2006).

Nesta nova situação a homossexualidade ganha visibilidade no cenário nacional, como tema de debate em evidência, influenciado tanto pelas iniciativas do movimento em sua reorganização e suas novas relações com o Estado, como por um crescente interesse popular sobre como viviam as “pessoas homossexuais”, até então associadas a contexto social de marginalização e negatividade. A segmentação identitária no interior do movimento também passa por transformações e se intensifica neste período, onde travestis e transexuais assim como bissexuais começam a se organizar no interior do movimento existente ou em grupos e movimentos autônomos¹⁸. O

¹⁸ Este processo é mencionado por Isadora Lins França (2006) em sua análise a respeito das dinâmicas relacionadas à Parada do Orgulho GLBT de São Paulo.

papel que a mídia cumpre nesta conjuntura, com matérias de capa sobre o tema em revistas de circulação nacional, e a consolidação do emergente mercado GLS, surgem como fatores que intensificam a nova visibilidade em torno da homossexualidade durante a década de noventa.

O sentimento relacionado ao “orgulho gay, é elaborado de forma mais complexa, e o encorajamento vinculado ao “assumir-se” homossexual são traços que denotam estas mudanças. Tal contexto contribuiu para que se afirmasse a ideia de “orgulho gay” e se caracterizasse a segunda metade dos anos de 1990 como um período de efervescência no que tange à homossexualidade (FRANÇA, 2006). Em meados desta década, iniciativas para organização de Paradas começam a tomar corpo, principalmente em locais em que o movimento LGBT tinha certa “tradição”, existindo há mais tempo e por onde passava por reorganização e reflorescimento, com organização de reuniões e outros encontros nacionais para a discussão de suas políticas, que muitas vezes materializaram atos de rua e em outras manifestações que capitalizassem a visibilidade para as demandas políticas do momento.

Se tomarmos as Paradas como um “modelo de manifestação” que se difundiu de diferentes maneiras em vários contextos, observa-se que sua realização no Brasil foi relativamente recente, sendo os primeiros eventos ocorridos em meados dos anos 1990 em cidades como Rio de Janeiro e São Paulo e somente depois, ao longo dos anos 2000, se “espalhando” para outras cidades e capitais do país. Eventos “simbólicos” no surgimento das Paradas no Brasil, citados por outros autores e por seus interlocutores, foi uma passeata realizada no ano de 1995 no Rio de Janeiro, ao final de uma das reuniões da ILGA (*International Lesbian and Gay Association*), lembrada por alguns ativistas como “a primeira parada” e reunindo mais de três mil pessoas, trazendo já a marca característica de muitas Paradas que viriam a acontecer no Brasil: uma grande bandeira do arco-íris, símbolo internacional da luta e do “orgulho” LGBT.

Luiz Mott (2002), citado por Isadora França (2006) relata como um dos primeiros eventos relacionados à expressão do “orgulho” foi um conjunto de atividades realizadas em 1982 pelo Grupo Gay da Bahia, a “Semana do Orgulho Gay e Consciência Homossexual”. Entre

outros eventos citados como pioneiros está uma manifestação organizada ao final do VIII Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas e a “I Passeata Gay do Rio de Janeiro”, impulsionada pelo Jornal “*Nós Por exemplo*” em parceria com casas noturnas e grupos do movimento (FRANÇA: 2006). Observa-se que estas manifestações, que já surgiam em grande parte inspiradas em eventos semelhantes que ocorriam em outros países, tinham como característica a periodicidade anual e se destinavam especialmente à celebração do “orgulho” e à tornar visíveis as demandas do movimento, inaugurando um estilo diferenciado de atuação política no movimento.

Embora seja difícil precisar qual o antecedente direto das paradas, podemos marcar os meados da década de 1990, especialmente o ano de 1995, como fundamental na gênese das paradas no Brasil. (...) as manifestações públicas que se aproximam da forma de Parada até 1995 caminham junto com o crescimento de um discurso da visibilidade e do orgulho e parecem derivar em parte do contexto do movimento na década de 1990. (FRANÇA, 2006, p.109)

Algo que também conta como diferencial neste novo momento são os financiamentos estatais, tanto das esferas federais como estaduais e municipais. Geralmente vinculados aos programas de governo para saúde, o financiamento surge como parte de uma estratégia governamental de “prevenção” entre um público de pretensamente “mais vulnerável” a contaminação por DST/AIDS. Como apontado por França (2006) no ano de 2005, como um dos desdobramentos do já mencionado “Programa Brasil sem Homofobia”, o Ministério da Cultura do Governo Federal abriu edital aceitando projetos para apoio a Paradas, concedendo financiamentos para 28 Paradas no Brasil, em valores que iam de R\$ 10.000,00 a R\$ 90.000,00 para cada organização. Este processo de parcerias e financiamento estatais, e também em menor medida, de convênios e parcerias com órgãos internacionais (com, por exemplo, a ONU), se desenvolveu não

somente no contexto do movimento LGBT nacional, mas também em outras esferas do que se convencionou a chamar na literatura de “novos movimentos sociais”, surgidos no Brasil imediatamente após a ditadura militar (incluindo aí os movimentos feministas e também o movimento sindical). Sônia Maluf (2009) observa que ao término do regime militar, muitas das organizações autônomas que compunham estes movimentos, até então descentralizados, sem hierarquias internas formais e com relativa “independência financeira”, acabam por se institucionalizar através de diversos caminhos: se tornaram ONGs, recebendo financiamento de organismos e agências internacionais, enquanto novos grupos já surgiram na forma de ONG; outros se dissolveram com a incorporação de seus militantes em órgãos do governo ou sua profissionalização sobretudo na adoção de carreira acadêmica (MALUF, 2009, p. 04).

Outro aspecto importante neste novo cenário é a ação entre os grupos do grupos ativistas, no repasse e circulação de informações e experiências para formação de militantes na promoção de novos eventos em outras cidades e regiões do país. Ainda que existam tentativas de articulação de um calendário de Paradas ao longo do ano em diferentes regiões do país (principalmente divulgada pela ABGLBT¹⁹ por meio de listas de emails, fóruns eletrônicos e por sites na internet) não existe até o momento iniciativas semelhantes à *InterPride*, organização internacional que coordena atividades relacionadas às Paradas e a outros ventos do “orgulho gay” que ocorrem em diversas partes do mundo. Mesmo assim o compartilhamento de informações e experiências parece ser um fenômeno que possibilitou a “difusão” das Paradas como modelos de manifestação para várias partes do país e inclusive para cidades do interior. No caso de Florianópolis, como iremos ver ao longo do trabalho, a troca de informações e experiências entre os empresários da AEGLBT/SC e os ativistas da ONG Dignidade de Curitiba parece ter sido fator importante para a conformação do evento em Florianópolis. Tratarei a seguir das histórias envolvendo tanto as dinâmicas do movimento LGBT local como também o processo de formação da AEGLBT/SC, que reúne os empreendedores GLBT, visando apresentar um panorama geral a respeito das relações destes dois campos distintos nos esforços para o surgimento da Parada em

¹⁹ Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros.

2006 e em seu desenvolvimento como evento anual ao longo dos anos até o momento em que início minha pesquisa de campo, em 2009.

3. Grupos do Movimento LGBT: suas histórias, práticas e discursos

Em meu contato com os grupos e ONGs que faziam parte do movimento LGBT em Florianópolis no momento da investigação, procurei mapear um pouco dos relatos e discursos em torno de formação destes mesmos grupos e ONGs. Estes discursos estavam permeados pelas experiências e lembranças pessoais de ativistas e militantes que tinham grande parte de suas vidas entremeadas por histórias dos grupos dos quais faziam e fizeram parte e que muitas vezes se confundiam com as histórias de suas próprias vidas.

Considerando este contexto não pretendo aqui realizar uma análise que estabeleça “uma história oficial” do movimento LGBT em Florianópolis ao longo dos anos 1990, ou muito menos supor uma análise com a pretensão de abranger todas as experiências e histórias dos diversos grupos que existiram ao longo do período. Pretendo aqui, de forma muito menos pretensiosa, a partir do que foi percebido durante a pesquisa de campo, estabelecer relações que possam permitir visualizar de forma panorâmica um pouco do contexto e das histórias que influenciaram e continuam a ter ressonância nos sujeitos com os quais tive contato ao longo da pesquisa. Esses grupos com os quais estabeleci contato durante a pesquisa não representam a totalidade do movimento LGBT de Florianópolis dos anos 1990. Eles trouxeram visões e relataram ações diferenciadas sobre a Parada da Diversidade e foram também os grupos mais frequentemente citados pelos ativistas com quem estabeleci interlocuções durante a pesquisa.

O contato com estas organizações foi realizado por meio de entrevista com seus dirigentes, na participação em algumas de suas reuniões, debates e encontros, assim como de participações nas atividades que organizaram durante as edições da Parada em 2009 e 2010. A relação com os sujeitos foi facilitada pelo meu contato anterior com o movimento LGBT na cidade, no qual eu atuei durante algum tempo, antes do começo da pesquisa de campo. Isso facilitou minha inserção para a realização da pesquisa e a visualização de uma rede de relações entre estes grupos no contexto de realização da Parada.

A aproximação com estes agrupamentos ativistas deu-se a partir da própria dinâmica da pesquisa de campo, sendo que alguns deles retomaram com maior ênfase as atividades na organização da Parada principalmente em 2010. Outros grupos pesquisados não participaram da parada nos anos em que realizei trabalho de campo, mas, no entanto, considerei importante incluir algumas de suas histórias, pois estes influenciaram outros grupos que tiveram papel importante numa das edições da Parada em que estive em campo, principalmente em relação à quinta Parada, de 2010, conformando tanto um contexto de relações apadrinhamento e “desmembramentos” e rearticulações entre estes grupos e que também apontavam para a decisão de alguns ativistas de não participarem da Parada.

3.1 As ONGs ADEH Nostro Mundo e Instituto Arco-Íris

Pude observar que as histórias destes grupos e seus ativistas se entrecruzam e que muitas vezes uma organização dava origem a outras por desmembramentos e cisões internas em função de discordâncias, ou mesmo por mudanças de orientação e foco ou dispersão das pessoas envolvidas nas iniciativas. Outros grupos também surgiram por iniciativas individuais de militantes que buscavam auxílio nas experiências de ativistas “mais antigos” no movimento. Um exemplo desde fenômeno ao longo dos anos 1990 é a ONG ADEH Nostro Mundo, uma das mais antigas organizações do movimento LGBT na cidade.

Segundo um de meus interlocutores, Alexandre Martins, militante que fazia parte do Instituto Arco-Íris desde sua fundação, a ADEH Nostro Mundo²⁰ foi um dos primeiros grupos em Florianópolis, dando origem no fim dos anos 1990 ao Instituto Arco-Íris²¹ e na década de 2000 ao Roma – Grupo de Diversidade Sexual. A partir de diversas falas de militantes pude saber que a ADEH Nostro Mundo esteve

²⁰ Para conferir um pouco do histórico da entidade, narrado por seus integrantes, bem como seu estatuto acesse seu endereço eletrônico: <http://www.adeh-sc.org/>, acessado em 20 de janeiro de 2012.

²¹ O Instituto Arco-Íris também possui endereço eletrônico onde se encontram muitas informações sobre sua história e sobre seus projetos atuais. Acesse: <http://www.arcoirisdh.org/>, acessado em 20 de janeiro de 2012.

também envolvida na formação de outros grupos e ONGs em Florianópolis e em outras partes do estado, como no caso da ONG Estrela Guia, que trabalha com mulheres profissionais do sexo em Florianópolis, a ONG GATA, de Tubarão e a ONG Deusas da Noite, de Criciúma, sendo que ambas são formadas por travestis, processo este também observado por Taques (2007) em sua pesquisa. Alexandre relatou que as relações entre os grupos ativistas em Florianópolis sempre foram “muito estreitas” e que o movimento LGBT na cidade nunca teve uma grande quantidade organizações atuando ao mesmo tempo. Alexandre contou um pouco desta história:

Começamos o trabalho em 92, a aglutinação de pessoas aqui, sendo que a maior parte eram travestis, né, já naquela época... Tinha simpatizantes, pessoas heterossexuais, enfim, claro... Naquele momento era mais raro do que hoje, mais havia, e...algumas lésbicas..enfim..era um grupo mais eclético, a idéia era que a ADEH, a sigla, Associação de Defesa dos Direitos dos Homossexuais, e por uma questão de pronúncia se tirou o D do nome de fantasia, mas é ADDEH né, na razão

social, ADDEH. E aí a Clô, que era presidente e que idealizou..... Eu vinha do movimento estudantil, de uma militância lá dos anos 80, de menino de 14-15 anos, participando da união catarinense dos estudantes secundaristas e então eu tinha essa experiência mais política, mais organizativa,... a Clô tinha a liderança nesse.. A Clô era uma travesti, ela tinha a liderança nesse ambiente das travestis e do mundo gay e a gente juntou os esforços e conseguimos a ADEH.... [num primeiro momento o surgimento foi da ADEH]...Só que a Clô, no ano seguinte, veio a falecer. Na diretoria da ADEH, que tinha um caráter mais amplo também, eu era vice-presidente e... mas o grupo se dispersou, né... A gente sofreu um baque pela... ainda que eu tivesse algum conhecimento político em função do movimento estudantil que te dá uma bagagem grande pra quem passa (...).(Entrevista cedida na sede do Instituto Arco-

Podemos notar que as ONGs e os demais grupos eram bastante próximos e que a formação de novos grupos estava relacionada a fatores tanto de ordem pessoal quanto de mudanças na conjuntura do próprio movimento LGBT ao longo do período, assim como de novas iniciativas governamentais para o combate da epidemia de HIV/AIDS. Interessante notar como os debates internos ao movimento repercutiam em Florianópolis, especialmente no que diz respeito à dinâmica observada ao longo dos anos 1990 por diversos pesquisadores em diferentes contextos: o “Movimento Homossexual Brasileiro”, como analisado por MacRae em sua pesquisa (1990), se pautava pela configuração de uma nova forma de sociabilidade e de identidade coletiva no contexto de abertura democrática nos anos 1980 - com a participação em lutas globais presente na sociedade brasileira na época (como a luta contra a ditadura e as discussões sobre a Constituinte) -, passa, com o advento da AIDS nesta mesma década, a priorizar as iniciativas de combate à epidemia de HIV/AIDS, pressionando os governos e dividindo a opinião pública de maneira polêmica.

No contexto de Florianópolis muitos dos grupos militantes já nascem, nos anos 1990, marcados por esta conjuntura diferenciada, e já visam sua conformação enquanto grupos juridicamente legalizados, isto é, já surgem dentro do que poderia se denominar como “Organizações Não-Governamentais”, mesmo que a forma de atuação destes grupos ainda não fosse vinculada a projetos apresentados para editais de financiamento vinculados aos governos, forma de funcionamento e financiamento que veio a se consolidar na maioria dos grupos do movimento. Alexandre comenta também que sua própria iniciativa ativista o levava a ter contato com outras formas de atuação no movimento em outras regiões do país assim como na participação em polêmicas internas no movimento naquele período. Assim, me contou sobre uma carta polêmica lançada pela ONG ADEH Nostro Mundo entre 93 e 94 acerca da denominação do movimento homossexual de então, evidenciando as tensões internas a respeito das identidades e dos sujeitos representados no próprio movimento. Nessa carta a polêmica se referia a nomeação específica do movimento, isto é, se seria denominado “movimento homossexual” ou então como “movimento gay” lidando já com as modificações identitárias que

surgiam e com as demandas de representação e visibilidade de outros segmentos identitário no contexto do movimento.

O contexto de discussão sobre a “sopa de letrinhas”, se referindo às modificações na denominação do movimento pelos próprios militantes, evidencia as tensões tanto no que diz respeito às questões referentes a identidades coletivas (FACCHINI, 2003), tema presente nas discussões internas do movimento, assim como de uma constante tensão entre as experiências nacionais, o histórico de movimentações e exemplos estrangeiros, especialmente em relação ao movimento gay estadunidense, fonte de inspiração para diversos movimentos e para “frentes de liberação gay” em diversos países da América Latina ao longo dos anos 1970 e 1980, conforme aponta James Green (2003). As resistências em relação ao termo “gay” poderiam denotar uma resistência também à iniciativas neoliberais imperialistas impulsionadas ao longo da década de 1990 em toda a América Latina, fazendo com que a adoção de termos estrangeiros, especialmente os de língua inglesa, fosse vistos com certas ressalvas por parte do movimento. Ao mesmo tempo a distinção entre os termos “homossexualidade” e “homossexualismo²²” revela como se configurava em Florianópolis a luta contra a patologização da homossexualidade, visto ser a posição da ADEH Nostro Mundo naquele momento uma posição de defesa da denominação “movimento homossexual”.

Alexandre conta que nessa época a principais atividades do grupo, que já de início se constituía como ONG e que contava com integrantes voluntários em sua maioria, estavam pautadas em ações de prevenção contra a Epidemia de AIDS, com conversas sobre métodos de prevenção e distribuição de camisinhas principalmente entre as travestis, mas também entre profissionais do sexo (prostitutas e “michês”) e com meninos de rua em situação de risco. Este “trabalho de campo”, como são chamadas as intervenções realizadas diretamente nos locais de trabalho dos profissionais do sexo na cidade, se constituiu como uma das primeiras iniciativas do tipo em

²² O Movimento LGBT no Brasil travou debates polêmicos a respeito dos termos que deveriam ser utilizados na definição do próprio Movimento, sejam em seus debates internos e na discussão com o governo e a sociedade. O termo “Homossexualismo” passou a ser de maneira geral rechaçado por trazer no sufixo “ismo” uma conotação “patológica” do comportamento e das práticas sexuais entre pessoas do mesmo sexo.

Florianópolis, conforme indica Taques (2007, p. 45). Estas iniciativas tornaram a ADEH Nostro Mundo umas das ONGs mais reconhecidas no sul do Brasil e em Santa Catarina, tendo seus projetos de prevenção contra HIV/AIDS reconhecimento como um dos 10 melhores programas de prevenção da América Latina e do Caribe, rendendo inclusive convite por parte de programas de prevenção em outros estados brasileiros para que houvesse consultoria em relação a novos trabalhos de prevenção nestas regiões (TAQUES 2007, p. 45).

Alexandre conta que entre os anos de 95 e 97 a morte de Cléa provocou um choque entre os membros da ADEH Nostro Mundo ocasionando a dissolução da ONG, que permaneceu existindo legalmente, embora inativa. Após este período de inatividade - em que Alexandre esteve fora da cidade morando em São Paulo - ADEH Nostro Mundo só retornou às atividades em 1997, integrando um novo grupo com um novo nome, ao Instituto Arco-Íris, fundado também por Alexandre²³. Neste novo contexto foram retomadas as iniciativas de prevenção como trabalhos de campo, assim como novas discussões sobre a redução de danos pelo uso de silicone industrial e de seringas para utilização de drogas injetáveis, que se tornaram parte das ações visadas como foco de atuação da ONG.

Neste momento as iniciativas estavam direcionadas para o projeto de prevenção entre transgêneros chamado “Boca da Noite - Travesti” e depois para um novo projeto chamado “Boca da Noite - Mulheres”, voltado para prevenção entre mulheres profissionais do sexo. Em função de uma postura interna de seus membros, se motivava que se formassem novas lideranças dentro da ONG, visando especialmente a população a que se voltavam os projetos. Neste momento ocorrem desmembramentos e o surgimento de novos grupos, independentes do Instituto Arco-Íris fundado em 1997.

As travestis, que até o momento se organizavam em torno do Instituto Arco-Íris e de seu projeto específico para esta população,

²³ Ele conta sua história relatando que foi em Santos - SP que teve contato com as iniciativas de prevenção e redução de danos pelo uso de silicone líquido entre as travestis e de seringas para usos de drogas injetáveis. Com a experiência acumulada naquela época, retorna a Florianópolis e requisitado, por ser uma liderança no Movimento da cidade, retoma as atividades de prevenção com o trabalho de campo nas ruas. Ele observa que em Florianópolis as discussões no movimento estavam mais focadas na prevenção de HIV/IDS, enquanto em Santos se focavam mais na política de redução de danos. (Entrevista cedida na sede do Instituto Arco-Íris em 18.12.2010).

reativam a ADEH Nostro Mundo, e as mulheres profissionais do sexo reunidas em torno do projeto “Boca da Noite - Mulheres”, fundam a ONG Estrela Guia, criando assim dois novos grupos autônomos. As parcerias entre estas ONGs seguiram ao longo dos anos 90, especialmente entre a ADEH Nostro Mundo e a ONG Estrela Guia, que hoje partilham o mesmo espaço físico como sede. Atualmente estes grupos permanecem ativos e realizando trabalhos entre a população visada através de diversos projetos, embora o foco do Instituto Arco-Íris tenha se modificado, priorizando o trabalho de prevenção entre mulheres encarceradas e com menores em situação de risco, realizando debates na área de direitos humanos.

Neste contexto é importante pontuar que o Instituto Arco-Íris teve também parte na formação de outro agrupamento em seu interior que não se constituiu enquanto ONG, mas que enfocava discussões LGBT: o Movimento Livre. Este grupo foi formado ao longo dos anos 2000 e teve acesso à sua história através de Carmem, uma de suas mais atuantes impulsionadoras. Carmen conta que o Movimento Livre inicialmente surgiu no interior do Instituto Arco-Íris, através das oficinas de imprensa alternativa, em que os participantes realizavam trabalhos de diagramação e criação de artigos jornalísticos. A partir destas iniciativas o grupo foi ganhando certa autonomia no interior da ONG.

O Movimento Livre deixou de se reunir no início da década de 2000 devido a desentendimentos entre seus integrantes ainda que Carmen, com quem conversei sobre as atividades do grupo não tivesse deixado claras quais as motivações para tal dissolução. Carmen, que também era ativista em outros âmbitos antes de suas ações no movimento LGBT (como profissional da saúde ela tinha atuado em sindicatos e em outros movimentos sociais), continuou ao longo da década de 2000 como representante LGBT na Comissão Nacional de Saúde do Governo Federal durante a gestão do presidente Lula. Ela conta que o cargo, que ocupou durante duas gestões, estava definido por uma rotatividade entre a ABGLBT²⁴, a ANTRA²⁵ e a LBL²⁶, em um acordo definido entre as três organizações para a ocupação do cargo na

²⁴ Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transexuais.

²⁵ Articulação Nacional de Travestis e Transexuais.

²⁶ Liga Brasileira de Lésbicas.

referida comissão governamental. De maneira interessante, ela comentava como a relação entre as organizações para ocupação deste cargo era tensa devido às diferenças políticas que existiam entre elas. Carmen fazia parte da LBL e era uma de suas principais organizadoras, tendo diferenças políticas com a ABGLBT que, segundo ela, priorizava em suas ações somente um dos segmentos da sigla identitária, mais especificamente os gays, em prejuízo das lésbicas, transgêneros e bissexuais.

As relações dos grupos ativistas em Florianópolis com organizações do movimento LGBT nacional são bastante variadas dependendo das posições políticas e experiências dos grupos em questão. A ADEH Nostro Mundo e o Instituto Arco-Íris tinham participado ao longo de suas histórias dos debates e reuniões da ABGLBT, mas como me expressavam alguns de seus ativistas dirigentes, tinham se “desencantado” com a organização pela conduta “personalista” de alguns de seus dirigentes, no que chamavam de “disputa de egos no movimento”, personificada na figura do presidente da ABGLBT, Toni Reis. Com o passar do tempo a ADEH Nostro Mundo, por considerar que os debates sobre transgêneros eram “obliterados” na ABGLBT, começou a integrar e organizar as ações regionais da ANTRA, organizando inclusive, no período de minha investigação, o Encontro Regional Sul de Travestis e Transexuais, uma das instâncias organização da ANTRA, no mês de maio de 2010 na cidade de Rio do Sul. O Instituto Arco-Íris também passou a participar menos das ações e atividades da ABGLBT em função de sua mudança de foco na atuação como ONG, passando a priorizar o debate sobre direitos humanos e a luta contra os efeitos do sistema prisional na vida de mulheres encarceradas. Um de seus membros, Roberto Warken, também expressou em uma de nossas conversas que se desagradava com as condutas personalistas em muitos dos fóruns e organizações do movimento LGBT em nível nacional, tendo começado a participar da ABRAGAY²⁷, entidade surgida a partir de uma cisão da ABGLBT, e que visava organizar e discutir demandas de homens gays (como pessoas físicas²⁸), em oposição a um modelo de organização conjunta entre

²⁷ Associação Brasileira de Gays.

²⁸ A distinção estabelecida na participação como pessoa física, se opunha à participação de ativistas em ONGs que tinham como figura jurídica legal o CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica), que segundo Roberto, diluía as diversas “posições políticas individuais” de cada

entidades e grupos do ativismo, como vinha sendo prática comum no movimento social desde seu surgimento no país e um dos princípios aglutinadores da ABGLBT.

Principalmente a partir da iniciativa de Fabrício Lima, que também era militante do Roma como veremos a seguir, tinha também sido organizado nível estadual o “Movimento LGBT de Santa Catarina”, que reunia grupos e ativistas de diversas cidades de Santa Catarina, organizando algumas reuniões e se articulando principalmente por listas virtuais de email. Existiam também outras iniciativas que reuniam estes grupos ativistas e discutiam questões e atividades, como o Fórum ONG/AIDS/ SC, do qual faziam parte a ADEH Nostro Mundo e o Instituto Arco-Íris. Como organizações existentes há mais tempo na cidade, o Instituto Arco-Íris e a ADEH Nostro Mundo se tornaram referências para novos ativistas. Como exemplo de uma nova geração surgida na relação entre os militantes dessas duas organizações está o Grupo Roma – Grupo de Diversidade Sexual da Grande Florianópolis. Este grupo e o Gozze (Coletivo LGBT da UFSC) estiveram intensamente implicados nas atividades da Parada da Diversidade nos anos de 2009 e 2010. Como veremos a seguir, a participação desses dois grupos na Parada já reflete uma mudança em relação às experiências anteriores de outros grupos em relação à Parada. O surgimento de novos grupos reflete novas relações entre os ativistas e também ênfases e mudanças distintas nas linhas políticas em debate no movimento LGBT, principalmente no que se refere a atividades relacionadas à Parada, se comparadas com as experiências da ADEH Nostro Mundo e do Instituto Arco-Íris, que não participam do evento como parte de algumas avaliações negativas que têm a respeito do evento. Abordarei o processo de formação destes grupos e estas dinâmicas a seguir.

3.2 Grupos Roma e Gozze: Surgimento de novos grupos entre 2009 e 2010

participante e consolidava “posições oficiais” da cada grupo ou ONG ativista. Ao que parece a oposição estabelecida por ele estava baseada na compreensão de que o “coletivo jurídico” oprimia algumas das posições individuais no contexto destes grupos ativistas, sendo assim necessário uma organização onde cada um participava com posições políticas individuais de “forma livre”, independente de “posições oficiais” que ABRAGAY pudesse vir a tomar enquanto organização e em suas declarações públicas.

Com o contexto de consolidação de alguns grupos do movimento LGBT na cidade outras demandas surgiram, trazendo novas dinâmicas e pontuando diferenças entre as formas de atuação das ONGs já existentes. Também diferenças foram intensificadas entre os diversos segmentos agrupados em torno da sigla LGBT. O Roma²⁹ – Grupo de Diversidade Sexual da Grande Florianópolis surge nesta nova conjuntura intencionando voltar-se principalmente, segundo Fabrício, um de seus principais organizadores, para Gays e Lésbicas não só de Florianópolis, mas de toda a região metropolitana que compreende a Grande Florianópolis, incluindo cidades próximas como São José, Palhoça e Biguaçu.

Segundo Fabrício já existia na cidade organizações que visavam a população de travestis e transgêneros (ADEH Nostro Mundo, por exemplo), mas não existiam ONGs que se dirigissem mais diretamente à grande população de gays e lésbicas, que segundo ele, viviam na Grande Florianópolis. Por isso sua iniciativa foi impulsionar a partir de contatos com diversos ativistas e com militantes de outras organizações, um novo grupo que pudesse atender as especificidades desde população de gays e lésbicas, promovendo projetos que visassem iniciativas culturais, esportivas e outras relacionadas à saúde e cidadania. Fabrício, quando estudante universitário, desenvolveu trabalhos na área de administração e educação que enfocavam iniciativas de combate à homofobia nos locais de trabalhos e nos ambientes educacionais e além destas experiências tinha participado de algumas movimentações ocorridas na cidade favoráveis à luta contra a homofobia e pelos direitos LGBT.

Ele conta que em 2007 ocorreu um atentado homofóbico contra um grupo de jovens lésbicas num bar de grande frequência de estudantes universitários, localizado próximo a Universidade Federal de Santa Catarina. A partir deste atentado várias lideranças do movimento LGBT na cidade e ativistas independentes organizaram uma

²⁹ O nome do grupo fazia referência ao carnaval gay da cidade, que também era conhecido como “carnaval gay do Roma”, devido ao bar de mesmo nome que ficava nas imediações da Avenida Hercílio Luz, que era então freqüentado por jornalistas, intelectuais e também por gays, lésbica e simpatizantes nos anos 70 e 80, e que veio depois dar origem à manifestação de rua no período de carnaval. O nome pretendia assim fazer uma homenagem ao “espaço do Roma”, como local freqüentado por vários segmentos da população LGBT no centro de Florianópolis. Acesse seu blog para mais informações: <http://nucleodiversidaderoma.blogspot.com/>, acessado em 20 de janeiro de 2012

Frente de Luta Contra a Homofobia, reunindo forças e promovendo colagens de cartazes e panfletagens na promoção de um ato que se realizaria na frente do bar onde ocorrera a agressão homofóbica. Em meu contato com Fabrício e com outros ativistas percebi que alguns dos novos militantes na cidade tinham participado destas movimentações naquele ano como organizadores das iniciativas da Frente e vieram a fazer parte, depois de alguns anos, do Roma, o grupo que Fabrício vinha organizando.

Segundo me disse Fabrício, fruto destes contatos e experiências, ele foi se envolvendo cada vez mais com debates internos ao movimento social e se tornou um ativista independente, mas que tinha referência tanto nas organizações já existentes na cidade como também, em nível nacional, na ABGLBT, que se tornou forte referencial de “ação política” para ele. Inclusive, no ano de 2010 Fabrício tinha se tornado, juntamente com Guilhermina, outra integrante do Roma, um dos secretários regionais da ABGLBT em Santa Catarina, vindo a organizar o Encontro Regional Sul da ABGLBT. Guilhermina também fazia parte do “Somos Lés”, um projeto da ABGLBT para promoção e incentivo de ativismo e luta por direitos das lésbicas por dentro da organização nacional.

A partir destes contatos e de sua consolidação pessoal como ativista Fabrício manteve contato com os ativistas da ADEH Nostro Mundo e do Instituto Arco-Íris, trocando experiências e tomando parte em algumas das discussões que ocorriam na cidade. No ano de 2009, Fabrício decidiu fundar o Roma, justamente pela necessidade que sentia de existência de um grupo que se direcionasse mais especificamente aos gays e lésbicas da cidade. Inicialmente o Roma se organizou a partir da disposição de ativistas independentes, mantendo reuniões alternadas na sede da ADEH Nostro Mundo e do Instituto Arco-Íris.

Depois de um ano de muitas movimentações em 2009, e de intensificação das atividades durante a Parada da Diversidade de 2010, o Roma foi se constituindo como um grupo novo e que ainda passa por um período de consolidação, onde se discutem diversos aspectos referentes à sua orientação política, formato de organização e iniciativas. Tratam-se ainda, como me dizia Fabrício, de um grupo que está preparando sua legalização, votação de estatuto e definição de sua forma organizativa. Algumas diretrizes foram discutidas e alguns

dos envolvidos responsabilizados pelas diversas áreas de atuação a que o grupo pretende se focar em suas ações para a população visada. Ao longo de 2010 uma das principais questões na atração de ativistas para o Grupo Roma foi a possibilidade de organização de atividades na Semana da Diversidade e na Parada da Diversidade desse ano. Em agosto daquele ano o Roma divulgou a realização de reuniões com o sentido de organizar uma Semana da Diversidade alternativa, pois como ficou depois mais claro para os seus integrantes, a AEGLBT/SC não pretendia naquele ano organizar outras atividades anteriores à Parada da Diversidade, como tinha realizado em anos anteriores.

Estas reuniões pretendiam também organizar os ativistas de modo a conformar uma “coluna” de militância durante o acontecimento da Parada, algo que segundo o grupo não se tinha conseguido realizar satisfatoriamente em anos anteriores. Além destas movimentações, que serão abordadas mais adiante, o Roma também organizou o I Encontro da Região Sul da ABGLBT no mês de novembro, um grande desafio para eles, se tratando de um grupo recém formado. O Roma também, como mencionado antes, tem um importante papel na articulação do recente Movimento Catarinense LGBT, atuando de modo a conformar uma agenda de ações e políticas comuns entre diversos grupos e ONGs no estado, reunindo alguns grupos de Joinville, Blumenau, Criciúma e outras cidades em Santa Catarina.

Outra movimentação marcante de ativistas que teve ressonância na Parada da Diversidade no ano de 2010 foi a formação do grupo Gozze – Coletivo LGBT da UFSC. Ao longo da pesquisa de campo ficou mais evidente que este grupo deveria fazer parte de minha investigação pelo modo como rapidamente se formou na universidade e pela maneira como trouxe novas discussões para o contexto do movimento social no contexto da pesquisa de campo, questionando alguns dos pressupostos de algumas lideranças na cidade e ao mesmo tempo questionando os sentidos da Parada da Diversidade. O surgimento do Gozze está relacionado à liderança exercida por dois estudantes da UFSC, Ringo e Diego, que descontentes com as discussões acadêmicas na universidade sobre temas LGBT, decidiram chamar à formação de um grupo ativista que, nas palavras deles, tivesse como foco “ações diretas” no movimento LGBT em Florianópolis e especialmente nas dinâmicas acadêmica da UFSC. Descontentes com a ausência de políticas institucionais e acadêmicas

em relação aos LGBT na universidade o primeiro passo para sua formalização em um coletivo estudantil na universidade foi um encontro aberto no primeiro semestre de 2010 onde expuseram suas concepções sobre o movimento e sobre a necessidade de um grupo ativista na UFSC, numa reunião que atraiu mais de sessenta pessoas. A conformação do grupo se intensificou durante o período de realização da quinta Parada, atraindo atenções de estudantes da universidade e ativistas de outros grupos da cidade.

Marcado pelo vigor em suas atividades diretas e por um sentimento de urgência em suas ações, o Gozze buscava se consolidar ao mesmo tempo em que se organizava para ações em conjunto com outros grupos. Com iniciativas voltadas principalmente para os estudantes da UFSC o Gozze manteve contato com o Roma, de início buscando orientações e conhecendo um pouco do movimento LGBT na cidade através de seu contato com Fabrício. Ao longo de 2010 essa parceria entre ROMA e o Gozze se desenvolveu dando origem a uma ação coordenada dos dois grupos para a realização da Semana da Diversidade de 2010, experiências realizadas pelos dois grupos que serão abordadas mais a diante.

O Gozze organizou em parceria com Centros Acadêmicos da UFSC, também no segundo semestre de 2010, uma das suas principais atividades após a Parada da Diversidade: uma caravana de estudantes da UFSC para o Encontro Nacional Universitário da Diversidade Sexual - ENUDS, ocorrido na Universidade de Campinas - UNICAMP no mês de outubro de 2010. No fim desse ano, após uma série de reuniões e de uma festa bem sucedida no campus da UFSC, organizada por eles para divulgação do grupo entre os estudantes da universidade, o grupo passou a discutir as próximas ações para 2011 e começou a elaborar um modelo de estatuto para sua legalização jurídica.

Mais adiante serão abordadas as relações entre estes grupos e a associação empresarial que organiza a Parada, de modo que possam ser visualizadas as diferentes ações e posições a respeito do evento existente nestes grupos. Porém é necessário, antes deste intento, destacar um pouco do processo pelo qual passaram esses grupos ativistas no que se refere a sua forma organizativa e aos seus processos de institucionalização. Também serão ressaltados os diferentes enfoques e temáticas que cada um deles enfatiza, refletidos em suas ações mais cotidianas, e distinguir as diferenças quanto à relação com

governos estaduais e federal. Ao abordarmos as formas de financiamento destes grupos, sua vinculação às organizações nacionais e internacionais e suas posições políticas referentes a conjuntura do movimento LGBT nacional e as relações que mantêm com os governos podem revelar diferentes maneiras de conceber o próprio movimento e seus objetivos, ao mesmo tempo em que evidenciam diferentes posições a respeito da eficácia política da Parada da Diversidade.

As diferentes visões destes grupos sobre a Parada, que acabam definindo suas participações ou não no evento, revelam as contradições existentes dentro do movimento LGBT em Florianópolis, assim como as tensões desses grupos com a AEGLBT/SC. Estas articulações entre diferentes perspectivas podem proporcionar assim um panorama da multiplicidade de sentidos que as “Paradas do Orgulho LGBT” vêm adquirindo no Brasil e no contexto do evento local em Florianópolis.

3.3 Modos de ação política, institucionalização e ONGs, projetos e relações com governos

Um fato curioso observado no contato com uma das ONGs ao longo da pesquisa é o caso de formação da ADEH Nostro Mundo, que segundo um de meus interlocutores se constituiu já como um grupo de ativistas que buscavam consolidar a organização através de sua legalização, votando e registrando estatuto formal com cargos definidos e com atribuições específicas. Nascerdo já como uma Organização Não-Governamental, a ADEH Nostro Mundo refletia o processo de institucionalização do movimento observado por Regina Facchini (2003) em sua pesquisa junto ao Grupo Corsa de São Paulo. A institucionalização do Movimento LGBT no Brasil é um fenômeno observado por diversos pesquisadores ao longo da década de noventa e 2000 e permite que visualizemos um pouco das transformações pelas quais passou o movimento, fruto de dinâmicas internas e de mudanças no contexto social do país. Este fenômeno não se restringe, certamente, somente ao movimento LGBT, que, como mencionado antes, se mostrou parte de um processo mais amplo vivenciado por diversas organizações ativistas de outros movimentos sociais (feministas, movimentos negros e sindicais) no Brasil, processo este que modificou decisivamente a natureza organizativa destes grupos.

Neste contexto, muitos dos grupos ativistas que se denominavam como “autônomos”, passam por processos de transformação e institucionalização ao adquirem a forma de ONG, naquilo que vem sendo referido por algumas autoras e autores como um amplo processo de “onguinização” destes mesmos movimentos e grupos (MALUF, 2009, p. 06)³⁰.

As discussões internas a respeito da nomeação do movimento (então Movimento Homossexual Brasileiro - MHB), que materializavam as polêmicas em torno das identidades potencializadas através do movimento nos anos oitenta e começo dos noventa, passam a se configurar de modo novo com o processo de institucionalização que se intensifica ao longo do último período. Em seu surgimento o movimento social, marcado então por uma forte tendência independente e “anti-institucionalização”, refletia um contexto em que a autonomia organizativa dos grupos ativistas era tida como valor positivo. A abertura política ocorrida com a redemocratização do país após a ditadura militar provocava na maioria dos novos movimentos sociais que surgiam certa desconfiança em relação às instituições do Estado e em relação ao governo, elementos perspicazmente observados por Edward MacRae (1990) em sua pesquisa junto ao grupo Somos.

Como mencionado antes, em contexto nacional Regina Facchini (2003) traça um histórico do Movimento estabelecendo uma linha de continuidade entre esta “primeira onda do movimento homossexual” com que teve contato MacRae em suas investigações, observando as transformações pelas quais passavam os grupos, fortemente impactados pelo surgimento da AIDS. A autora segue em sua análise destacando o amplo processo de institucionalização pelas quais passaram a maioria dos grupos ao longo dos anos noventa, ao mesmo tempo em que rearticulam suas ações no sentido de enfrentamento da

³⁰ A autora aponta “ainda que este processo contraditório seja talvez bastante preocupante, pelo fato de que transforma estes grupos em instituições com objetivos bastante especializados, em que a profissionalização de seus integrantes, com o financiamento de agências internacionais e dos governos, exige também o cumprimento de uma pauta e de um método de trabalho pré-determinados – contexto no qual muitas das atividades por eles realizadas acabam por substituir algumas funções que seriam do Estado - e por constituir também, de certa maneira, uma relativa perda de autonomia em relação ao Estado e às agências de financiamento internacionais” (MALUF, 2009, p. 06).

epidemia de AIDS, tendo o movimento LGBT de então ocupado papel de vanguarda nas iniciativas de prevenção e transmissão de informações sobre os modos de transmissão do vírus HIV, num momento em que as ações governamentais eram quase inexistentes. Facchini destaca também que estas transformações ao longo dos anos não deixaram de estar permeadas por uma série de discussões a respeito de identidades coletivas no movimento, articulando subjetividades e estilos de vida relacionados à população LGBT, que ganhariam cada vez mais, ao longo do tempo, relevância e visibilidade nacional.

Este processo de institucionalização apontado pela autora, com suas contradições inerentes, é uma dinâmica que ainda hoje se reflete nas experiências de diversos grupos em Florianópolis, cada um de acordo com seu tempo de existência e processos específicos, onde os dilemas a respeito de sua estrutura organizativa e de sua institucionalização, modos de ação política e os meios para o financiamento de suas atividades se tornam fonte de constantes debates e transformações pelas quais passam estes coletivos ativistas. No contexto de Florianópolis, como dito, um dos primeiros grupos a surgirem, a ADEH Nostro Mundo, já surge como Organização Não-Governamental e tem como foco de suas primeiras atividades o trabalho de campo nas ruas do centro de Florianópolis junto aos profissionais do sexo, distribuindo camisinhas e repassando informações a respeito de métodos de prevenção contra DST/AIDS.

Ao analisarmos o surgimento e a consolidação deste grupo não se pode afirmar que ocorreu um processo de institucionalização devido ao fato do grupo já surgir como resultado de um processo social mais amplo, o impacto social da epidemia de AIDS, que afetava a população de travestis e outros profissionais do sexo a que se voltavam às ações da ADEH. Surgindo no contexto de “reflorescimento” do movimento homossexual brasileiro nos anos noventa, como aponta Facchini (2003), a ADEH Nostro Mundo já surge como uma das ONGs que cumprem um papel decisivo na elaboração de políticas públicas para os sujeitos LGBT em Florianópolis, algo que permanece como parte de sua atuação na cidade até os dias atuais.

Como o passar dos anos a ADEH Nostro Mundo foi ganhando projeção nacional justamente pelo método pioneiro na área de prevenção, prestando consultorias em outros estados no terreno das

ações de prevenção em campo, visando o público específico de travestis e transexuais na região da grande Florianópolis. Este fato inclusive é elucidativo de uma peculiaridade do movimento LGBT na cidade: o fato de que uma das primeiras organizações de militância se organizou tendo como foco as travestis e transexuais. Diferente de outros grupos em que a liderança se firma em torno de lideranças homens gays muito mais raramente em torno de mulheres lésbicas, a ADEH Nostro Mundo articulou-se primeiramente em torno das transgêneros “femininas”, tendo como primeira e demais presidentes posteriores, e também como maioria de suas integrantes, travesti, conforme conta Alexandre.

Ao longo de sua existência as ações da ADEH Nostro Mundo se desenvolveram em torno de parcerias com os diversos mandatos de governos estaduais e governos federais e a ONG foi se consolidando por meio de projetos submetidos a editais abertos nestas esferas governamentais para grupos e organizações da sociedade civil, visando fomentar ações de saúde e cultura em relação às populações com que trabalham estes grupos. As iniciativas governamentais para a contenção da AIDS através de campanhas publicitárias, de distribuição gratuita de preservativos, da divulgação de métodos contraceptivos e de prevenção de DST/AIDS é algo relativamente recente e está profundamente relacionado às parcerias com grupos de movimentos e ONGs LGBT, processo também analisado por Facchini (2003) em sua pesquisa.

Depois de sua reativação a partir do Instituto Arco-Íris, a ADEH Nostro Mundo, como um grupo surgido e consolidado neste novo contexto do Movimento LGBT no Brasil, tem suas ações voltadas para projetos de prevenção em parceria com o governo federal (principalmente através do Ministério da Saúde) e com a PACT do Brasil, ONG internacional fundada nos Estados Unidos, que tem como meta o incentivo de ações locais promotoras de cidadania. Pude averiguar que o funcionamento da ONG está perpassado por diversos projetos de prevenção (como o Projeto Luar) realizados graças a iniciativas de voluntários, sejam da comunidade de transgêneros a que se volta a ONG, seja de outras pessoas interessadas (estudantes da UFSC já trabalharam na ONG voluntariamente, por exemplo), onde se presta assistência à comunidade seja em sua sede no centro da Cidade ou nos trabalhos de campo na rua.

Na ADEH Nostro Mundo a remuneração ocorre somente no contexto em que se configuram responsáveis por projetos de prevenção, que se denominam enquanto coordenadores dos mesmos, e no caso dos agentes de saúde que realizam o trabalho de prevenção em campo, que geralmente são travestis, refletindo uma clara adoção de um modelo de saúde preventivo para DST/AIDS denominado “prevenção entre pares”, conforme aponta Larissa Pelúcio (2009) em sua pesquisa a respeito do modelo de saúde para prevenção de DST/AIDS entre travestis na cidade de São Paulo. Já há algum tempo configurado no contexto da ADEH Nostro Mundo, este modelo preventivo consiste em capacitações para que as próprias travestis realizem o trabalho de prevenção nas ruas, junto a outras travestis que se prostituem enquanto profissionais do sexo, sendo então remuneradas enquanto agentes de saúde pública.

Existem outras parceiras em nível estadual e municipal tais como as parcerias com os Programas de DST/AIDS do governo estadual e federal e a participação no Fórum Catarinense de ONG/AIDS. Recentemente a ADEH Nostro Mundo se tornou um “Centro de Referência no Combate às Violências Contra GLBTTTs” na região da Grande Florianópolis, proporcionando auxílio jurídico e psicológico às vítimas de violência. Neste aspecto a ADEH Nostro Mundo começa a elaborar um discurso mais abrangente a respeito dos direitos LGBT e fomenta um novo tipo de discussão na região, que ganha espaço no movimento nos últimos anos.

Em 1997 o Instituto Arco-Íris que, como dito, impulsionou desde seu interior uma série de grupos ativistas na cidade - rearticulando inclusive ativistas em torno da ADEH, que depois se tornou autônoma - modificou um pouco de seu foco de trabalho ainda que não tivesse abandonado de todo sua intervenção junto à população LGBT. O Instituto Arco-Íris está envolvido também com o surgimento do Fórum Catarinense de ONG/AIDS, que segundo Taques (2007, p. 45) cumpre papel importante na difusão de ações de prevenção em todo o estado de Santa Catarina. No sentido de diversificar sua atuação este grupo passou a priorizar então outras populações em situação de risco, maneira como eles compreendiam estes grupos: menores de idade vivendo em situação de abandono e mulheres encarceradas em presídios femininos.

O trabalho da ONG ao longo dos anos foi altamente reconhecido pela atuação de Alexandre, um de meus interlocutores, que tinha fundando tanto a Instituto Arco-Íris como a ADEH, além de ter sido membro do Programa Nacional de DST/AIDS e Secretário Geral da Comissão Nacional de AIDS. O Instituto Arco-Íris realiza atualmente uma série de ações de cunho cultural, cedendo espaço para a criação e apresentação de peças de teatros realizados por estudantes universitários e para a realização de eventos culturais tais como exposições temporárias, palestras e mostras de filmes. Realiza também a organização de um bloco de carnaval, organizando a confecção de fantasias com voluntários e com o público alvo a que se voltam.

O Grupo Roma em seu processo de discussões internas no momento da pesquisa tinha como uma de suas principais pautas de discussão a elaboração de projetos e a definição de ativistas que assumiriam as posições de presidente e tesoureiro no grupo de modo que pudessem redigir uma proposta de estatuto e desde logo registrar este documento, legalizando juridicamente o coletivo. A urgência nesta última tarefa se devia ao fato de que para a apresentação de projetos e a para participação em editais do Governo Federal é necessário que os grupos estejam legalizados, isto é, que tenham Registro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) na Receita Federal e que existam há no mínimo dois anos com atividades ininterrupta junto a população visada. Sem a legalização do grupo e sem a obtenção de CNPJ o Roma esbarraria em dificuldades no que se referia aos projetos que pretendiam elaborar nas áreas de saúde, cultura e esporte. Segundo Fabrício sua intenção era fazer com que o Roma se transformasse numa ONG com uma diversificação de projetos que pudessem atender diferentes segmentos da população LGBT. Em sua iniciativa para legalização do grupo Fabrício também encontrava algumas resistências e discordâncias de outros membros, que não estavam de acordo com a institucionalização do grupo por acreditarem que isso “engessaria” de forma “burocrática” suas ações.

Já o Gozze, como o grupo mais recente encontrado em atividade durante minha investigação, refletia uma dinâmica um tanto diferente dos demais. Ainda que seus membros estivessem em plena atividade e as discussões sobre seu perfil e linha políticas estivessem na ordem do dia, era certo que eles intencionavam, como me disse Ringo, votar um estatuto para que o grupo pudesse, principalmente, ser reconhecido

como um grupo instituído e existente no contexto universitário, isto é, que tivesse uma existência legal semelhante aos diversos centros acadêmicos da universidade, que eram, segundo eles, reconhecidos pela reitoria da UFSC. Ao mesmo tempo em que seus membros ansiavam pelo reconhecimento na universidade e por outros grupos ativistas na cidade eles tinham também um posicionamento um tanto diferente em relação a parcerias com governos por meio de projetos apresentados para editais públicos.

Ainda que o grupo estivesse se formando e as posições fossem diversas em seu interior, Ringo, uma das suas principais lideranças, afirmava que não acreditava no funcionamento por projetos, pois acreditava que muitas vezes estas parcerias levavam a “cooptações políticas” e perda de independência política dos ativistas e grupos, que ficavam “comprometidos” com “posições políticas oficiais” do governo sobre questões LGBT, justamente por que receberiam verbas diretamente destes governos, e assim estariam limitados a não “realizarem críticas” em relação à estas mesmas políticas, sejam as direcionadas à população LGBT ou políticas mais globais no campo governamental.

Um aspecto interessante a ser notado nas ações políticas e em outros projetos destes grupos, especialmente no caso da ADEH Nostro Mundo e do Instituto Arco Íris que existem a mais tempo na cidade, é o fato de que eles começam a mudar o seu foco em relação aos tipos de projetos futuros que pretendem implementar e também ocorrem mudanças em suas definição legal enquanto grupos, intercambiando os tipos de ações e também o público a que se voltam as suas iniciativas. Recentemente, como me informou Alexandre, membro do Instituto Arco Íris, eles tinham modificado a razão social do grupo em seu estatuto transformando-o em uma organização voltada para a defesa dos direitos humanos de forma global e não somente no âmbito dos direitos LGBT. Isso já se refletia, segundo ele, nas ações do grupo com prevenção nos presídios femininos da região e em suas intervenções de campo junto aos menores em situação de risco. Essa mudança se devia ao fato de que eles acreditavam que muitas vezes o movimento LGBT se restringia a discussões muito centralizadas em suas próprias demandas de direitos, desconectando-as de lutas mais amplas por direitos referentes a todas às populações estigmatizadas e desprovidas de “cidadania”, tal como eles a entendiam. O mesmo se passava com a

ADEH Nostro Mundo, que embora ainda não tivesse modificado legalmente sua razão social, tinha também a intenção de expandir suas ações ao terreno mais amplo dos direitos humanos e intencionava realizar projetos que visassem questões culturais e de defesa de direitos humanos.

Outro fenômeno interessante observado na dinâmica de transformações interna deste grupo era sua vinculação a outros movimentos sociais e uma inclinação existente para sua participação no Movimento Feminista da região. Conforme dizia Kelly, a presidente da ADEH Nostro Mundo no momento de minha investigação, ela vinha já desde algum tempo participando das reuniões do Fórum de Mulheres de Florianópolis e pretendia ampliar sua participação como representante da ONG em diversos outros fóruns do movimento feminista por entender que as demandas que perpassavam a ONG tinham relação mais íntima com os debates realizados no movimento feminista, o que provocava certo “afastamento” dos debates e ações conjuntas do movimento LGBT, como ela expressava em nossas conversas. Embora Kelly explicitasse essa dinâmica como uma posição política que seria assumida pela ONG, pode-se notar que a inserção das travestis, transgêneros e transexuais nem sempre é um processo tranquilamente materializado no contexto do movimento feminista nacional, como observa Sônia Maluf (2009, p. 12), ao citar as dinâmicas atuais dos feminismos brasileiros e as dificuldades e debates que existem aí a respeito da participação ou não de “pessoas” trans em encontros e outros fóruns de discussão do movimento.

Outro aspecto para a aproximação do movimento feminista era o fato de que Kelly acreditava que as dinâmicas do Movimento LGBT no Brasil estavam caminhando em direção a uma redução e simplificação dos debates políticos que, segundo ela dizia, de forma muito semelhante a algumas das falas de Ringo do Grupo Gozze, se restringia a debates internos sobre direitos LGBT e se encontrava muito “próximo e alinhado” politicamente ao governo Lula, estando a maioria de suas lideranças “cooptadas pelo governo”, principalmente aquelas reunidas na ABGLBT, sem que fizessem quaisquer questionamentos consequentes sobre as políticas governamentais. Estas lideranças, segundo Kelly, identificadas por ela principalmente na ABGLBT, estavam mais preocupadas com suas parcerias com o governo e nos benefícios que muitos de seus grupos tinham em termos financeiros

através dos projetos com financiamento do governo. Esta posição de Kelly revela algumas das contradições existentes no movimento nos dias de hoje, vivenciadas pelos grupos de ativistas em Florianópolis, tendo logicamente em conta as diferenças entre cada grupo. Ao mesmo tempo em que a ADEH Nostro Mundo recebe recursos financeiros oriundos de parcerias através de projetos financiados pelo governo para a população LGBT, resguarda ainda um tipo de independência política, articulando críticas a projetos tais como o projeto “Brasil sem homofobia”³¹.

O Instituto Arco Íris também vivenciava este processo contraditório no sentido de articular críticas a ABGLBT sobre sua “adesão” às políticas do Governo Federal ao mesmo tempo em que tinha grande parte de seu financiamento provindo de verbas governamentais através dos projetos que realizavam em parceria com outras instituições, o que para eles era uma maneira de subverter o modo como vinham lidando as lideranças do movimento com a verba que recebiam. Alexandre e Irma, outra integrante desta ONG, afirmaram que mesmo recebendo verbas governamentais isso não impedia que eles tivessem críticas às iniciativas governamentais. Já no caso do Grupo Roma, o processo de sua formação, além de estar vinculado ao desejo de seus integrantes de ressaltar suas especificidades na conformação de um grupo que contemplasse as demandas de gays e lésbicas da região, também visava ao longo de sua consolidação as verbas para projetos que pudessem articular em parceria com o Governo Federal, através dos diversos editais abertos, principalmente pelos Ministérios da Saúde e da Cultura e que Fabrício ansiava concorrer o mais rápido possível, mesmo que esta posição não fosse comum a todos os membros do grupo ou estivesse de acordo com as posições políticas coletivas que estavam sendo definidas pelo grupo.

Em posição um tanto destoante dos demais grupos com que teve contato, o Grupo Gozze se inclinava, como dito, para uma posição “anti-institucionalização” expressa em sua tendência mais

³¹ O projeto foi o principal documento apresentado durante as duas gestões do governo Lula, como síntese das políticas específicas em nível nacional voltadas para a população LGBT. Embora o projeto tenha incorporado a maioria das reivindicações históricas do movimento LGBT nacional muito pouco do que ali se encontra foi materializado em termos de políticas públicas durante os mandatos de Lula na presidência da república.

autonomista, em que se subentenda uma crítica à “cooptação pelo governo”, atribuída aos grupos consolidados no contexto movimento LGBT nacional. O Gozze também tem como foco as ações diretas, isto é, ações orientadas para fins e tarefas mais imediatas no contexto da universidade, se mostrando um tanto avessos à formulação de projetos de longo prazo que enfocassem outra população que não a de estudantes da própria universidade ou que fizessem com que eles tivessem uma vinculação política mais clara com alguma instância governamental específica.

O que estes diferentes e às vezes contraditórios posicionamentos expressos em cada grupo parecem expressar é que o grau de institucionalização era medido através da análise deste relacionamento em menor ou maior intensidade existente nas parcerias e contatos com o governo, o que, em muitos casos sinalizava, nas concepções de muitos ativistas, se um grupo está ou não “institucionalizado”, ao mesmo tempo em que revelam as compressões ali existentes sobre a possibilidade de conquistas e manutenção permanente de direitos nesta relação com as esferas governamentais. Sem entrar no mérito se as relações com os governos institucionalizariam ou não o movimento e seus grupos podemos supor que, em termo de obtenção e manutenção de direitos a relação com o governo não garante qualquer tipo de “conquista” mais duradoura do movimento social, pois, como sugere Maluf (2009, p. 6), mesmo com estas parcerias do movimento com as esferas governamentais, principalmente em âmbito federal, seja na suas atividades de implantação ou participação de projetos de prevenção de DST/AIDS ou das conferências organizadas pelo governo para elaboração de políticas LGBT, ainda não se tem uma política de Estado satisfatória aprovada e legalizada de forma mais permanente, ou seja, não há a mínima garantia de que, passado este e outros governos (como no governo atual de continuidade, com o Partido dos Trabalhadores, na gestão de Dilma Rouseff), as conquistas e o espaço para as lutas LGBT e para seus ativistas no plano governamental continue vigorando ou que as poucas conquistas atuais permaneçam vigentes³².

³² Como exemplo mais significativo de “alguma conquista” neste aspecto até agora está a recente decisão do Supremo Tribunal Superior brasileiro que emitiu parecer favorável à regulamentação do regime jurídico das uniões de casais do mesmo sexo, que passariam então

Destacadas as suas diferenças em relação aos diversos aspectos apontados acima, uma importante semelhança entre os grupos com os quais tive contato ao longo da pesquisa era o fato de que todos os grupos tinham como orientação a elaboração daquilo que chamavam de políticas voltadas para a obtenção e defesa de direitos para os sujeitos LGBT. A compreensão nativa do que seja “político” e ainda de suas compreensões mais específicas do que sejam os “direitos LGBT” articulados aos meios para alcançá-los, serão abordados mais adiante neste trabalho, pois estão vinculadas ao modo como a Parada ocorre na cidade e ao fato de que alguns destes grupos participam do evento e outros não, dependendo de suas posições.

Frente ao contexto de surgimento da Parada na cidade, em que a AEGLBT/SC, enquanto um agrupamento composto prioritariamente de empresários, constituiu-se como o coletivo que organiza anualmente a Parada, muitos grupos de ativistas LGBT começaram a enxergar o evento das mais distintas formas, ocasionando uma série de interpretações e posicionamentos a respeito do próprio evento e da pertinência em suas participações (enquanto grupos LGBT organizados) no evento ao longo dos últimos cinco anos em que o evento existe na cidade. Antes de abordar as posições dos ativistas sobre o evento, comparando-as e distinguindo-as das posições empresariais articuladas no interior da AEGLBT/SC é necessário que se aborde o contexto de articulação entre empresários do meio GLS/GLBT em torno de uma associação, que organizam a Parada e que desenvolvem interessantes discursos sobre o fortalecimento do empresariado e do turismo “GLS” em suas relações com os “direitos LGBT”, dinâmicas e temáticas estas inter-relacionadas, que serão abordadas a seguir.

4. Empresariado e turismo GLS/GLBT e a AEGLBT/SC

Em trabalhos recentes alguns autores vêm denominando como “Mercado GLS” (FRANÇA, 2006) ou como “Mercado Homossexual” (RESENDE, 2003) um conjunto de empreendimentos comerciais, turísticos, jornalísticos e midiáticos voltados para os diversos

a se configurar como uniões estáveis, equiparadas juridicamente às uniões entre pessoas de sexos diferentes.

segmentos da sigla LGBT, muitas vezes também referidos em meios jornalísticos como iniciativas voltadas ao “mercado cor de rosa”, concentrados em conseguir o que chamam também de “dinheiro cor de rosa”. Estes trabalhos tratam de abordar, em diferentes contextos e períodos, o desenvolvimento e consolidação no Brasil, especialmente nas duas últimas décadas, de uma variedade de iniciativas que visam, como público consumidor, preferencial gays, lésbicas e transgêneros e uma parcela de pessoas chamadas de “simpatizantes”. Enfocando o “comportamento de consumo dos homossexuais” (NUNAN, 2003) ou tomando este tipo de atividade de uma perspectiva vinculada à antropologia do consumo (FRANÇA, 2006) que aborda estilos de vida e escolhas individuais, estes autores reforçam a idéia de que em diferentes regiões do Brasil já é uma realidade a existência de um amplo âmbito de empreendimentos definidos como constitutivos do “mercado GLS” e de uma parcela de empresários que especializam suas ações visando especialmente este público.

Sem pretender mapear todos os espaços comerciais GLS da cidade ou mesmo abranger a totalidade de iniciativas compreendidas enquanto partes do “mercado GLS”³³ na região, visa-se aqui abordar somente aquelas iniciativas e empreendimentos agrupados em torno da AEGLBT/SC, justamente porque é o grupo que organiza a Parada da Diversidade. Busca-se mapear que tipos de empreendimentos comerciais e turísticos dão corpo a esta associação empresarial em Florianópolis e de como suas relações e concepções influenciam nas formas através das quais a Parada se conforma na cidade. Para nos aproximarmos deste contexto tratarei de narrar, a partir das falas de alguns membros da associação, o processo de conformação da AEGLBT/SC, bem como vou tratar brevemente do histórico de alguns dos empreendimentos e ela vinculados (bares, boates e festa principalmente). Nas relações estabelecidas entre seus membros e através de seus relatos serão destacadas as maneiras como os espaços de sociabilidade se distinguem dos *guetos* (em sua definição sociológica clássica), as relações entre a Parada da Diversidade e o Carnaval Gay da

³³ Alguns trabalhos exploraram justamente as diferentes configurações que alguns bares, boates, danceterias, saunas e outros espaços tomaram ao longo do tempo na cidade de Florianópolis, espaços estes constitutivos da “noite e do mercado GLS” local, que configuram um panorama amplo de práticas que permeiam as sociabilidades LGBT na região. Conferir Silva (2003), Henning (2008) e Perucchi (2001).

cidade, além de analisar contexto de fortalecimento e consolidação do “turismo GLS” na cidade.

4.1 Do Gueto ao Mercado

O emergente “empresariado e empreendedorismo GLS” não surge e se consolida em Florianópolis de uma hora para a outra, mas sim baseado num conjunto de práticas sociais que ocuparam e continuam se desdobrando em diferentes espaços públicos e privados da cidade por sujeitos que se deslocam por diferentes locais e estabelecimentos. Estes sujeitos partem geralmente em busca de experiências e práticas homo-eróticas e afetivas em locais em que podem também encontrar modelos de/para auto-aceitação e de suas sexualidades e que pudessem talvez vislumbrar possibilidades de “assumir-se” enquanto “homossexuais” em condições mais favoráveis. Estes contextos e lugares em que se exercem atividades relacionadas à orientações e práticas homossexuais em Florianópolis são narrados por diversos pesquisadores ao longo dos últimos anos, de modo que relatos sobre a existência de bares e de outros locais freqüentados por homossexuais em Florianópolis remetem ao menos à segunda metade do século vinte e se concentram principalmente na região central da cidade.

Estes relatos estão registrados nas pesquisas de diversos autores que realizaram suas investigações tendo como objeto as homossexualidades em Florianópolis. Em minha investigação alguns dos relatos colhidos em campo corroboram algumas informações que outros pesquisadores apuraram em seus estudos a respeito de itinerários de indivíduos que se identificavam, através de suas experiências, como homossexuais, como a pesquisa de Luiz Fernando Córdova (2006), enfocando noções de territorialidade e de trajetórias e itinerários de por espaços da cidade, e de trabalhos tais como o de Carlos Eduardo Henning (2008) que realiza extensa análise sobre os espaços de sociabilidade homoerótica em Florianópolis a partir de trabalho de campo e de entrevistas com freqüentadores destes espaços entre 2006 e 2007. Especialmente o trabalho de Marco Aurélio Silva (2003), referencia uma variedade de espaços freqüentados por gays lésbicas, transformistas e *drags* na cidade, enfocando aquilo que denomina de “noite GLS e os pedaços GLS” no centro da cidade em

suas relações com o carnaval gay, que dão conta de relatos sobre bares e boates ainda na década de oitenta. Estes trabalhos estão influenciados fortemente por abordagens etnográficas e qualitativas que tomam as noções conceituais de “territorialidade” e “pedaço” para pensar sobre a ocupação dos espaços por lésbicas, gays e transgêneros em Florianópolis, dialogando com a produção brasileira de antropologia urbana vinculada aos estudos de José Guilherme Magnani (1996 e 2002) e se utilizando das noções de “mancha” e “circuito” para refletir sobre as relações que encontraram. A percepção de “manchas” e “circuitos” urbanos em que se desdobram sociabilidades e práticas homo-eróticas dialoga e se distingue também das elaborações a respeito da categoria “gueto”, muitas vezes utilizada por alguns autores brasileiros e estrangeiros para reflexão sobre os espaços permeados por práticas e sociabilidades homossexuais.

Nestes trabalhos se evidenciam as diferentes maneiras de ocupação dos espaços em Florianópolis por indivíduos que se identificam como homossexuais, modos de ocupação que são entrecortados por uma série de variados marcadores sociais de diferença, sejam esses marcadores geracionais, de gênero, de “raça” e de classe social.³⁴ Os modos de ocupação e utilização destes espaços é entrecortado também por um tipo de “apropriação” de espaços no centro histórico da cidade, especialmente de espaços vinculados ao lazer e entretenimento, como bares e boates. Ainda que estes pesquisadores tenham encontrado em suas pesquisas uma série de espaços referenciados por seus interlocutores enquanto espaços freqüentados por homossexuais não se encontra em tais trabalhos, seja na interpretação dos pesquisadores sobre seus dados de campo ou nos registros de falas e vivências de seus interlocutores, menções freqüentes a estes espaços entendidos enquanto “guetos” homossexuais. O que mais freqüentemente se encontra são relatos sobre espaços que surgiam como lugares de lazer e entretenimento e que aos poucos se tornava “GLS” ou “gay” pela freqüência de pessoas identificadas como homossexuais que ali se relacionavam.

Em abordagem semelhante, mas distinta por se utilizar da noção conceitual de “gueto”, se realizou a pesquisa de Juliana Perucchi (2001) sobre espaços de sociabilidade de mulheres que se relacionam afetiva

³⁴ Para esta discussão conferir especialmente o trabalho de Carlos Eduardo Henning (2008).

e sexualmente com outras mulheres e sua freqüência a espaços reconhecidos como “guetos GLS”. A autora toma *gueto* como categoria nativa e de análise pelo fato de aparecer nas narrativas de suas interlocutoras, ainda que as concepções nativas diferissem das noções sociológicas clássicas na definição do “gueto” e mais especificamente do “gueto *gay*” tal como articuladas por Levine (1979) em sua análise dos espaços ocupados por homossexuais na cidade de São Francisco, nos EUA.

É interessante pensar que no Brasil a questão foi articulada por diferentes autores, enfocando de maneira distinta os espaços de sociabilidade e vivência homossexual, apontando de maneira crítica a transposição mecânica da noção de “gueto” para a reflexão sobre os contextos brasileiros de sociabilidade homoerótica, crítica esta realizada por Néstor Perlongher (1987) em sua investigação sobre os espaços de prostituição viril, o negócio do michê, em São Paulo. O autor toma como referência o “gueto” como um espaço territorial urbano em que uma “população minoritária” exercita uma freqüência quase exclusiva e remete-se a definição clássica de gueto presente na elaboração de Wirth (1969). Estas referências são também utilizadas também por Levine (1979) em sua abordagem a respeito dos espaços compreendidos como “*gay ghettos*” distinguindo-os como contextos de “afirmação sexual” em que o a existência do gueto contribui para universalização identitária, a afirmação de uma nova “identidade sexual *gay*”.

No contexto brasileiro a problematização destes espaços é também articulada por Edward MacRae em seu artigo “Em defesa do Gueto (2005)”, publicado originalmente em 1988, no contexto da abertura política após a ditadura militar no Brasil de então. O autor realiza uma “defesa” do gueto homossexual como um espaço de resistência e reafirmação identitária que poderia momentaneamente afastar pressões sociais advindas da “opressão” sofridas por pessoas homossexuais ao vivenciarem de maneira “clandestina” sua sexualidade, observando o papel importante destes espaços como um meio de afetar outros âmbitos da sociedade que ocasionasse modificação destas situações de exclusão e ostracismo, no sentido de fortalecer estes indivíduos para que assumissem futuramente suas “identidades sociais” em contextos menos restritos e mais públicos.

Estas elaborações a respeito do conceito de “gueto”, como

categoria de análise antropológica e sociológica em teorias e autores nacionais e estrangeiros, podem também auxiliar na análise das experiências locais com as quais entrei em contato ao longo de minha pesquisa. A permeabilidade do conceito antropológico revela que o tipo de espaços destinados ou apropriados por pessoas LGBT em Florianópolis, não se assemelha ao que poderíamos chamar de “gueto” seja em sua definição como conceito de análise ou nos usos vagamente indeterminados que faziam da palavra “gueto” alguns indivíduos no contexto de pesquisa. A existência do gueto, como espaço geográfico restrito e localizado, em que a frequente circulação de um público específico possa defini-lo como “gueto homossexual” é inexistente no caso de Florianópolis. O que se pode observar na maioria dos discursos nativos são indícios de outro tipo ocupação de espaços, em que um grupo de pessoas que querem vivenciar experiências homoeróticas começa a freqüentar determinados bares e outros espaços da cidade que não são necessariamente “GLS” ou destinados inicialmente a este público. Muitas vezes o que ocorria e ainda ocorre na cidade são dinâmicas em que espaços comerciais, bares e boates dos mais diversos tipos, são “apropriados” por gays, lésbicas e transgêneros, como afirmam algumas das pessoas com quem conversei. Este processo revela diferenças em relação à ocupação do espaço por pessoas LGBT, que como visto em outras pesquisas, é um tipo de circulação e ocupação que permeia principalmente diversas partes do centro da cidade, numa sobreposição de usos e sociabilidades diferenciadas ao longo de diferentes períodos do dia.

Podemos pensar que em Florianópolis ocorre este processo diferenciado, que pouco se assemelharia ao que a literatura tem denominado de “gueto GLS” ou “gueto gay”. Nota-se que além de ocupar bares e boates na cidade, espaços de lazer que poderiam a princípio ser identificados como “gueto GLS” a ocupação de espaços na cidade se desenvolveu igualmente em diversos contextos públicos, principalmente na região do centro histórico de Florianópolis, nas imediações da Praça XV de Novembro e das escadarias da Igreja do Rosário e São Benedito assim como nas proximidades da Avenida Hercílio Luz. Ao mesmo tempo em que se intensificam e modificam os usos dos espaços ao longo do tempo podemos observar que a maioria dos empreendimentos voltados ao público GLS ainda se localiza no centro da cidade, como no caso da Concorde Club e do Mix Café, duas

das principais casas noturnas as quais tem proprietários como integrantes da AEGLBT/SC, ou então na ocupação dos jardins públicos do Museu Histórico de Santa Catarina, localizado nas proximidades da Praça XV de Novembro e das escadarias da Igreja Nossa Senhora do Rosário, constituindo um fluxo de sociabilidade entre estes diferentes locais.³⁵

Assim como observa MacRae (2005) em seu artigo, original de 1988, enfatizando a importância do “gueto homossexual” no contexto paulistano, a constituição destes “locais apropriados por gays, lésbicas e transgêneros” tornou-se, segundo algumas das falas de meus interlocutores durante a pesquisa, espaços de fortalecimento de suas identidades individuais e de identidades coletivas na cidade. Eram espaços em que se poderia encontrar segurança e sentimento de pertencimento a um coletivo de pessoas que vivenciavam experiências semelhantes, onde se poderiam conhecer novos parceiros e parceiras de modo a vivenciar relações afetivas e eróticas de uma maneira segura, sem a preocupação constante com agressões de todo tipo, que poderiam ocorrer em lugares público tais como a Praça XV de Novembro ou as escadarias da Igreja do Rosário e São Benedito.

Ao mesmo tempo em que estes espaços de sociabilidade homoerótica se constituíssem em referência de espaços seguros para alguns destes indivíduos, não se poderia deixar de observar que não eram locais excluídos de outras formas de sociabilidade ou mesmo de outros indivíduos em busca de outras experiências que não necessariamente as homoeróticas sinalizando assim que pessoas de orientações sexuais diversas convivessem nestes ambientes. Sugere também que diferente dos “guetos gays” existentes em outros países, a concentração nestes espaços se realizava em regiões centrais da cidade, e não apartados de regiões centrais na cidade, incluindo assim locais de “pestrígio” e especulação imobiliária como a Avenida Rio Branco, onde se localiza a Concorde Club, por exemplo. O que ocorre ainda hoje é que estes espaços existem em locais de grande concentração e circulação pública, em espaços centrais de grande importância geográfica e simbólica na cidade, como a Praça XV de Novembro e as Avenidas Hercílio Luz e Rio Branco. Mais do que apartado das regiões centrais estas territorialidades e sociabilidades

³⁵ Conferir as descrições de Henning (2008).

homo-eróticas se constituem em itinerância por diversos espaços, em que diferentes lógicas de implantação e utilização através de aglomerados de estabelecimentos e serviços na paisagem urbana (SIMÕES & FRANÇA, 2005, p. 311) dão conta da experiência e dos sentidos que o espaço ganha nestes contextos.

Observa-se também um processo de ocupação que se desloca para outras regiões da cidade que ganharam outros usos a partir de empreendimentos comerciais voltados ao público GLS a partir dos atrativos turísticos de Florianópolis. Ao se constituir como um dos destinos GLS “preferidos”, principalmente em função do carnaval gay da cidade, alguns espaços como o “Bar do Deca”, localizado numa das extremidades da Praia Mole, assim como o bairro da Lagoa da Conceição onde se localiza esta praia, passam a ser regiões da cidade marcadas por espaços de sociabilidade homoerótica.³⁶ Recentemente outros destes deslocamentos se processam no momento em que a Parada da Diversidade ocupa uma das principais vias de tráfego urbano na cidade, a Avenida Beira-Mar Norte.

Isadora Lins França e Julio Assis Simões (2005) problematizam a transformação destes espaços compreendidos enquanto guetos na cidade de São Paulo e suas transformações para constituição do “mercado GLS” nesta cidade. As modificações sociais ocorridas na Brasil ao longo dos anos noventa e 2000 e a consolidação de uma percepção pública a respeito da homossexualidade contribuíram para o surgimento de novos espaços e de novas formas de entender estes locais, tanto por parte dos ativistas no movimento LGBT como dos empresários envolvidos com empreendimentos direcionados um público de gays, lésbicas e simpatizantes. Os autores sugerem que de um contexto em que o gueto é visto - tanto por pesquisadores e pelo ativismo articulado no movimento - como espaço de reafirmação identitária, em que se poderia resguardar certas práticas e comportamentos com vistas a uma mudança mais global na aceitação social da homossexualidade passa-se, principalmente com o advento da AIDS e com outras mudanças sociais, a formação e do que chamam de “mercado GLS”, frente à articulação recente de um empresariado GLS que começa a despontar durante os anos noventa.

³⁶ Autores tais como Vencato (2002) e Silva (2003) também se referem a esses espaços com parte da circulação LGBT na cidade.

Um (...) fenômeno a destacar é a crescente importância do mercado na promoção e difusão de imagens, estilos corporais, hábitos e atitudes associados à política de identidade e as emergentes culturas identitárias. Isso se nota na expansão e diversificação do “gueto”. Saunas, Bares, discotecas, e casa noturnas multiplicaram-se em número e variedade de formatos, estilos e serviços. Nos últimos anos aparecem várias revistas, jornais, livrarias, editoras, agências de turismo e de namoro voltadas ao público homossexual, assim como seções dedicadas à homossexualidade em grandes jornais, livrarias, editoras e agências de viagens. Assisti-se também, recentemente, ao incipiente aparecimento de um “empresariado homossexual” organizado. Acrescenta-se, ainda, a emergência e expansão do “gueto virtual”. A internet é hoje um importantíssimo espaço para busca de parceiros, trocas, sociabilidades, discussões políticas e comunicação, com suas salas de bate-papo, suas listas de discussão e seus inúmeros e variados *sites* e portais dirigidos à homossexualidade em suas múltiplas manifestações. (SIMÕES & FRANÇA, 2005, p. 313)

Se pensarmos no contexto de Florianópolis esse processo também pode ser observado numa dinâmica em que os tradicionais territórios de sociabilidade homoerótica, contexto nos quais também se localizam a maioria dos bares e boates GLS, passam a fazer parte de um circuito “homossexual”, e se tornam também elementos negociados como mote de “atração” para o público cobiçado por um emergente mercado GLS na região. Nesta conjuntura se articulam as iniciativas do “empresariado GLS”, articulado em torno da AEGLB/SC e intensificando principalmente as características de empreendimentos vinculados ao turismo, uma característica em que Florianópolis surge como destino não somente do público GLS. Os bares, boates e festas, juntamente com as agências de viagem e pousadas apontados por meus interlocutores são os que hoje estão de alguma forma

relacionados e constituem a AEGLBT/SC, sendo quase sempre empreendimentos localizados “dentro” das “machas” e dos territórios de sociabilidade homoerótica do centro da cidade, que já existiam muito antes da conformação da associação.

A expansão deste espaço de sociabilidade, que se restringia aos encontros e prática ditas antes “marginais” nos espaços de circulação e territórios do centro da cidade passam por uma diversificação e emerge com força na organização de um “empresariado GLS/GLBT”, afetadas também pelas discussões identitárias desde o interior do movimento LGBT e pelas próprias dinâmicas existentes em seus empreendimentos (com shows de *drag-queens* e freqüência de travestis) que incluem no próprio nome de sua associação a sigla “GLBT”. A inclusão da sigla não está isenta de contradições e ambigüidades visto que mesmo com a utilização do “GLBT”, as casas ainda continuam se designando como espaços e empreendimentos “GLS”, numa adoção das duas siglas utilizadas quase como sinônimos ou com sentidos muitos semelhantes³⁷. Também se observa a manutenção do “G” (representando os do segmento de gays) como primeira letra da sigla, sem que se modificasse a posição da mesma deslocando o “L” (representando as lésbicas) para o começo, em semelhança à modificação proposta em alguns debates entre ativistas a partir da Conferência GLBT nacional organizada pelo governo Lula. Isto pode ser indício tanto de discussões que ainda permanecem somente no âmbito do ativismo e que, por alguma razão desconhecida, ainda não tenham afetado as ações do empresariado, como pode denotar também certa priorização, por parte dos empreendedores, de alguns dos segmentos expressos na sigla, em função de um público preferencial visado mais especialmente em suas ações e atividades comerciais. Ainda que o “GLBT” seja adicionado como elemento na designação da associação, não estão afastadas das falas destes empresários as preferências e enfoques em determinados estilos e tipos de frequentadores/consumidores, sinalizando a priorização de um ou dois segmentos da sigla como “público-alvo”, em que o público

³⁷ Em função desta dinâmica estamos utilizando aqui os dois termos, que ora aparecem juntos (GLS/GLBT) ora separados, assinalando justamente a ambigüidade expressa em seus usos no contexto da investigação ao longo do trabalho de campo, em que surgiram tanto um como outro, utilizados quase sempre como “sinônimos” pelos empreendedores da AEGLBT/SC.

“gay” masculino é definido como “prioritário”, seguido, com muita menor atenção, de iniciativas direcionadas para as lésbicas e em menor atenção ainda para o/as transgêneros.

Não por acaso são estes estabelecimentos consolidados no contexto das redes de sociabilidade homoerótico em Florianópolis, que se envolvem diretamente e tem as primeiras iniciativas para a organização da Parada da Diversidade. A Parada já surge aqui, diferente de outros eventos semelhantes em outros contextos, como um espaço em que se potencializam as relações entre o empresariado e o ativismo, principalmente nas relações tensas a respeito dos sujeitos LGBT e seus direitos. Como em outros eventos, tais como a Parada do Orgulho GLBT de São Paulo, a Parada da Diversidade se torna um momento de especial importância para ambas as perspectivas aqui em jogo, já que se reconhece a Parada como uma oportunidade para maximizar a visibilidade tanto das casas noturnas e outros empreendimentos – destacando-as do “gueto” – como também das reivindicações do movimento (SIMÕES & FRANÇA, 2005, p. 315). Na cidade se destacam ainda o crescente processo de “turistificação”, sendo hoje Florianópolis destino nacional e internacional de milhares de viajantes. A existência de um carnaval gay na cidade é também elemento aglutinante e que potencializa as iniciativas do novo empresariado GLS, que utiliza-se do fluxo turístico crescente em Florianópolis para, como dito, se especializar no segmento GLBT como veremos mais adiante.

4.2 Empreendimentos vinculados à AEGLBT/SC

Quando se refere ao “mercado GLS”, Isadora Lins França (2006) trata de englobar enquanto parte deste universo um conjunto de atividades comerciais, turísticas, jornalísticas e midiáticas voltadas para os diversos segmentos da sigla LGBT, tais como casas noturnas e bares, festas voltadas para segmentos específicos (como lésbicas, “ursos”, etc.), saunas e outros tipos de estabelecimentos em que se podem estabelecer encontros erótico-afetivos e revistas e sites especializados na cobertura e divulgação de notícias vinculadas ao meio LGBT. Em minha abordagem, como dito, não pretendia fazer um mapeamento de todas as iniciativas do “mercado GLS” em Florianópolis, mas sim localizar alguns dos empreendimentos relacionados à AEGLBT/SC. Por

este motivo utilizo aqui a denominação “empreendedores GLS” e “empresariado GLS/GLBT” como sinônimos, sinalizando as várias iniciativas comerciais agrupadas em torno da associação. Os empreendimentos ali representados são variados e se estendem a projetos mais efêmeros como festas e publicações sazonais sobre os roteiros gays da cidade e outros estabelecimentos como casas noturnas, bares, saunas e sites.

A partir de algumas das falas de meus interlocutores pude mapear um pouco da trajetória dos empreendimentos comerciais envolvidos mais diretamente na realização da Parada da Diversidade, os quais serão privilegiados na descrição que se segue. A narrativa a respeito destes espaços envolve uma escolha metodológica a ser destacada: o fato de que estes estabelecimentos são aqueles que hoje estão vinculados mais diretamente à AEGLBT/SC. Existem na região outros estabelecimentos e iniciativas que compõem o meio GLS e que certamente fazem parte do “empresariado GLS”, conformando num contexto mais global um “mercado GLS” na região. Mesmo que estes outros empreendimentos também sejam afetados pela Parada, promovendo festas e outras iniciativas no período de sua realização, eles não têm uma vinculação direta com a AEGLBT/SC, definida como parte de minhas investigações por ser a organizadora do evento na cidade. Começavam a existir algumas tensões entre casas noturnas durante a realização da Parada, que também era disputada como maneira de atrair, com “festas oficiais” e outras iniciativas, o público freqüentador do evento, o que poderia sugerir inclusive um tipo de disputa comercial entre diferentes estabelecimentos em torno do público local e turísticos que freqüenta a Parada, assim como uma disputa sobre hegemonia sobre um determinado nicho de mercado na cidade.

Limitei a investigação me restringindo aos estabelecimentos e iniciativas referenciados nas falas de meus interlocutores, possibilitando que eu pudesse avaliar e descobrir de forma mais detalhada de que modo estes estabelecimentos comerciais tinham papéis distintos na organização do evento na cidade, de que maneira se propunham a participar do evento ou como intervinham naquele contexto a partir de diferentes táticas comerciais (festas, shows, divulgação em portais virtuais GLS, etc.). Para aprofundar minha abordagem optei por focar minha análise nas duas principais casas

noturnas relacionadas à AEGLBT/SC e a Parada da Diversidade, a Concorde Club e o Mix Café e a algumas outras iniciativas como festas específicas para alguns segmentos da sigla GLS.

A Concorde tem como peculiaridade o fato de ter sido uma das casas noturnas “apropriadas” por gays e lésbicas ao longo de seu surgimento na cidade. Segundo uma de minhas interlocutoras, originalmente a casa foi aberta com o intuito de ser destinada ao público “heterossexual” que freqüentava outras casas semelhantes na cidade. Segundo diziam alguns dos ativistas do movimento LGBT o proprietário da casa, Rogério Cordeiro, não “era gay” e era dono de outras casas e boates na cidade voltadas para o público “hétero”. Geralmente eles observavam esse fato como um indício de que os interesses comerciais no público GLS, como um “filão de mercado”, era os únicos que moviam e incentivavam a participação da Concorde Club na AEGLBT/SC e nas atividades relacionadas à Parada.

Com o passar do tempo o público “GLS” se tornou o principal segmento freqüentador da Concorde Club, que passou a promover programações e festas e a trazer DJs relacionados à noite GLS. Priscila, uma das promoters da festa “Perversion” que lá ocorre, e outros de meus interlocutores integrantes da AEGLBT/SC, afirmavam que a Concorde Club se reafirmava como uma das principais casas noturna GLS por diversificar suas atrações musicais e artísticas assim como pelos “atrativos físicos” da danceteria, que investira em iluminação e em outras modificações estruturais ao longo dos anos. A casa se destaca por abrigar várias pistas de dança e por promover festas com conhecidos DJs (*Disco Jockeys*) da cena eletrônica local, nacional e internacional, que eram divulgadas periodicamente em “portais GLS” locais como o “Saplóide”, “Fervo” e “Portal G”. Estes sites são interessantes meios de divulgações para as festas e atividades das casas noturnas e bares, assim como das iniciativas e informações do universo LGBT. Em suas parceria com a AEGLBT/SC, o site “Fervo” é responsável pela cobertura fotográfica oficial da Parada, divulgando as primeiras informações a respeito de cada edição e os detalhes que caracterizam cada Semana da Diversidade. Centralizando informações e as programações de várias casas noturnas de Santa Catarina o site reúne colunas e matérias de interesse do público de caráter GLBTS (Gays, Lésbicas, Bissexuais, Transgêneros e Simpatizantes), como definem o público a que se voltam.

Contando com uma festa periódica chamada “*Dance Floor*” a Concorde Club realiza uma série de eventos ao longo do mês, que geralmente são voltadas para público predominantemente masculino. Embora as festas direcionadas para esse público envolvam a maior parte das atividades da danceteria, uma das festas mais reconhecidas da Concorde Club é a “*Perversion*”, voltada para “meninas e mulheres” como se referia uma de suas *promoters*, Pricilla Matos. Segundo Pricilla a festa era realizada uma vez por mês na Concorde Club e tinha sido idealizada como meio de atrair um segmento que não encontrava em nenhum estabelecimento da cidade um local onde “meninas” que quisessem “ficar”³⁸ umas com as outras pudessem ir, como ela dizia.

Pricilla foi uma das idealizadoras do portal “*Saplóide*”, que se voltava à divulgação de festas e informações para as “meninas de plantão”, dirigido ao público lésbico. Com o passar do tempo o site foi ampliando suas atividades e começou a promover a “*Perversion*” com certa periodicidade, que se tornou uma de suas principais eventos da “noite lésbica”, na cidade. A festa, que também se realiza e entra no calendário de “atividades oficiais” da Parada da Diversidade, marcou presença no evento com carros de som, trios elétricos e numa das edições, com um “ônibus-danceteria”, que assinalava muitas vezes o local de encontro e participação das lésbicas na Parada. Priscilla entendia a festa e o site como um dos empreendimentos GLS da cidade e na época de formação da A EGLBT/SC tinha participado dos debates, juntamente com Cíntia que também promovia “festas para meninas”. Recentemente seu envolvimento com a associação se restringia a organização da “*Perversion*” e da contratação de carros de som da festa que ela promovia para participação no dia de realização da Parada.

Caracterizada por meus interlocutores como uma “danceteria” em que a música eletrônica era predominante, diferente de bares e outros estabelecimentos GLS, eles também apontavam que a Concorde Club era o espaço reconhecido das “barbies”, um tipo de classificação nativa para definir homens gays bastantes musculosos, que dançam de torso nu no espaço da boate. A concorde era reconhecida também por

³⁸ O sentido da palavra “ficar” está aqui relacionada a práticas e encontros amorosos e sexuais entre mulheres que poderiam se iniciar e acontecer no contexto da festa realizada na danceteria.

ser o espaço no qual se realizavam as “festas oficiais” da Parada e também a as festas “Pré-Parada”, sendo de fato o local onde se realizou um dos shows da cantora Wanessa Camargo durante a edição de 2010. A danceteria também investia, segundo os integrantes da AEGLBT/SC, nas atividades da Semana da Diversidade e trazia desde a primeira edição do evento um dos principais e maiores trios elétricos presentes no dia de realização da Parada.

Outro dos principais empreendimentos vinculados à AEGLBT/SC era o Mix Café, casa noturna que compunha e tinha participado da fundação da associação, e que eram ali representada por Cláudio Clarindo e Audenir Carvalho, seus proprietários originais. Diferentemente da Concorde Club o Mix Café segundo um de seus fundadores, Audenir Carvalho, já surge como um espaço destinado ao público “GLS” (gays, lésbicas e simpatizantes). Audenir contava que o Mix Café tinha sido originalmente idealizado como “um café aberto” a todas as pessoas e que desde o início tinha como intenção receber a todos, fossem gays, lésbicas ou os “simpatizantes”. Ele dizia que inicialmente era um espaço destinado a encontros e confraternização de pessoas próximas à ele, suas conhecidas e amigos, e que com o tempo o empreendimento ganhou visibilidade e se consolidou como casa noturna na cidade.

A “tendência aberta” que definia desde início o perfil do estabelecimento no fim da década de noventa, visando atrair vários tipos de pessoa, já refletia um contexto em que o termo “mix”, que compõem o próprio nome da casa noturna, era pensado de modo a atrair uma “mistura de pessoas”, gays, lésbicas e transgêneros e também dos “simpatizantes” deste universo. O contexto de inserção do termo “mix” e a popularização do que se define por “GLS” revelam os processos de introdução da idéia de “*gay friendly*”³⁹ no contexto local, de um modo a sinalizar e incitar um novo pluralismo carregado com a idéia de mútua tolerância, ao estimular a reunião, no mesmo espaço físico, de pessoas com diferentes (ou múltiplas) orientações sexuais (SIMÕES & FRANÇA, 2005, p. 314).

³⁹ A denominação “*gay friendly*” é uma expressão de língua inglesa elaborada para definir e se referir a lugares, instituições, serviços e outros âmbitos de consumo que se especializam e são “abertos” à recepção de pessoas LGBT.

O Mix se distinguia por realizar festas com DJs da cena eletrônica do Sul do país e contar com vários concursos e eventos relacionados ao universo da drag-queens. Diferentemente de outras casas noturnas da noite GLS da cidade, que realizavam festas temáticas com DJs, contando com ocasionais apresentações artísticas, o Mix Café promove shows de drag-queen com grande frequência, se realizando de forma intercalada com atrações musicais e apresentações artísticas de outra natureza quase sempre voltadas para o público masculino predominante freqüentador da casa. O Mix Café é também o empreendimento a que se vincula Selma Light, uma das principais apresentadoras da Parada da Diversidade desde seu início. Selma era “*hostess*”⁴⁰ do Mix Café há mais de sete anos e tinha sido, juntamente com outros empreendedores articulados em torno da AEGLBT/SC, uma das principais figuras da noite GLS responsável pela “idealização inicial” da Parada, como diziam alguns de seus integrantes e ela mesma, em uma de nossas conversas.

Além de apresentar todos os eventos relacionados à Parada, Selma organizava juntamente com Cláudio Clarindo, atual proprietário do Mix Café, o calendário de festas da diversidade no Mix Café, que ocorriam no período de realização da Parada da Diversidade. O Mix Café também investe na contratação um dos maiores trios elétricos para a Parada da Diversidade, que conta com apresentações de seus DJs residentes e com várias *drag-queens* que animam e interagem com o público que dança ao redor do veículo. A casa noturna também servia como um dos empreendimentos que disponibilizava sua infra-estrutura para a realização da Semana da Diversidade, trazendo para este contexto alguns dos banners de seus artistas contratados e decorações que remetiam ao universo da danceteria.

Além destas duas casas noturnas ganharam proeminência na AEGLBT/SC mais três empreendimentos com representação significativa através das iniciativas e participação seus proprietários. A agência de viagens *Brazil Ecojourneys* era representada por Marta Dalla Chiesa que ficava responsável, juntamente com Talmir Duarte da Silva, proprietário e representante da Pousada Natur Campeche, pela

⁴⁰ Designação dos artistas e/ou personalidades da noite responsável pela recepção dos frequentadores da casa nas noites de shows e em outros eventos relacionados ao estabelecimento.

organização das edições dos Fóruns de Turismo GLS de Florianópolis que ocorriam de forma concomitante às atividades da Semana da Diversidade durante as edições do evento. Audenir Carvalho, um dos proprietários do Mix Café na época de fundação da AEGLBT/SC, representava também a Sauna Club Hangar, que sempre divulgava suas atividades e festas durante as atividades da Semana da Diversidade e nas edições da Parada.

Além dos estabelecimentos comerciais e turísticos compunham a associação mais algumas iniciativas. Uma delas eram os “Jogos da Diversidade”, organizados por Pipoca Grando e Cintia Torres. Organizadas geralmente nas instalações do CEFID, Centro de Desportos da Universidade do Estado de Santa Catarina, os jogos contavam com algumas modalidades esportivas (Futebol de Salão, Vôlei, Futebol de Campo, Tênis de Mesa e Atletismo) disputadas sem fins esportivos por pessoas provindas do interior do estado de Santa Catarina e relacionadas ao universo esportivo, segundo me contou Pipoca. Segundo ele, o organizador de todas as edições dos jogos desde o início da Parada, geralmente as inscrições eram feitas de forma espontânea através da doação de alimentos não-perecíveis e as atividades era realizadas com o intuito de “incluir socialmente” através do esporte, integrando heterossexuais e homossexuais visando diminuir o preconceito. Pipoca contava sempre com o auxílio de Cintia Torres, que além de auxiliar na organização mais direta das atividades da Parada no dia do evento, era também promoter da noite GLS, organizando em diferentes espaços da cidade “festas para meninas” como ela se referia às suas iniciativas.

Estas atividades e empreendimentos estão intimamente ligados ao surgimento da AEGLBT/SC pelo fato de que seus proprietários tiveram papel importante na realização da primeira Parada da Diversidade e se articularam com vistas a fomentar aquilo que chamavam de especialização turística do segmento GLBT. A articulação entre estes empresários para a realização do evento foi e continua sendo uma das principais atividades da AEGLBT/SC, embora os discursos em torno de seu surgimento enquanto grupo, evidenciem uma diversificação de atividades que conformariam seu âmbito de ações, principalmente ações que são vinculadas diretamente aos empreendimentos que fazem parte da associação, que divulgam estas ações e encontram representação nessa associação para o

fortalecimento de suas iniciativas comerciais.

Neste contexto em que uma parcela do “Empresariado GLS” se fortalece e potencializa seus empreendimentos a partir da organização da Parada e da AEGLBT/SC, existem outros estabelecimentos e iniciativas pertencentes ao circuito GLS de Florianópolis, mas que não se encontram reunidos em torno da AEGLBT/SC, ainda que se “beneficiem” dos efeitos de sua articulação, especialmente no que diz respeito ao crescimento do turismo GLS na cidade no período de realização da Parada. Algumas fricções entre interesses e disputas em torno do “monopólio” da AEGLBT/SC como “organizadora oficial” do evento, começava a ser contestado por indivíduos ligados a outros estabelecimentos GLS, revelando que embora a associação tenha congregado ao seu redor e potencializado grande parte dos empreendimentos deste tipo na cidade, não abarca todas as iniciativas e não corresponde aos interesses de todos os empresários do meio.

4.3 A constituição da AEGLBT/SC

Algumas das pessoas com as quais conversei a respeito da AEGLBT/SC (como, dito sigla para “Associação dos Empreendedores GLBT de Santa Catarina”) contam diferentes histórias sobre seu surgimento na cidade. Alguns de meus interlocutores que faziam parte da associação diziam que a iniciativa para seu surgimento tinha se dado no ano de 2005 e devia-se à necessidade de organizarem em Florianópolis uma “Parada do Orgulho Gay”, pois a cidade era uma das únicas capitais em que ainda não havia um evento do tipo. O fato de que seus organizadores quisessem realizar tal evento por este motivo refletia uma concepção num contexto em que as Paradas começam a se difundir como modelo de manifestação pública em diversos regiões do país, como um modo privilegiado para angariar visibilidade pública de forma incontestável, seja para a cidade como destino GLS em ascensão ou para os debates e lutas por direitos LGBT.

O contato com o Grupo Dignidade, ONG LGBT de Curitiba, ajudou os empresários GLS em Florianópolis a apreender alguns dos procedimentos para organizar um evento massivo na cidade visto a experiência do grupo Dignidade em sua participação na Parada da Diversidade LGBT de Curitiba. Segundo Cintia, Audenir, Tiago e Selma alguns membros do Grupo Dignidade se reuniram com pessoas da

A EGLBT/SC antes da realização da primeira edição do evento para orientá-los sobre os detalhes da organização. Ao que parece o processo de surgimento do evento e da A EGLBT/SC já refletiam tanto as políticas de fomento do governo federal para criação de “Eventos do Orgulho” como as próprias dinâmicas de “trocas de experiências” entre grupos do movimento LGBT que se intensificaram nos últimos anos da década de 2000 para o surgimento destes eventos em diferentes regiões do país. Esta “troca de experiências” entre grupos ativistas organizadores de Paradas ocorreu no caso da A EGLBT/SC, em que o intercâmbio com um grupo de militância LGBT de um estado vizinho contribuiu para o surgimento da própria associação empresarial e do evento em Florianópolis, revelando tipos de parcerias entre as esferas ativista e empresarial para a realização de um evento do orgulho LGBT.

Alguns membros da A EGLBT/SC contam que a associação surgiu somente em função da organização da Parada. A Parada era vista então como uma maneira de intensificar o fluxo turístico e fortalecer os empreendimentos GLS que já existiam em função do carnaval gay, que já existia na cidade. Outras motivações apontadas por muito deles se relacionavam às agressões e mortes de homossexuais que ocorriam na cidade. Lembravam geralmente dos assassinatos de Norton Baptista da Silva, no fim dos anos 80 nas imediações da Avenida Hercílio Luz, e de Ricardo Bavasso, no ano de 2005 nas proximidades da Avenida Santa Mônica - ambos relacionados ao meio jornalístico local e tidos como homossexuais nos meios intelectuais da cidade - como emblemáticas do descaso com tais ocorrências e da indignação daí advinda, que os movia para que organizassem um evento onde se pudesse manifestar seu repúdio a tais agressões.

Alguns dos membros da associação observavam que esses assassinatos foram encobertos pelo silêncio e ninguém era punido embora se soubesse na cidade que ambas tinha sido motivadas por “ódio contra os homossexuais”. Audenir, especialmente, contava que já era “tradição” na cidade atos de violência contra homossexuais em que não ocorria nenhum tipo de investigação policial sobre as causas dos assassinatos. Na ocasião do enterro de Norton, segundo alguns dos membros da associação, surgiram nas conversas informais entre futuros membros da associação as primeiras idéias para organizar uma Parada como um modo de denúncia das agressões e preconceito que os LGBT viviam na cidade. A idéia para eles era organizar um ato que

também funcionasse como modo de luta por direitos dos homossexuais na cidade. As iniciativas para tal evento só se concretizaram mais de uma década depois do assassinato de Norton, nos primeiros atos ocorridos no centro da cidade no fim dos anos noventa, aos quais alguns se remetiam como os eventos antecedentes à Parada, e muitas vezes encarados pelos membros da associação como embriões das primeiras iniciativas do orgulho LGBT na cidade.

Talvez a Parada da Diversidade “tenha vingado”, como muitos deles diziam, graças à influência e as relações que Tiago Silva mantinha com o poder público municipal, o que para muitos facilitou para que o evento se desenvolvesse e ganhasse repercussão e freqüência anual. Tiago havia sido assessor da secretaria de turismo da prefeitura durante o primeiro mandato do prefeito Dário Berger e tinha organizado nos últimos anos, entre outros eventos turísticos na cidade, o show chamado “Pop Gay”, um evento que ocorre quase sempre no carnaval gay e que reúne transformistas e *drag-queens* em apresentações competitivas. O “Pop Gay” ocorria nas imediações da Rua Hercílio Luz onde tradicionalmente também acontecia “carnaval gay” reconhecido como o “carnaval do Roma”, em função de um antigo bar chamado Roma que, como dito antes, existia na região nas décadas de 70 e 80, reunindo intelectuais, jornalistas e também gays e lésbicas.

O fato de Tiago ser um dos organizadores do evento e também estar relacionado ao turismo na época de surgimento da Parada foi reforçado por muitas das pessoas com quem conversei como crucial para que o evento pudesse ser viabilizado e para que a própria AEGLBT/SC surgisse como entidade que “organizava” os empresários GLS na cidade. Para os membros da AEGLBT/SC o fato de Tiago se constituir como parte do governo municipal foi importante por “abrir portas” na administração pública municipal, possibilitando entre outras questões logísticas, a realização do evento num “espaço importante” da cidade segundo eles, a Avenida Beira-Mar Norte. O contato com a prefeitura possibilitava também que se contasse com os serviços de “segurança” da Polícia Civil e da Polícia Militar, a partir de contatos com o governo estadual. Essa vinculação com o poder público e a prefeitura era alvo de crítica por parte de ativistas do movimento LGBT, que acusavam os empresários de se utilizar desses contatos para se favorecerem comercial e pessoalmente, inclusive gerindo verbas públicas para o financiamento de suas atividades e da própria Parada

da Diversidade. Como veremos adiante, de fato estas parcerias com governos renderam, nas edições posteriores do evento ao longo dos anos tanto subsídios vinculados ao Funturismo⁴¹ como também a possibilidade de se utilizarem de financiamentos privados provindos de diferentes empresas.

Outra importante questão que se destaca nos discursos a respeito da AEGLBT/SC é a sua vocação para a realização e fortalecimento de atividades turísticas. Marta Dalla Chiesa, integrante do grupo e antiga vice-presidente, comenta como sua experiência em outros países, com outras as Paradas das quais participou, contribuiu para que ela, juntamente com outros empresários do meio GLS da cidade, tivessem a idéia de realizar uma Parada que fortalecesse a cidade como destino GLS. Marta era dona de uma agência de viagens *Brazil Ecojourneys*, especializada em turismo ecológico e de aventura no sul do Brasil e fazia parte também das diretorias da Associação Brasileira de Turismo para Gays, Lésbicas e Simpatizantes (ABRAT-GLS) e da *Internanational Gay & Lesbian Travel Association* (IGLTA), ambas as organizações envolvidas no fomento ao turismo GLS no Brasil e em vários outros lugares do mundo. A experiência de Marta fora do Brasil durante alguns anos fez com que ela pudesse ter noções sobre o emergente mercado turístico GLS e pudesse realizar contatos com outras associações de empreendedores GLS, definindo algumas dos traços iniciais para a formação de uma associação semelhante em Florianópolis. Abordarei mais adiante as implicações destes contatos para a construção da cidade como destino turístico GLS.

As outras ações realizadas pela AEGLBT/SC, isto é, além daquelas realizadas no período da Parada da Diversidade, ficaram um pouco nebulosos ao longo do processo de pesquisa de campo. Em meu contato com a associação, como mencionado antes, tive algumas dificuldades em “acompanhar” suas ações cotidianas, com reuniões e outros eventos públicos. Isso se deu, acredito por razões diversas, mas que estão conectadas à própria dinâmica atual da associação, que vem se “esvaziando”, como me diziam alguns de seus antigos e atuais

⁴¹ É o Fundo de Incentivo ao Turismo, modalidade de financiamento desenvolvido pela Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte do Governo de Santa Catarina, como forma de incentivar as políticas e iniciativas turísticas no estado.

membros. O contato para aproximações e inserção em suas atividades foi dificultado tanto por informações desconexas que me forneciam como por reuniões que não ocorriam ou que eram “transferidas” para outras datas sem que eu tivesse possibilidades de acessar esta informação. Vários dos membros da associação apontavam outros integrantes com quem eu podia falar para obter mais informações e relatos sobre a Parada e a associação, de modo que acabei realizando entrevistas e conversas com seus “membros”, mas não participei de suas reuniões.

Estas reuniões não vinham acontecendo desde muito tempo e ao que parecia ao longo dos últimos cinco anos a associação foi perdendo alguns de seus membros e associados. Ainda que eu tenha observado conversas e articulações entre seus integrantes, principalmente durante a realização da Semana da Diversidade de 2009, tudo leva a crer que seus integrantes não se reúnem com periodicidade em outros momentos do ano, ocorrendo assim uma “dispersão” e uma inatividade ao longo do ano até a realização da próxima edição do evento. No ano de 2009 vários de meus interlocutores relacionados à AEGLBT/SC faziam parte e tinham organizado intensamente as atividades da Semana da Diversidade e estavam articulados em torno da figura de Tiago Silva, que naquele ano apresentou o projeto de lei de penalização de ações discriminatórias na câmara de vereadores, como vemos mais adiante. Pude presenciar nestas ocasiões algumas conversas e debates entre seus integrantes para a realização das atividades e os detalhes sobre o evento, embora existissem como dito, algumas resistências para minha participação mais direta em seus debates. Alguns desses episódios serão narrados ao longo do trabalho, especificamente nas descrições a respeito das Semanas da Diversidade de 2009 e 2010.

Em 2010 alguns de meus interlocutores, sendo estes tanto vinculados ao movimento quanto ao empresariado, diziam que as únicas pessoas que permaneciam envolvidas “mais diretamente” na organização do evento eram somente Cintia, Audenir e Tiago Silva, contando com a apresentação do evento com Selma Light. Outros membros que procurei relutavam em encontrar comigo para realização de alguma entrevista ou conversa afirmando que já não faziam mais parte da associação ou que estavam desligados temporariamente. Mesmo com algumas resistências consegui conversar com a maioria de

seus integrantes, ainda que não tenha conseguido conversar com um dos presidentes do grupo, Cláudio Clarindo. Alguns deles me diziam que por diversos motivos (pessoais ou compromissos que se chocavam com a organização e realização do evento) não tinham podido participar mais diretamente das atividades e que por este motivo Tiago Silva e mais alguns outros membros, juntamente com outras pessoas relacionadas à prefeitura de Florianópolis, tinham “tocado” as atividades de 2010, onde não foi possível organizar uma “Semana da Diversidade oficial”, embora uma “Semana da Diversidade” tenha sido possibilitada neste ano por meio das ações dos grupos ativistas Gozze e pelo Roma, por fora do “calendário oficial” de atividades da Parada daquele ano.

O “esvaziamento” da AEGGBT/SC ao longo da pesquisa de campo foi um processo que dificultou o acompanhamento mais sistemático de suas atividades, ainda que escassas, ao longo das duas edições da Parada em que a pesquisa de campo foi realizada. Podia-se notar que mesmo as empresas articuladas em torno da associação em seu surgimento, isto é, as duas principais casas noturnas GLS em atividade na cidade (Mix Café e Concorde Club) tinham deixado de fazer representar no âmbito da associação com a desvinculação de Cláudio Clarindo (um dos proprietários do Mix Café) e da participação indireta, ainda que não presencial, dos proprietários da Concorde Club.

Este fato é contraditório, pois tanto em 2009 como em 2010 ambas as casa promoveram “atividades e festas oficiais da Parada”, com a promoção e financiamento de um “Show Nacional” da cantora Wanessa Camargo e da presença de uma personalidade famosa, como Jean Willys, e mantendo Selma Light⁴², que era *hostess* oficial do Mix Café, como principal apresentadora da Parada nestes dois anos. Mesmo que as relações internas do grupo tenham se desarticulado ao longo dos dois anos de pesquisa, as parcerias articulações comerciais no período do evento continuaram se desenvolvendo, mesmo que a associação, enquanto grupo realizador do evento tenha se “desagregado”. No contexto em que o empresariado GLS se fortalece através do evento cabe aqui apontar quais são as relações entre a

⁴² Selma Light também é citada como artista e *performer* da noite GLS na dissertação “Fervendo com as drags: corporalidades e performances de *drag queens* em territórios gays da Ilha de Santa Catarina”, de Anna Paula Vencato (2002).

associação, a Parada, o carnaval e o turismo GLS.

4.4 O Carnaval, a Parada e o turismo GLS em Florianópolis

Umás séries de evidências em campo levaram-me a pensar sobre as possíveis comparações entre o carnaval gay de rua em Florianópolis e a Parada da Diversidade. Esta comparação estava presente também nas falas de muitas das pessoas com quem tive contato em campo, fossem eles empresários ou ativistas. A comparação se estabelecia por alguns traços presentes nas estruturas dos dois eventos, pelos antecedentes de organização e históricos do carnaval na cidade e pela própria forma de ocupação do espaço público que gays, lésbicas, e transgêneros engendraram ao longo do tempo em Florianópolis.

Muitos dos ativistas comparavam a Parada com um grande “carnaval fora de época”, formato este que, segundo eles, não “correspondia” com os objetivos de um evento como a Parada, pretendida enquanto contexto em que as demandas da comunidade LGBT na cidade fossem evidenciadas com vistas à obtenção de direitos para a comunidade. Argumentavam também que a próprio relacionamento da AEGLBT/SC com o poder público municipal, especialmente na figura de Tiago Silva, presidente de honra da associação, que era o responsável pelo concurso Pop Gay e pela organização de outras atividades relacionadas ao carnaval em Florianópolis a partir da secretaria de turismo da Prefeitura, era uma das razões que faziam com que a organização da Parada fosse marcada por uma “carnavalização” que a “despolitizava”.

Ao mesmo tempo existia uma forte tendência nos discursos dos empresários e empreendedores da AEGLBT/SC no sentido de dissociar o evento do carnaval gay da cidade, e de tratá-lo como um evento “político” pela obtenção de direitos e no fortalecimento das demandas LGBT, se opondo veementemente à modificação do local onde ocorre o evento, da Avenida Beira-Mar Norte para a “Passarela Nego Quirido”, local onde ocorrem os desfiles das Escolas de Samba no período do Carnaval. Mas as comparações também se estabeleciam na modificação recente, presente nas formas de ocupação do espaço público por gays, lésbicas e transgêneros. O carnaval gay do Roma e o “Concurso Pop Gay”, além da distribuição dos bares, boates e saunas sempre foi marcadamente relacionada aos espaços circunscritos em

diferentes regiões do centro da cidade e especialmente às manchas e circuitos de sociabilidade homo-erótica existentes desde longa data naquelas regiões.

Nos últimos anos a prefeitura de Florianópolis resolveu “urbanizar” a diversas regiões do centro da cidade, incluindo entre elas a Avenida Hercílio Luz, tradicional local onde desfilavam durante o carnaval os diversos “blocos do sujo” e onde ocorria também o carnaval gay e o “Concurso Pop Gay”. A região também é mencionada por Carlos Eduardo Henning (2008), Silva (2003) e Vencato (2002) como um dos espaços de sociabilidade homoerótica, tanto no que diz respeito à frequência de gays em busca de relações afetivas sexuais como na presença constante, nas últimas décadas, de bares e boates voltadas para o público GLS. Ali também existem espaços em que travestis e garotos de programa se prostituem, sendo recorrente a presença de carros de clientes potenciais em busca de encontros sexuais pagos. Depois de um longo processo de “urbanização” da Avenida Hercílio Luz a prefeitura considerou por bem transferir o carnaval gay do Roma e o “Concurso Pop Gay” para Praça da Bandeira, próxima da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina. Um dos motivos para tal transferência era o fato de que com a urbanização e com um novo projeto de paisagismo não seria possível realizar mais o carnaval nas imediações da Avenida. A modificação foi encarada por parte da população LGBT da cidade que freqüentava o carnaval gay e o “Concurso Pop Gay” como uma descaracterização de ambos os eventos. Marcos Aurélio da Silva nota que o carnaval gay da cidade era parte de uma série de territórios marcados por sociabilidades GLBT no contexto do centro de Florianópolis. Segundo o autor

A festa que começou a ser realizada nos anos 70, ao redor do bar Roma, localizado, na Avenida Hercílio Luz, reunia artistas, jornalistas, intelectuais e adeptos da contra-cultura e, sem deixar de abrigar esses grupos, foi aos poucos se tornando o centro do carnaval GLS da cidade (SILVA, 2003, p. 03).

Quando o bar encerrou suas atividades em 2001 e a prefeitura da cidade assumiu a organização oficial do carnaval de rua de

Florianópolis, a região continuou abrigando vários grupos de sujos, grupos de gays que se travestiam especialmente para o carnaval e os shows de drag-queens e transformistas que se desenrolavam nas proximidades do Clube 12 e em ruas adjacentes. Na avenida, que geralmente era bloqueada para a passagem de carros, montava-se um grande palco onde ocorriam algumas das apresentações idealizadas pela prefeitura e também o Concurso Pop Gay, concurso no qual ocorriam as apresentações mais concorridas das *drag queens* da cidade. Durante sua pesquisa, o autor observa ainda que pouco a pouco o carnaval gay do Roma passava por modificações em suas características locais, num contexto no qual, de evento restrito à população LGBT local, passa a ser noticiado e veiculado em outros locais como parte das atrações turísticas da região. Mencionado o público participante do evento o autor destaca um pouco deste processo de transformação, que já poderia denotar uma modificação das relações na rede de sociabilidades LGBT na cidade e também da crescente transformação da cidade como destino turístico destinado ao público GLS de outras regiões país e do mundo:

Há moradores da cidade, alguns freqüentadores assíduos do *pedaço*, outros nem tanto. Há uma grande quantidade de turistas, rostos desconhecidos dos que moram em Florianópolis e freqüentam o *pedaço* gay durante o ano. A cada carnaval, eles, os turistas, são mais numerosos, uma vez que o carnaval gay da Ilha é conhecido em outras cidades do país, sendo comentado na internet em *sites* GLS e de agências de turismo especializadas. (SILVA, 2003, p. 67).

O carnaval gay da cidade trazia todos os anos muitas pessoas para a cidade e já tinha se tornado tradicional no contexto urbano de Florianópolis. O fluxo turístico no período do carnaval se intensifica como parte da “temporada de verão” no litoral brasileiro e a cidade fica geralmente cheia de turistas que fazem com que a região “ganhe” financeiramente, com a consolidação da cidade como destino de férias e lazer. Nos últimos anos o próprio governo tem fomentado iniciativas de especialização e políticas públicas para incentivo do turismo interno

e externo ao estado e empreendimentos se especializaram para acolher a demanda turística crescente. O empresariado GLS não fica atrás em sua especialização e no período de carnaval as casas noturnas realizam festas temáticas especiais, as agências de viagem organizam pacotes direcionados ao lazer e desfrute do carnaval e das belezas naturais da região e as pousadas e hotéis ficam repletas de turistas.

A AEGGBT/SC já se organiza baseada em modelos de outras organizações nacionais e internacionais que articulam ao seu redor as iniciativas turísticas GLS. Ainda que a AGLBT/SC não seja um associação constituída exclusivamente por empreendimentos voltados para o fomento e recepção turística e que casas noturnas sejam em grande parte os integrantes com maior visibilidade e investimento nas ações da entidade, em seu site a descrição de suas atividades deixa claro que sua concepção está relacionada ao “fortalecimento do turismo no segmento GLBT”. Este fenômeno também é observado por alguns pesquisadores na cidade de São Paulo, de modo a apontar uma crescente organização e especialização no sentido turístico.

Um segmento do mercado que parece estar em franca expansão é o de agências de turismo GLS, que realizam em 2004 o seu “Primeiro Fórum Paulista”. As agências com foco exclusivamente voltado para homossexuais estão organizadas em torno da recém-criada Associação Brasileira de Turismo para gays, lésbicas e simpatizantes (ABRAT-GLS), perfazem o número de cinco estabelecimentos, e há pelo menos mais duas agências especializadas nesse público na cidade de São Paulo, espalhadas por diversos bairros. A primeira agência de turismo foi a *Interraibown*, criada há quatorze anos e ainda atuante, ajudando a compor a ABRAT-GLS. O “turismo GLS” tem sido tema de reportagens nos cadernos especializados dos grandes jornais de São Paulo, e cidades como Búzios, Cabo Frio e Paraty, no Estado do Rio de Janeiro, têm organizado festivais com a intenção de se consolidar como destinos turísticos para o público homossexual. A formação de um empresariado organizado e especializado no público homossexual é outra novidade dos últimos anos. A ABRAT-GLS é o mais recente exemplo, mas há também o Bureau de Negócios GLS e a Associação de Empresários Gays do Brasil, que afirmam atuar com o objetivo de estimular e fortalecer o “mercado GLS” no Brasil, tendo São Paulo como principal ponto de irradiação. (SIMÕES & FRANÇA, 2005, p. 326-327)

Como dito antes, em Florianópolis a especialização turística estava relacionada diretamente à figura de Marta Dalla Chiesa, dona de uma agência de viagens, a *Brazil Ecojourneys*, direcionada ao turismo ecológico e de aventura no sul do Brasil. Marta fazia parte das diretorias e era representante local da Associação Brasileira de Turismo para Gays, Lésbicas e Simpatizantes (ABRAT-GLS) e da International Gay & Lesbian Travel Association (IGLTA), ambas as organizações envolvidas no fomento ao o turismo GLS no Brasil e em vários outros lugares do mundo. As concepções de Marta em torno destas atividades, em conversa que realizamos, estavam relacionadas à falta de “treinamento adequado” por parte dos empreendimentos que existiam na cidade voltadas para o público GLS e por isso ela tinha se juntado aos esforços para realização da Parada, se constituindo como uma das fundadoras da associação

Em sua compreensão o “treinamento de pessoal” para a recepção do público GLS envolvia uma concepção “mais profissional” dos empreendimentos turísticos na cidade e por isso, a partir da AEGLBT/SC ela, juntamente com Talmir Duarte da Silva, que também era integrante da diretoria da ABRAT-GLS, tinham organizado os Fóruns de Turismo GLS nos hotéis Mercure e na Pousada Natur Campeche, de propriedade de Talmir, como parte das atividades da Parada. Ela me relatou também que em consonância com estas iniciativas em com a consolidação da Parada como um evento turístico ela tinha conseguido, como integrante no Brasil da *International Gay & Lesbian Travel Association* (IGLTA) realizar em Florianópolis no ano de 2012 a Convenção Global Anual⁴³ da entidade, que reuniria os representantes regionais e empreendimentos de todo o mundo para discussões sobre o fortalecimento das iniciativas turísticas GLS. Segundo ela a convenção consolidaria e fortaleceria não somente Florianópolis como o segundo destino preferencial de gays e lésbicas no Brasil, mas também o próprio país como um destino “em ascensão e prestígio” no cenário

⁴³ O material promocional de divulgação da convenção, que conta com os logos da ABRAT-GLS e da AEGLBT/SC está disponível em inglês no endereço eletrônico: [http://www.igta.org/constant/IGLTA in Brazil - Floripa 2012.pdf](http://www.igta.org/constant/IGLTA%20in%20Brazil%20-%20Floripa%202012.pdf), acessado em 20 de janeiro de 2012. A convenção ocorrerá entre os dias 12 e 14 de abril de 2012 no *Resort Il Campanario*, hotel localizado no bairro de Jurerê Internacional em Florianópolis, contando com a participação de variadas associações, conforme seu endereço eletrônico: <http://www.igtaconvention.org/>, acessado em 20 de janeiro de 2012.

internacional. A Parada da Diversidade, nesta concepção, era um dos principais “cartões de visita”, pois sinalizava que a cidade estava aberta para a recepção da “diversidade”, sinalizando simpatia na recepção de tal público.

A Parada, compreendida por estes empresários como parte dos esforços para a especialização do turismo do segmento GLBT, geralmente se realiza num período do ano em que o fluxo turístico na região diminui, mas não se extingue, fazendo com que no período da Semana da Diversidade, que antecede o evento, novamente os hotéis da cidade fiquem cheios de turistas em busca das festas nas casas noturnas GLS e dos lazeres e atividades relacionadas à natureza que a cidade proporciona. Os ativistas geralmente encaram esta concepção dos empresários a respeito da Parada como uma “manobra oportunista” para movimentação econômica do mercado GLS local, preocupados unicamente com os fluxos financeiros provindos do turismo na região, desconsiderando os esforços do ativismo em realizar um evento comemorativo da “diversidade” que fosse uma espécie de palco para visibilizar as reivindicações por direitos para os LGBT. Estas diferentes concepções a respeito do evento permeavam a todo o momento as relações entre estes dois campos e marcaram também um pouco do processo de consolidação da Parada desde seu surgimento em 2006, como veremos a seguir.

5. Passeatas de comemoração do dia do Orgulho LGBT e a “Parada da Diversidade” em 2006/2008

O contexto em que as Paradas se proliferam no Brasil a partir da metade dos anos noventa, fez com que muitos grupos ativistas em diversas partes do país, tanto os que existiam há mais tempo como os que surgem recentemente, passassem organizar ou a participar de eventos que se desdobrassem em Paradas, modelo privilegiado pela visibilidade que proporciona para população LGBT e para as demandas políticas do movimento. Em Florianópolis este contexto também teve influências e no fim dos anos noventa já se cogitavam iniciativas para a realização de um evento do “orgulho gay”.

Os relatos estão permeados por lembranças de atividades que celebravam o orgulho e a diversidade na cidade, em que se percebem,

entre os diferentes sujeitos, narrativas que demarcam diferentes posicionalidades destes indivíduos frente à Parada e ao próprio universo LGBT na cidade, evidenciando-se entre estes os empresários de um lado e os militantes e ativistas do movimento LGBT organizado de outro. Estes relatos sobre a história da Parada da Diversidade e sobre outros eventos anteriores apontam para momentos e origens algumas vezes diferentes e outros semelhantes para o surgimento do evento que atualmente ocorre na cidade. Em conversas com meus interlocutores vinculados ao ativismo LGBT a respeito da Parada da Diversidade, uma das primeiras questões que surgiam como questão polêmica eram as origens do evento e o contexto em que surgiu. Não por acaso os relatos a respeito das origens da Parada tinham certo destaque em suas narrativas pelo fato de que suas interpretações a respeito da Parada da Diversidade atual eram críticas e, algumas vezes, dissidentes em relação a sua forma e objetivos atuais. Questionados a respeito de lembranças de outras atividades, atos ou marchas que se assemelhavam a uma Parada em Florianópolis quase sempre surgiram relatos de atos e de manifestações reunindo uma série de outras lideranças e movimentos sociais ou então episódios em que ativistas do movimento LGBT na cidade reuniam forças para responder de algum modo às agressões homofóbicas que existiram.

Surgiram também relatos, por parte de ativistas que militavam desde os anos noventa no movimento social, de uma passeata organizada nas imediações da escadaria da Igreja do Rosário e São Benedito, que percorreria o centro e causara certo burburinho no centro da cidade, embora não tenha, em longo prazo, se transformado em um evento massivo como a Parada. Ao que parece, a época de realização da passeata se deu em torno do fim da década de noventa, se configurando como uma passeata de comemoração pelo dia do “Orgulho Gay” num domingo, e que havia se concentrado nas imediações do Bar-Boate *Ominus*, localizado próximo à escadaria da Igreja do Rosário e São Benedito e que era freqüentado por gays, lésbicas, travestis e transformistas. Este espaço urbano no centro da cidade se caracterizava por fazer parte de uma rede de sociabilidades GLS estabelecida na cena GLS local, como observa Silva (2003, p. 52) em seu trabalho sobre o pedaço GLS na ilha de Santa Catarina. Em sua pesquisa o autor observa que ao menos desde os anos 80 este espaço era freqüentado pelo público LGBT, sendo que no mesmo espaço em

que funcionava a *Ominus* havia existido outra boate, a *Opium*, famosa como uma das principais boates gays da cidade na década de oitenta.

Em conversas com empreendedores e empresários também surgiram relatos semelhantes a respeito de manifestações em protesto a agressões homofóbicas, dos quais alguns deles tinham participado, e surgiram também narrativas recorrentes sobre a passeata organizada em fim da década de noventa, que tinha, diferente da narrativa dos ativistas mais “antigos” no movimento, se realizado nas proximidades da Boate *Chandon*, localizada nos altos da Rua Filipe Schmidt, e tomada por eles como das primeiras tentativas para organização de uma atividade que algum evento que pudesse reunir pessoas e conformar algo semelhante a uma “Parada Gay”. Segundo diziam, a passeata, que reuniu pouco mais de cem pessoas, se deslocou pelo centro, passando pelas principais ruas e causando impacto no contexto urbano central na cidade. Interessante notar que esta caminhada pelo centro da cidade ocorreu durante um período em que as Paradas começavam a surgir no Brasil como um modo de manifestação pública vinculada à população LGBT, não coincidentemente no mesmo período em que se iniciaram as atividades para a realização da Parada do Orgulho GLBT de São Paulo.

Estas atividades marcavam as lembranças de ativistas e empresários, num contexto no qual estas passeatas eram organizadas desde o fim dos anos noventa, mesmo que a primeira edição da Parada da Diversidade só tivesse vindo a ocorrer na década seguinte, em 2006. Os empresários organizadores do evento na AEGLBT/SC quase sempre associavam as passeatas anteriores de comemoração da diversidade ou de protesto contra as homofobias como iniciativas dos quais tinham feito parte e que tinham servido como inspiração para a Parada da Diversidade que eles viriam a organizar em 2006. Já os ativistas LGBT, que também tinham organizado e participado das passeatas de comemoração do orgulho LGBT na cidade, quase sempre explicitavam em suas narrativas que estas atividades nada tinham a ver com a Parada da Diversidade atual que, para muitos deles, servia muito mais a interesses turísticos e empresariais do que a comemoração da diversidade e do orgulho.

Independente destas vinculações estabelecidas a partir das compreensões específicas de empresários ou de ativistas nota-se que estas breves passeatas pelo orgulho LGBT já traziam como características a comemoração da diversidade sexual e a protesto

contra agressões e preconceitos sofridos pelos por gays, lésbicas e transgêneros, demarcadamente traços que distinguem a maioria das Paradas que ocorrem no país. Podemos supor talvez que a repercussão popular na cidade destas passeatas pelo centro da cidade, embora não tivessem a influência e nem as dimensões grandiosas da multidão que participa da Parada atual, já configuravam espaços em que se evidenciava a necessidade de políticas públicas direcionadas ao combate das ações homofóbicas, assim como assinalavam o direito à igualdade, como parte do processo de consolidação de uma “postura de aceitação positiva” a respeito das sexualidades ali potencializadas.

A descrição tecida a seguir sobre a Parada será feita em duas partes: a primeira referindo-se ao período 2006/2008, e a segunda aos anos 2009 e 2010, anos em que fiz a pesquisa de campo e que abordarei mais adiante, no próximo capítulo. Não realizei pesquisa de campo nos três primeiros anos evento, mas senti ser necessário agrupar alguns relatos sobre as edições anteriores de forma a compor um panorama de seu desenvolvimento até o ano em que iniciei a pesquisa de campo, em 2009. Trato aqui então de mapear alguns relatos referentes ao período entre 2006/2008, colhidas através das narrativas dos empresários e ativistas sobre as atividades que se realizaram, sobre suas parcerias e alguns das características mais marcantes que foram conformando a Parada da Diversidade é atualmente. Estas histórias e narrativas são importantes na medida em que permitem que se visualize um pouco do desenvolvimento do evento até o ponto em que realizei a pesquisa de campo que deu origem a este estudo nos anos de 2009 e 2010.

Nas indagações realizadas a respeito do histórico de formação da própria Parada da Diversidade por volta do ano de 2005, quando se articularam as primeiras tentativas para organização do evento, também surgiam relatos sobre algumas reuniões e contatos entre ativistas e empresários, o que denotava, em sua maioria, diferentes discursos e diferentes histórias contatadas sobre o início do evento na cidade. Tendo se iniciado na segunda metade da década de 2000, no ano de 2006, a Parada da Diversidade tem seu surgimento atravessado por diversos “mitos fundadores” que se distinguem uns dos outros, dependendo de quem conta sua história. Em minha investigação sobre as três primeiras edições do evento, entre 2006 e 2008, vários relatos tratavam de estabelecer quais eram os objetivos e temas de cada

edição, os grupos envolvidos, a quantidade de participantes e uma série de outros fatores que influenciavam para que o evento fosse se consolidando e tomando maiores dimensões a cada ano que passava.

Os primeiros esforços para a realização da Parada começaram em 2005 e foram se desenrolando ao longo do ano para a realização da primeira edição em 2006. Neste período ocorriam reuniões preparatórias em alguns dos espaços GLS/GLBT da cidade, geralmente estabelecimentos comerciais de propriedade dos empresários que viriam a fundar posteriormente a AEGLBT/SC. Através dos relatos de alguns de meus interlocutores estas reuniões eram abertas e convocadas geralmente por ativistas e alguns dos empresários GLBT, reunindo desde ativistas do movimento LGBT, outros empresários e voluntários com o objetivo comum em reunir esforços para a realização de uma Parada na cidade.

Membros da AEGLBT/SC narram que as primeiras edições foram as mais desafiantes pelo fato de ser uma atividade inédita no contexto de Florianópolis e por não saberem se de fato seria positiva a receptividade tanto das pessoas que eles intencionavam que participassem (gays, lésbicas e transgêneros) como também de outros setores sociais na cidade. Mesmo sabendo que existia potencial de atração para tal evento ainda restava um sentimento de incerteza sobre o sucesso dessa empreitada.

A primeira edição da Parada já trazia como um diferencial um conjunto de eventos a ela vinculados chamada de “Semana da Diversidade”, variadas atividades que ocorriam durante a semana anterior à realização do evento, geralmente concretizado no domingo ao fim desta semana. As atividades da Semana da Diversidade de 2006 aconteceram entre os dias 02 e 08 de julho no que foi chamado então de “Casa da Diversidade”. Esta era a sede da maioria das atividades da Semana, num prédio localizado no centro histórico de Florianópolis, sede da antiga Câmara de Vereadores. O prédio vinha sendo utilizado, desde a mudança da Câmara, para ocorrência de uma série de eventos organizados pela prefeitura como a “Casa do Papai Noel”, a “Casa do Carnaval” e outros eventos temáticos ao longo do ano.

Segundo relatos de organizadores a criação da “Casa da Diversidade” na antiga sede da Câmara de Vereadores pretendia visibilizar, bem na região central da cidade, nas imediações da Praça XV, a uma população que sempre tinha se relacionado e “existido” de

forma marginal no centro da cidade, principalmente nas imediações do centro histórico, de modo a evidenciar para a população e para o governo local a significância política dessa População LGBT (PEREIRA, 2006). A realização da Semana da Diversidade permitia maior visibilidade e ao mesmo tempo a possibilidade de discussão sobre os direitos LGBT em um espaço determinado ao longo de uma semana inteira e não somente no dia de realização da Parada na avenida. Com o primeiro tema definido para aquela edição foi escolhido o slogan “Nem menos, nem mais, apenas iguais”, que poderia ser visto como uma variação da temática internacional “Direitos Iguais: Nem mais, nem menos,” sugerida no ano de 2005 pela ONG *InterPride*⁴⁴ para Paradas ao redor do mundo, assinalando a necessidade de obtenção de direitos igualitários para os LGBT.

O fato de a sede da Semana da Diversidade ser localizar no antigo prédio da Câmara de Vereadores era um tanto simbólico para alguns dos organizadores do evento sendo vista com um tipo de “conquista de espaço político” para discussão dos direitos LGBT, “mostrando” a diversidade que existia na cidade, que constituía uma “parcela significativa” da população que tinham importância política e que “também votava” (PEREIRA, 2006). A Parada era vista como uma forma de potencializar a visibilidade dessa população e, ao mesmo tempo, possibilitar melhores condições de “exigir direitos”. Na abertura deste espaço ocorreram diversas apresentações artísticas de *drags*, apresentações de teatro, falas de parlamentares relacionados à luta LGBT na cidade, entre outras atividades.

Durante a Semana da Diversidade a casa ficou aberta durante todos os períodos do dia em que diferentes atividades eram realizadas, e contava com vários materiais informativos de grupos ativistas assim como de *flyers* e propagandas de espaços GLS/GLBT da cidade. A casa contava com um conjunto de voluntários que orientavam os visitantes, vendiam materiais como CDs, bandeiras do arco-íris, camisetas da Parada e outros itens com o logo oficial do evento (um ursinho de pelúcia) e bebidas, que eram vendidos para criação de finanças

⁴⁴ É o nome oficial da *Interpride - International Association of Pride Organizers* (Associação Internacional de Organizadores do Orgulho), fundada nos anos oitenta nos Estados Unidos, como uma instituição que reúne organizações que promovem ou realizam eventos de comemoração do orgulho LGBT em várias partes do mundo.

revertidas no financiamento das atividades da AEGLBT/SC e do próprio evento.

Em seu interior se encontravam diversos espaços temáticos organizados pela AEGLBT/SC, por estabelecimentos comerciais vinculados ao público LGBT (bares, boates, saunas, etc.) e por grupos do movimento LGBT. Em cada espaço foram dispostos objetos e exposições variadas de cartazes, banner e fotos divulgando os trabalhos de *drag-queens* da cidade e das ganhadoras do concurso “Pop Gay”, além de exposições de quadros com temática LGBT. Também existiam *stands* de grupos ativistas LGBT da cidade, como a ONG ADEH Nostro Mundo, Instituto Arco-Íris, GAPA⁴⁵ e a AGADH⁴⁶, em que ativistas distribuíam materiais divulgando as ações dos grupos dos quais faziam parte. Na parte superior do prédio se realizava uma mostra de filmes com temática LGBT.

Ainda que na Casa da Diversidade existissem os *stands* dos grupos LGBT, sinalizando assim um tipo de parceria entre o empresariado GLS/GLBT da cidade e os grupos ativistas do movimento na primeira edição do evento, a maioria das atividades eram organizadas e definidas pelos integrantes da AEGLBT/SC, como principal grupo que promovia a Parada. Esta foi uma das peculiaridades no surgimento do evento na cidade, como me relatavam muitos ativistas, comparando a Parada local com outras paradas em outras regiões do país, principalmente a Parada do Orgulho GLBT de São Paulo, que iniciou suas atividades nas parcerias entre movimento estudantil, sindical com o movimento GLBT de então.

Segundo os relatos neste ano a AEGLBT/SC teve dificuldades em relação ao financiamento da atividade, que segundo membros da associação, no ano de 2006 ainda não podia contar com financiamentos públicos como ocorria em outros eventos semelhantes em outras cidades, com recursos provindos geralmente do Ministério da Saúde Federal. Deste modo o financiamento da Parada era baseado nas vendas de materiais oficiais com o logo do evento na Casa da Diversidade, no financiamento das duas principais casas noturnas GLS que participavam da Parada, o Mix Café e a Concorde Club, sendo seus proprietários membros da AEGLBT/SC, e de patrocínios privados.

⁴⁵ Grupo de Apoio e Prevenção á AIDS.

⁴⁶ Associação Amigos de Hoje.

Em seu trabalho que trata do movimento LGBT em Florianópolis Rodrigo Pereira (2006) realizou entrevistas com alguns dos membros da associação, apurando que o financiamento conseguido pela associação estava definido a partir de contribuições mensais de pessoas jurídicas e físicas que faziam parte da associação. Outras formas de arrecadação foram duas festas realizadas em datas diferentes no Mix Café e na danceteria Concorde Club, e a “Feijoada da Diversidade”, que ocorreu no Hotel Maria do Mar, acumulando finanças significativas para associação e para a Parada. Comentava-se que existia na cidade certa resistência para obtenção de patrocínio de empresas privadas, então ainda temerosas das “consequências comerciais” caso financiassem uma “Parada Gay”. Mesmo assim naquele ano a associação conseguiu patrocínios de variadas empresas, como duas grandes construtoras, uma loja de eletrodomésticos e uma agência imobiliária. Estes recursos possibilitaram a contratação de carros de som e dos demais equipamentos para realização do evento, assim como a realização da decoração da Casa da Diversidade.

Mesmo sem financiamento público em sua primeira edição, a Parada ocorria em espaços “cedidos” (o antigo prédio da Câmara de Vereadores que sediava a Casa da Diversidade) e autorizados para uso público (a Avenida Beira-Mar Norte) pela prefeitura de Florianópolis devido à ligação de um dos membros da AEGLBT/SC com o órgão público municipal. Tiago Silva era então assessor de marketing e eventos da Secretaria de Turismo da Prefeitura de Florianópolis, um cargo de confiança nomeado pelo prefeito⁴⁷, fato este que ele e outros membros da associação apontavam como principal “elemento facilitador” para a realização do evento. O fato de fazer parte da equipe de administração municipal, tendo organizado o carnaval gay, os eventos de comemoração do aniversário da cidade e sendo o coordenador geral do carnaval municipal de 2006, fazia com que os membros da associação apontassem Tiago como um dos “criadores” da Parada na cidade, “apelido” por ele incorporado e reforçado tanto em manifestações públicas como nas conversas e entrevistas que realizamos. Tiago visava, ao que parecia, reforçar sua figura como

⁴⁷ Neste momento o prefeito de Florianópolis era Dário Berger, neste período filiado ao Partido Social-Democrata do Brasil - PSDB. Tiago Silva se candidatou ao cargo de Vereador pelo Partido Popular Socialista – PPS.

uma liderança política e partidária, que vira depois a se concretizar através de sua candidatura a vereador em 2008. A relação de Tiago com o poder público também permitiu que ao longo das cinco edições do evento existisse uma “logística de funcionamento” do evento que tinha sua “segurança” realizada pela Guarda Civil Municipal e contava com as apresentações, ao início do evento, da orquestra da Polícia Militar.

A Parada contou também com a presença de uma famosa *drag* de São Paulo, Silvetty Montilla, madrinha da Parada do Orgulho GLBT de São Paulo, contratada pela associação como apresentadora e condutora oficial do evento na primeira edição, contando também com a apresentação de artistas locais do meio noturno GLS como as *drags* Káthia Karão, Marluce May e Selma Light, que depois se consolidou como a principal apresentadora do evento nas edições seguintes. Como mencionado antes, em nove de julho de 2006, um domingo, foi realizada por volta das 17h a I Parada da Diversidade, coincidindo com o último dia da Copa do Mundo que ocorria na Alemanha, fato este que fez com que os organizadores cogitassem anteriormente a possibilidade de modificar a data do evento, que depois foi mantida. Inicialmente, a concentração se daria no Largo da Alfândega, no centro histórico da cidade, mas ocorreu depois de a concentração se iniciar em frente ao bar “Koxixo’s”, localizado nas imediações da Avenida Beira-Mar Norte. A mudança talvez se devesse ao fato de que a Parada ganharia maior visibilidade e “prestígio”, como veremos depois, se fosse realizada na Avenida Beira-Mar Norte, ao invés de se realizar no centro da cidade, contexto urbano este marcado mais tradicionalmente como parte dos espaços e sociabilidades GLS que existiam anteriormente na cidade.

Segundo relatos de alguns de meus interlocutores, existia uma apreensão quanto à possibilidade de as primeiras edições do evento serem “esvaziadas”, pelo temor existente com a probabilidade de que a Parada não tivesse a pretendida adesão da comunidade LGBT da cidade, em função do preconceito e das consequentes possibilidades de agressão. Essa situação não se confirmou e desde as duas horas da tarde do domingo do dia nove de julho uma grande quantidade de pessoas começou a se concentrar em torno dos carros de som, trios elétricos e das barracas armadas pela AEGLBT/SC. Na concentração cinco trios elétricos se dispunham em sequência, sendo o carro de

abertura o “carro oficial” da AEGLBT/SC e os outros vinculados às casas noturnas Mix Café, Concorde Club, Bartira’s Bar e uma boate de Balneário Camboriú. Segundos descrições de Pereira (2006) antes que se iniciassem falações nos trios elétricos ocorreu a apresentação da Orquestra da Polícia Militar, apresentando o hino nacional, como performance que veio a se repetir em outras edições posteriores do evento. Com o número de participantes aumentando na concentração em frente ao bar Koxixo’s iniciaram-se as falas no trio elétrico oficial da AEGLBT/SC. Nos anos posteriores participaram da abertura, como figuras públicas nacionais, Leão Lobo e novamente da *drag* Silvetty Montilla, além de Beto de Jesus, representando a Associação da Parada do Orgulho GLBT de São Paulo e que fazia parte também da Comissão internacional da ONU para Direitos Humanos.

Estimou-se que existissem em cerca de vinte mil pessoas concentradas nas imediações da avenida, compostas pelos diversos segmentos que a sigla LGBT busca representar e também por outras pessoas, apontadas por alguns de meus interlocutores como heterossexuais “simpatizantes” do evento. Os relatos davam conta também que se percebia a presença massiva de famílias de com pais, mães, filhos e outros familiares prestigiando o evento. Durante a concentração e ao longo da caminhada também se encontravam os ativistas de grupos LGBT e outros militantes relacionados a várias correntes e partidos políticos, que distribuíam materiais e portavam *banners*, faixas e bandeiras. Com música eletrônica ecoando dos trios elétricos, pessoas dançando e comemorando, algumas outras observando a movimentação de forma mais contida, iniciou-se por volta das 17 horas a caminhada traçando trajetória paralela ao mar até que chegasse ao seu ponto final no trapiche da beira mar, perto do local onde estava montado o palco para as apresentações da noite. No palco ocorreram várias falações de autoridades locais, de membros da AEGLBT/SC e de outras personalidades relacionadas ao meio GLS na cidade, além das apresentações artísticas, de bandas locais e de *drag-queens* e transformistas.

Nos dois anos seguintes, 2007 e 2008, a Parada seguiu ocorrendo na Avenida Beira-Mar Norte, se consolidando como um evento anual e de certo modo se “encaixando” no calendário de atividades públicas da cidade, em um período do ano em que geralmente o fluxo turístico na cidade diminui e contribuindo assim

para a movimentação econômica pretendida pelos empresários da AEGLBT/SC. O formato do evento, com carros elétricos e caminhada pela Beira-Mar foi mantido ao longo dos anos, algo que foi conservado não sem alguma dificuldade, sendo que corriam “boatos”, como se referiam os membros da AEGLBT/SC, de que “forças políticas” na cidade pretendiam transferir o evento do local onde ocorria para a Passarela “Nego Quirido”, onde aconteciam os desfiles anuais das escolas de samba do carnaval de Florianópolis, local um tanto isolado dos espaços de circulação urbana. A transferência era reforçada por uma tendência, divulgada em alguns meios de comunicação da região, de que o evento, com a multidão que se deslocava pela avenida, “atrapalhava” o trânsito de veículos numa das mais importantes vias públicas da cidade.

Outros eventos também foram mantidos ao longo dos anos, compondo as atividades das Semanas da Diversidade dos anos de 2007 e 2008. Tendo como tema “Amar é um direito de todos” a II Parada de 2007 também contou com a realização da Casa da Diversidade no mesmo local em que foi realizada no ano anterior, que iniciou suas atividades no dia 03 de setembro e também trazia atividades culturais, mostras de filmes e apresentações artísticas e musicais, embora já não contasse com a presença de grupos ativistas. No dia 26 de agosto já havia acontecido a segunda edição da “Feijoada da Diversidade” no Hotel Maria do Mar, com vendas de camisetas para arrecadar finanças para o evento e também, antes da Parada, festas foram promovidas nas casas noturnas Mix Café e Concorde Club, sendo que esta última realizou seu evento no na casa de shows Floripa Music Hall, ambas do mesmo proprietário. Naquela edição outros “eventos especiais” em função da Parada ocorreram em casas noturnas, que não tinham conexão direta com a AEGLBT/SC, tais como El Divino Club, La Luna e Floribar, estes dois últimos voltados especificamente para o público GLBT. Nesta edição da Parada também se iniciou o financiamento público do evento acessado pela AEGLBT/SC por meio de verba de cerca de trinta mil reais provinda do orçamento do governo do Estado.

Três novos eventos que ocorrerão durante esta edição da Parada, como parte das atividades “oficiais” da semana da Diversidade, foram os Jogos da Diversidade, realizados um dia antes da Parada no dia oito de setembro, um *workshop* intitulado “Sensibilizando para a Diversidade em Florianópolis”, realizado no dia seis e no dia sete de

setembro, e o I Fórum de Turismo GLS de Florianópolis, promovido pela ABRAT (Associação Brasileira de Turismo GLS). Este Fórum e o workshop, ocorridos na Pousada Natur Campeche, foram organizados como uma das iniciativas da AEGLBT/SC para fortalecer a cidade como destino GLS/GLBT e para capacitar empresários e seus colaboradores na recepção de turistas GLBT, e foi possibilitado graças à Marta Dalla Chiesa, como parte das capacitações *gay friendly* para outros estabelecimentos que quisessem “atender bem” o público LGBT. Os Jogos da Diversidade, organizados por Pipoca Grandó, professor da rede pública de ensino e membro da associação, tinham como objetivo integrar os participantes da Parada provindos de outras cidades, promovendo “inclusão social” e por isso sem fins competitivos. Nos jogos, quem geralmente participava eram grupos de amigos, moradores de Florianópolis e alguns outros grupos provindos do interior do estado que se inscreviam previamente entrando em contato com o organizador da iniciativa na AEGLBT/SC. Os jogos eram realizados nas instalações esportivas do Centro de Ciências da Saúde e do Esporte (CEFID) da Universidade do Estado de Santa Catarina e tinham diversas modalidades esportivas, como futebol, handboll, basquete, entre outros esportes.

No ano seguinte a III Parada aconteceu no dia três de maio e contou com o tema “Nós também votamos: pela igualdade de direitos civis”, que se relacionava ao debate político que estava sendo realizado no período em função das eleições municipais para prefeitos e vereadores que se realizavam naquele ano. Neste ano a Associação promoveu o “Prêmio Amigos da Diversidade”, premiando pessoas que tinham se destacado pelo apoio às ações para realização da Parada, homenageando pessoas como o então governador do estado de Santa Catarina Luiz Henrique da Silveira, pelo financiamento público destinado ao evento na edição anterior. A Parada de 2008, que se realizaria no dia três de maio, também foi antecedida pela Semana da Diversidade novamente realizada na Casa da Diversidade, na antiga sede da Câmara de Vereadores, contando com uma série de atividades e agradecimentos na noite de abertura, que contou novamente com apresentações de *drag-queens* e com lançamento de um livro com temática homo-afetiva.

Neste ano a Casa da Diversidade também estava dividida em espaços temáticos, embora não contasse novamente com a presença

de grupos ativistas do movimento LGBT. Em das salas existiam materiais de divulgação das atividades da AEGLBT/SC, com venda de camisetas e outros itens revertidos para a Parada e a associação; uma sala com exposições dos fotógrafos Mariana Andrade e Rodrigo Bragaglia; outro espaço com exposições de trabalhos artísticos; e uma sala com fotografias e figurinos da *drag* Selma Light e de divulgação dos trabalhos da cabeleireira Carla Camuracci, famosa transexual da cidade. A mostra de filmes com temática LGBT que já havia ocorrido nas edições anteriores também se repetiu. Assim como nos anos anteriores a Semana da Diversidade foi permeada por atividades artísticas e culturais que ocorriam ao longo do período, promovendo novamente a Mostra de Filmes com temática LGBT. Nesta edição da Parada novamente foi organizado o Fórum Turismo GLS, realizado no dia 28 de abril no Hotel Mercure no bairro do Itacorubi e a “Feijoada da Diversidade” foi substituída pela realização do “Carreteiro da Diversidade”, buscando “popularizar” e atrair outros participantes para a atividade. As festas oficiais “Pré-Parada” também se repetiram, ocorrendo no Mix Café e na Concorde, que vendiam ingressos para a “Micareta da Diversidade”.

Alguns relatos davam conta de que neste ano o clima do evento, que ocorreu debaixo de chuva, “se politizava” pelo período eleitoral que coincidia com a realização do evento, fazendo com que as falas nos trios elétricos reforçassem as reivindicações de igualdade de direitos civis para os LGBT (sintetizada no tema daquela edição) e nas ações dos candidatos a prefeito e vereador daquele ano. Ao narrarem impressões sobre esta edição meus interlocutores sempre destacavam a presença do candidato a prefeito Dário Berger no carro de abertura, que se reelegeu naquele ano, e sua parceria com Tiago Silva, que tinha saído como candidato a vereador pelo Partido Popular Socialista (PPS). Neste carro de som, o carro oficial da AEGLBT/SC, também se encontrava o apresentador de televisão Leão Lobo que conduzia e apresentava o evento em conjunto com Selma Light, conduzindo uma seqüência de carros elétricos das casas noturnas e festas LGBT relacionadas ao evento, além de um carro de som da Deputada Ada de Luca.

Alguns os ativistas observavam que Tiago tinha se aproveitado do evento para “conseguir votos” para sua candidatura e para Dário Berger, realizando atividades de campanha eleitoral no contexto da

Parada. Ele não conseguiu se eleger, mas a votação proporcional em sua coligação eleitoral permitiu que no ano seguinte ele fizesse um acordo interno em seu partido, substituindo o vereador eleito Marcos Aurélio Espindola, conhecido como Badeko, também do PPS, e ocupasse por sessenta dias o cargo de vereador na Câmara municipal de Florianópolis em 2009, no mês de agosto, às vésperas da quarta Parada. Este acordo de rotatividade do mandato na Câmara de Vereadores somente foi possível por Tiago ter permanecido com o cargo de primeiro suplente eleitoral de seu partido durante as eleições.

Interessante são as diferenciações de um ano para outro, onde os temas se intercambiavam em relação a questões que estivessem em pauta no momento político. Com regularidade e como traços comuns a estas três edições do evento se repetiram a caminhada pela Avenida Beira-Mar Norte, que se dirigia a outro trecho da via ao longo da tarde, com muita música eletrônica e gente transitando pelas ruas próximas, com um trajeto que se encerrava no trapiche da beira-mar, que se localizava quase ao final da Avenida, antes do acesso ao centro histórico da cidade. Neste ponto se encerravam as falações e músicas nos carros para dar início aos shows de artistas locais e dos convidados da associação no palco montado a lado do trapiche. As apresentações seguiam aproximadamente até 21 horas, quando os participantes começavam a se dispersar. Geralmente após a Parada, as mesmas casas noturnas que participavam do evento organizavam festas “oficiais” para finalizar a Semana da Diversidade.

No ano de 2008 já circulava entre os ativistas e os empresários algumas interpretações contraditórias sobre o caráter do evento, quase sempre relacionadas ao formato que o evento tomava na avenida. O fato de Tiago Silva estar diretamente relacionado à administração municipal através de cargos de confiança, vínculo através do qual ele pôde organizar as atividades do carnaval gay e do carnaval de 2006 em Florianópolis, e ao mesmo tempo, ser também o presidente de honra da AGLBT/SC, fazia com que alguns ativistas comesçassem a afirmar que a Parada não passava de um “carnaval fora de época”, se realizando para atender unicamente os interesses comerciais e turísticos dos organizadores do evento. Ainda que os grupos ativistas do movimento LGBT tivessem participado das primeiras atividades da Semana da Diversidade de 2006 e das reuniões preparatórias do evento em 2005, essa participação foi diminuindo progressivamente ao

longo das Semanas da Diversidade e das edições da Parada em 2007 e 2008. Nestes dois anos, dentre das “atividades oficiais” definidas pela AEGLBT/SC, não contavam debates e outras iniciativas promovidos pelas entidades e grupos ativistas da cidade, que se afastavam do evento por não considerá-lo como uma prioridade, dado o “caráter mercadológico” que atribuíam ao evento que, segundo eles, vinham se reforçando desde sua primeira edição.

Os relatos de ativistas também evidenciavam que essa “resistência” para participarem das ações da Parada estava relacionada, ainda, ao fato de o evento ser organizado por uma associação de empresários do meio GLS/ GLBT, que tinham outros interesses com o evento, que eram pouco “abertos” para as posições do ativismo, dando “pouco espaço” para as ações dos grupos do movimento. Esta conjunção de fatos fazia com que os ativistas não participassem do evento como integrantes de grupos e entidades do movimento LGBT, colocando “trios elétricos” na avenida ou promovendo ações diretas nas edições do evento, ainda que muitos deles participassem da Parada individualmente e “sem compromisso militante”, como diziam.

Surgindo no contexto de difusão do modelo de manifestação das Paradas no Brasil, a Parada da Diversidade em Florianópolis já surgia assim vinculada “mais diretamente” aos empresários GLS da cidade, como peculiaridade própria do evento na cidade. Na concepção dos ativistas do movimento a Parada surgia como um evento que desde o início foi elaborado como um acontecimento que intensificasse a cidade como um destino privilegiado de gays, lésbicas, movimentando a economia local e fortalecendo os empreendimentos GLS que já existiam. Os empresários por sua vez não escamoteavam o fato de que a Parada de fato fortalecia o turismo GLS e consolidavam seus empreendimentos comerciais como referências através do evento, mas afirmavam que este fato não deixava de fazer com que a Parada surgisse ao mesmo tempo como espaço político circunstancial de debate e exigência para equiparação de direitos para os LGBT.

As tensões discursivas sobre o evento e a maneira como cada esfera o interpretava através de suas experiências e narrativas, sejam estas esferas vinculadas ao empresariado GLBT ou ao ativismo LGBT, ou a outros campos e esferas políticas e culturais da cidade, começaram a se intensificar na mesma proporção em que o evento se consolidava

em Florianópolis e ganhava maior número de participantes. O contexto em que as tensões discursivas sobre a Parada aconteciam com maior intensidade era o da preparação do evento, seja nas atividades organizadas pelos empresários ou pelos ativistas nos anos de 2009 e 2010. A realização do evento mobilizava e potencializava de diferentes maneiras estas pessoas em suas atividades ao longo do ano e principalmente nos períodos imediatamente posteriores à realização da Parada, a Semana da Diversidade. A Parada como evento permitia que séries de relações de forças se intensificassem durante os períodos e contextos de sua preparação e realização, se consolidando como espaço em que debates sobre os direitos LGBT e sobre os indivíduos ali representados eram potencializados e colocados em relevo, como veremos a seguir.

SEGUNDO CAPÍTULO AGENCIAMENTOS E CONFLITOS: PREPARAÇÃO E REALIZAÇÃO DA PARADA

Neste capítulo buscarei dar conta de como os indivíduos e grupos do ativismo LGBT e do meio empresarial GLS na cidade se relacionam entre si no contexto da Parada, evidenciando as maneiras como eles consideram uns aos outros em suas impressões recíprocas e nas oposições que estabelecem entre as instâncias do ativismo e do empresariado. Esta oposição é marcada por pressupostos diferentes e concepções sobre a Parada, que distinguem as interpretações que estes indivíduos realizam sobre o evento. Ao que parece, a partir de suas interpretações e narrativas, estas concepções definiriam desde o princípio o modo como a Parada da Diversidade “deveria ser” “ou não ser”, frente ao contexto de lutas, consumo e condições de vida da população LGBT em Florianópolis. Algumas destas dinâmicas nos remetem às semelhanças existentes tanto nos discursos como nas práticas entre estas duas instâncias, conformadoras de declarações e frases semelhantes sobre sujeitos LGBT e seus direitos, mas que ganham sentidos diferentes dependendo do contexto no qual são articuladas.

Estas dinâmicas aparecem aqui também como ponto de partida para a análise das diferenças políticas que são negociadas em suas relações e que geram atuações distintas e concepções diferentes a respeito e no contexto de realização da Parada. Assim, de forma a explicitar diferentes conflitos e agenciamentos no conjunto do evento, procuro evidenciar algumas das semelhanças e diferenças entre duas edições do evento. Busco a seguir descrever brevemente um pouco das relações que estabeleciam no contexto da Parada, tanto nos momentos de sua realização e também ao longo de duas edições da “Semana da Diversidade”, destacando as relações e as tensões narrativas estabelecida entre estas duas perspectivas sobre a Parada nestes âmbitos. Serão abordadas suas interpretações, objetivos e os modelos que orientam suas avaliações sobre o evento, seja enquanto

evento político/ativista ou festivo e mais diretamente vinculado ao consumo e ao turismo GLS/GLBT.

I. Relações entre empresariado GLS e ativismo LGBT na Parada da Diversidade

No início deste trabalho destaquei que um dos fatores que me levaram a tomar a Parada da Diversidade como fenômeno social abrangente, não limitado somente ao dia em que ocorre na avenida, estava relacionado à identificação de uma aparente oposição que existia entre duas instâncias discursivas originadas nas esferas do consumo GLS e do ativismo LGBT na cidade e que se desdobravam não somente nos períodos de realização do evento, mas também durante alguns períodos do ano anteriores e posteriores à ocorrência Parada. Esta dinâmica afetava de forma mais evidente as ações e posições destes indivíduos e grupos do ativismo LGBT, levando-os a formular avaliações a respeito da validade e eficácia do evento na forma e conteúdo que ele ganha em Florianópolis, apontando os empresários como os responsáveis por tal situação que eles consideravam negativa.

Do modo semelhante, entre os empreendedores e empresários do meio GLS/GLBT, certa desvalorização e desqualificação das ações do ativismo se mostrava explícita, de modo a questionar a validade e pertinência de suas ações e políticas, tanto no contexto da Parada como em outros espaços de atuação. Deste modo se criava um campo de disputas em torno do evento a partir de interpretações e narrativas que geralmente se opunham umas às outras, considerando suas origens no contexto do ativismo ou do consumo. Neste campo de disputas discursivas a respeito do evento também se desenrolavam uma série de outros debates a respeito da situação de vida dos sujeitos a quem se destinava o evento, sobre sua politização ou despolitização⁴⁸, sobre a possibilidade de alcançar e garantir direitos

⁴⁸ Estamos nos referindo ao sentido que estes termos ganhavam no campo, principalmente nas falas de ativistas, mas também, em menor medida nos discursos de empresários. Estes eram sentidos em que, na Parada, ganhassem mais destaque “discussões políticas”, e assim o evento se tornasse mais “politizado”, segundo algumas avaliações. No caso do termo “despolitizado” este era utilizado para referenciar o processo em que os aspetos festivos do evento pudessem desviar de algum modo ou mesmo tornar menos importantes os “debates políticos” sobre sujeitos e direitos LGBT, que deveriam ter lugar central no evento, segundo

civis para esta população e também debates em tornos das identidades destes sujeitos.

A preparação e a realização da Parada se tornam contextos nos quais estas relações e as disputas se intensificam mais fortemente ao longo do ano, conformando o que aparentemente poderia ser definido como uma oposição entre os “empresários” e os “militantes”, algo assinalado em algumas das situações das quais participei ao longo da pesquisa de campo. De fato, em certas ocasiões alguns indivíduos pareciam estabelecer uma oposição irreduzível e não relativa em relação à esfera “oposta”, sobre a qual direcionavam suas críticas, no sentido de criação de uma distância e cisão quase irreconciliável entre estes dois universos distintos. Já alguns outros interlocutores, através de algumas de suas falas e experiências, revelavam que as diferenças de perspectiva entre o universo do empresariado do ativismo não eram assim tão auto-evidentes e cindidas, sugerindo inclusive algumas semelhanças que poderiam apontar para um processo de conciliação de objetivos “políticos” e “comerciais”.

Estas evidências encontradas no campo fizeram com que eu refletisse a respeito desta oposição pré-estabelecida entre militância e consumo fazendo com que eu não a tomasse como algo “dado” em meu contexto de investigação, mas sim começasse a questionar os princípios fundadores em que baseavam, a partir de uma dualidade dicotômica que muitos de meus interlocutores queriam fazer parecer evidente, mesmo que na verdade o que existisse fosse uma construção conjuntural desta diferença e oposição naquele contexto. Irei explorar, ao longo do trabalho, as possibilidades de pensarmos sobre a construção desta aparente dicotomia como argumento deste relato, relacionando-a maneira como cada uma destas instâncias em jogo se referem umas às outras e quais são suas concepções e interpretações a respeito do evento, quase sempre relacionadas à um modelo ideal de manifestação e performance, tomadas como características definidoras da(s) Parada(s). Iniciarei de modo a ilustrar as considerações do ativismo LGBT a respeito das instâncias de empresariais, abordadas a seguir.

algumas das compreensões expressas pelos meus interlocutores, como veremos mais adiante.



1.1 Considerações do ativismo LGBT sobre o empresariado GLS/GLBT

Geralmente o que os militantes e ativistas do movimento LGBT explicitavam em suas falas e ações a respeito do movimento era certa resistência a qualquer parceria entre os âmbitos do empresariado GLS na cidade e do ativismo LGBT. Identificando genericamente os empresários do mercado GLS como uma “espécie de inimigo”, caracterizavam a iniciativa destes últimos na organização da Parada como um modo de promover e fortalecer seus interesses comerciais, vinculados aos empreendimentos dos quais faziam parte ou do qual eram proprietários, deixando de lado o “conteúdo político” que o movimento prezava em suas ações e discursos a respeito da população LGBT. Acusando-os de promover a Parada da Diversidade com fins unicamente comerciais se adicionava a esta acusação o fato de que eles propositalmente “esvaziavam” o evento de qualquer debate a respeito das mazelas que a população LGBT enfrentava na região, transformando o evento em pura festa e divertimento “como se nada de ruim estivesse ocorrendo com os gays e lésbicas e trans”, como alguns afirmavam. Alguns deles me diziam que a forma como os empresários direcionavam suas ações promoviam “desserviços” ao movimento de luta por direitos dos LGBT pelo fato de fortalecer a idéia de que agora, na atualidade, e durante a década de 2000 especialmente, os sujeitos LGBT haviam conquistado direitos, visibilidade e aceitação por parte da sociedade, o que para alguns estava longe de ser “algo verdadeiro” ou consolidado.

Ao mesmo tempo em que se enfatizavam estas oposições alguns outros indivíduos salientavam as tentativas de parcerias com os empresários e as resistências destes na criação de tais vínculos, sejam em parcerias mais efêmeras ao longo do dia de realização do evento ou mesmo em outros âmbitos de atuação que não somente no contexto da Parada, mas também em esferas de intervenção pública na luta por direitos em âmbito municipal. Ainda que existisse esta oposição e resistência não estavam descartadas os momentos de diálogo e possíveis negociações para ações conjuntas e esta tendência esteve presente tanto nas primeiras edições da Parada da Diversidade como nas Semanas da Diversidade e nas duas edições do evento que etnografei em 2009 e 2010. Selma Light, a principal *drag* que

apresentava a Parada e também integrante da AEGLBT/SC, relembrou, em uma de nossas conversas, a parceria ocorrida na primeira edição do evento, quando a ONG ADEH Nostro Mundo organizou uma das salas da Casa da Diversidade, divulgando suas ações e trazendo para o espaço travestis e transexuais, a fim de promover debates com a população que visitava o local.

Selma reforçava que a parceria tinha sido positiva, mas que não vinha se realizando nos últimos anos em função de um afastamento entre a AEGLBT/SC e os membros do movimento LGBT, algo que para ela não se justificava e não tinha relação com as posturas e posicionamentos dos empresários reunidos na associação. Ela reforçava que o fato estava relacionado mais ao modo como o próprio movimento se posicionava e que, para ela, provocava mais desunião do que união para lutar por transformações na situação de vida dos sujeitos LGBT. Kelly Vieira, presidente da ADEH Nostro Mundo, também mencionou esta parceria na primeira edição do evento, mas suas impressões a respeito deste intercâmbio entre as duas organizações não era tão “positivo” se comparado com as impressões de Selma Light. Suas impressões frisavam como os empreendedores da associação trabalhavam numa perspectiva muito diversa daquela partilhada na ONG, reforçando alguns das ocasiões negativas que haviam ocorrido quando da participação na Casa da Diversidade. A experiência de Kelly levava-a a ressaltar que os objetivos entre empresários e ativistas eram muito diferentes para que pudessem realizar parcerias duradouras, visto que mesmo a maneira de encarar determinados tópicos e políticas a respeito dos LGBT diferia e fazia que a responsabilidade requerida para lidar com este público também fosse diferente, sendo permeada pelo tipo de interesse em jogo nestas.

Essas diferenças de atuação se davam principalmente no terreno da atuação ao longo do ano e na própria Parada. Eram contextos em que a atuação política dos grupos, baseada num tipo de ação direta junto a população LGBT local era vista como um “verdadeiro reforço” de sua correspondente “politização”. Através do que consideravam “ações concretas” (tais como projetos de prevenção de DST/AIDS e redução de danos, debates e encontros políticos as dinâmicas próprias do movimento social LGBT, capacitações de professores sobre a necessidade de mudanças na educação para a redução de variados preconceitos e da homofobia, palestras realizadas a respeito das

agressões e outras violências, etc.) os ativistas julgavam estar realmente agindo de maneira responsável junto a população que visavam. Contrastavam este tipo de atuação com os contatos esporádicos que os empresários realizavam com o público que frequentava seus empreendimentos (boates, bares, danceterias, saunas, etc.) tratando de avaliar e assinalar que estes contatos não requeriam nenhum tipo de aprofundamento numa relação de proximidade e solidariedade e não carregavam em si mesmos nenhum tipo de “responsabilidade política”. Geralmente, o que os ativistas sugeriam, acusando e distinguindo suas ações das atividades e posicionamentos empresariais, era um tipo de postura “despreocupada” e ao mesmo tempo conjuntural por parte dos integrantes da AEGLBT/SC, de forma que os empresários só se interessariam “realmente” pela população LGBT da cidade quando era possível tirar daí algum “ganho financeiro”, através de seus empreendimentos, como diziam os militantes.

Kelly e outros ativistas sugeriam que não era nada responsável a maneira como os empresários encaravam os debates a respeito de prevenção entre indivíduos LGBT por exemplo (opinião também partilhada por Alexandre, do Instituto Arco-íris, e Fabrício, do Roma) que não era “levada a sério” e era incorporada de forma “hipócrita” durante a ocorrência da Parada da Diversidade, somente como reflexo de um discurso “politicamente correto” a respeito do tema, sendo que na prática cotidiana, em algumas dos *dark-rooms* de casas noturnas e saunas, as ações de prevenção não eram reforçadas ou mesmo desencorajadas, como uma maneira de atrair determinados públicos simpáticos a esta conduta sexual “desprotegida” para esses espaços. Aparentemente este era um dos temas de discordância, mesmo que indiretamente, entre ativistas e empresários, que dizia respeito ao tipo de conduta considerada ideal na adesão ou não às políticas atuais de redução de danos e prevenção e combate de DST/AIDS entre a população LGBT, o que denotava também diferentes adesões e efeitos dos discursos preventivos entre cada uma destas esferas.

Ainda que essas diferenças fossem reforçadas por muitos militantes do movimento LGBT, outros ativistas por sua vez assinalavam possibilidades de parceria e alianças e até mesmo convergência de interesse e de formas de ação entre o empresariado e os militantes. Um exemplo desta tendência se demonstrava na forma

como a própria Semana da Diversidade de 2010 foi organizada. Nos momentos de preparação das atividades desta semana uma tensão surgia entre os ativistas do Gozze e do ROMA entre aqueles que acreditavam que as atividades tinham de ser organizadas de forma autônoma e independente da AEGLBT/SC e aqueles que de alguma forma buscavam uma legitimação destas atividades por parte dos empreendedores e empresários.

Frente à aparente inação da associação em organizar em 2010 a Semana da Diversidade que sempre vinha ocorrendo, o GOZZE e o ROMA assumiram esta tarefa como sua e durante toda a realização das atividades durante o período. Fabrício, um dos principais ativistas do ROMA, buscou que Tiago Silva participasse das atividades propostas, talvez, para ele, como forma de “legitimar” a Semana da Diversidade que o movimento estava realizando e que não tinha “relação oficial” com a Parada, pois não constava em sua programação oficial. Para os ativistas o que surgia como possibilidade em 2010 era que eles pudessem realizar uma Semana da Diversidade independente e que pudesse “tomar” a parada com ações “, politizadas” como maneira de marcar sua diferença com a falta de politização dos empresários e diferindo das ações da Semana da Diversidade de anos anteriores. Mais adiante abordarei estas ações a partir de uma reflexão a respeito das performances na Parada da Diversidade.

1.2 Impressões do empresariado GLS sobre o ativismo LGBT em Florianópolis

Por sua vez, os empresários traziam tanto impressões depreciativas sobre o movimento organizado, ao diminuía o impacto político das ações do ativismo durante a Parada, quando estas existiam, sugerindo que elas pouco modificavam a situação dos sujeitos LGBT, ou mesmo quando salientavam a desistência de alguns grupos ativistas em participarem de maneira contínua, o que para eles, explicitava o “descompromisso” destes grupos e ativistas para com as lutas políticas por direitos. Ao mesmo tempo em que assinalavam a importância de algumas das ações do movimento para a luta e transformação nas condições atuais de vida dos sujeitos LGBT, eles também destacavam que em alguns âmbitos as ações do ativismo LGBT eram ineficazes e que pouco dialogavam com a maioria da população de gays, lésbicas e

transexuais na cidade. Assinalavam também que o pouco diálogo que os ativistas tinham com a população LGBT em geral fazia com que eles se enfraquecessem como representantes das demandas destas pessoas, que não queriam “somente” falar e saber de “política” mas sim queriam festa e diversão, algo que a Parada, como manifestação popular, trazia como um diferencial se comparada à “militância sisuda” dos ativistas LGBT.

Para alguns dos empresários e empreendedores as diferenças entre eles e os ativistas não eram tão demarcadas e reforçadas se comparadas com as narrativas dos indivíduos vinculados ao movimento que demarcavam fortemente as diferenças entre eles. Alguns deles inclusive se consideravam “militantes” das causas LGBT, ainda que atuassem em outras instâncias que não as comumente associadas ao universo do ativismo LGBT. Compreendiam que o fato de estarem vinculados a empreendimentos comerciais voltados e identificados com o público GLS/GLBT já era em si um tipo de militância e uma forma de resistência quando se colocavam publicamente como “homossexuais” donos de espaços deste tipo. O fato de que muitas das casas existissem há mais de dez anos era agregado como fator legitimador destes posicionamentos, na afirmação de um tipo de “resistência” frente ao contexto conservador local, em que a existência e manutenção prolongada de empreendimentos comerciais voltadas ao público GLS era uma grande conquista em uma cidade considerada por eles como “bastante provinciana”, principalmente durante a década de noventa e no começo dos anos 2000, quando muitos deles iniciam as atividades em seus empreendimentos.

Em algumas de suas experiências pessoais, alguns deles tinham participado de grupos ou tinham conhecimento a respeito de ONGs que realizavam trabalhos com a população LGBT, sendo que eles se mostravam simpáticos às ações destas organizações, ainda que não se referenciassem pessoalmente por quaisquer de suas posições, como era o caso de Marta, que tinha tido experiências em grupos no exterior e tinha também participado de Paradas em outras partes do mundo. Geralmente a trajetória pessoal dos empresários e empreendedores está relacionada à vivência que tinham em espaços de sociabilidade GLS e a maneira como se relacionaram nestes espaços em diferentes momentos de suas vidas. Alguns deles iniciaram seus empreendimentos de forma despreziosa, abrindo espaços onde

pudessem receber amigos, como ficou explícito na fala de Audenir, ou então promovendo festas em locais diferentes com algumas amigas, de forma a reunir um círculo social e afetivo próximo, como no caso de Leila. Seus relatos davam conta de suas vivências no contexto de encontros que permeiam a redes de sociabilidade GLS principalmente no centro de Florianópolis, e denotavam também as modificações nas compreensões sociais a respeito da sexualidade no contexto brasileiro, em que, como já mencionado, a abertura de espaços e a consolidação do “mercado GLS” contribuíram para ampliar a visibilidade a respeito das diferentes expressões das homossexualidades.

A disposição e iniciativa destes empresários para a organização da Parada da Diversidade eram vista por eles mesmos enquanto uma prova de seu compromisso “ativista”, pelo fato de que associavam as Paradas com uma esfera de intervenção pública que era “política” e que tinham relações mais diretas, por exemplo, com o movimento LGBT. O fato de organizarem a Parada fazia com que eles se sentissem também parte do ativismo, em que a comemoração pública do “orgulho LGBT” em eventos festivos era por si mesmo “uma forma de fazer política”, justamente pela visibilidade que provocava. Assim, alguns deles também se proclamavam “ativistas” e colocavam em cheque as definições de “ativismo” e “ativistas” preconizadas de forma bastante restrita e presentes no universo do movimento LGBT da cidade. Em suas narrativas também surgia, como forma de questionamento e deslegitimação, certa desconfiança em relação às organizações do movimento que para eles era um “movimento fraco” e pouco representativo da população local. O principal “indício” deste fato era assinalado principalmente em função da não existência anterior de uma Parada na cidade, que, como vários deles repetiam, era uma das únicas capitais no Brasil que ainda não tinha “a sua Parada”.

Eles destacavam este fato como uma marca da fragilidade do movimento LGBT na região, que não foram capazes “de organizar uma Parada”, segundo alguns deles afirmavam. Esta acusação que se materializava nas narrativas era algumas vezes explícita e outras vezes velada e era utilizada como uma forma de provocação e um esvaziamento da representação política pretendida pelo movimento social, visto que, não sendo realmente “organizados” para promover um evento massivo como a Parada da Diversidade, não tinha também

legitimidade para questionar os formatos e os conteúdos que o evento adquiria atualmente. A mensagem que permeava estas afirmações estava explicitando basicamente algo que o movimento social não tinha possibilidades reais de organizar um evento nas proporções da Parada, pois estava interessado em outras questões e projetos e supunha até mesmo, que o evento não teria as proporções da Parada atual pelo fato de que o movimento fizesse com que o evento ficasse “mais sério”, e assim, em suas compressões, muito menos festivos e atrativo para maioria da população da cidade. Como me disse Audenir em uma de nossas conversas: “se nem sequer eles conseguem fazer uma Parada como podem criticar a nós que demos a ‘cara a tapa’ e organizamos uma evento desses na cidade?”. Esta atitude de questionamento da representatividade do movimento também surgia quando as disputas em torno da Parada se intensificavam chegando ao ponto de alguns deles afirmarem, de forma um tanto agressiva que “se o movimento critica tanto a Parada por que não organizam outra Parada?”.

O argumento de que o movimento era muito “sisudo” e sem capacidades de organizar ou englobar mais pessoas, ou mesmo organizar uma Parada estava se aglutinando à acusação de que o movimento não era suficientemente representativo da população LGBT na cidade, e esta, de fato, era a razão pela qual não organizavam um evento nos “padrões de uma Parada”. Eles acreditavam que a postura do ativismo provocava um esvaziamento de suas atividades, e fazia com que suas lideranças tivessem pouco “prestígio” e não conseguissem “mobilizar e reunir quase ninguém”, com disse um de meus interlocutores na AEGLBT/SC.

Promovendo um evento que era “mais descomprometido e festivo”, ainda também que também fosse, em suas compreensões, político, a AEGLBT/SC e seus membros estavam sendo talvez muito mais “efetivos” na representação da população LGBT e de suas demandas na cidade. Em função destas concepções e também, principalmente por que algumas organizações do movimento tinham se “retirado da Parada”, deixando de participar já nos primeiros anos do evento, ocorria que os empresários fossem resistentes ao debate e troca com o ativismo, fazendo com que tivessem muitas reservas quando se referiam ou avaliavam as ações do movimento LGBT organizado.

Ainda que existissem estas ressalvas em relação ao âmbito do ativismo LGBT na cidade os empresários GLS também explicitavam em suas narrativas, com certa condescendência, que sempre “prezaram” pelas ações do movimento social, buscando sempre um diálogo que nem sempre se materializava devido à resistência das organizações militantes em realizar tal intercâmbio. Em suas falas eles davam a entender que não era por sua “responsabilidade” que o movimento não participasse mais ativamente com ações na Parada da Diversidade, mas sim por uma recusa dos próprios grupos do movimento em realizar qualquer tipo de parceria com a AEGLBT/SC, que vinha sempre buscando o diálogo e cooperação para ações conjuntas. Alguns exemplos eram citados neste sentido, como a já mencionada parceria com a ADEH Nostro Mundo na primeira edição da Parada em 2006 e o convite para o Instituto Arco-Íris para que participasse do debate sobre Família e seus filhos Homossexuais na Semana da Diversidade de 2009, do qual participou como debatedor Roberto Warken, representante da ONG na ocasião, como veremos mais adiante.

Várias das narrativas revelavam que os pontos de vistas de meus interlocutores variavam muito em relação ao “pólo oposto” sobre o qual se posicionavam, sejam eles vinculados ao âmbito comercial ou ativista. Mesmo no interior de cada uma destas esferas de referência cada sujeito em questão estabelecia suas próprias associações, críticas e interpretações, que diferiam de outros de indivíduos pertencentes ao mesmo universo. Militantes de ONGs diferentes ou empreendedores relacionados a casas noturnas ou estabelecimentos comerciais diferentes podiam narrar e definir suas considerações a respeito do movimento e do mercado de formas diversas, revelando uma heterogeneidade de posicionamentos, muito mais evidente do que qualquer generalização que cada um destes universos de referência (comercial ou ativista) poderia abranger.

A Parada se constitui como campos de disputas em que frases e declarações semelhantes ganham significados distintos, colocados em fricção a partir de referências diferentes que informam as concepções de cada uma das esferas, sejam estas ativistas ou empresariais. Estas declarações ganham sentido dependendo do contexto em que são articuladas e dão sentido também, de maneira dialética, às relações em contexto e ao próprio evento. Dependendo das articulações em jogo, o evento pode ganhar diferentes conotações e sentidos dependendo do

contexto em que se articulam e dos sentidos que os indivíduos em questão lhes atribuem. Pretendo a seguir explorar um pouco desta abordagem no sentido de explicitar como a Parada da Diversidade é continuamente interpretada por indivíduos vinculados ao empresariado e ao movimento, a partir de um conjunto de frases e declarações muito semelhantes, mas que ganham sentidos diferenciados e contextuais e definem a própria identidade do evento a partir de concepções diferentes constantemente colocadas em disputa, justamente por que lidam com diferentes compreensões do seja o “política” no contexto da Parada (momento no qual as formas conteúdos, e temas do evento são disputados) muito mais do que diferenças em relação ao projeto político de obtenção de reconhecimento de sujeitos e direitos LGBT em si mesmo.

2. As Semanas da Diversidade

Bem cedo, no começo da pesquisa, tive a oportunidade de conviver e observar atividades que eram relacionadas à Parada, e que se tornaram também, ao longo da pesquisa de campo, parte do estudo neste ano e no ano seguinte, entre 2009 e 2010. Estes eventos eram as “Semanas da Diversidade”, um conjunto de atividades que geralmente ocorriam na semana anterior à realização da Parada em si e que acabavam, de certa maneira, fazendo parte da Parada. Como pretendia analisar o processo de preparação, e não somente a realização em si da Parada, Iniciei minhas primeiras incursões a campo na Semana da Diversidade de 2009, escolha esta que se mostrou muito proveitosa para o conjunto do estudo, pois proporcionou o primeiro contato com uma série de pessoas que se constituíram, ao longo de todo o processo de investigação, em sujeitos da pesquisa.

Decidi desde cedo acompanhar com atenção estas atividades, buscando me envolver na sua realização ao longo da pesquisa de campo, durante dois anos, em 2009 e 2010. Nestes dois anos estes eventos foram diferentes em sua forma e conteúdo, em função das pessoas e grupos diferentes que os organizaram em cada ano. Em 2009 a Semana da Diversidade foi organizada pelas AEGGBT/SC, as mesmas pessoas que organizavam a Parada da Diversidade desde sua primeira edição. Já a Semana da Diversidade de 2010 foi organizada pelo grupo ativista LGBT Roma em conjunto com o Coletivo LGBT

Gozze, da UFSC. A organização da Semana neste ano foi realizada por estes grupos em função da desistência da AEGLBT/SC em promover tais atividades em 2010. Ainda que a Semana da Diversidade de 2010 tenha sido organizada pelo ativismo, tanto em 2009 como em 2010 a Parada foi promovida pelos empresários da AEGLBT/SC, o grupo que vinha organizando o evento desde sua primeira edição.

Desse modo, descreverei aqui os processos ocorridos nestas duas Semanas da Diversidade, pontuando algumas de suas diferenças, tratando de algumas questões que aí surgiram, questões estas relacionadas às reivindicações e “discussões políticas” que se destacaram ao longo de sua realização e que denotam ênfases diferentes em cada um dos campos ativistas e empresariais em disputa na Parada. Ao que parece, a parada se torna um contexto no qual não somente sua forma (festiva ou mais ativista e séria) é discutida, mas também como contexto no qual são disputados os conteúdos políticos que deveriam ou não ser priorizado no debate político a respeito de sujeitos e direitos LGBT na atualidade, revelando diferenças a respeito destas questões entre empresários e ativistas.

2.1 A Semana da Diversidade da AEGLBT/SC em 2009

A Semana da Diversidade de 2009 foi organizada, como dito, pelos os empresários e empreendedores reunidos na AEGLBT/SC entre os dias 01 a 05 de setembro, tendo a maioria das atividades ocorrido no Teatro da União Beneficente Recreativa Operária, conhecido popularmente na cidade como Teatro da UBRO. Este Teatro é um espaço livre para realização de espetáculos teatrais e de outros eventos diversos, alugado de tempos em tempos para diferentes atividades, e tem como característica o fácil acesso por se encontrar no centro da cidade, próximo da Avenida Hercílio Luz e da praça XV de Novembro.

A Semana da Diversidade contava com uma série de atividades que envolvia sessões de cinema com temática LGBT, apresentações de *drag-queens* e transformistas da cidade, debates com personalidades a respeito de diversos temas relacionados à população LGBT, os jogos da Diversidade, além da Premiação “Amigos da Diversidade” que ocorreu no dia de abertura do evento. Esta premiação, organizada pela própria AEGLBT/SC tinha como intenção, segundo alguns de seus idealizadores na associação, felicitar com agradecimentos formais as personalidades

regionais que de algum modo contribuíram, com sua iniciativa individual ou institucional, para a “diminuição” do preconceito contra a população LGBT na região. Assim concebida, a primeira atividade da semana contaria com a presença de inúmeras personalidades regionais e já atraía, de certa forma, atenções na cidade.

No começo das atividades, durante a primeira noite de abertura do evento, cheguei ao Teatro da UBRO por volta das 20h de modo a observar desde o início a movimentação das pessoas que prestigiavam as atividades que se desenrolariam ali, além de estabelecer os primeiros contatos com alguns das pessoas que compunham a AEGLBT/SC. O Teatro fica quase no topo de uma escadaria bastante espaçosa em largura, de modo que quem chegava ao lugar vindo da Avenida Hercílio Luz ou das imediações da Praça XV de Novembro já podia observar uma grande concentração de pessoas junto à entrada do Teatro, pequenos grupos de jovens mulheres e homens se alternavam ao longo da escadaria. Casais homoafetivos de homens e mulheres também transitavam por ali assim como grupos de homens e mulheres na faixa etária de 40 a 50 anos. O teatro em si já estava aberto para recepcionar quem chegava e se encontrava bastante iluminado e cheio de balões e outros elementos decorativos que remetiam às cores do arco-íris, além de *banners* e cartazes de casas noturnas, que aproveitavam para divulgarem suas festas especiais no período da Parada. Dentro da sede do teatro também transitavam os integrantes da AEGLBT/SC, organizando os últimos detalhes para a abertura da noite.

Aproveitei esse momento para algumas conversas rápidas com alguns deles sobre a minha pesquisa e sobre a intenção de conversar com mais tempo e em outras condições caso se dispusessem. O único membro da associação com quem tinha contato anterior era Tiago Silva, pois tinha previamente encontrado com ele em seu gabinete na Fundação Franklin Cascaes - onde ele tinha sido um dos diretores dessa instituição municipal relacionada à prefeitura de Florianópolis - para apresentar minha pesquisa e iniciar contato mais formal com a AEGLBT/SC. Devido a este primeiro contato com Tiago Silva já pude perceber que alguns dos integrantes da AEGLBT/SC estavam cientes da realização de minha pesquisa e que em certa medida, tinham já algum tipo de “discurso” prévio articulado para responder as perguntas rápidas que fiz antes do início das apresentações daquela noite. Um

das primeiras pessoas com quem falei aquela noite foi Audenir, que se apresentou como um dos fundadores da AEGLBT/SC.

Conversei com ele apresentando um pouco da proposta da pesquisa sobre a Parada e de como gostaria de manter contato para uma futura conversa, pois ele, como os demais organizadores, parecia bastante ocupado ainda que estivesse sendo solícito e atencioso. Perguntei a ele sobre sua relação com a associação e ele contava que, pelo fato de ter sido dono de algumas saunas na cidade e também um dos sócios fundadores do Mix Café, ele sempre tinha tido a intenção, desde há muito tempo, de realizar uma Parada em Florianópolis. Há mais ou menos dez anos, junto de outros empresários ligados a casas noturnas GLS, haviam tentado organizar uma passeata no centro da cidade, partindo da escadaria da Igreja do Rosário e São Benedito e passando por vários pontos do centro. Como membro fundador da AEGLBT/SC ele foi uma das primeiras pessoas a me relatar sobre esse primeiro evento, ocorrido anos antes. A narrativa sobre as passeatas no centro da cidade era realto recorrente relacionada às origens da Parada na cidade, como depois eu vim a confirmar em outras conversas e entrevistas que realizei com ativistas e empresários e como vimos no capítulo anterior, a partir dos relatos e histórias em torno das passeatas do orgulho LGBT ocorridas no fim dos anos noventa na cidade.

Muito ocupado com outros afazeres Audenir me indicou então outros membros da associação, que estavam disponíveis para conversar comigo de modo a aprofundar a investigação, sendo que fui então por ele apresentado à Marta. Ela me relatava então suas experiências como proprietária e diretora da Empresa *Brazil Ecojourney*, uma agência de turismo voltada para viagens com roteiros ecológicos pela região sul do Brasil e com inclinação explícita para o oferecimento de serviços *gay-friendly*. Marta contou que foi também uma das fundadoras da associação e que se juntou à iniciativa pelo fato de ter viajado para muitos lugares do mundo e ter participado então de várias Paradas. Observou que sentia falta de um evento do tipo em Florianópolis que, segundo ela, era a última capital do Brasil a “ter” uma Parada. Perguntei à Marta a respeito dos voluntários na associação, ao que ela me responde que as pessoas que se voluntariavam na associação ajudavam mais diretamente durante a semana e no próprio dia evento, estando as atividades cotidianas e

administrativas da associação mais relacionadas aos membros efetivos da AEGLBT/SC. Interessante notar que naquele ano, durante a Parada e no própria Semana da Diversidade, muitas lésbicas e gays se dispunham a ajudar nas atividades, estando presentes tanto na divulgação do evento como nos afazeres mais imediatos durante as atividades no Teatro da UBRO.

No interior do teatro, se encontrava um palco em estilo italiano, onde já estava montada uma decoração estilizada com temas do arco-íris. O auditório já se encontrava bastante cheio e está repleto dos mais diferentes pessoas, em sua maioria homens e mulheres jovens. Noto que um “clima de paquera” permeia muito das falas e olhares dos presentes. Fico sabendo por meio destes comentários que ocorrerá em primeiro lugar a premiação da noite, para em seguida iniciarem-se as apresentações que incluíam a performance de um grupo de dança de rua e “*show de bate-cabelo*” de *drag-queens* convidadas, vinculadas a casa noturnas, principalmente ao Mix Café, bar GLS no qual trabalha uma das principais figuras públicas vinculadas à Parada na cidade, a *drag-queen* Selma Light, como mencionado antes. Neste momento passaram em meio aos assentos, pelas laterais do espaço, dois jovens rapazes maquiados carregando roupas coloridas e brilhantes, presumivelmente alguns dos artistas que se apresentariam naquela noite. No auditório, como som ambiente, tocam músicas e baladas típicas do estilo *dance music*, associadas as “divas” comumente associadas ao “universo GLS”, tais como as cantoras Madonna, Beyoncé e Lady Gaga. Várias pessoas tiram fotografias e certo furor “está no ar” num ambiente que lembra em alguns aspectos os universos das “baladas GLS”, existentes nas casas noturnas da cidade. O espaço do evento lembra muito mais o ambiente destas casas noturnas GLS/GLBT do que propriamente uma manifestação política ou um ato de abertura oficial de um evento como a Parada.

Notei também a presença de oficiais fardados das Polícia Civil e Militar, que causam, aparentemente, certa inquietação e incômodo na platéia presente ali. Alguns comentários denotavam que a presença dos policiais era indesejada, por identificarem muitas vezes nos policiais possíveis ameaças homofóbicas e, ao mesmo tempo, algumas outras falas dispersas comentam de forma jocosa sobre a beleza dos policiais, sugerindo possibilidade de flertes mesmo que discretos. Enquanto esperávamos o começo da cerimônia de entrega dos

prêmios, pode-se ver chegando algumas pessoas que participariam diretamente da solenidade, entre elas Tiago Silva, que assim que me vê cumprimentou-me de forma efusiva ainda que relutante, evitando parar para uma conversa um pouco mais demorada. Noto que ele, ao entrar no auditório, é tratado por alguns dos presentes de forma um tanto cerimoniosa, como se fosse uma celebridade. Talvez isso se devesse ao fato de que Tiago tinha conseguido, em acordo com seu partido político, o PPS⁴⁹, ocupar o cargo de vereador na Câmara de Vereadores da cidade poucas semanas antes das atividades da Parada da Diversidade. No ano anterior ele havia saído como candidato, mas não conseguiu a quantidade necessária de votos, não obtendo votação suficiente para eleger-se. Ainda assim, em função de um acordo interno de rotatividade parlamentar em sua legenda partidária, ele tinha podido acessar um dos assentos parlamentares na Câmara de Vereadores.

Ao longo de sua descida entre os assentos do teatro até o palco Tiago parava várias vezes para conversar com os presentes ou era abordado por alguém que lhe pergunta algo ou lhe agradecia de algum modo efusivo. Chegando finalmente ao seu assento, reservado na primeira fila próxima ao palco, senta ao lado do prefeito Dário Berger, que já estava presente antes do começo das atividades. Ao lado dos dois senta um oficial da polícia civil em trajes formais. Com começo da cerimônia surge no palco Selma Light, para uma apresentação de que sinalizava a abertura dos trabalhos daquela noite. A apresentação consistia num enorme telão onde serão projetadas imagens de casais homoafetivos, em sua maioria do sexo masculino, intercaladas com mensagens de aceitação e afirmações positivas acerca da homossexualidade, além de frases de combate ao preconceito e a homofobia. Em frente a este telão está Selma Light sentada sobre um apoio invisível e em seu colo um homem branco e bastante musculoso está estendido de braços abertos, como se estivesse desacordado. Numa clara alusão a arte de temática cristã, a posição e os movimentos de Selma lembram a imagem da Nossa Senhora da Piedade, a clássica imagem da *Pietà*, neste caso uma *Pietà* LGBT. Ao mesmo tempo em que gesticula Selma Light dubla uma música incidental e com certa

⁴⁹ Partido Popular Socialista.

rapidez a apresentação cessa e as cortinas se fecham para novamente se abrirem.

No palco o telão foi suspenso revelando uma grande bandeira do arco-íris e alguns assentos forrados com tecidos coloridos. Agindo como apresentadora do evento, Selma Light ressurgia vestida com um de seus figurinos para apresentações e saúda o público comentando o tema da Parada deste ano: Eu aceito, Eu respeito. Cumprimentou formalmente o prefeito Dário Berger, Tiago Silva e a AEGLBT/SC como realizadora da Parada e os demais apoiadores que estiveram presentes na realização do evento ao longo dos últimos anos. Ela Informa ao público que se iniciaria a premiação e a entrega do troféu “Amigos da Diversidade”, criado pela AEGLBT/SC e direcionado aqueles que “ajudam na causa de luta LGBT”.

O primeiro a ser premiado é o próprio prefeito Dário Berger, sendo seu troféu entregue por Tiago Silva, que era o presidente de honra da AEGLBT/SC. Eles são efusivamente aplaudidos pelo público presente, que neste momento já ocupava todos os assentos e também os corredores do Teatro. Ao entregar o prêmio Tiago discursa sobre a necessidade da Parada na cidade, sobre a necessidade de “colocar a nossa cara na rua” para exigir direitos e para “homenagear” as famílias dos homossexuais. Ele comentava ser um grande fato a projeção de sessenta mil pessoas esperadas para o evento naquele ano, numa cidade “provinciana” tal como Florianópolis se constituía. Por fim agradeceu o prefeito Dário Berger por disponibilizar o espaço da Beira-Mar Norte para a realização do evento.

Dário Berger se pronunciou felicitando o presidente da Associação, Claudio Clarindo, e notando que cada ano que passava uma letra era acrescentada na sigla “LGBT”, mas que isso será um indício muito bom, pois era a prova de que o evento agregava cada vez mais pessoas. Agradeceu também a Polícia Militar e a Polícia Civil, na figura de dois oficiais designados como Subtenente Almir José da Silva e Marechal Hamilton, que se encontravam entre o público presente, assinalando-os como “parceiros da Parada”, ao garantirem a segurança de um evento que se queria pacífico, respeitoso e sem incidentes. Observou que “o mundo vive uma transformação muito rápida e nós precisamos nos adaptar às mudanças. Estou aqui porque sou o prefeito da cidade e me considero um homem moderno, que entende que esse movimento merece respeito”. Ele destacou ainda que a parada

marcava o processo de adaptação pelo qual passa a sociedade para “respeitar as pessoas como elas são, eliminando o preconceito e enaltecendo o conceito”. Ele dizia ser necessário reconhecer um movimento social que luta por direitos legítimos. Desejava que a Parada fosse maior a cada ano e que ele, como administrador público, “fica feliz em passar o carinho e respeito ao receber o prêmio” daquela noite, saudando todos os presentes. Interessante notar como o prefeito ressaltava os aspectos “pacíficos” da Parada ao mesmo tempo em que identificava nos empresários da AEGLBT/SC a expressão do movimento social LGBT local, sem distinguir ou diferenciá-los dos grupos ativistas organizados no movimento LGBT local.

A premiação seguiu distribuindo troféus para diferentes pessoas e instituições, entre elas: o representante Rafael Faraco da rede de televisão RBS, por seu apoio e pela maneira como divulga e visibiliza a Parada da Diversidade; para o presidente da Companhia de Melhoramentos da Capital - COMCAP, Ronaldo Freire, pela coleta de lixo no dia do evento; para o maestro Almir José da Silva da Orquestra da polícia militar, que se apresentava na abertura da Parada desde o início do evento e que tocaria também naquele ano; Rodrigo Bassi, representante da Guarda Municipal, pela segurança no evento; Carol Gonzaga, pelo debate promovido sobre a homossexualidade na rádio Guarujá; Vânia Brasil representante da UDESC, pela sessão do espaço no Centro de Educação física e Desportos da UDESC para a realização dos jogos da Diversidade. Foram homenageados ainda representantes da Caixa Econômica Federal, do Jornal Diário Catarinense, da rede de televisão Barriga Verde e Gilmar Knaesel, então Secretário de Estado responsável pela gestão da na Secretaria de Estado de Cultura e Esporte de Santa Catarina sob o mandato de Luiz Henrique da Silveira no Governo Estadual. Gilmar Knaesel tinha sido responsável, em sua gestão na Secretaria, pela criação do Fundo de Incentivo ao Turismo - Funturismo, um dos principais instrumentos de financiamento público para a realização da Parada da Diversidade.

Por fim, um prêmio especial foi entregue a Selma Light por Tiago Silva, que discursava sobre a importância e a representação de Selma Light na comunidade LGBT da cidade, pela “figura pública que ela é” na Parada. Selma se emocionava vertendo lágrimas e agradecendo o prêmio, destacando o tempo em que trabalhava na cidade e o acolhimento que teve ao chegar em Florianópolis, lugar onde iniciou

sua carreira artística. Agradece dizendo “que tudo que eu puder fazer por Florianópolis e pela Parada, eu farei! Temos que ir para rua por nossos direitos! A parada daqui é um exemplo diferente da Parada de São Paulo, serve como exemplo de cidadania!”. Selma convidou a todos para que permanecessem no recinto para as apresentações subseqüentes e reforçou as atividades que ocorreriam no Teatro da UBRO como parte da Semana da Diversidade, como o debate sobre família e homossexualidade, onde “estariam presentes pessoas de todas as letras da sigla LGBT” e a exposição de fotografias no Hall de eventos do Shopping Beira-Mar, com o tema daquela edição da Parada, “Eu aceito, eu respeito”. Assinalou que a Parada é “somente um detalhe, um pontinho que finaliza uma semana inteira de atividades que discutem sobre a diversidade, o esporte e a cultura”.

Subiu ao palco também Roney, membro da associação e organizador do “Cine Diversidade” que ocorreria durante a semana no Teatro da UBRO para divulgação da programação de cinema, com filmes que reuniam as temáticas de aceitação familiar a respeito da homossexualidade, fazendo relação com o tema da Parada naquele ano. Também subiu ao palco Pipoca, membro da associação a professor do Instituto Estadual de Educação, que organizava todos os anos os Jogos da Diversidade, também conhecidos como *Diversity Games*, que ocorreriam no sábado daquela semana nos espaços cedidos pelo Centro de Educação física e Desportos da UDESC. A participação nos jogos estaria sujeita a doação de 5 quilos de alimentos não perecíveis ou de fraldas descartáveis, estando também aberta a participação de pessoas de outras cidades graças ao alojamento cedido pelo Instituto Estadual de Educação.

Selma avisava ainda, para surpresa de alguns, que naquela mesma noite seria apresentado na Câmara de Vereadores um Projeto de Lei para a criminalização de ações discriminatórias no município de Florianópolis, projeto este apresentado por Tiago Silva enquanto vereador interino naquele momento. Convidou então a todos os presentes para que seguissem depois, “calados e muito sérios”, para a sede da Câmara de Vereadores, bastante próxima do Teatro da UBRO, para “mostrar que existimos e que podemos andar livres e beijar na rua” além de demonstrar o interesse popular na aprovação do Projeto de Lei para a criminalização de ações homofóbicas na cidade. Selma repetia sobre a importância do Projeto de Lei por entender que

“homofobia é crime” como dizia ela, e reafirmava que todos deveriam ir até a câmara, para “fazer pressão” para que a lei fosse colocada na pauta de temas mais imediatos a serem discutidos pelos parlamentares da casa e para que a lei pudesse ser aprovada ainda durante a semana da Diversidade, antes da realização do evento que ocorreria no domingo.

Após a entrega dos troféus e dos últimos avisos e divulgações das demais atividades da Semana, se encerrou a cerimônia de premiações e se iniciaram as apresentações da noite. Apresentaram-se mais de cinco *drags* com os mais diferentes estilos e temáticas em suas produções. Em sua maioria forão apresentações de “bate-cabelo” e dublagens (conhecidas como “chiclete” ou “*lip syncing*”) de músicas de divas do pop internacionais, que animavam e faziam com que o público gritasse e aplaudisse as participantes que performavam no palco. Na seqüência, anunciados como um “grupo simpatizante” por Selma Light, se apresentou a “Companhia de Dança Síria”, composta por homens e mulheres, com formato de apresentação um tanto diferente das apresentações da *drags*, com uma espécie de dança coreografada ao som de músicas incidentais. Após algumas apresentações o número de pessoas foi diminuindo e alguns dos representantes institucionais homenageados também começaram a se retirar.

Nesta mesma noite, ao fim das apresentações, com o auditório já um tanto esvaziado, Selma retornou ao palco convocando a todos os presentes para que seguissem para a Câmara de Vereadores em conjunto, para a apresentação do Projeto de Lei para a penalização de ações homofóbicas que tinha sido idealizado por Tiago Silva em seu mandato temporário na Câmara. Algumas pessoas se organizavam em pequenos grupos em frente à entrada do Teatro da UBRO, descendo a escadaria e subindo a rua em direção à Câmara de Vereadores, enquanto outras pessoas se distanciavam e se separam dos grupos indo a outras direções. Ao chegarmos à Câmara de Vereadores notava-se que poucas pessoas que estavam no auditório do Teatro da UBRO resolveram comparecer à Câmara, no espaço ali existente, um pequeno auditório com poucos assentos que fica em um anexo envidraçado, com visão direta para o plenário onde se reúnem em sessões oficiais os vereadores de Florianópolis.

Nesta sala estavam algumas pessoas com faixas com dizeres a respeito da homofobia, outras pessoas que já estavam presentes antes

de nossa chegada e os membros da AEGLBT/SC, que sentaram na primeira fila ao lado de Selma Light, que chamava mais a atenção dos parlamentares, sentados do outro lado do vidro transparente que protege o plenário da câmara. Aos poucos algumas outras pessoas que estavam no teatro da UBRO começavam a chegar e o auditório lotou com os poucos lugares ainda disponíveis agora ocupados. Embora não fosse a mesma quantidade de pessoas que ocupavam os assentos do auditório do Teatro da UBRO, a quantidade de pessoas era suficiente para causar certo impacto no parlamentares, por preencher quase por inteiro o espaço dos assentos destinados ao público na câmara, algo que não ocorria com grande frequência e também em função do horário em que tal fenômeno ocorria, quase por volta das 23h00 da noite.

Dentro do Plenário da Câmara, onde já se encontrava Tiago Silva, forão anunciados os projetos em pauta naquela noite, que ainda seriam discutidos na ocasião. Entre estes projetos se encontrava o projeto de lei apresentado por Tiago Silva para a penalização de ações discriminatórias em estabelecimentos comerciais. Aparentemente a sessão tinha sido interrompida antes de nossa chegada e, portanto seria reaberta com a inclusão de temas e projetos e reconfirmadas às presenças do parlamentares no plenário naquele momento. Os parlamentares discutiram sobre um projeto referente ao repasse de verbas estaduais ao município, levando um tempo considerável para isso.

Dado a hora já bastante tarde foi anunciado que a “importante demanda”, tal como se referiu o presidente da sessão do plenário da câmara na ocasião, ficaria pautada para a próxima sessão, no dia seguinte, informando que o projeto estava em regime de urgência, tramitando em quatro instâncias distintas para que sua apreciação pelos parlamentares da câmara se desse o mais rápido possível. Informou ainda que era necessário que os parlamentares pareceristas do projeto pudessem apresentar seus pareceres até as 16h00 do dia seguinte para a votação que ocorreria na primeira sessão do plenário da câmara e que caso isso não fosse possível, existiria ainda a possibilidade de uma sessão extraordinária caso o projeto não pudesse ser contemplado na sessão ordinária. Anteriormente, durante o mês de agosto o projeto tinha tramitado por uma série de outras instâncias internas da Câmara de Vereadores, passando por comissões diversas,

de modo que pudesse ser apresentado para votação no início do mês de setembro, quando se realizaria a Parada.

O público da Semana da Diversidade que se encontrava ali se mostrou um tanto desconcertado e descontente com o fato de que não fosse possível votar o projeto naquele momento, o que já propiciava certo esvaziamento do auditório. Aproveitei este momento para me aproximar de Selma Light que estava sentada na primeira fila. Apresentei-me, comentando brevemente sobre as intenções de pesquisa sobre a Parada, ao que ela se mostra muito solícita e também bastante disponível para outras conversas posteriores. Comentou ainda que no dia seguinte participaria de um especial para o site Fervo, especializado em coberturas de eventos GLS na região, no qual perguntaria a passantes no centro de Florianópolis sobre suas impressões sobre a Parada da Diversidade ao longo dos anos.

Somos interrompidos pela chegada de outros membros da AEGLBT/SC que se reúnem em volta de Selma e que começavam a elaborar as atividades para o dia seguinte. Cláudio e Audenir enfatizavam a necessidade de “preencher” o auditório público da câmara no dia seguinte de modo a obter impacto na votação do projeto, mais do que tinham conseguido no auditório do Teatro da UBRO, sendo necessário para isso entrar em contato com o maior número de pessoas. Através de suas falas percebi que existia entre eles um temor de que o projeto não fosse votado ao longo do período de realização das atividades da Semana da Diversidade. Alguns comentavam sobre a entrevista que Selma daria no dia seguinte para o Jornal do Almoço, telejornal local da rede jornalística RBS, enfatizando a necessidade de apresentar uma camiseta “aberta” na ocasião, de modo que se pudesse evidenciar a logomarca e o tema da Parada naquele ano e aproveitar para divulgar o evento em meio televisivo. Selma se retira e se despede de mim falando que esperava meu contato para uma nova conversa. Os outros membros aos poucos se dispersavam, visto a finalização das atividades naquele momento, e aproveitei então para me apresentar para Cláudio Clarindo, o presidente da AEGLBT/SC. Durante a conversa com ele perguntei sobre a possibilidade de minha participação nas reuniões da Associação, de modo que pudesse acompanhar os preparativos para a realização do evento. Ele, em sua resposta deu a entender que as reuniões não mais

aconteceriam até a Parada e que durante outros períodos do ano era muito raro que eles se reunissem.

Depois de um longo período, após esta semana e depois da Parada neste ano, de fato não observei nenhuma reunião da AEGLBT/SC, embora tivesse entrado em contato com diversos membros da associação para que isso ocorresse, o que me fez pensar se eles não estariam, de algum modo, inclinados a uma posição contrária a minha participação nestas reuniões, visto algumas críticas que eles vinham recebendo há algum tempo desde o início da Parada. Ao longo de algumas entrevistas e outras falas fui me dando conta que as reuniões entre eles não mais ocorriam, e algumas pessoas, especialmente aquelas relacionadas ao movimento LGBT na cidade, me advertiam que eles não realizavam mais reuniões e que a própria associação era um grupo de fachada, funcionando somente nos períodos de realização do evento na cidade.

Ao conversar com alguns dos membros da associação alguns deles me diziam que eles tinham se dispersado nos últimos anos, restando somente alguns mais engajados no dia da Parada em si e numa relação mais administrativa de divisão de tarefas entre eles para realização de objetivos logísticos referentes à Parada. O modo como as duas edições da Parada foram organizadas se deram de formas distintas nos dois anos em que acompanhei o evento e também variam as razões para a dispersão dos membros da associação, que estão associadas com motivos que serão abordados mais adiante.

No dia seguinte (02 de setembro de 2009), não pude acompanhar os trabalhos da sessão da câmara de vereadores em que o Projeto de Lei número 13.628 /2009 foi aprovado pelos vereadores por unanimidade nas duas sessões de votação que ocorrerão neste dia. Segundo relatos de membros da Associação, mesmo com a aprovação dos membros da câmara, para ter validade o projeto necessitaria da sessão do prefeito Dário Berger, que vinha se pronunciando no sentido de sancionar a lei durante a Parada da Diversidade. De fato, a lei foi sancionada naquela mesma semana. A lei previa uma série de punições em caso de discriminação sexual tais como advertências, multas em dinheiro, suspensão de convênios e compromissos com a administração pública municipal, suspensão e cancelamento de licenças municipais de funcionamento, em caso de empresas e outros estabelecimentos comerciais. Os debates a respeito da viabilização

desta lei em nível municipal e as interpretações que ativistas e empresários faziam dela serão abordadas mais adiante.

2.1.1 O Debate sobre “Família e os filhos homossexuais”

Depois de uma semana uma série de atividades agendadas para Semana da Diversidade 2009 ocorreram no Teatro da UBRO (Cine Diversidade, apresentações artísticas, etc.) e um dos eventos mais divulgados, apresentado como uma espécie de fechamento e uma das principais atividades da Semana, foi o debate a respeito da aceitação por parte das famílias, de seus filhos homossexuais, que ocorreria na sexta, dia quatro de setembro, dois dias antes da Parada e última atividade ocorrida no Teatro da UBRO. Este debate contou com a presença de Selma Light, que “representava” o segmento transgênero, Jean Willys⁵⁰, reconhecido também como ativista LGBT e figura pública televisiva, Roberto Warken, representando o Movimento LGBT na cidade como militante do Instituto Arco-Íris, Carol Gonzaga, locutora da Rádio Guarujá, representando o segmento lésbico, e uma mulher que se apresentou somente como Isadora, apresentada no debate como lésbica, casada e mãe de 4 filhos, estando então grávida de seu quinto filho. Ocorrendo no auditório do Teatro da UBRO, novamente lotado, Selma iniciou os trabalhos da noite apresentando os participantes do debate e comentando as atividades que já tinham ocorrido ao longo da semana, reforçando a participação de todos nos Jogos da Diversidade, que ocorreriam no dia seguinte, sábado, dia cinco de setembro, e no dia seis de setembro, para que participassem da própria Parada da Diversidade.

Ela comentou também sobre a “grande vitória ocorrida na quarta-feira”, com a aprovação da Lei de que proibia ações discriminatórias em Florianópolis, observando que ela seria assinada na Parada da Diversidade, assinalando um “um momento histórico” para a população LGBT da Cidade. Ele pediu para que os participantes do debate subam ao palco e o primeiro deles é Jean Willys, que é apresentado ao público não é somente um ex-participante do *reality*

⁵⁰ Jean Willys tinha sido integrante do *Reality Show Big Brother Brasil*, programa televisivo da rede Globo. A partir de então tinha se tornado famoso nacionalmente. Ele se apresentou como professor universitário e ativista LGBT na ocasião do debate no Teatro da UBRO. No ano de 2010 se elegeu como deputado federal pelo Partido Socialismo e Liberdade – PSOL.

show Big Brother Brasil, mas também como um intelectual, jornalista, escritor e militante da “causa homossexual”. No palco a disposição de assentos se assemelhava à de um programa de entrevistas, onde Selma Light atua como uma espécie de entrevistadora/debatedora, fazendo perguntas aos que subiam para o palco. Como o primeiro que subiu foi Jean Willys, ela inicia uma série de perguntas sobre os mais diversos temas as quais o “entrevistado” responde comentando geralmente sobre sua própria experiência. Como a conversa tinha como tema “Eu aceito, eu respeito”, temática da Parada daquele ano, os assuntos giravam em torno da homofobia, relações e famílias homoafetivas e as experiências pessoais de “assumir-se enquanto homossexual” perante familiares e quais as conseqüências de tal “opção”.

Após a apresentação de Selma, Jean Willys comentou que o convite feito para sua participação na Parada só foi aceito pelo fato de que ele poderia participar também de um debate onde poderia publicamente expressar-se sobre o movimento LGBT, e não somente “participar” como celebridade “convidada” para a Parada daquele ano. Comenta também que sua participação ocorria por entender que a Parada de Florianópolis era “política”, e elogiava o evento destacando que se todos os municípios tivessem Paradas que “apresentassem leis de combate a homofobia estaríamos bem melhor”. Destacou ainda a importância da “conquista da cidadania para a comunidade gay” e a importância de “expressar publicamente a homossexualidade”. Ele observava que se não existissem leis como a que tinha sido aprovada na Câmara de vereadores de Florianópolis, os homossexuais viveriam sob o signo da injúria, acabando por se submeter às situações adversas. Segundo ele a discriminação fazia com que muitos homossexuais começassem a alimentar um preconceito “de dentro para fora”, onde situações de preconceito de “gay contra gay” ocorriam, acarretando sujeitos LGBT também pudessem ser homofóbicos. Era o que ele chamava de “homofobia internalizada”, sendo preciso assim que se incluísse nas lutas LGBT a “luta contra a homofobia introjetada”.

Selma perguntou a ele como foi o seu “processo de aceitação da homossexualidade” e Jean Willys comentou que seu processo de “descoberta” foi bastante complexo e difícil, sendo que ele passou a se identificar com a homossexualidade através da chamada “cultura gay”, diferente de outros homens que não se identificam com essa “cultura”. Ele relembra este processo e comentou sobre suas primeiras

aventuras na “noite gay”, seus primeiros contatos com e identificações com o “gueto gay”. Acreditava que a existência do “gueto gay” era imprescindível para os processos de descoberta individual da homossexualidade e para a construção de uma identidade coletiva. Mas como ele comprovou, por sua experiência, que o “gueto começa a ficar pequeno e começa-se então a procurar outras coisas”, como teatro, atividades culturais, além de outras referências, como apontou em seus comentários. Em sua experiência de vida esse processo foi bastante rico pelo fato de que ele tinha se tornado um “bom homem” e por isso ele valoriza o “gueto gay” como parte da construção homossexual.

Selma perguntou a ele sobre como sua família tinha reagido à manifestação pública de sua sexualidade, se tinha “aceitado bem”. Jean Willys se mostra um tanto evasivo nesta resposta, comentando que sua família tinha aceitado bem, pois “primeiro vinha a pessoa e depois as outras coisas”. Comentava que achava “revolucionário e honroso” o fato de ele estar fazendo parte da equipe do programa televisivo “Mais Você”, apresentado por Ana Maria Braga na Rede Globo e voltado para o público preferencial de “donas de casa”, como disse. Selma lhe perguntou sobre a sua opinião a respeito da educação como um meio para diminuir o preconceito contra homossexuais, de modo que ele respondeu ser de grande importância uma modificação na formação dos professores da rede pública, com políticas públicas que modificassem as condições da educação e dos professores.

O fato de que os debates fossem apresentados como uma conversa entre os participantes explicitava também uma compreensão sobre os espaços do político no contexto da Semana da Diversidade promovida pela AEGGBT/SC. As conversas no debate eram entendidas como parte de um fazer e de uma manifestação política, mesmo que talvez, a partir de um determinado tipo de olhar (ativista, talvez) essas manifestações no debate não fossem necessariamente “políticas”. O político, naquele contexto, passava por outro registro que não necessariamente o das intervenções, atos ou panfletagens que o ativismo privilegiava como “intervenção política”, mas tinha, inevitavelmente, um sentido político pelo tipo de visibilidade LGBT que as falas dos participantes expunham. Talvez deslocar essa parte para o fim do bloco.

Selma Light chamou então ao palco Roberto Warken, convidado como representante da ONG Instituto Arco-Íris. Pela fala de Selma se dava a entender, mesmo que de forma ambígua e enviesada, que Roberto foi convidado como um “representante do movimento LGBT na cidade.” Durante sua fala Roberto narrava algumas das atividades da ONG e seu trabalho atual, voltado preferencialmente para “pessoas em situação de risco” e não somente para a população LGBT da cidade. Destacava o papel da ONG no movimento LGBT local, servindo como contextos através do quais vários outros grupos de militância surgiram ao longo dos anos. Ele destacava que existiriam atualmente na mídia alguns debates que desconstruíam os tradicionais preconceitos contra os homossexuais, mas que essa não era a realidade da maioria desta população que vive no Brasil, contexto no qual em que lhe são negados direitos básicos. Reafirmava que “não temos mais de 80 direitos legais”, como dizia, se referindo e comparando a situação de sujeitos LGBT sem direitos específicos, garantidos por meio de leis e modificações constitucionais. Ele ressaltava a população LGBT não era composta somente por aqueles que têm o “dinheiro rosa” e que Florianópolis não seria somente um reduto de “gays alegres”, um “paraíso arco-íris”. Ressaltava assim que a militância tinha de constituir como fórum de elaboração de políticas públicas para desconstrução de preconceitos e de elaboração de “políticas partidárias” para os sujeitos LGBT.

Com o fim da intervenção de Roberto é chamada para compor a conversa em cima do palco Maria Inês Pagano Gasperini, médica ginecologista, com especialização em educação e terapia sexual. Brevemente ela comentou seu trabalho de auxílio aos pais de homossexuais, através de sua abordagem baseada em princípios de médicos e psicológicos presentes em sua formação profissional. Dava a entender através de sua narrativa que a questão residia na aceitação da “diferença” que representam os filhos homossexuais numa família (como exemplo ilustrava a “decepção” de pais que se dão conta de que “não terão netos por meios biológicos”), ressaltando questões médicas e psicológicas dessa experiência em ambiente familiar.

Nesse momento chegou ao auditório Tiago Silva, que foi imediatamente chamado a subir ao palco para fazer parte das conversações. Ele cumprimentou todos os presentes e aproveitando o ensejo, comentou seu atraso devido à trabalhos na câmara de

vereadores. Selma aproveitou e o introduz em meio aos debates que já estavam se realizando e lhe perguntou sobre como se deu seu “processo de aceitação”, em relação a sua sexualidade. Tiago comentou este processo como um dinâmica pessoal de “liberação pessoal” em ele tinha “se assumido para ser feliz”, enfatizando suas dificuldades e fragilidades no contexto escolar e familiar, assim como na relação que mantinha com seu entorno social imediato, sendo ele morador do complexo do morro da cruz, contexto de variadas comunidades de periferia no centro da cidade. Ressaltava também sua relação com os membros da câmara de vereadores, onde “já tinha sido chamado para jogar bola”, uma prática recorrente entre os vereadores componentes da casa legislativa.

Mas, dizia ele, “se fosse pela praxe nem sequer estaria na Câmara de Vereadores”. E nesse contexto de reafirmação de sua “coragem” para ocupar o cargo de vereador que Tiago afirmava que “tinha que ser muito macho para estar na Câmara e usar uma camisa rosa”, cor da camisa que ele estava usando naquela ocasião. Compara sua postura à de outros membros da câmara de vereadores que “também são gays”, mas que não se “assumem”, pois não estão dispostos “a pagar o preço do preconceito”. Diz que “temos de ter o direito de escancarar o armário”. Nesse momento Jean Willys interrompeu a fala de Tiago Silva para observar que não se devia acusar os “gays malvados que não se assumem”, ou que ao ocuparem um cargo de representação parlamentar “não votam em leis de união civil”, por exemplo. Afirma que era “perigoso manter a idéia de que pra se assumir enquanto homossexual tem que ser muito macho”, pois isso acarretaria uma associação mecânica entre coragem e “macheza”, sugerindo indiretamente que “os gays não são corajosos ou como se não fossemos justamente por que nos assumimos”.

O debate seguiu um pouco difuso na elaboração de perguntas e ordenação de temas em pauta para a conversa, onde surgiam algumas outras questões que ainda não tinham vindo a tona em torno do tema “homossexuais e suas famílias”. Maria Inês Pagano Gasperini, como médica e psicóloga, comentava que muitas vezes se associava a homossexualidade à doença, como se fosse uma deficiência ou algo do tipo, onde os pais, ao descobrirem que têm filhos homossexuais, se perguntavam “onde foi que errei?”. Mas, como ela observava, “não se tratava de um erro, mas de uma diferença e nesse caso de uma

diferente orientação sexual”. Jean Willys comentou também que a orientação sexual “configuraria uma comunidade GLBT que se constitui através da injúria”, onde, segundo ele, “algumas características de personalidade se tornam comuns, como timidez, dissimulação, respostas ou formas de lidar com o preconceito e a opressão”. O exercício a ser realizado pelos que se descobrem homossexuais seria então, segundo ele, “transformar a injúria em orgulho”.

Tiago Silva comentou também que seria necessário fazer um debate sobre o papel que as religiões cumprem no sentido de dificultar a aceitação das famílias de seus filhos homossexuais. Comentava também o papel prejudicial de parlamentares ligados à religiões evangélicas, que impediam a votação de leis a favor dos homossexuais e ameaçavam outros parlamentares que votam a favor destas mesmas leis, destinando-os a “ir para o inferno” por suas ações. Afirma que a Parada daquele ano, assim como a aprovação da Lei que criminalizava ações discriminatórias em estabelecimentos comerciais de Florianópolis, surgia como uma resposta do movimento LGBT, sinalizando uma mudança e lembrando os 20 anos de morte do jornalista Norton Baptista da Silva, no fim dos anos 80, de modo a “sanar a dívida que sociedade de Florianópolis teria com a comunidade gay da cidade”. Logo após o término de sua fala Tiago Silva se ausentou do auditório do Teatro da UBRO.

O debate seguiu com o chamado de três casais homoparentais (um casal de dois homens de meia idade com duas filhas, uma casal composto por duas mulheres jovens sem filhos, e um casal de mulheres de meia idade com cinco filhos) para que subissem ao palco para compartilharem suas experiências de vida com o público, narrando suas vivências e a possibilidade de “uma vida feliz nesta situação”, como disse Selma Light. Em seus depoimentos alguns aspectos interessantes surgem como pontos a serem analisados. Ao longo de seus depoimentos temas polêmicos vinham à tona, tais como: os impedimentos recorrentes na adoção de crianças por casais do mesmo sexo, as possibilidades atuais de reprodução assistida (inseminação artificial, mistura de material genético, “barrigas de aluguel” para uma gestação programada); dificuldades no registro de crianças com os nomes dos dois pais ou das duas mães, os questionamentos públicos sobre papéis de gênero numa relação homoerótica, seja ela entre mulheres ou homens (a pergunta recorrente era “quem é o homem da

relação?"); as dinâmicas de pessoas que já tinham filhos de outras relações e iniciam uma relação homoafetiva, onde seus filhos também sofrem com preconceito em função da “escolha de seus pais”; e as dinâmicas cotidianas destas famílias, que segundo a maioria dos depoimentos, reforçavam a normalidade dos desafios enfrentados para a criação dos filhos; dificuldades no reconhecimento legal e garantia de direitos jurídicos para os casais do mesmo sexo (com questionamentos por parte do debatedores da ilegalidade da situação jurídica atual em comparação com a constituição de 1988 que “prevê igualdade entre os cidadãos”).

Um aspecto que surgia no debate era a importância, no momento atual, de se observar as brechas da constituição no que diz respeito à garantia de direitos para “pessoas homossexuais”, aspectos bastante reforçados nas narrativas e discursos de Jean Wyllys e Roberto Warlen no debate. Roberto comentava um texto de Jean Wyllys sobre adoção e este, por sua vez, comentava os trabalhos da jurista Maria Berenice Dias, especializada em direito familiar e em casos judiciais envolvendo adoção de crianças por casais homoafetivos. Os dois se focavam nas possibilidades de adoção endossando que “adoções deste tipo ainda enfrentavam grande preconceito por parte das famílias destas pessoas e que somente mobilizações, seja pela internet ou por meio da eleição de candidatos homossexuais, é que podemos mudar a situação”, como enfatizou Jean Wyllys. Interessante notar que durante o ano de 2010 ele concorreu pelo PSOL⁵¹ como candidato a deputado federal, com uma plataforma que enfocava os direitos LGBT em sua relação com os direitos humanos. Tendo sido eleito volta-se hoje, em sua atuação na Câmara de Deputados Federal, para a coordenação da Frente Parlamentar LGBT, enfocando principalmente o tema das adoções por casais homoafetivos.

Várias polêmicas surgiram após o debate, influenciada principalmente pela definição do que é “ser homossexual”. A declaração polêmica da médica Maria Inês Pagano Gasperini, que participava do debate, foi um estopim para que a discussão se iniciasse. A médica, que é autora de um livro sobre relações homoafetivas e infância, declarou “que nenhum gay se descobre gay quando já adulto.... É no processo de crescimento e de revelação da

⁵¹ Partido Socialismo e Liberdade.

homossexualidade que se descobre gay. Mas uma revelação de algo que já estava lá. Está provado cientificamente que gay nasce gay.”, dizia ela. Maria Inês trazia em sua contribuição um tipo de discurso legitimado pela “ciência” e que servia, no contexto do debate para um tipo de “esclarecimento especializado” sobre a “naturalidade” com que pais de sujeitos LGBT e ainda jovens sujeitos LGT devessem encarar sua sexualidade, sem necessariamente tornar o assunto um “tabu familiar” como dizia.

Jean Wyllys observou que “o fato de se gay ou lésbica não estava provado cientificamente, pelo fato de que que existia um ‘gene gay’ ou algo do tipo para que se ‘naturalize’ a homossexualidade”. Para ele a definição de alguém como homossexual envolvia uma dinâmica onde questões de cultura, corporais e sociabilidade entravam como elementos centrais e que seria necessário relativizar a idéia de que “se nasce gay”. Marta, membro da AEGLBT/SC, que assistia o debate se manifestou observando que a suposição de que todos os homossexuais “nascem assim” poderia levar a suposição de que existisse um gene gay ou algum traço genético que determinasse uma condição e que daria subsídio para o surgimento de políticas de eugenia, com a possibilidade de iniciativas científica voltadas para a supressão de “um gene gay” na formação das crianças que viriam a nascer. Observou que “não se poderia supor a existência de tal coisa com o risco de cair em um determinismo biológico e voltar a considerar a homossexualidade como uma doença, um traço genético que poderia ser eliminado ou curado”. Outras declarações dos debatedores se direcionavam neste sentido de não carregar esta definição a respeito da sexualidade com uma ênfase patológica, visto que o esforço de despatologização da homossexualidade era uma das principais bandeiras de luta do movimento LGBT no Brasil desde seu surgimento.

Roberto Warcken, em suas últimas observações, expressava seu desapontamento com o movimento LGBT da cidade, implicitamente dizendo que “largaria” sua militância para viver sua sexualidade e que começaria militar em outros estados do Brasil, algo que já vinha fazendo através da internet há algum tempo. Reafirma “a necessidade os gays serem mais participativos e irem até Brasília para lutar por seus direitos”. Jean Wyllys agradeceu por sua participação no debate e a acolhida da AEGLBT/SC nas atividades da Parada e da Semana da Diversidade, afirmando que “sempre é difícil agir, mas que vamos agir

para mudar as coisas no Brasil”. Selma Light finalizou o debate observando que “a Parada pretende aumentar o movimento para tornar mais visível nossas lutas aos olhos da sociedade”. Ela observou que “que quem é gay e construiu família criou sua própria normalidade, famílias diferentes para um futuro diferente. Este foi um debate para falar sobre família! Se você tiver um ‘bebezinho gay’ é um privilégio!”. Para ela o debate tinha possibilitado ver “que nem todos os homossexuais são ‘barra pesada’ e que tivesse de discutir o tema com naturalidade, pois em Florianópolis existia um grande número de gays, como cidade *gay friendly* que era”. A parada para Selma “representava um exemplo positivo para as uniões gays e que não serviam somente para festar, mas também para gritar, ainda que não seja uma parada só por direitos” e que a idéia do tema, em torno da aceitação familiar de seus filhos gays tinha sido dela, aceita prontamente pela AEGLBT/SC. Ela finalizou “dizendo que a parada não é uma micareta, um carnaval fora de época e sim, com o tema deste ano, as famílias estarão presentes, como sempre estiveram em outras edições do evento”. Por fim subiram ao palco os pais e um dos irmãos de Selma para que ela os apresente ao público e exemplificasse os debates daquela noite com sua própria experiência pessoal.

2.2. A Semana da Diversidade organizada pelos grupos Roma e Gozze em 2010

Com dito antes, realizei pesquisa de campo etnográfica durante dois anos em que ocorreram as Semanas da Diversidade, nos anos de 2009 e 2010. De formas diferentes, cada uma destas duas edições da Semana da Diversidade, embora tivessem o mesmo nome, foram organizadas de maneiras e por grupos de pessoas diferentes de um ano para o outro, adquirindo nesse processo diferenças que poderiam sugerir que se tratasse de atividades completamente diferentes, embora fossem nomeadas da mesma forma. Comparativamente as Semanas da Diversidade tinham estruturas e modos de realização diferentes, embora estivessem presentes, nas falas dos organizadores de ambas as edições em cada ano, a vinculação destas atividades como os traços de “luta LGBT”, comprometidas com a visibilidade das reivindicações a respeito dos direitos de sujeitos LGBT na cidade.

Foram assim duas edições que tiveram formatos e funcionamentos completamente distintos e estavam comprometidos com discursos semelhantes, embora os interesses e significados que cada um destes eventos ganhasse fossem diferentes, em função, principalmente, do grupo que os organizava, isto é, no ano de 2009, o grupo de empresários agrupados em torno da AEGLBT/SC e no ano seguinte, em 2010, dois grupos relativamente novos no ativismo LGBT da cidade, o Grupo Roma e o Coletivo LGBT GOZZE da UFSC.

Neste ano estes grupos organizaram a Semana da Diversidade em razão, principalmente por dois motivos, como pude saber depois, por meio de conversas com seus organizadores: o fato de que naquele ano a AEGLBT/SC não estaria planejando organizar um evento semelhante ao do ano de 2009, por razões que ainda eram desconhecidas, e por outro motivo mais premente, como muitos dos ativistas neste ano reafirmavam inúmeras vezes ao longo das atividades: para que a Parada da Diversidade fosse “politizada” e diferente dos anos anteriores, onde só tinha existido festa e nenhuma discussão política. As movimentações para que estes grupos ativistas organizassem esta edição da Semana da Diversidade começaram quando um dos ativistas que compunha o grupo Roma, Fabrício Lima, chamou uma reunião aberta AEGLBT/SC um mês antes da realização da Parada da Diversidade naquele ano. A reunião tinha como foco uma série de discussões e pautas específicas do movimento na cidade, sendo uma delas a possibilidade de organização da Semana, pauta esta que ganhava maior relevância em função da proximidade do evento e que acabou concentrando o maior tempo da discussão.

Nesta reunião, que se realizou nas dependências da FECESC (Federação dos Trabalhadores no Comércio no Estado de Santa Catarina), onde uma das integrantes do Roma trabalhava, estavam presentes tanto ativistas independentes, que não estavam vinculados a nenhum dos grupos ativistas LGBT existentes na cidade, alguns militantes do Roma e, em sua maioria, integrantes do Coletivo LGBT Gozze da UFSC, grupo este que estava sendo conformado e ganhava maior visibilidade naquele ano, buscando agrupar também um segmento de pessoas surdas LGBT, sendo alguns deles também estudantes do curso de Letras Libras na UFSC. Um deles veio inclusive explicitar a intenção de criar, a partir daquela reunião, um novo grupo de pessoas LGBT surdas. A reunião de organização da Semana da

Diversidade nessa ocasião era vista por alguns dos ativistas, principalmente aqueles que despontavam como principais impulsionadores e organizadores de cada coletivo, como Fabrício Lima no Roma e Ringo Bez no Gozze, como um meio de consolidar os seus grupos e materializar suas intervenções no contexto do movimento LGBT na cidade, em uma situação em que muitas ONGs e outros grupos, como o Instituto Arco-íris e a ADEH Nostro Mundo, se recusavam ou tinham deixado de participar da Parada.

Nesta ocasião muitos ativistas ficaram espantados e ao mesmo tempo “contentes” com a informação, trazida por Fabrício, de que numa de suas conversas com Tiago Silva, ele tinha explicitado que no ano de 2010 a AEGLBT/SC não organizaria a Semana da Diversidade. Este fato era visto pela maioria deles como expressão do descaso da associação de empresários, que estava deixando de realizar uma das únicas atividades, na compreensão dos ativistas, em que se podia realizar algum tipo de “debate mais politizado”. Eles atribuíam esta desistência ao fato de que os empresários estariam mais interessados, na verdade, em somente organizar a Parada de uma forma mais abrangente e, como diziam, como um “carnaval fora de época”, destacando cada vez mais os aspectos festivos do evento. Ao mesmo tempo a abstenção da associação era vista também pelos ativistas presentes naquela reunião como uma forma de “retomada da Parada” pelo ativismo LGBT na cidade, como uma ocasião propícia para “politizar” um evento com outros conteúdos e debates que não somente a comemoração do orgulho LGBT. Muitas falas dos ativistas nessa ocasião refletiam uma preocupação em explicitar as agressões sofridas por homossexuais e a ausência de direitos garantidos que pudessem modificar esta situação. Outras falas explicitavam que a Parada devia ser tomada por atividades que pudessem sinalizar o sentimento de luto que tomava os ativistas ao se darem conta dos relatos de agressões e mortes provocadas em função de homofobia na cidade.

Fabrício assinalava que a AEGLBT/SC estava aberta ao diálogo caso alguns ativistas decidissem organizar um evento semelhante às Semanas da Diversidade de anos anteriores e que o espaço para a participação no próprio evento estava assegurado caso o ativismo decidisse colocar um carro de som ou um trio elétrico no dia de realização da Parada na avenida. Os diálogos de Fabrício com Tiago

Silva e sua atitude de conversação com a AEGLBT/SC não era bem vista por alguns dos ativistas independentes, que expressavam em suas falas que o movimento social não precisaria da “autorização” da associação de empresários para realizar suas atividades ou mesmo para participar do evento com carros de som ou de formas diferentes. Fabrício, que era simpatizante do Partido dos Trabalhadores, sugeria também, de forma bastante veemente, que para a realização das atividades e pagamento do carro de som e de outros custos fossem buscados “apoios” de parlamentares simpatizantes da “causa LGBT”, uma forma de financiamento para possibilitar, por exemplo, um carro de som ou trio elétrico no dia do evento. Essa sugestão resultou numa discussão rápida sobre as formas de financiamento do movimento, especialmente por partes dos ativistas independentes, que argumentavam que a vinculação á figuras parlamentares poderia comprometer a independência política da Semana da Diversidade, como também acontecia, segundo eles, nos casos de algumas das ONGs com trabalho entre LGBT, que recebiam verbas do governo (no caso, ainda na gestão Lula) e começavam a “capitular politicamente” pendendo sempre para posições políticas “governistas”, como diziam eles. Todo este debate culminou na decisão ali definida de que a Semana da Diversidade seria auto-financiada, contanto somente com os fundos que pudessem ser agrupados em conjunto, pelos próprios ativistas, e sem auxílio financeiro provindo de verbas parlamentares. Ao mesmo tempo, alguns militantes independentes observavam ser necessário também adquirir, através de alguma ação ainda a ser discutida e elaborada, alguma legitimidade parlamentar para as ações da Semana da Diversidade, algo que pudesse traduzir o “apoio” dos parlamentares às lutas do movimento LGBT. Uma das idéias que surgiram neste dia foi justamente a elaboração de uma moção que pudesse ser assinada por parlamentares de algumas instâncias municipais e estaduais, uma forma de legitimar as ações e reivindicações do movimento e, ao mesmo tempo, firmar um tipo de vínculo ou compromisso dos parlamentares em mover ações e se solidarizar com as lutas e necessidades da população LGBT que eles representavam.

Neste dia foi também aventado por Fabrício a possibilidade de realizar o primeiro Encontro Regional Sul da AEGLBT/SC (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais) da qual

ele e Guilhermina Salazário, também membro do Roma, eram representantes no estado de Santa Catarina. Este encontro, segundo ele, serviria como uma forma de unificação das lideranças LGBT de Santa Catarina, agrupadas em torno do Movimento Catarinense LGBTTT, iniciativa que estava se formando a partir do contato de Fabrício e Guilhermina com grupos ativistas do interior do Estado, e sua proposta era de que sua realização ocorresse em paralelo ou mesmo próximo à da Semana da Diversidade, para que todos os presentes pudessem participar também da Parada da Diversidade em Florianópolis, onde se ocorreria o encontro. Muitos ativistas questionavam a possibilidade e viabilidade de realizar tal evento em paralelo à Semana da Diversidade e à própria Parada, pelo acúmulo de tarefas que estas atividades já requeriam e pela inexperiência dos grupos envolvidos, o número limitado de pessoas disponíveis para se engajarem, dentre outros fatores. Sem uma adesão massiva dos presentes e, depois, sem a liberação de verbas do Ministério da Saúde, que financiaria tal evento, Fabrício e Guilhermina desistiram de realizar o encontro no mesmo momento da Semana da Diversidade, sendo que este acabou acontecendo alguns meses depois naquele mesmo ano.

Mesmo sem a confirmação da realização ou não da Semana da Diversidade pela AEGGBT/SC, foi a partir desta reunião que os ativistas decidiram organizar, independentemente das ações da associação empresarial, uma Semana da Diversidade conectada com as dinâmicas e discussões realizadas no âmbito do movimento social. Algumas idéias iniciais surgiam para compor a Semana, como a realização de peças de teatro e uma mostra de vídeos, a realização de debates e de panfletagens durante a semana, além de ações no dia de realização do evento como a instalação de uma barraca de intervenções políticas, a contratação de uma carro de som para manifestações políticas e a idéia de realização de uma performance durante a marcha, em que uma faixa ou uma bandeira deveriam sinalizar de alguma forma o descontentamento com as mortes e as agressões homofóbicas. O conteúdo das falas explicitava que o evento fosse reabsorvido por uma lógica de crítica social presente nas ações do movimento social, críticas estas direcionadas à quase inexistência de direitos LGBT na cidade e no país, que privilegiasse os debates e a “conscientização política” dando visibilidade para as principais reivindicações do movimento LGBT e que o evento fosse “resgatado” a partir de uma lógica política,

contestatória, não-empresarial e comercial. Essa tônica das intervenções ao longo da reunião dava a ver um pouco das dinâmicas que a Semana da Diversidade tomaria, ao ser organizada pelo ativismo LGBT em 2010.

É interessante assinalar aqui que minha participação nesta reunião e também nas atividades que ocorreram ao longo da Semana da Diversidade neste ano estavam permeadas e eram influenciadas por meu contato anterior com os grupos que organizaram a reunião, o Gozze e o Roma, com os quais eu já tinha tido contato anterior, seja como pesquisador, seja como ativista. Em função de meu envolvimento no ano anterior com as ações e atividades do Roma e com minha inserção nas discussões que o Gozze iniciava desde sua fundação na UFSC naquele ano eu estava já, antes de 2009, quando começo efetivamente a pesquisa de campo, em contato com grupos ativista e com ONGs do movimento LGBT na cidade, de modo a agrupar informações sobre a história da Parada na cidade desde 2006. A partir destas observações e contatos iniciais pude me aproximar dos grupos citados, participando de suas reuniões e de algumas de suas atividades não relacionadas à Parada. No caso do Roma, Fabrício, que já conhecia em função de outros eventos e manifestações públicas do movimento LGBT na cidade, entrou em contato comigo para que participasse das ações do Roma e o auxiliasse na consolidação do grupo, trazendo outros participantes. No caso Gozze, pude participar da formação de um grupo de estudantes no âmbito da UFSC, organizado para discutir questões sobre a diversidade e as especificidades LGBT naquele contexto. Em contato com Ringo Bez, comecei a participar também ao longo daquele ano das atividades e reuniões do Gozze.

As atividades da Semana da Diversidade neste ano ocorreram, diferentemente do ano anterior, nas dependências do auditório da Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL, instituição de ensino superior privado, na qual Fabrício Lima, membro do Roma, tinha trabalhado em anos anteriores. Este espaço se localizava no centro de Florianópolis, na Rua Trajano, como parte de uma das unidades da universidade que funcionava no centro, e bastante próxima de um contexto urbano em que tradicionalmente se encontravam e se reuniam grupos e pessoas LGBT na região central da cidade. A Rua Trajano está localizada bem próxima da Praça XV de Novembro, do Museu Cruz e Souza e da escadaria da Igreja do Rosário e São Benedito.

Ali também se encontram uma lanchonete *fast-food* que fica em frente ao Jardim do Museu Cruz e Souza, também conhecido como Museu Histórico e Palácio do Governo, espaços em que sociabilidades gay e lésbica acontecem no contexto urbano central da cidade, incluindo a escadaria da Igreja do Rosário e São Benedito, como observado por Carlos Eduardo Henning (2008) em seu trabalho. Deste modo, não por acaso, os ativistas que organizavam a Semana da Diversidade consideravam que a realização da maioria das atividades no auditório da UNISUL era uma boa maneira de atrair o público LGBT que já circulava por ali cotidianamente, pelo fato de que este espaço estava localizado praticamente em frente ao Jardim do Museu Cruz e Souza e ao lado do *fast-food* mencionado.

As atividades da Semana ocorreram entre os dias 30 de agosto e 03 de setembro, com a Parada que se realizaria no dia 05 de setembro. O formato da semana foi idealizado de forma que o debate sobre questões consideradas prementes à população LGBT da cidade fosse privilegiado. Estavam previstas tanto manifestações e atos de rua bem como panfletagens e atos como a realização de mesas redondas no auditório da UNISUL. Outras atividades propostas durante os encontros de organização da Semana, como apresentações teatrais, exposição de vídeos e outras apresentações artísticas não puderam ser realizadas pelo pouco tempo e pela necessidade de se privilegiar mais fortemente debates políticos. Essa era uma maneira também de se diferenciar das Semanas da Diversidade organizadas pela AEGLBT/SC, nas quais muitas vezes, a maioria das atrações priorizavam apresentações e atividades de cunho artístico, deixando de lado, na compreensão dos ativistas, muitos dos temas importantes que deveriam ser discutidos com a população LGBT nas ocasiões de realização da Parada. Posteriormente, nas avaliações feitas, apontava-se que deveriam ter sido incluídas atividades artísticas, como uma mostra de cinema com temática LGBT, como uma das formas de atração para as atividades que foram promovidas.

Conforme a intenção de seus organizadores foram organizadas cinco mesas redondas que iriam privilegiar temáticas e debates com temáticas diferentes vinculados aos sujeitos LGBT: na primeira mesa o tema era “Violências contra LGBT na perspectiva dos direitos humanos” e se seguiram, na mesas seguintes, os temas “Diversidade nos meios de comunicação”, “Alerta em DST/HIV/AIDS e hepatites virais”,

“Diversidade nas relações de trabalho” e, por fim, uma mesa com o tema das “Políticas Públicas para LGBT”. As mesas ocorreram durante as noites, entre os dias 30 de agosto e 03 de setembro, no auditório da UNISUL a partir das 19 horas, contando com diferentes debatedores provindos de diferentes esferas, tais como servidores públicos vinculados a esferas governamentais, membros do ativismo independentes e vinculados a grupos e ONGs, advogados e outros especialistas jurídicos enfocados em questões LGBT, agentes de saúde vinculados ao combate de DSTs e AIDS. No debate surgiam questões a respeito das tarefas do movimento LGBT, em que se ressaltava a necessidade principal que sempre era reafirmada a respeito dos direitos dos sujeitos LGBT, que deveriam ser garantidos tanto por meio de leis e debates entre parlamentares e juristas, quanto nas esferas de intervenção direta, como no caso das Paradas, em que as demandas do movimento surgiam como uma visibilidade massiva, causando impacto e discussão política. A concepção do que era político ali estava permeado pela idéia de que as ações diretas, atos e outras ações (como negociações entre o ativismo e os governos) pudessem efetivamente garantir mudanças no cotidiano da População LGBT. Surgiam também debates sobre as identidades ali presentes e representadas, sobre as diversas experiências das sexualidades dos sujeitos LGBT e ao mesmo tempo sobre as possibilidades de escapatória às essencializações, em que de certa forma, muitos dos debates sobre a teoria queer surgiam como referência, principalmente nas intervenções de Ringo e de outros membros do Gozze.

No dia de abertura dos trabalhos da Semana da Diversidade estava programada uma sessão inicial de música eletrônica com um DJ convidado, uma forma de atrair participantes para as atividades. No dia em que as atividades começariam cheguei por volta das 18 horas e ainda não tinham sido iniciados os trabalhos, de modo que nos encontrávamos, eu e Guilhermina Salazário, membro do Roma, numa antessala ao lado do auditório onde ocorreria a abertura. Fabrício chegou com grandes caixas de som para a apresentação do DJ e começamos a organizar o ambiente para a abertura, dispondo faixas e banner dos grupos ativistas envolvidos, distribuindo bandeiras do arco-íris pelas paredes e dispondo cartazes, panfletos e materiais de divulgação dos grupos participantes. Outro aspecto importante das dinâmicas das mesas redondas, que foi definido anteriormente nas

reuniões de preparação, era que todas as mesas teriam traduções simultâneas de interpretes treinados em linguagem de libras, de forma que os participantes, principalmente alguns dos ativistas LGBT surdos organizados em torno do Gozze da UFSC, pudessem acessar o conteúdo dos debates. Assim, revezando-se constantemente, em todas as mesas existiram traduções dos debates por parte de uma equipe de intérpretes, que também eram ativistas, e que se voluntariaram de forma espontânea para este trabalho. A questões sobre a participação do surdo no contexto da semana da diversidade nos remete às discussões de Carlos Eduardo Henning (2008) a respeito das “diferenças na diferença”, onde variados marcadores sociais trabalham de forma entrecruzada na formação de novas diferenças. A diferença, no caso dos surdos, estava ali atravessada pelos debates a respeito das deficiências, que eles traziam como um elemento de discussão política, fazendo uma combinação da discriminação que sofriam tanto pelo fato de serem surdos como pelo fato de serem sujeitos LGBT.

Aos poucos pessoas iam chegando e se acomodando no auditório para o início do evento: a audiência era composta principalmente por ativistas de algumas ONGs e independentes, estudantes da UNISUL e da UFSC e uma parcela de público provinda de outros contextos, não relacionados ao movimento ou ao empresariado na cidade, público atraído pela divulgação das atividades, realizada principalmente através da internet e por meio de panfletos distribuídos em diversos locais da cidade. Também ativistas de outras ONGs, como Instituto Arco-íris e ADEH Nostro Mundo foram chegando, assim como o presidente da AEGGBT/SC, Tiago Silva, que vinha acompanhado de alguns funcionários e artistas da danceteria Mix Café, entre eles Marluce May, uma das *drags* contratadas da casa.

Inicialmente alguns ativistas estavam temerosos de que as atividades não tivessem audiência suficiente para sua realização o que provocava, naquele momento de abertura da Semana da Diversidade, certa ansiedade e alguns atropelos e discussões entre os militantes dos diversos grupos. De toda forma, este temor foi logo substituído por uma sensação de “dever cumprido”, pois pouco a pouco o auditório foi sendo ocupado em sua totalidade pelas pessoas que chegavam e logo se deram início aos trabalhos. Inicialmente, de uma forma solene, foi executado o hino nacional brasileiro - uma idéia sugerida por Fabrício nas reuniões do Roma - de forma que, o evento ganhou certo caráter

de oficialidade e seriedade um tanto sisuda, bastante diferente do contexto festivo e descontraído existente na abertura da Semana da Diversidade do ano anterior, ocorrida no Teatro da UBRO.

Durante as atividades ao longo da semana, o número de pessoas presentes nas atividades oscilou muito, dependendo do dia e das mesas redondas em questão, sendo que em alguns dias o auditório se encontrava cheio, principalmente quando algum dos professores da UNISUL liberava uma de suas aulas e encaminhava sua turma para que assistissem os debates, e, em outras ocasiões, também a depender da temática da mesa redonda em questão, o auditório encontrava mais esvaziado, estando presentes, em grande parte, somente os membros dos grupos ativistas organizadores e alguns outros participantes. Essa dinâmica de oscilação de público também foi observada nas atividades da Semana da Diversidade organizada pela AEGLBT/SC no ano anterior, embora o auditório permanecesse quase o tempo todo cheio nas atividades noturnas em que se realizavam primeiramente exibição de filmes com temática LGBT e depois se realizava um breve debate com alguns membros da AEGLBT/SC e o público esparso que permanecia após a exibição dos filmes. No caso dos debates na Semana da Diversidade de 2010, quase sempre, após o fim das mesas redondas, ao final das atividades, como forma de realizar uma avaliação do andamento geral das atividades da Semana, os ativistas do Roma e do Gozze, juntamente com os militantes independentes se reuniam para discutir algumas questões e reavaliar o andamento das atividades.

Na abertura, com o auditório já cheio e após a apresentação do DJ convidado foi organizada uma mesa redonda em torno do tema “Violências contra LGBT na perspectiva dos direitos humanos”, que contou com a participação de algumas pessoas provinda de diferentes esferas: Victória Regina dos Santos, que tinha como formação a psicologia e antropologia e estava vinculada ao IPESP (Instituto de Pesquisas e Estudos em Segurança Pública de Santa Catarina); Claudia Nichnig, que representava ali a Comissão da Mulher Advogada da OAB/SC e desenvolvia pesquisa sobre conjugalidades homoeróticas no âmbito da justiça federal, e Guilhermina Salazari, membro do Roma e representante na regional sul da ABGLT. Além destas pessoas estavam presentes no auditório algumas figuras públicas no cenário político parlamentar da cidade, tais como Nildomar Freire, conhecido popularmente como Nildão, que concorria ao cargo de deputado

estadual pelo Partido dos Trabalhadores (PT) nas eleições que ocorriam naquele ano, o vereador Ricardo Camargo Vieira, conhecido popularmente como Doutor Ricardo, parlamentar ligado ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB), além é claro do ex-vereador Tiago Silva, da AEGGBT/SC, que tinha exercido o cargo através da legenda do Partido Popular Socialista (PPS) no ano anterior e agora ocupava o cargo comissionado de Diretor do PROCON municipal de Florianópolis. O objetivo dessa mesa era apresentar discussões em nível estadual de ações executadas contra a violência e a violação dos direitos humanos das pessoas LGBT, como um dos panfletos distribuídos pelos ativistas descrevia, existindo também um esforço, principalmente em função da intervenção do Gozze, de que as questões relacionadas às pessoas com deficiência e/ou surdas fossem também abordadas. A dinâmica desta mesa e das demais que ainda se realizariam ao longo da semana pretendia que os debatedores instigassem a audiência, buscando provocar nos presentes uma participação ativa nas discussões, e incentivar o compromisso político e o engajamento e conseqüente politização.

A composição desta mesa de abertura, em comparação com a mesa e a cerimônia de abertura da Semana da Diversidade anterior no ano de 2009, era bastante diferenciada se pensarmos em termo de vinculação institucional e sobre as origens dos debatedores. Sendo uma posição dos ativistas do movimento LGBT a opção por privilegiar os “debates políticos”, em quase todas as ocasiões, como forma de “conscientização” dos participantes, de modo que quase sempre as mesas buscavam refletir uma composição que estava relacionada à “formação política dos participantes” e as possibilidades que estes tinham de contribuir com esta intenção implícita de politização da Semana e da própria Parada. Eram membros de grupos ativistas e do movimento LGBT, acadêmico(a)s e estudiosa(o)s de questões relacionadas às discussões feministas, de gênero e sexualidade. Não foram assim priorizadas “autoridades” ou parlamentares de esferas municipais, ou mesmo convidadas figuras públicas famosas que pudessem atrair, por sua já reconhecida presença, mais participantes ou curiosos. Havia também um caráter muitas vezes institucional e “oficial” nas falas de alguns dos debatedores no sentido de apresentar quais as “ações efetivas” estavam sendo realizadas em esferas públicas governamentais, em termos de tramitação de leis e de comissões

institucionais (como no caso da comissão da mulher advogada da OAB), e também em trazer especialistas que eram, de certa forma, legitimadas por seu conhecimento, ao desenvolverem pesquisas direcionadas em suas instituições e também nas universidades. Mesmo que existisse ali a tentativa de “mesclar” as mesas com diferentes posições de pessoas provindas de diferentes esferas institucionais e também do movimento LGBT, ainda assim prevalecia um tom de “oficialidade” e saber legitimado e reconhecido.

Essa composição contrastava com abertura da Semana da Diversidade do ano anterior, organizada pela AEGLBT/SC, em que a premiação de empresários, administradores públicos ligados ao governo municipal e estadual, membros das forças policiais municipais e estaduais, além de jornalistas, através do prêmio “Amigos da Diversidade”, dava ênfase à consolidação e ao reconhecimento institucional da Parada, algo que o evento vinha adquirindo junto aos organismos governamentais ao longo dos anos e especialmente no ano de 2009. Além disso, nesta mesma abertura em 2010, sobre violências e agressões contra sujeitos LGBT, as apresentações artísticas foram quase sempre privilegiadas, o que na fala dos próprios organizadores da AEGLBT/SC era muito mais atrativo para o público LGBT que eles buscavam atrair, do que “infindáveis debates políticos” no formato que geralmente o movimento social LGBT estava habituado a promover em seus fóruns e atividades.

Este caráter considerado eminentemente “mais politizado” na concepção dos ativistas, da mesa de abertura da Semana da Diversidade de 2010, permeou os outros debates da Semana, com foco nos direitos LGBT como direitos humanos, e da necessidade de lutar pelos direitos que ainda não estavam garantidos. Principalmente na primeira e nas últimas mesas redondas realizada durante a semana estes foram aspectos dos mais discutidos (sujeitos, direitos e políticas LGBT), polarizando opiniões e agrupando o maior número de público participante, que abordarei a seguir.

2.2.1 Debate sobre violência contra os Sujeitos LGBT e as polêmicas entre o ativismo sobre as dimensões do “político”

Durante a Semana da Diversidade deste ano, as duas principais mesas redondas foram as de abertura e de encerramento, em que o

auditório da UNISUL estava quase que completamente cheio. Cada uma destas mesas expressou o debate bastante presente no movimento social LGBT em nível nacional e local a respeito das agressões homofóbicas e da necessidade urgente de leis que criminalizassem tais atos, isto é, leis que criminalizassem a homofobia. Além da preocupação com a onda de agressões homofóbicas outro tema que teve destaque foi a necessidade de elaborar políticas públicas e direitos garantidos em lei que pudessem modificar esta conjuntura, principalmente em torno da criminalização de ações e ameaças homofóbicas de diversos tipos. A mesa redonda de abertura, com temática voltada para as “Violências contra LGBT na perspectiva dos direitos humanos”, debateu o projeto de lei 122/2006, de autoria da deputada Iara Bernarndi, que tornava constitucional a criminalização da homofobia. Na mesa de encerramento da Semana, sobre as “Políticas Públicas para LGBT”, o tema da homofobia reapareceu, mas centrado na compreensão da luta contra a homofobia como parte de um debate mais englobante sobre os direitos LGBT como direitos humanos.

Entre estes eventos, mais especificamente no dia e durante a realização da segunda mesa-redonda na noite do segundo dia após o começo das atividades, ocorreria uma sessão especial da câmara de vereadores de Florianópolis em que seriam lidas e discutidas algumas moções providas de contatos dos movimentos sociais da cidade com a câmara de vereadores. Esse contato com a câmara e a possibilidade conseqüente de intervenção dos ativistas neste espaço estava vinculado à intenção inicial de alguns militantes em ocupar espaços parlamentares como um modo de obter apoio e comprometimento com as reivindicações LGBT. Desse modo os ativistas buscavam intervir nas esferas de discussão parlamentar no âmbito de Florianópolis, discutindo ações voltadas para a Câmara de Vereadores municipal. Estas ações eram vistas como um modo de também intervir nos espaços parlamentares assim como, ano de 2009, os membros da AEGLBT/SC tinham apresentado naquele mesmo espaço a lei de criminalização de ações discriminatórias. Diferente das ações da AEGLBT/SC, que buscou uma aliança parlamentar por dentro da Câmara de Vereadores, os ativistas buscavam pressionar e engajar os parlamentares através de uma moção pública que fosse por eles assinada.

Interessante nesta iniciativa dos ativistas era a preocupação em realizar ações que tivessem tanto a possibilidade de se legitimar por meio de apoio parlamentar ao mesmo tempo em que se abria espaço para que fossem feitas no futuro exigências do movimento a estes mesmos parlamentares, para que votassem leis e apoiassem as ações do movimento social. Ao mesmo tempo em que os ativistas privilegiavam e tinha como prioridade ações de cunho mais direcionado e direto, de contato mais cotidiano com a população LGBT através das atividades que realizavam nos grupos dos quais faziam parte, ainda assim buscavam não desprezar as instâncias de discussão política institucionalizadas, isto é, as instâncias parlamentares e jurídicas em que eram discutidas propostas de leis e onde as mesmas eram transformadas em legislação ou como parte de novas medidas jurídicas constitucionais.

Muitas vezes existia ali certa desvalorização destas instâncias, como se as leis votadas e debates realizados por parlamentares não modificassem efetivamente a vida da maioria da população LGBT. Estas instituições eram vistas com algum descrédito entre alguns dos ativistas, principalmente entre aqueles que eram independentes, como contextos em que quase nunca se conseguiam materializar vitórias reais do movimento social em termos de conquista de direitos, visto a quase inexistência de direitos assegurados em todas as esferas, fossem estas municipais, estaduais ou nacionais. Alguns outros ativistas, estes quase sempre simpatizantes de algum partido político de esquerda, acreditavam que essas instâncias não podiam ser desprezadas como lugares de potencial intervenção e ganhos políticos e assim se abriam, em muitos dos debates entre as diferentes posições, algumas polêmicas entre o ativismo, sobre o que seria ou não político e até que ponto determinadas intervenções em contextos institucionalizados poderia ou não resultar em “resultados positivos” provindos de suas militâncias e até mesmo como foco da intervenção dos grupos que estavam sendo formados, como o Gozze e o Roma.

A intervenção junto aos parlamentares era polêmica entre alguns ativistas dos grupos LGBT, pelo fato de que muitos desconfiavam, por si só, destas instâncias parlamentares em si mesmas. No ano de 2009 a AEGLBT/SC tinha buscado estabelecer alianças junto aos vereadores, ocasião na qual Tiago Silva tinha apresentado como vereador na Câmara de Vereadores, como

mencionado antes, a lei de penalizações de ações discriminatórias em estabelecimentos comerciais. Esta lei era extremante criticada e considerada como ineficaz na defesa da população LGBT da cidade. Esta interpretação que tinham os ativistas estava baseada na compreensão de que a lei não garantia proteção real contra agressões homofóbicas, pois não criminalizava as ações e violências que pudessem ocorrer, prevendo somente penalizações e multas para os estabelecimentos comerciais onde alguma ação deste tipo acontecesse. Para eles a lei não configurava um novo “direito” e não tinha validade real no cotidiano dos sujeitos LGBT na cidade. Se a forma de ação dos empresários AEGLBT/SC tinha sido a de buscar alianças com os parlamentares, os grupos ativistas que organizaram a semana de 2010 buscaram atuar no parlamento de forma diferenciada, buscando estabelecer compromissos e “engajar” através da moção que tinham elaborado. Em todos estes debates, estava em jogo justamente as dimensões do que era ou não político e através de quais maneiras e instâncias deveria agir os grupos do movimento social para atingir seus objetivos políticos. A diferença que se apresentou na dinâmica geral da Semana da Diversidade em 2010 foi justamente a priorização, como dito, de dimensões do político que estavam centrados em concepções mais valorizadas entre o movimento social e especialmente entre estes novos grupos que se articulavam e organizavam as ações da Semana, nas quais a ação direta, o processo de “conscientização” e a busca por mobilizar e engajar a população LGBT da cidade nas lutas e reivindicações do movimento era muito mais importante que a intervenção nas esferas parlamentares ou a apresentação de projetos de lei.

A adoção pelos ativistas de intervenções que privilegiassem as conquistas judiciais ou mesmo a intervenção em instâncias parlamentares era sempre vista com certa desconfiança entre alguns dos ativistas. Por outro lado, estes mesmos ativistas sabiam que estas instâncias não poderiam ser desprezadas, sobretudo num ano eleitoral, e que se deveria incentivar a população LGBT a avaliar suas escolhas e votar em candidatos que apoiassem as causas LGBT, que apresentassem plataformas políticas coerentes com estas lutas. Esse tema ganhou peso pelo contexto eleitoral (estavam acontecendo simultaneamente eleições presidenciais e de deputados estaduais e federais, de senadores e governadores), aparecendo nos debates e

durante a realização da parada, onde muitos candidatos distribuíram propaganda eleitoral expressando apoio à causa LGBT. Ainda assim, como veremos a seguir, o tipo de ação política pretendida pelos ativistas que organizaram a Semana da Diversidade deste ano estava relacionado a uma concepção diferente da política realizada nas esferas institucionais, como as parlamentares e judiciais, privilegiando uma intervenção política comprometida com o que eles chamavam de ação direta junto ao público que buscavam mobilizar, os sujeitos LGBT da cidade.

2.2.2 Panfletagens ao longo da semana e a preparação da performance para a Parada

Algo que se diferenciou bastante nesta edição da Semana da Diversidade no ano de 2010 foi a realização de atividades de rua, principalmente as panfletagens no centro da cidade, nas imediações da Rua Trajano e da Rua Felipe Schmidt, locais de grande circulação e concentração popular. Estas panfletagens eram realizadas principalmente durante as tardes em períodos anteriores às mesas redondas que seriam realizadas à noite no auditório da UNISUL. Foram idealizadas pelos organizadores da Semana como forma de divulgação das atividades noturnas, mas também como forma de contato e politização, principalmente de gays e lésbicas circulavam pelo centro da cidade. Através da distribuição de um panfleto com um texto sobre os direitos e o reconhecimento de pessoas LGBT, os ativistas buscavam a “politização” da Semana da Diversidade e da Parada, tomando o panfleto como instrumento para discutir com a população.

O período anterior à Semana também era visto como propício para a panfletagem, pois a temática dos direitos LGBT e da homofobia estaria mais visível em comparação a outros períodos do ano. A conduta dos militantes dos grupos ativistas e independentes estava baseada numa concepção de que somente o contato direto e a “conscientização” poderiam realmente modificar o cotidiano de vida da população LGBT na cidade, “ganhando politicamente” para as lutas LGBT tanto a população em geral como os sujeitos LGBT que ainda não estavam cientes de sua condição de “cidadão incompletos”, desprovido de leis que os protegessem ou mesmo, em alguns casos, de acessarem direitos garantidos na legislação a todos os cidadãos.

Esta preocupação em explicitar de uma maneira marcante a situação de vida da população LGBT na cidade, e de forma mais abrangente em todo o país, também estava permeando outra das atividades que viria a se materializar no dia de realização da Parada, mas que teve sua elaboração e conformação ao longo da Semana da Diversidade. Desde o começo dos debates entre os membros do Roma e do Gozze para realização da Semana da Diversidade, alguns ativistas insistiam que no momento de realização das atividades deveriam ser realizadas manifestações que sinalizassem a morte de pessoas LGBT que não eram noticiadas na mídia, nem investigadas pela polícia como decorrência de homofobia. A ideia estava centrada num tipo de manifestação que pudesse destoar do tom festivo que geralmente tomava conta da Parada da Diversidade, sempre com muita música e animação por parte dos participantes e organizadores, como forma de assinalar o orgulho LGBT e como maneira de positivar a imagem pública da homossexualidade e das diversas experiências LGBT para a população em geral, dinâmica na qual, na compreensão de alguns dos militantes dos grupos ativistas, mascarava a realidade de agressão e violência vivenciada por sujeitos LGBT em seu cotidiano. Apresenta-se uma dicotomia estabelecida entre os discursos ativistas e empresariais entre por um lado, a “política” tomada aqui como “conduta séria”, passível de provocar uma modificação de consciência e de transformação do social e, de outro lado à concepção de que a “conduta festiva” seja menos política ou mesmo não política, prejudicando os compromissos e objetivos da luta política. Ao mesmo tempo, na concepção de empresários nota-se que a esfera e oposição entre estas duas “condutas”, festivas ou sérias, ainda se apresentem também em oposição não são tão absolutamente determinadas como valores em contraste, de modo que para eles o festivo também é político, ao mesmo tempo em que existe ali intervenção no sentido de atuar em esferas consideradas “mais sérias” e alheias ao que se poderia considerar festivo, tais como a intervenção que realizaram na câmara de vereadores para aprovação da lei de penalização de ações discriminatórias. De ambos os lados estão em relação agentes com concepções diferentes e perspectivas diferentes sobre quais sejam as formas e conteúdos mais eficazes para atingir determinados fins políticos, no sentido de garantir por meio da parada, a efetivação de leis para sujeitos LGBT.

Na discussão várias frases de efeito e palavras de ordem eram discutidas para que pudessem ser reproduzidas em panfletos ou em cartazes ou então cantadas pelos ativistas no dia da Parada, mas esta ideia inicial foi deixada de lado em função do contexto musical da Parada, em que palavras de ordem entoadas simplesmente desapareceriam em meio a potência de som dos carros de som e trios elétricos, que tocariam música eletrônica e pop em intensa potência no dia do evento. A ideia de “luto e pesar” pelas mortes começou a tomar conta e permear a tônica da manifestação que se pretendia e, por fim, essa expressão tomou a forma de uma grande faixa negra em que se podia ler a palavra de ordem “homofobia mata” em grandes letras garrafais brancas que contrastavam com o fundo escuro. A faixa foi produzida um dia antes da Parada, no sábado, como forma de materializar uma ideia que vinha sendo discutida e proposta por Ringo Bez desde o começo dos debates sobre a Semana: a possibilidade de realizar uma performance em meio a Parada em que os integrantes “desfaleceriam”, caindo ao chão “como se morressem”, simbolizando as mortes de sujeitos LGBT. A concepção da performance era constantemente assinalada por Ringo como forma de “causar um babado”, isto é, causar um tipo de brecha e surpresa que atraísse a atenção dos participantes em meio ao evento, em que todos geralmente sorriam, dançavam e cantavam como se nada de “ruim” estivesse ocorrendo com sujeitos LGBT ou mesmo como se direitos LGBT estivessem garantidos. Algo pelo qual, segundo ele, realmente valeria comemorar o orgulho de ser LGBT num evento como a Parada, caso esta situação fosse uma realidade atual. Tratarei dos desdobramentos desta performance, um dos aspectos mais destacados na dinâmica da Parada de 2010 no próximo tópico.

Numa comparação entre os principais temas abordados nos debates das duas Semanas da Diversidade entre os anos de 2009 e 2010, podemos notar diferenças, tanto pelo fato de que foram organizados por pessoas e instituições diferentes, mas também diferenças em relação à ênfase tomada nos debates a respeito dos direitos de pessoas LGBT. Nas atividades de 2009, a temática definida pela AEGLBT/SC foi “Eu aceito, eu respeito”, sinalizando a necessidade de aceitação da diversidade, com foco nas conformações familiares homoparentais ou em famílias que descobriam ter entre seus filhos, pais e mães sujeitos LGBT. Encaminhando-se para discussões que

privilegiavam o tema das conjugalidades homoeróticas e os arranjos homoparentais os debates no ano de 2010 prezavam e formulavam um tipo de discussão que explicitava a necessidade de legalização por meio de leis das uniões estáveis e a possibilidade de casamento civil entre pessoas do mesmo sexo, a partir de uma perspectiva de equiparação de direitos para as pessoas LGBT.

Já na comparação a Semana da Diversidade de 2010, organizada pelos grupos ativistas do movimento LGBT, a tônica das discussões foi sobre a necessidade de combate aos casos de homofobia, que cresciam exponencialmente nos últimos anos. Enfocando uma discussão principalmente sobre os tipos de violências sofridas pelos sujeitos LGBT e sobre as medidas regionais e estaduais no combate desses casos, os debates se pautavam para a necessidade de elaboração de políticas públicas mais específicas para o enfrentamento desta realidade, a partir do momento em que as discussões sobre sujeitos e sobre direitos LGBT estavam calcadas em uma compreensão de que estes eram direitos humanos ainda não garantidos por meio de leis e outros atos judiciais constitucionais no país.

As diferenças entre as duas Semanas da Diversidade se refletem nas duas edições da Parada que pude acompanhar durante a pesquisa de campo. Certamente são diferenças que dizem respeito a uma mudança na tônica dos debates a respeito da homossexualidade no país, no âmbito do movimento social organizado, das políticas governamentais e também nas expressões comerciais do empresariado LGBT últimos anos. Anteriormente, durante o começo da década de noventa, as homossexualidades eram associadas freqüentemente, nos debates públicos realizados no país, à epidemia de AIDS desencadeada nos anos 1980, fazendo com que o movimento social se engajasse em políticas de prevenção e na necessidade de políticas públicas no sentido da prevenção e do tratamento da AIDS. Essa dinâmica marcou a história de algumas das ONGs com as quais entrei em contato ao longo do trabalho de campo, como era o caso da ADEH Nostro Mundo e do Instituto Arco-íris.

Ao longo da década, com a organização da Parada no fim dos anos noventa nas capitais de algumas cidades no sudeste do país e com a maior visibilidade do que se convencionou chamar localmente de mercado GLS, pouco a pouco os debates passaram a incorporar um tipo de discurso mais positivado a respeito das homossexualidades, num

apelo ao orgulho de “ser LGBT” e na necessidade de obtenção de direitos. Mais recentemente, ao fim da década de 2000, os grupos ativistas e, no contexto da Parada de Florianópolis, também os empresários vinculados ao mercado GLS, passam a incorporar a discussão sobre os direitos humanos, colocando em questão quem são os sujeitos desses direitos e quem está excluído destas mesmas instâncias, assinalando a necessidade de reparação e equiparação em termos de leis e legislação que beneficiem a população LGBT. Ainda que esse novo discurso seja comum tanto a empresários como a ativistas os sentidos que ganham e a formas políticas de intervenção para consegui-los diferem muito, ganhando significados distintos tanto no contexto das Semanas da Diversidade como ao longo da realização do evento, como veremos a seguir. De fato as esferas de discussão e compreensão do que seja “fazer política” aqui são distintas e conformam espaços performáticos em que frases muito semelhantes são articuladas com significados distintos e em consonância com interesses e concepções também diferentes sobre sujeitos LGBT e seus direitos. Abrem-se brechas para pergunta-nos que “política” e que “direitos” são esses, quais sujeitos LGBT se referem, e quais são as concepções a partir das quais estes são elaborados, seja no âmbito do ativismo ou do empresariado.

3. Impressões Etnográficas: configurações em duas edições da Parada

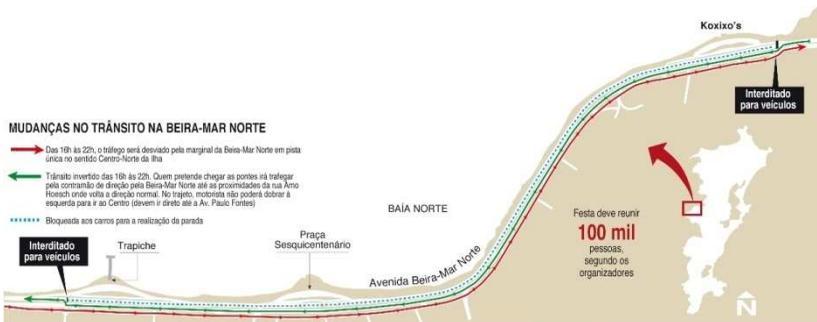
A Parada da Diversidade foi constituindo ao longo de suas cinco edições uma seqüência “procedimentos” em seus modos de realização, que configuram espaços, potencializam e expressam diferentes formas de participação. Como um grande evento massivo de rua, que toma como “modelo” para sua realização outros grandes eventos de rua e as “paradas do orgulho LGBT” de outras cidades e países, a Parada da Diversidade se realiza numa grande via de circulação urbana, a Avenida Beira-Mar Norte, e mobiliza a cidade de diferentes maneiras. As formas de realização do evento, que variam de edição para edição, mantêm entre si muitas semelhanças, se compararmos de maneira geral como o evento se constitui e se desenrola na avenida, ainda que de um ano para outro algumas diferenças possam ser apontadas, ressaltando assim diferentes ênfases em determinadas questões políticas

referentes aos sujeitos e aos direitos ali negociados. Busco neste trecho do trabalho dar conta destas diferenças e semelhanças em duas edições do evento que acompanhei como parte de meu trabalho de campo etnográfico nos anos de 2009 e 2010. Procederei de forma a identificar inicialmente as semelhanças nos modos de realização do evento e posteriormente as diferenças, que revelam performances distintas realizadas por diferentes agentes. O que se segue então é uma descrição a respeito das duas edições da Parada da Diversidade, que acompanhei nos anos de 2009 e 2010.

Ocorrendo geralmente no período da tarde e se estendendo até o começo da noite de um único dia, o evento ocorre no espaço de umas das duas vias existentes da Avenida Beira-Mar Norte. Esta avenida, cuja nomeação oficial é Avenida Rubens de Arruda Ramos, é composta por duas grandes vias expressas entrecortadas por canteiros estreitos, vias estas por onde se desloca a maioria do trânsito de veículos que se direcionam para o centro da cidade, para a região continental metropolitana e para as regiões norte e leste da Ilha de Santa Catarina, bem como para a região continental da capital. A via, que é ocupada para a realização da Parada, é a pista asfaltada que comporta o fluxo de trânsito que se direciona para o centro da cidade, de modo que no período de realização do evento esta via permanece interditada durante grande parte do dia, sendo o tráfego veicular deslocado para outras ruas de menor circulação e envergadura. Este fato é continuamente tomado pela imprensa como um dos modos pelos quais a Parada “afeta” a vida urbana cotidiana, com o trânsito sendo desviado para outras imediações da região central da cidade. O trânsito só é completamente interrompido quando o evento se inicia, sendo o contexto de concentração localizado num espaço relativamente pequeno próximo à “Ponta do Coral”, na pista interna da avenida, no sentido bairro-centro no bairro Agrônômica. Este local é um espaço peculiar, pois é um dos três “recuos” existentes ao longo da Avenida Beira-Mar Norte, praças desenvolvidas para que se permitisse acessar a pé ou por meio de carro, ônibus e bicicletas o calçadão e a ciclovia existentes na avenida e que ficam rentes ao mar. Este espaço de concentração, que é denominado oficialmente como “Praça República da Grécia” é reconhecido popularmente como “Praça do Koxixo’s”, devido ao bar de mesmo nome que se ali se localiza. O trajeto geralmente percorrido pela Parada se inicia nesta praça em

direção ao centro da cidade, se desdobrando ao longo desta via da Avenida Governador Irineu Bornhausen (que depois passa a se chamar oficialmente, na altura do “*Majestic Palace Hotel*”, Avenida Jornalista Rubens de Arruda Ramos), que permanece interditada durante toda a realização do evento.

A marcha passa por mais dois recuos próximos ao mar conectados ao calçadão e à ciclovia, para quem olha para a direita em direção ao mar, a “Praça Sesquicentenário” e a “Praça de Portugal”, onde geralmente se encerra a caminhada e onde se encontra instalado o palco que abriga os shows e outras performances ao final do evento. Do lado esquerdo de quem caminha participando do evento se avista mais algumas praças (Praça Professor Seixas Neto, Praça Governador Celso Ramos, Praça dos Namorados e Praça Esteves Junior), o “*Majestic Palace Hotel*” e o “Shopping Beira-Mar” assim como um grande “paredão” de prédios de luxo que ocupam quase toda a extensão da avenida. Geralmente o evento ocorre num período do ano (entre julho e setembro) em que ocorrem muitas chuvas em Florianópolis, de modo que em várias edições do evento chovia ou ameaçava chover durante sua realização. No ano de 2009 a chuva se iniciou bem no começo da concentração e em 2010 calhou de ocorrer um belo dia de sol com céu bem azul sem nuvens. Além disso, quase sempre ainda faz frio nesta época do ano de modo que sempre venta bastante durante a realização do evento em função da marcha ocorrer à beira mar em um espaço bem amplo e marítimo.



Mudanças no trânsito durante a Parada da Diversidade de 2010. Denota-se também o trajeto realizado ao longo da avenida durante o evento partindo da Koxixó's, passando pela Praça

Sesquicentenário, e finalizando o percurso na altura do trapiche, na Praça Portugal. Fonte Imagem: Jornal Diário Catarinense, 02 de setembro de 2010.

O bar localizado no espaço de concentração se chama “Koxixo’s Beer”, é um ponto de encontro para realização de “*happy hours*” e ponto em que encontram torcidas organizadas que assistem aos jogos de seus times e eventualmente tomam o espaço da praça e da rua para comemorar vitórias futebolísticas. O bar é famoso também por ser um local ideal para assistir o pôr do sol a partir da baía norte da ilha de Santa Catarina e por ser “*gay friendly*”, recebendo muitos casais e grupos de amigos. Sendo este local um espaço de passagem, principalmente de carros e de ônibus, as pessoas que participam do evento geralmente vêm caminhando de várias direções, seja no sentido de quem vem do centro ou de outras regiões da ilha e do continente. Algumas estacionam seus carros em ruas adjacentes e vêm caminhando pelo calçadão à beira-mar. Muitas vêm de ônibus e soltam de suas conduções na altura da praça, atravessando a avenida e chegando até o local da concentração. Chego de ônibus, vindo do bairro eminentemente universitário onde moro, e no ônibus já posso notar diferenças, pois consigo perceber, pelas roupas, animação e outras caracterizações alguns outros passageiros que também se direcionam para participar da Parada. Numa rua paralela à Avenida Beira-Mar Norte o ônibus segue e a cada ponto mais pessoas descem em diferentes pontos de modo a acessar a avenida e chegar à concentração.

Nos dois anos em que acompanhei o evento descii do ônibus num trecho dessa rua paralela à beira-mar e segui por uma rua transversal que me levava diretamente à Avenida, na altura do comércio de leguminosas e frutas “Direto do Campo”, onde também existem bares e alguns restaurantes. Nestes bares existem quase sempre movimentações de pessoas organizando os últimos preparativos para venda de produtos diversos na Parada, tais como cervejas, e refrigerantes dispostos em grandes caixas térmicas de isopor com gelo quebrado e outros vendedores ambulantes com objetos e enfeites com a temática LGBT com as cores do arco-íris. Caminhando em direção à praça onde a concentração ocorre passo por um homem que não reconheço como um dos integrantes da AEGLBT/SC, mas que veste a camisa oficial da Parada em que se lê

“organização”. Ainda do lado esquerdo da avenida, antes de atravessar em direção à praça, já posso avistar alguma movimentação no local, assim como grandes carros de som ou trios elétricos que já se encontram estacionados ao longo da rua em frente ao Koxixo’s Beer. De longe se escuta muito longinquamente o som de músicas eletrônicas e *dance*⁵², que ressoa dos carros de som, ainda em suas potências de som mínimas, se comparadas com a intensidade do som que estes carros são capazes de produzir quando a Parada se realiza. Este era geralmente o estilo musical que predominava na maioria dos carros.

Atravessando a rua posso já avistar uma grande movimentação de participantes entre os carros de som e trios elétricos estacionados, ainda que não tenha se configurado na grande multidão que o caracteriza o evento em seu ápice, pois muitas pessoas chegam vindas de diferentes direções. Na concentração já se pode avistar de longe grande quantidade de pessoas divididas em diferentes pontos da rua em frente ao bar. Vários grupos de jovens se deslocam entre as “extremidades” do local transitando de um lado ao outro entre os carros. Alguns outros grupos de pessoas se concentram principalmente em frente ao Koxixo’s Beer, geralmente ingerindo bebidas alcoólicas, como cerveja ou outros *drinks* oferecidos por vendedores ambulantes que transitam com bandejas de metal, onde se encontram vários copos já preparados de bebidas diversas. Várias travestis e algumas *drag-queens* caminhavam pelo espaço, geralmente em duplas ou trios, “mexendo” e brincando com os outros participantes e espectadores do evento, mandando beijos e interagindo para fotos de fotógrafos jornalísticos que as perseguem como alvo principal de suas fotografias, ou pousando juntamente com pessoas que as cumprimentavam e pediam fotos juntos com elas.

Outras *drahs* já se encontravam em cima dos trios e elétricos, também interagindo com o público e dançando ao som ainda baixo que emanava dos carros de som e trios elétricos. Outros rapazes bastante

⁵² A música eletrônica é um estilo musical em que predominam os sons eletrônicos produzidos por equipamentos como o sintetizador e por meio de manipulação computadorizada, sendo a *dance music*, uma de suas vertentes. É caracterizada por incorporar elementos da música popular estadunidense (músicas pop) e por batidas sonoras em que predominam o ritmo e um andamento acelerado.

musculosos desfilavam com pequenas bermudas e sem camiseta em duplas e trios. Ao lado desta rua principal em que ocorre a concentração circulam muitas pessoas, principalmente nos canteiros laterais da praça, no calçadão e na ciclovia, onde se encontram pessoas sozinhas e acompanhadas que “assistem” a movimentação. Algumas dançavam e se moviam com animação ao som da música de algum dos carros de som e outras simplesmente permaneciam paradas observando. Nestes locais também se avistavam muitas “famílias”, com pais, esposas e filhos, algumas senhoras idosas e outras crianças de colo. Nos cantos da rua, nos canteiros e próximos à ciclovia encontram-se poucos banheiros químicos (conto ao todo 30 unidades), algo que quase sempre se repetia em todas as edições da Parada, fazendo com que muitos dos participantes urinassem nas regiões adjacentes.

Os carros de som e trios se localizam em diferentes pontos da rua, com grandes distâncias uns dos outros, numa progressão em que um estacionava na seqüência do anterior de acordo com a chegada no local de concentração, contando naquele momento, ao todo, com sete carros. Fico sabendo depois que seriam nove carros e noto também que os maiores carros são os carros das danceterias Concorde Club e Mix Café, juntamente com o carro de abertura da AEGLBT/SC e o carro oficial de Tiago Silva. A parada de 2009 e de 2010 tinha sido organizada pela AEGLBT/SC, que definia a disposição dos carros na avenida e quais os estabelecimentos e grupos poderiam ou não participa com veículos e instrumentos de som no evento. O som da maioria deles se encontrava desligados ou em potências de som muito baixos que permitiam ainda assim que as pessoas dançassem. Os carros são enfeitados com vários balões coloridos com as cores do arco-íris, formando arcos de balões estendidos sobre a extensão dos carros. Geralmente se encontram cartazes e *banner* com palavras de ordens e frases que clamam por mais direitos para os sujeitos LGBT e de luta contrária e repúdio à homofobia. A impressão neste momento é que ainda estão sendo realizados os últimos reparos e arrumações em cima dos carros, com alguns enfeites sendo realocados, DJs testando o som e seus *set lists* musicais, que tocarão ao longo do evento, quando a marcha começar.

Nos carros geralmente ficam bem visíveis também os logotipos e as marcas das casas noturnas e de outros estabelecimentos que financiam tal carro de modo que se pode identificar o carro de “tal casa

noturna”, um modo pelo qual os participantes podem também escolher em que ponto da caminhada e em que contexto cada um participará do evento. Os carros estabelecem ao redor de si “tipos de públicos” que geralmente freqüentam e se identificam com o perfil das casas noturnas e danceterias que “colocam” seus trios na avenida. Assim no trio elétrico vinculado à Concorde Club geralmente se concentram os homens mais musculosos, bem como as pessoas que gostam mais do estilo de música *dance* e eletrônica. Já no carro da danceteria Mix Café se caracteriza por um som conhecido como “*drag music*”, hits gravados por drag-queens ligadas à casa ou de outras artistas *drag* de outras partes do Brasil, ainda que se toquem também os hits de *dance music* da estação e os *singles* das divas da música pop do momento.

Caminho até o fim de uma das extremidades da concentração, seguindo em direção ao centro, e descubro que atrás do carro da AEGLBT/SC, que se encontra estacionado de maneira horizontal, diferente dos outros carros estacionados no espaço, existe uma van com alguns policiais militares ao redor. No carro da associação, enfeitado com muitos balões coloridos, encontram-se grandes banners com os logos da prefeitura municipal de Florianópolis, da secretaria de saúde pública municipal e do Funturismo. Neste espaço também se encontram estacionados três carros da política civil, que contam em seu interior com duplas de policiais uniformizados. Na van estão alguns dos organizadores do evento, alguns membros da associação com camisetas do evento e outras pessoas com camisetas da “organização” distribuem água e alguns embalagens do que parecem ser sanduíches aos policiais que se encontram ao redor do veículo. Em conversa com Roney, um dos voluntários da associação para organização do evento e gerenciador do portal LGBT “Aqui Rola”, fico sabendo que a distribuição de bebidas e comidas para os policiais é uma maneira de reforçar a segurança no evento de 2009 (fato que também se repetiu em 2010) e dá devido ao fato de que eles trabalhariam num turno extra pra cobrir o evento durante sua realização e no período da noite, quando acontecem os shows de encerramento. Roney me diz também que não existirá, como em outros anos, uma barraca de venda de produtos oficiais do evento, como camisetas da Parada, bandeiras e outros objetos com o símbolo do arco-íris.

Tanto no ano de 2009 como em 2010, o espaço de concentração vai sendo pouco a pouco preenchido com e mais e mais pessoas que chegam de todas as extremidades e seguem em direção à avenida junto ao Bar Koxixo's. Logo os carros de som acendem suas luzes e aumentam a altura do som, criando um clima festivo e brincalhão, enquanto mais pessoas circulam de um canto a outro, dançando animadamente, pessoas passam vestindo com as mais diferentes fantasias e mais pessoas permanecem também nas calçadas, gramados e canteiros perto do mar e da rua, observando ou então dançando. Noto que pouco a pouco, o Carro de Abertura, que se encontra no canto esquerdo de quem olha para o mar começa a ser ocupado por algumas pessoas, entre elas Tiago Silva e Selma Light e mais algumas "autoridades", como o prefeito Dário Berger. Na frente deste carro começam a se posicionar alguns jovens vestidos de fardas caqui, que logo identifico como integrante da Orquestra Oficial do Exército. Selma Light, drag-queen que como dito, havia sido definida como apresentadora oficial do evento em 2009 e em 2010, dá início à abertura do evento, assinalando o positivo efeito e conquista que a edição de 2009 de Parada tinha conseguido, no intento de apresentar, na figura de Tiago Silva que apresentara a lei de penalização de ações homofóbicas na Câmara de Vereadores. Neste ano o ativismo não se reuniu através de ações conjuntas na Parada, existindo somente um grupo de ativistas independentes, entre estes, Guilhermina Salazari, que depois veio a integrar o Roma, que portavam uma faixa de reivindicação em que se pedia a aprovação da lei de criminalização da homofobia em âmbito nacional, o PL 122/2006.

Depois da fala de abertura de Selma, tomou o microfone do carro de abertura o próprio Tiago Silva, que em sua intervenção pontuou também as dinâmicas de aprovação da lei que tinha sido aprovada na câmara de vereadores, sempre agradecendo o apoio institucional que a AEGLBT/SC e ele mesmo tinham nas pascerias com a prefeitura da cidade e junto à administração estadual, para que fosse possível realizar a Parada e a lei tivesse sido aprovada. Tanto a fala de Tiago como a de Selma assinalavam a "nova realidade" que se estabelecia na cidade a partir do momento em que a lei estava aprovada, o que garantia uma nova situação para os sujeitos LGBT. Suas falas ressaltavam que, a partir daquele momento a população LGBT da cidade não precisaria mais "ficar com medo" de ser agredida

em espaços públicos da cidade, pois existia como novidade e com apoio legal a lei que penalizava as ações discriminatórias em estabelecimentos comerciais. Essa postura dos apresentadores e membros da AEGLBT/SC foi intensamente criticada após o evento desde ano, pelo tipo de “discurso irresponsável” por parte dos empresários da AEFLBT/SC, que para eles incitava uma conduta “despreocupada” na população LGBT da cidade em relação às possibilidades de agressões, influenciando assim indiretamente para que as violências homofóbicas aumentassem. No ativismo, embora existisse uma discussão sobre a necessidade de explicitar as formas de sociabilidade LGBT como forma de experiência e de maior visibilidade de sujeitos LGBT, ainda assim a demasiada “exposição ao perigo de ser agredido” por parte dos sujeitos LGBT que não tinham em conta a situação real de homofobia no país, como diziam, não contribuía com a visibilidade, provocando somente mais agressões. Por este motivo, a posturas que incentivassem essa exposição sem conscientizar os sujeitos LGBT aos riscos que corriam ao explicitarem publicamente afeto ou em outras ocasiões para ataques homofóbicos eram vistas com desconforto, apontando para a irresponsabilidade dos empresários para com a população LGBT de Florianópolis. O discurso da AEGLBT/SC foi encarado, pelos ativistas, como um ato de “oportunismo político” pelo fato de que a lei não criminalizava nenhuma agressão ou indivíduo pessoalmente, estando restrita somente às penalizações monetárias a estabelecimentos onde ocorressem casos de discriminação, fossem estas raciais, machistas, de condição social, sexual ou homofóbica.

No ano de 2010, diferente do ano de 2009, abertura do evento foi um tanto distinta, se considerarmos o fato de que havia menos gente em cima do carro principal, e, sobretudo menos autoridades e representantes do poder público e parlamentares. Selma novamente cumprimentou e agradeceu de forma muito semelhante a possibilidade de realização da Parada, assinalando que fazia um ano da aprovação da lei de penalização da ações discriminatórias na Câmara de Vereadores, que esta havia sido uma conquista do ano anterior, através da Parada e em função principalmente, da atuação de Tiago Silva. Neste ano, com o ativismo representado com um carro de som próprio e realizando atividades ao longo do evento, houve uma possibilidade mais palpável de intervenção efetiva nas falas do carro de abertura, o que foi

negociado com os organizadores da AEGLBT/SC antes do começo das atividades.

No momento em que as falas se iniciaram muitos ativistas, entre eles Fabrício Lima, do Roma, se dirigiram ao carro de som oficial, onde aconteciam os discursos de abertura, requisitando acesso para realizar a fala em nome do movimento social. Em cima do carro já se encontrava Ringo Bez, que em conversas anteriores tinha se disponibilizado a fazer tradução simultânea da abertura na linguagem de libras, para que os participantes surdos compreendessem o que estava sendo dito. O fato foi que tanto Fabrício como outros ativistas foram impedidos de subir no carro de som para a realização de falas, não ficando claro depois da abertura se esse impedimento teria sido proposital ou não por parte dos membros da AEGLBT/SC, que comandavam uma equipe de seguranças que monitorava as entradas e subidas de todos os carros que se encontravam na avenida, decidindo quem poderia ou não subir. Este fato foi depois do evento avaliado pelos ativistas como um “golpe” da AEGLBT/SC, impedindo que o ativismo realizasse falas que politizassem o evento, compreendida como uma “ação anti-democrática”, pois impedia que uma parcela das manifestações do movimento social presente na Parada se expressasse no carro de abertura, denunciando as disputas em torno de um evento que estava se consolidando, na visão deles, como um espaço comercial e despolitizado.

No prosseguimento da abertura, mesmo assinalando a aprovação da lei no ano anterior, Selma e os demais oradores não deram a esta a mesma ênfase que haviam dado no anterior. Neste ano de 2010, um ano eleitoral, as falas se concentraram na necessidade de escolher com “consciência” os candidatos que tivessem as melhores propostas e plataformas políticas que auxiliassem a população LGBT. Sem que houvesse uma explícita menção a nenhum candidato específico por parte dos oradores, ainda assim essa foi a tônica tanto das falas quanto da dinâmica geral do evento, pelo fato de que alguns candidatos aproveitaram a Parada para distribuir seus materiais de campanha buscando angariar alguns votos dos participantes da Parada.

Após as falas no carro de abertura da Parada, a banda de metais do exército e um coral de crianças executaram o hino nacional e logo em seguida a música “*Oh happy day*”, música gospel da língua inglesa. O fato de que a banda do exército tivesse sido convidada para a

execução de músicas provocava certo ar de oficialidade e seriedade que contrastava com as outras manifestações que ocorriam ali e com a própria dinâmica da Parada, um evento festivo e descontraído, onde, por exemplo, essa conduta séria e contida dos integrantes da Polícia Militar contrastava com a dinâmica jocosa e de escracho com que as *drags* desfilavam pela avenida. Os organizadores da Parada saudavam também a presença do Exército e da Guarda Civil Municipal, como uma garantia de segurança para os participantes do evento, que para eles assegurava que a Parada continuasse como um evento pacífico e atrativo para todos os públicos, inclusive para as muitas famílias que participavam do evento, como muitos deles me disseram em conversas informais. Existia uma preocupação de que a Parada permanecesse um “evento família”, maneira como comumente alguns dos empresários da AEGGBT/SC se referiam a Parada, fazendo uma comparação direta com outros eventos como a Parada GLBT de São Paulo, que começava a apresentar casos de violência e brigas e em que aconteciam outras situações por eles consideradas impróprias ou ofensivas para alguns públicos. Estas situações “impróprias” quase sempre estavam relacionadas a relatos de intercursos sexuais ocorridos publicamente durante a Parada ou aos episódios de nudez de participantes, como de algumas travestis. Existia aí uma tentativa de “higienização” do universo LGBT, livrando-o de qualquer elemento que pudesse ser compreendido como “pornográfico”, “promíscuo” ou “anormal”, frente aos padrões heteronormativos vigentes. Muitas destas discussões surgem nas esferas do movimento e no empresarial, expressando a tendência em apresentar um tipo de sujeito e experiência LGBT que não fosse conectada com o que poderia ser considerado enquanto “abjeto”, “fora das convenções vigentes”, isto é, do é considerado no senso comum como “normal” no contexto da sexualidade e que geralmente está carregado de uma série de noções preconceituosas. No caso das discussões ativistas, ainda que exista maior defesa do direito à nudez e da expressão de diferentes performances e sexualidades na Parada, ainda assim, existia também um entendimento de que algumas destas ações pudessem dificultar a aceitação de alguns segmentos da sigla LGBT e, ao mesmo tempo, prejudicar as discussões do movimento que caminhavam no sentido de dissociar as diferentes homossexualidades do que poderia ser chamado de “promiscuidade”,

conduta esta muitas vezes associadas, no senso comum, aos sujeitos LGBT.

Talvez esta tendência pudesse atestar, também presente no caso do empresariado, uma tentativa de apresentar e incluir pelo menos algumas das expressões e sujeitos da sigla LGBT em um âmbito de “normalidade” que fosse aceitável e não “ofensivo” para a população local, de modo que as expressões e existências de pessoas trans e lésbicas principalmente ficavam, em alguma medida, “de fora” deste universo de normalidade, em função de uma explícita priorização do público homossexual do sexo masculino e de um padrão de comportamento mais contido e entendido como respeitoso para com as “outras pessoas” que não eram nem gays, lésbicas ou transgêneros.

Na concepção dos ativistas, a presença da polícia militar e civil era vista como completamente equivocada, visto que muitas vezes eram estes mesmo policiais que realizavam batidas em bares e danceterias GLBT de forma truculenta, ou mesmo eram, em sua visão, alguns dos responsáveis diretos e indiretos pelos casos de violência homofóbica, quando abordavam casais e grupos de gays nas ruas ou então quando se recusavam a investigar mais profundamente os casos de homofobia. Para eles a presença da polícia no evento, convidada inclusive para sua abertura, só era mais um indício de que os organizadores da Parada queriam atribuir à Parada um tom de oficialidade e institucionalidade, que legitimassem o evento frente aos órgãos públicos municipais e estaduais, tornando-o quase um evento oficial da municipalidade. O mesmo valia para os demais empresários de outros ramos comerciais, como o ramo hoteleiro e turístico, muito forte na cidade, que também se beneficiaria com a realização da Parada num período de baixo movimento turístico na cidade devido ao inverno. Suas conclusões se direcionavam ao tipo de afirmação de que a Parada estava se consolidando como evento comercial e turístico ao ser organizado por empresários interessados unicamente em seus negócios.

Após a execução do hino nacional, deu-se início ao evento, com a abertura da grande bandeira do arco-íris, que se estendia desde o carro de abertura até o trio elétrico que vinha a seguir. A bandeira era sustentada por uma grande grupo de pessoas vestindo camisetas com o logo da AEGLBT/SC na frente e no verso com a inscrição “voluntários”, que segundo Cintia Torres, uma das organizadoras e

integrante da AEGLBT/SC, eram pessoas conhecidas dos integrantes da associação, funcionários das danceterias e bares, pessoas ligadas à Tiago Silva em sua carreira pública como vereador e como diretor do PROCON. Estas pessoas seguravam a bandeira pelas suas bordas na altura de suas cinturas de modo que esta ocupava um grande espaço na avenida, sendo que embaixo dela ninguém era “autorizado” a entrar por quem a segurava. Essa orientação era justificada pelos organizadores como meio de impedir que embaixo da bandeira ocorressem situações consideradas impróprias ou ofensivas pelos organizadores, como contatos sexuais e outras práticas vistas como impróprias para aquela situação. Esse temor se estendia às práticas de nudez que pudessem ocorrer, sobretudo por parte das travestis, que apresentavam poucas vestimentas ou que expunham os seios. Existia, por parte dos membros da AEGLBT/SC, um verdadeiro policiamento para que as travestis não expusessem seus corpos desnudos.

Acreditavam os membros da AEGLBT/SC que o evento deveria ser o mais diverso possível, em consonância com o seu título “Parada da Diversidade”, para que incluísse todos os tipos de manifestações da diversidade sexual e dos arranjos familiares. A participação de famílias e de crianças, segundo eles, impedia e reforçava a proibição da nudez ou de episódios sexuais e de contato sexual esporádicos durante o evento. Essa advertência tinha sido articulada pelos organizadores desde as primeiras edições do evento, algo que tinha provocado um grande repúdio por parte do ativismo e, sobretudo pela ADEH Nostro Mundo, que organiza as travestis em Florianópolis, e que acabou deixando de participar do evento.

Essa orientação da AEGLBT/SC era vista pelo ativismo como uma expressão do conservadorismo e do moralismo por parte dos empresários, tratando de restringir um dos segmentos dos sujeitos representados no evento em suas manifestações de orgulho, as travestis e as transexuais, seus corpos e sua gestualidade e performances, o que incluía também, mas não somente, a mostra de corpos parcialmente nus, especialmente o colo e os seios. De um lado se encontram experiências de sujeito que para o ativismo são importantes de serem visibilizadas no contexto da Parada, como parte de suas lutas e debates políticos por reconhecimento. De outra, na posição dos organizadores, a necessidade de fazer com que o evento permaneça atrativo para os mais diferentes públicos, inclusive para um

tipo de audiência que se sente afetada negativamente com a presença da nudez na Parada. Parece haver uma dinâmica em que as manifestações e performances na Parada da Diversidade são avaliadas pelo ativismo e por empresários a partir de códigos morais distintos, que definem o que eles consideram ou não adequados no contexto do evento. Tanto no ativismo LGBT quanto no âmbito do empresariado GLS/GLBT existiam códigos morais definidos (às vezes consensualmente e algumas vezes impostos) que avaliavam e buscavam restringir ou incentivar determinadas apresentações e performances corporais no contexto da Parada. Ao que parece, a restrição de algumas manifestações está relacionada com uma tendência presente em ambas as esferas em incentivar um tipo de manifestação mais *mainstream* a respeito de alguns tipos de homossexualidade. Ao mesmo tempo, as diversas experiências e sujeitos LGBT que se pretendia visibilizar, eram de certo modo “homogeneizadas” e dissociados de aspectos relacionados à “promiscuidade”, pornografia e outras manifestações e vivências sexuais consideradas “bizarras” pelo senso comum e menos valorizadas nestes contextos.

Os sentidos da palavra “diversidade”, que nomeia o evento, ganham direções diversas dependendo dos protagonistas. Pelo que foi descrito, a definição de “diversidade” para os empresários não está unicamente relacionada ao seu significado original nesse universo, de “diversidade sexual”, mas à diversidade de público que comparece ao evento, bem mais amplo do que os sujeitos que se auto-identificam como LGBT. Para o ativismo, essa definição da palavra “diversidade”, assim como seu uso para definir o evento, produz outros significados, tratando, em suma, de cumprir um objetivo, identificado por eles como os objetivos dos empresários da AEG/LBT/SC, de mascarar as disputas entre diferentes segmentos políticos no interior da Parada e da própria definição de quais sujeitos devem ser representados no contexto do evento e pela sigla LGBT. Para o ativismo a utilização do termo “diversidade” na nomeação do evento, ao invés da utilização da sigla “LGBT”, só se justificava porque os empresários buscavam manter o evento como atrativo para uma gama maior de participantes, para além da população LGBT, e com maneira de tornar menos visíveis as diferentes experiências identitárias e suas diferenças, que compõem a própria vivência dos sujeitos LGBT. Talvez isso se desse realmente no caso de alguns empresários e casas noturnas pelo fato de, em nome de

um tipo de idealização a respeito de uma “homossexualidade hegemônica”, mais homogênea, se privilegiasse um ou dois segmentos como foco das iniciativas comerciais desenvolvidas pelo empresariado GLBT.

Este processo parecia ser uma evidência que se intensificava na Parada, pelos tipos de representações difundidas no contexto das casas noturnas e danceterias pertencentes aos empresários da AEGLBT/SC e pelo público que se queria atrair para o evento. O discurso dos membros da associação muitas vezes priorizava um determinado tipo de público (em geral eram homens, brancos, de classe média alta, jovens.) que era mais visado como alvo e participante da Parada, embora existisse ali também afirmação contraditória de uma pretensa igualdade entre os diversos segmentos LGBT, que poderiam “participar livremente da Parada”, como diziam alguns. Como notado por Carlos Eduardo Henning (2008) muitas vezes o discurso de alguns agentes relacionados ao universo empresarial da AEGLBT/SC buscava reafirmar essa aparente igualdade entre os segmentos LGBT, embora contraditoriamente se expressasse em suas iniciativas comerciais e também nas dinâmicas da própria Parada certa “seleção de público”, em termos de público alvo, resultando que na Parada se encontravam pouquíssimas lésbicas e a parcela transgênero era também bastante reduzida, mesmo com a presença das *drags* que animavam os carros de som e trios elétricos. O tipo de preferência que se expressava ali estava voltado para um público essencialmente masculino, branco e de classe média, com recursos financeiros para viajar e participar de eventos de comemoração do orgulho LGBT em outras cidades e destinos turísticos, tal qual vinha acontecendo em Florianópolis, através das iniciativas da associação de empresários. Assim, seja valorizando ou depreciando alguns atributos sociais específicos, os membros da AEGLBT/SC posicionavam hierarquicamente determinados estilos e sujeitos em suas iniciativas e discursos, de modo que esta hierarquização também acabava definindo um pouco das características que a Parada incorporava a partir da compreensão de seus organizadores.

3.1 A Parada ao longo da Avenida

Nos dois anos em que acompanhei o evento, depois de estendida a bandeira em frente ao carro de abertura, vagarosamente

os carros de som e trios elétricos começavam a se movimentar em direção à avenida, saindo do espaço e concentração, próximo ao Koxixo's e seguindo na direção do centro. A esta altura os carros de som já estão em sua potência de som máxima e a avenida já está repleta de pessoas dançando e desfilando atrás e ao redor dos carros. Muitas carregam pequenos objetos e outros adereços coloridos com as cores do arco-íris, além de bandeirinhas coloridas. A Parada, em seu desenvolvimento ao longo da avenida, durante a marcha, ocorre de uma maneira bastante "teatralizada" e performática, de modo que ao mesmo tempo em que o contexto é festivo e descontraído exista também uma seqüência de ações que se repetem ao longo de sua realização. Geralmente, como dito antes, muitas pessoas desfilam e dançam ao redor dos carros de sua preferência, seguindo o ritmo das músicas e estando bem próximas das cordas de isolamento que impedem que se aproximem completamente dos carros que se deslocam lentamente. Em cima dos carros geralmente se encontram as *drag-queens*, que dependendo do trio elétrico ou carro de som, são profissionais e artistas que trabalham nas mesmas casas noturnas ou danceterias que contratam o carro especialmente para a Parada ou então são artistas de outras regiões e Estados do país, convidadas especialmente para se apresentarem no evento, "animando" os participantes. Essa postura de intervenção e interação com o público é constante e as *drags* sempre estão "mexendo" e interagindo com o público, contando casos engraçados e insólitos ou então dublando os últimos hits musicais da estação ou os seus próprios números musicais e performáticos. Em cima dos carros de som se encontram também muitas pessoas dançando, homens e mulheres e drag-queens, além dos *DJs (Disco Jockeys)* contratados e residentes das casas noturnas além de *gogo-boys* e *gogo-girls*. O acesso aos carros é restrito, sendo que, ao menos na Parada de 2010, os carros da Concorde Club e do Mix Café estavam vendendo, alguns dias antes da realização da Parada, as pulseiras que davam acesso ao topo dos carros e também a bebidas que ali eram consumidas. Vendidas como uma espécie de entrada para a "Balada a céu aberto" que se formava nos carros, quase sempre a parte de cima dos principais e maiores carros de som se encontra extremamente cheia, configurando o que poderia ser chamado de comércio no ambiente do evento. Muitas vezes o que ocorria era uma situação em que, em cima os carros de som e trios elétricos, ocorriam

as festas que funcionavam como “prévias” das baladas que viriam a acontecer durante a noite naquele mesmo dia, nas casas noturnas, danceterias e outros locais do circuito GLS no centro da cidade, empreendimentos estes que muitas vezes pertenciam a alguns dos empresários reunidos na AEGLBT/SC. A venda era realizada com um chamada específica para aqueles que queriam participar da Parada mas não queriam “marchar” na avenida e muitas vezes ocorria de alguns dos participantes que estavam desfilando na avenida serem “chamados” por seguranças para subissem para a parte superior carros e trios, por serem considerados atraentes ou mais bonitos por algumas das pessoas que estavam em cima, e por isso mesmo devendo estar lá e não desfilando “a pé” na avenida. Nesse sentido, estar em cima dos carros ganhava certa valorização positiva no contexto do evento e adicionava certo *status* a quem lá se encontrava, tanto em termos simbólicos quanto em termos materiais e financeiros, pelo fato de que a maioria tinha comprado um ingresso para estar “em cima” e não na parte de baixo, na avenida,

Geralmente se observa também uma competição entre os carros das casas noturnas sobre quais tinham as melhores decorações em balões e outros enfeites com a temática do arco-íris, a maior potência de som e o maior público em cima dos carros. Ao longo do evento os carros também iam se afastando uns dos outros, pois a grande proximidade entre um e outro atrapalhava a nitidez do som, o que provocava geralmente microfonia e um som confuso e misturado de várias músicas numa intensidade de som de grande potência. Assim se formavam na avenida grande “buracos” entre um carro e outro em que alguns participantes circulavam, enquanto ao redor do carro se acumulava um número maior de pessoas. Ao que parecia o afastamento dos carros era uma maneira de diferenciar os diversos públicos pelos tipos de músicas e estilos, separando os diferentes públicos e estilos que as casa noturnas buscam privilegiar. Tanto em cima dos carros, como embaixo, na avenida, o clima entre os participantes é de euforia e festa, com muito dança e brincadeiras entre os participantes e com constantes investidas amorosas e “paqueras” ocorrendo de forma explícita. Vários “casais” se formam durante a parada, com muitas expressões de afeto entre pessoas que

se encontram ali e “ficam⁵³” durante a realização do evento. Este clima de paquera é constante entre diferentes grupos de pessoas que frequentam o evento em grandes grupos de amigos que interagem uns com os outros e onde encontros ocasionais entre grupos de gays, grupos de lésbicas e, bem menos visivelmente, entre travestis e transexuais, ainda que como dito, em função do tom “comportado” do evento, não ocorram casos de sexo explícito, ao menos visivelmente, ao longo do evento. Ainda assim o que ocorre de maneira destacada são as conformações de casais de gays e lésbicas ao longo do próprio evento, que “ficam” e se beijam efusivamente durante a caminhada na avenida. Interessante notar que atualmente o “beijo gay” - como muitas vezes é referido (seja esse entre dois homens ou entre duas mulheres) nos meios de comunicação e também no contexto do ativismo LGBT – é uma reivindicação muito em voga nos debates do movimento LGBT, como um meio de obtenção de legitimidade, representação e visibilidade dos sujeitos LGBT no meio televisivo. O beijo é constantemente reafirmado como uma possibilidade de reafirmação da visibilidade e existência, como modo de expressar afeto, liberdade e aceitação em relação à sexualidade no contexto da Parada, ganhando assim, tanto nos discursos ativistas quanto nos discursos de empresários, e logicamente, entre os participantes do evento, um *status* especial, visto a grande dificuldade que enfrentam normalmente em expressar publicamente afeto em lugares públicos em função do preconceito e frente à possibilidade de serem agredidos.

Um destaque diferente entre os carros que desfilaram na avenida era o “ônibus- danceteria” que o portal lésbico “Saplóide” tinha contratado especialmente para o público lésbico que frequentava a Parada. O “ônibus-danceteria” funcionava como um espaço de festas móvel com luzes e som especial, que fazia com que parecesse uma danceteria móvel, destinada especialmente às mulheres e, por se tratar de um ônibus, mais reservado e menos visível que as festas que

⁵³ A palavra “ficar”, tem sido utilizada atualmente como um sinônimo e como designação para remeter-se a uma relação amorosa e/ou afetivo-sexual sem compromissos prolongados, de modo que pode muitas vezes estes contatos podem ser encontros e relações bastante efêmeros, no contexto de uma festa numa danceteria ou até mesmo num encontro ocasional ao longo da Parada.

ocorriam em cima dos trios elétricos e carros de som das outras danceterias e boates. A organizadora desta iniciativa era também Priscila, a mesma organizadora da festa voltada para lésbicas “Perversion”, festa voltada para lésbicas, como mencionado antes. O ônibus foi bastante concorrido, não somente por mulheres, e o acesso era também restrito uma vez que para ingressar era necessário pagar a entrada comprando a pulseira da mesma forma que ocorria no caso do acesso ao topo dos carros de som. O “ônibus-danceteria” fez bastante sucesso por se tratar de outro formato, diferente dos carros de som e trios elétricos, e tendo uma lotação máxima reuniu mesmo assim a maioria do público lésbico que participava da Parada. Importante mencionar que no contexto do evento o público lésbico é bastante minoritário, tanto em número de participantes quanto na representatividade que ganham nos discursos e manifestações no evento. Muitas vezes existem poucas menções às especificidades da população de lésbicas ao longo dos discursos e falas no evento de modo que, em termos políticos, sua representatividade e visibilidade se reduzem.

Os membros da AEGLBT/SC geralmente se dividem entre algumas atividades, sendo que uma parte deles permanece nos carros de som, como Tiago Silva, que tem um carro próprio, ou Selma Light que se apresenta e anima o carro do Mix Café. Alguns outros membros, como Cintia, Pipoca e Audenir se deslocam ao longo da avenida com uma equipe de voluntários de modo a conferir detalhes a resolver problemas que surgem ao longo do evento. Um destes problemas foi, no momento da concentração, justamente a chegada de um dos carros vinculados ao movimento social, o carro de Doutor Ricardo, como é conhecido o vereador Ricardo Camargo Vieira vinculado ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e de Roberto Warken, membro do Instituto Arco-íris e também militante do PCdoB. Ao que tudo indicava, e como depois vim saber, através de conversa com Audenir, membro da AEGLBT/SC, Doutor Ricardo e Roberto Warken não tinham entrado em contato previamente com a AEGLBT/SC para que pudessem trazer um carro para a avenida de modo que não era possível colocá-lo entre os que já existiam no local. Com o carro já prestes a entrar no local de concentração, eles foram proibidos de posicionar o carro no espaço da concentração. Esse fato causou algumas discussões entre Roberto Warken e Audenir sem que chegassem a um consenso. Warken

recorreu aos membros Roma e do Gozze para tentar ganhar apoio e conseguir garantir o carro na avenida, mas isso também não funcionou. O fato causou algumas críticas e discussões contrárias à posição de Audenir entre os ativistas do Gozze e do Roma, cujo carro de som tinha sido colocado no final da concentração.

Os ativistas do Gozze e do Roma estavam reunidos, desde o início da marcha, nesse carro, que tinha sido localizado mais ao fim da concentração, logo após os carros das danceterias e boates que ficavam mais na frente na sucessão de veículos que se entendia até o começo da marcha, onde se encontrava o carro de abertura do evento. O carro de som dos ativistas era bem menor que os demais veículos que se encontravam na avenida e estava enfeitado com muitos balões coloridos e com diversas faixas portando palavras de ordem e outras reivindicações do movimento social. Desde o começo das atividades na concentração para o evento os ativistas seguravam várias bandeiras do arco-íris e distribuíam o panfleto que tinha sido elaborado durante Semana da Diversidade, conversando com alguns dos participantes e organizando os últimos detalhes no carro. A postura mais séria e um tanto sisuda dos ativistas destoava da descontração reinante em todo o contexto da concentração e também ao longo da realização do evento, exatamente por que buscavam realizar “discussões políticas” com o público participante, embora isso nem sempre fosse possível, pelo tipo de dinâmica festiva que se expressava ali e que não contribuía para que longas conversas ou debates fossem realizados. O carro de som vinculado ao ativismo tinha sido também alvo de polêmica pelo modo como tinha sido financiado. Ao que parece, o carro de som tinha sido financiado em parte pela legenda partidária de Nildão, como era conhecido Nildomar Freire, que concorria ao cargo de deputado estadual nas eleições de 2010 pelo Partido dos Trabalhadores. Esse fato causou discussões posteriores entre o Gozze, o Roma e os ativistas independentes, justamente pelos debates que tinham sido realizados entre eles sobre auto-financiamento e independência financeira tanto das atividades da Semana da Diversidade como da intervenção na Parada.

Além da distribuição de panfletos e de conversas dos ativistas com o público que ia chegando enquanto a marcha não havia se iniciado, foi aventada a possibilidade de acontecerem intervenções em cima do carro de som que pudessem expressar os debates e as

reivindicações do movimento ao longo do evento, possibilidade esta que foi logo descartada, visto a intensidade do som dos outros carros de som, que impedia que se ouvisse com clareza o que estava sendo dito pelos militantes em suas falas durante a marcha. Mesmo com esse limite às intervenções orais, outra ação causou um grande efeito: a performance realizada em frente à grande faixa negra com os dizeres “homofobia mata”, atividade esta na qual alguns ativistas, liderados por Ringo, desfaleciam para sinalizar as mortes de sujeitos LGBT que ocorriam na cidade e no país. Essa performance teve grande efeito simbólico no evento, chamando atenção tanto da imprensa que acompanhava o evento, como dos participantes e membros da AGLBT/SC que se deslocavam ao longo da Avenida. A performance durou todo o período da marcha, do começo da concentração ao fim do evento, em sua chegada ao palco onde ocorreriam as apresentações artísticas que fechariam as atividades e causava grande impacto pelo fato que os *performers* continuamente “morriam” e “ressuscitavam”, levantando e dançando ao som da música altíssima que emanava dos carros de som, para logo em seguida, desfalecerem novamente no chão e ali permanecerem imóveis e “jogados” por algum tempo, tendo sempre como fundo a imensa faixa negra com a frase de impacto gravada em grandes letras brancas.

Como dito, a performance demarcava o interesse dos ativistas em politizar o espaço da Parada, provocando alguma descontinuidade no sentimento festivo que permeava o evento, assinalando justamente as mortes de sujeitos LGBT em decorrência da homofobia e pela inexistências de direitos e leis específicas voltadas para esta população na cidade. Ainda que a performance fosse marcada por um conteúdo nem um pouco festivo, a ação ganhou uma dinâmica lúdica pelo inusitado da coreografia que a compunha e as contínuas “mortes” e corpos desfalecidos caídos no asfalto da avenida. A performance cumpria assim tanto com o interesse do ativismo em “politizar” o contexto festivo do evento e se inseria dentro da lógica lúdica e descontraída que a Parada adquire. A performance também destoava das noções políticas dentro das quais o ativismo geralmente realizava suas ações, quebrando a lógica tradicional do discurso político, sempre muito mais apegado ao verbal, ilustrado na importância dada às falações em carros de som e à elaboração de palavras de ordem. Nas instâncias do movimento o âmbito e validade do que seja ou não

político está mais ligado ao se *diz* do que ao que se *faz*, e nesse momento da performance durante a Parada os ativistas estavam acessando um terreno diferente do que usualmente estão acostumados, encenando as cenas de morte e agressão vivenciadas pelos sujeitos LGBT. Ao desfalecerem em frente à frase “homofobia mata” o que estavam fazendo era teatralizar uma de suas palavras de ordem, como forma de explorar a potência de uma ação artística que ganhava ali sentido quase cômico, mas que alegoricamente se remetia a um conteúdo nem um pouco humorístico, mas sim bastante “sombrio”: as mortes por crimes de ódio contra os sujeitos LGBT. Em certo sentido o que ali ocorria era uma representação gráfica das mortes de sujeitos LGBT, explorando a potência de uma alegoria visual a respeito da própria morte, do sentimento de luto e da necessidade premente transformar esta realidade social.

Ao fim da marcha, que se encaminhava no sentido do centro da cidade, as pessoas e carros de som iam se concentrando próximas a um grande palco montado próximo ao trapiche da beira-mar localizado na Praça Portugal, onde ocorreriam várias apresentações de grupos musicais locais e a apresentação de Wanessa Camargo, como espetáculo nacional contratado pela AEGLBT/SC para o fechamento das atividades da Parada da Diversidade de 2010. Muitas pessoas, conforme iam chegando ao local de finalização da marcha, se dispersavam pelas ruas adjacentes ao longo da Avenida Beira-Mar Norte enquanto outras permaneciam para prestigiar os shows. Muitos grupos aproveitavam o término do evento para se prepararem para outras festas que ocorreriam após a Parada nas danceterias GLBT da cidade e que já tinham sido divulgadas através de *flyers* e panfletos durante a realização da marcha. Os shows prosseguiram em sua realização, tendo se apresentado tanto grupos musicais locais, com *drag-queens*, sempre apresentadas por Selma Light e Tiago Silva. Por fim, como atração principal em 2010 Wanessa Camargo se apresentou trazendo músicas de um repertório voltado especialmente para o público GLBT, segundo alguns relatos de membros da AEGLBT/SC em conversas que tivemos posteriormente. No ano de 2009 o show final contou com a presença de Jean Willys, fazendo uma pequena fala a respeito da lei aprovada na Câmara de Vereadores de Florianópolis naquele ano.

Ainda que guardadas as devidas diferenças entre abordagens e concepções articuladas tanto da parte do empresariado local como do ativismo, nota-se que a Parada é constituída de inúmeras formas de expressão, performances e discursos em torno da necessidade de diretos para sujeitos LGBT. De maneira geral, as ações das Semanas da Diversidade e das duas edições da Parada tornam-se espaços de performance, modos de expressão do que seja lutar por estes direitos LGBT e sobre quais sejam os sujeitos deles beneficiários, transformando-a num contexto onde diversas representações são negociadas. Como um arco-íris, que é construído de diversos matizes cromáticos, a Parada também é constituída por meio de disputas em torno de diferentes posições e matizes políticas. São disputas em torno dos direitos e sujeitos LGBT que ganham significados diferentes a partir do momento em que são articulados em contextos simbólicos e políticos distintos. Isso ocorre nas intervenções políticas dos membros da AEGLBT/SC durante o evento, assinalando a necessidade de combater as ações discriminatórias contra LGBT ou endossando a necessidade de aceitação das conjugalidades homoafetivos, em seus debates na Semana da Diversidade de 2009. Acontece também nas ações, debates e na performance realizada pelo ativismo ao longo da Parada de 2010, para assinalar a morte cotidiana de sujeitos LGBT, pontuando ali a necessidade de leis que combatam e criminalizem a homofobia. Com diferentes discursos e ações, sempre se está lidando com diferentes aspectos do que seja político, mas se está falando, em suma, a todo tempo de agir e falar em favor de diretos e de sujeitos LGBT, embora em sentidos e modos de ação diferentes. Ambas as esferas estão trabalhando em espaços e dimensões políticas, sempre abordando diretos e sujeitos LGBT, mas de formas distintas, como veremos no próximo tópico deste trabalho.

A Parada ganha assim um estatuto especial como espaço em que diferentes dimensões do que seja ou não político são performadas e negociadas. Sem entrar aqui agora no mérito sobre que tipos de intervenções sejam mais ou menos políticas, se é que este tipo de mensuração é possível, pode-se notar que a Parada se torna um terreno no qual são negociadas modificações simbólicas nas maneiras de conceber as várias expressões das homossexualidades, a formas, experiências e visibilidade dos sujeitos ali representados e quais são seus diretos. A Parada se torna então “palco” privilegiado em que

estas questões ganham visibilidade e materialidade, onde podem influenciar novos debates, dinâmicas e mudanças sociais. A Parada, como espaço privilegiado de expressão do orgulho e da visibilidade destes sujeitos, e também da necessidade de direitos e de questões LGBT sejam discutidas publicamente, é então vista, seja nas esferas ativistas ou empresariais, como espaço privilegiado para sua intervenção, se abrindo então a brecha para que o evento seja disputado a partir de concepções variadas. A centralidade que ganha talvez provenha do fato de que eventos deste tipo comecem a ser o contexto no qual estas questões ganham maior visibilidade, enxergados como instrumentos importantes na amplificação de uma série de questões LGBT latentes, ressaltando a diversidade das experiências dos sujeitos ali presentes ao mesmo tempo em que se reafirma por meio das massivas manifestações de orgulho que o direito a diferença e o combate ao preconceito sejam consolidados em contexto brasileiro.

TERCEIRO CAPÍTULO POLÍTICAS, SUJEITOS E DIREITOS NA PARADA DA DIVERSIDADE

A Parada é construída e produzida pelos participantes na constituição de uma marcha que ganha diferentes significados dependendo dos agentes envolvidos em sua realização e nas formas que toma na avenida. O evento se distingue de outras situações por ser extra-cotidiano, uma situação onde são colocados em relevo diferentes experiências, práticas, performances e discursos a respeito dos sujeitos e direitos LGBT. Nesta diferentes maneiras de experiência e participação no evento, são colocados em destaque os sentidos que podem ser articulados a partir da Parada, sejam estes sentidos festivos ou políticos. Estes discursos não ganham agência em si mesmos; somente ganham significação em um campo de utilização contextual que pode informar seus significados e construir modos particulares e coletivos de compreensão a respeito das relações sociais em jogo (RAPPORT & OVERING: 2000). No jogo interativo e performático das relações sociais são criadas ao mesmo tempo identidades, sujeitos e significados que podem ser tanto coincidentes como diferenciais e que se desenrolam através da interação social, criando interpretações múltiplas.

No caso da Parada da Diversidade, como veremos, as performances estão carregadas de frases muito semelhantes (sobre direitos e sujeitos LGBT) que podem adquirir sentidos completamente distintos, dependendo do contexto e do campo de utilização em que são articulados. As interpretações daí advindas, a possibilidade de agência e de conformação de sujeitos e os debates sobre os direitos são questões ali negociadas a todo tempo, constituindo o próprio evento performático como campo discursivo em disputa, como abordado mais a diante. Ao mesmo tempo, existem ali variados discursos a respeito dos sujeitos de direitos e um constante apelo à inclusão de experiências e identidades em consonâncias com concepções e modelos modernos de cidadania, que apontam para a discussão

contemporânea a respeito dos direitos humanos. Como vemos, estas questões despontam no evento como eixos em torno dos quais se desenvolvem as disputas entre os diferentes agentes que organizam e participam da Parada, constituindo, através destas dinâmicas, os sentidos e significados próprios que o evento ganha como manifestação no espaço público.

I. Campos, espaços, performances e política

1.1 A perspectiva do movimento: A Parada como ato político

Para muitos de meus interlocutores vinculados ao ativismo a Parada da Diversidade se tornou um evento muito diferente do que eles acreditavam ser “uma Parada de comemoração do orgulho e da luta LGBT”. Muitos deles criticaram o aspecto festivo que o evento ganhou desde suas primeiras edições, afirmando que se transformava num “carnaval fora de época”, que nada tinha a ver com a luta por direitos e com a “carga de denúncia e reivindicação” que eventos tais como as Paradas deveriam estar permeadas, colocando à público os casos de homofobia e as condições de vida da população LGBT.

Este tipo de crítica que os ativistas dirigiam ao formato do evento em Florianópolis estava geralmente articulado a partir de uma comparação que faziam com outros eventos semelhantes em outras partes do Brasil e do mundo. Nestas comparações se destacavam os aspectos “combativos” destas atividades, em que todos os segmentos da sigla LGBT se reuniam com o sentido principal de protestar contra a situação de “opressão”, preconceito e perseguição em que viviam, denunciar a ausência de políticas públicas governamentais próprias, os crimes de ódio motivadas pela homofobia, etc. Este modelo remetia à idéia de uma “marcha” que efetuassem “pressão política”, tal como alguns militantes se referiam aos efeitos que o evento poderia provocar, exigindo mudanças e políticas diferenciadas para esta parcela da população.

O modelo estava orientado principalmente por uma concepção de que a Parada deveria ser um “ato político” pela igualdade de direitos, muitos mais do que uma festa ou “carnaval de comemoração da diversidade”. O modelo estava orientado também por referências

históricas locais e internacionais, tais como a experiência da Parada do Orgulho GLBT de São Paulo nos primeiros anos de sua organização ou então as *Gay Pride Parades* dos Estados Unidos no final dos anos setenta, com o surgimento do moderno movimento LGBT norte-americano em sua luta por direitos civis. Sem que negassem os aspectos festivos do evento para a comemoração da diferença e da diversidade sexual, manifestada na presença de vários carros de som, música eletrônica com grande potência de som e apresentações artísticas de *drag-queens* e *go-go boys*, eles destacavam que ainda assim o evento deveria adquirir este viés mais “politizado” que consideravam importante, expressando de maneira mais explícita que nem tudo era aceitação, comemoração e alegria quando se tratava de pensar sobre a vida da população LGBT em geral.

Alguns argumentavam neste sentido assinalando que a ênfase de um evento que ficasse marcado unicamente pelos aspectos festivos poderia dar entender, nas esferas do debate público e político na cidade e na região, de que nada de ruim acontecia com as pessoas LGBT, de que na atualidade todos são “aceitos normalmente”, como me disse um dos meus interlocutores vinculados ao ativismo. Existia um temor de que a Parada, tomada somente como um evento festivo, provocasse um encobrimento de outras questões importantes para o debate político que estas pessoas buscavam realizar, demarcado principalmente pelo fato de que nenhum dos direitos LGBT estavam assegurados legalmente e também pelos relatos de violência homofóbica, diariamente divulgados na mídia e pelos grupos do ativismo em várias partes do Brasil.

Estas críticas quase sempre se direcionavam ao modo como ocorria a Parada da Diversidade em Florianópolis, isto é, ao modo como o evento ocorria em sua *forma na avenida*. Criticando a “carnavalização do evento” eles apontavam também para sua aparente ineficácia política e “culpavam” os empresários e empreendedores da AEGLBT/SC pela consolidação de tal formato. Criticavam também a maneira “hipócrita” com que os empresários tentavam trazer para ao evento algumas discussões políticas e a de luta por direitos LGBT, pois acreditavam que se tratava de uma “manobra” para encobrir seus objetivos comerciais, potencializados com a realização da Parada na cidade. Aqui se podia notar que havia uma distinção entre o que eles consideravam as suas “discussões políticas” e as “questões políticas”

que os empresários traziam para o debate no contexto do evento. Embora quase sempre se tratassem de afirmações e frases a respeito dos “direitos LGBT”, o sentido articulados em torno destas frases não eram os mesmos e se distinguiam uns dos outros a partir do momento em que ganhavam sentido em seus usos contextuais.

A conexão realizada entre os aspectos festivos - ou melhor, como diziam eles, “o carnaval que era a Parada da Diversidade” – e a eficácia política são aspectos que aqui merecem maior atenção, pois estão relacionados a um tipo de ação comunicativa e coletiva eficaz para alcançar determinados objetivos. Estes “objetivos”, que para os ativistas eram sumamente objetivos políticos, estavam relacionados à garantia de direitos para os LGBT, algo que para eles, não vinha se materializando através do formato atual da Parada da Diversidade, ineficaz para atingir tais objetivos, pois era realizada, em sua compreensão, como evento permeado por “interesses comerciais” que predominavam na associação de empresários. Nestas concepções se estava lidando com sentidos simbólicos muito mais conectados com sentimentos de “seriedade”, semelhantes aos encontrados em marchas políticas de movimento populares ou em manifestações de rua de outros movimentos sociais. Para os ativistas o evento deveria se assemelhar muito mais a uma marcha de luta por direitos, que sinalizasse o luto pelas mortes de sujeitos LGBT e por políticas públicas que sanassem essa situação, de uma forma que os significados fossem “mais políticos”, algo que se materializaria a partir de uma conduta mais “solene” em frente às mortes e a ausência de direitos LGBT.

1.2 A Parada enquanto aevento turístico vinculado ao empresariado GLS/GLBT

Ainda que os empresários deixassem explícitas suas concepções a respeito da Parada da Diversidade como um evento que pudesse fortalecer reivindicações políticas vinculadas à população LGBT da região, o que mais fortemente se afigurava em suas narrativas era a compreensão a respeito do evento como uma festa de comemoração da diversidade sexual e que podia também fortalecer Florianópolis como um destino turístico GLS/GLBT nacional e internacional.

Esta sugestão do evento com um fortalecedor das iniciativas

turísticas no segmento GLS/GLBT se reafirmavam nas narrativas de membros da AEGLBT/SC como em seus materiais de divulgação impressos (como guias turísticos GLS) e em meios virtuais. O evento era geralmente referido como uma atividade que poderia assinalar na cidade a consolidação de um mercado que se fortalecia desde a década de noventa, principalmente em função do carnaval gay que atraía turistas de várias partes do país e de outros lugares do mundo. Assim, os aspectos festivos do evento eram assinalados como um importante diferencial do evento, algo que pudesse atrair outras pessoas para Florianópolis em um período do ano em que o fluxo turístico não é tão significativo se comparado com a quantidade de turistas recebidos durante a temporada de verão.

A Parada, como festa comemorando a diversidade sexual podia assim potencializar a economia local e ao mesmo tempo funcionar como “um atrativo a mais” para uma cidade reconhecida por sua exuberante beleza natural, que vinha atraindo as atenções do país e do mundo como um dos destinos turísticos preferenciais nos últimos anos. Ao mesmo tempo a cidade tinha como oferecer outros diferenciais para um público específico que vinha em busca das praias e da natureza e também em busca de diversões noturnas que as danceterias, saunas e clubes da cidade tinham condições de atender satisfatoriamente. Não por acaso em função destas definições a AEGLBT/SC se conformou em torno das duas principais casas noturnas GLS da cidade, de saunas, de empreendedores e *promoters* de festas voltadas para gays e lésbicas principalmente e de empresários vinculados a hotéis, pousadas e agências de turismo *gay friendly*. No sentido de movimentar a cidade, destacava-se que era importante fazer um evento que fosse atrativo e por isso mesmo festivo, diferente do que eles acreditavam ser a concepção um tanto “sizada” que eles atribuíam aos debates e posturas próprias do movimento LGBT, que para eles não era muito apropriada caso se quisesse atrair muitas pessoas para um evento deste tipo.

Ao mesmo tempo em que estas características e interpretação sobre o evento se sobressaíssem nas narrativas do indivíduo reunidos na AEGLBT/SC também não estavam ausentes afirmações de que o evento, além de cumprir com seus objetivos comerciais e turísticos, também contribuía para a luta por direitos e por melhores condições de vida para a população LGBT da região. Ainda que nas primeiras

edições esta “ênfase ativista” também estivesse presente, somente na quarta edição ela se intensificou como um dos motes de ação em torno do qual as atividades da Parada de 2009 eram realizadas. Como dito, quase sempre, ao longo dos debates, palestras e outras declarações no dia de realização do evento neste ano, as falas estavam permeadas por menções a conquista de direitos para os LGBT, principalmente com a mobilização existente para a provação na câmara de vereadores de Florianópolis da lei municipal para penalização de ações discriminatórias contra homossexuais, como descrito no capítulo anterior.

Assim, ainda que o discurso em torno das possibilidades comerciais que a Parada potencializa não fosse dissimulado ou encoberto, este discurso também se mesclava com a afirmação às vezes ambígua a respeito da defesa dos direitos do LGBT, afirmações estas bastante semelhantes às que os militantes e ativistas do movimento LGBT afirmavam inexistir no evento e nas iniciativas da AEGLBT/SC. Frases e afirmações muito semelhantes guiavam ambas as perspectivas ainda que remetessem a sentidos e contextos diferenciados em suas articulações conjunturais e algumas vezes desconsiderados em alguma de suas dimensões, como modo de deslegitimação por uma dos campos em disputa no evento.

Os membros da associação argumentavam que por tratar de um número de pessoas reduzido na associação, com a tarefa de organização de um evento massivo, e também por não terem grande financiamento para a promoção do mesmo, o que ocorria era que muitas vezes ao invés de ganhos financeiros eles saíam, como me disse um deles, “mais no prejuízo do que no lucro” ao realizar a Parada. Exatamente por esse motivo argumentavam que não tinha fundamento as “acusações” que alguns ativistas e militantes do movimento realizavam, ao dizer que eles organizavam o evento unicamente com interesses comerciais e financeiros. No final, para alguns deles, o único interesse que restava era realizar um evento que pudesse comemorar a diversidade e fortalecer a cidade como destino turístico LGBT/GLS e ao mesmo tempo fortalecer a luta por direitos neste evento que cumpriria este duplo objetivo, tanto comerciais como políticos. Nesta perspectiva o evento alcançava como manifestação massiva com formato festivo, seus objetivos e era bastante eficaz tanto na esfera política como na esfera turístico-comercial.

Em ambas as concepções (ativistas e empresariais) se estavam lidando com sentidos simbólicos relacionados à “alegria e festa” e ao “luto e seriedade”, presentes ali como uma forma de manifestar a alegria peculiar dos sujeitos LGBT, em comemoração ao direito à diferença e à diversidade sexual, mas assinalando também os aspectos nada alegres das experiências dos sujeitos LGBT. Ocorria assim, indiretamente uma oposição entre ativistas e empresários nos tipos de “sentimentos” que deveriam revestir a Parada em sua forma e em seu conteúdo na avenida, ainda que a agenda de políticas e reivindicações fossem semelhantes, comuns entre eles, mas ganhando sentidos diferentes. Existia ali uma oposição e disputa entre, por um lado, os valores associados à festividade e alegria e, por outro, os sentimentos de luto com a valorização de uma postura séria. Ao mesmo tempo, em outro nível, existia uma disputa entre os empresários e ativistas a respeito de quais esferas tinham mais “competência” para intervir no evento, quais destes campos de forças tinham, afinal, maior legitimidade, representatividade e poder no contexto da Parada.

1.3 Dois campos em disputa: legitimidade, poder e representatividade

O que se pode observar nas maneiras como cada uma destas esferas concebe e interpreta a Parada da Diversidade são formas de agir e falar sobre o evento que remetem a universos de significação distintos, ainda que encontrem semelhanças e pontos em comum. Nota-se existência de frases semelhantes a respeito da sexualidade como um dispositivo a partir do qual se conforma um grande evento de proporções massivas, mas que surgem e se entrecruzam em dois contextos diferentes em relação dentro do evento, ganhando sentidos diferentes. Surgem também declarações que são articuladas a respeito dos “direitos LGBT” e sobre os sujeitos detentores destes mesmos direitos, destacando-se como determinados tipos de performance poderiam potencializar determinados efeitos, que definiriam ou não a eficácia do evento em si mesmo, para que alcançasse determinados objetivos coletivos e políticos.

Observando as diferentes críticas e declarações de ambos os campos em disputa, nota-se que estas críticas quase sempre se direcionavam ao modo como ocorria a Parada da Diversidade em Florianópolis, isto é, ao modo como o evento ocorria em sua *forma na*

avenida. No conflito entre ativistas e empresários em torno da Parada, emerge a questão do que é o político e “fazer política” no campo dos direitos LGBT. O caráter festivo da Parada e sua eficácia política é um dos aspectos que causavam polêmicas entre estes dois campos que se entrecruzavam na realização do evento. Configuravam-se ali questões em torno de qual campo estava mais legitimado, quem tinha mais “prestígio” e poder para realizar a Parada de uma forma “mais política”.

As disputas por legitimidade, prestígio e representatividade entre estes dois campos, na definição de quais grupos e pessoas poderiam ou não intervir de forma mais política na Parada, nos remete ao debates de Pierre Bourdieu (1992) a respeito de sua definição do conceito de “campo”, descrevendo os diversos campos de forças como espaços simbólicos nos quais umas séries de relações objetivas entre posições se desenrolam, constituindo um espaço de lutas entre agentes com pressupostos e convenções diferentes. Nesta dinâmica de interação, agentes distintos assumem posições diferentes, dependendo das regras estabelecidas neste jogo e em seus universos referenciais de origem. Bourdieu observa que esta disputa entre posições e lutas é contingente e relativa, no sentido de que o jogo se dá em um determinado contexto de debates presentes em cada campo, nos quais convenções e coerções estão estabelecidas e determinam conjuntos de regras, isto é, regras sobre o que é ou não possível em termos de ação política e de legitimidade entre diferentes agentes. As posições no campo definem também as admissões de determinadas posições políticas (que informam discursos, falas, manifestos, performances e polêmicas).

Neste jogo também se definem posições hierárquicas entre os agentes de cada campo a respeito de quais os melhores discursos representam determinado campo e quais as posições políticas deveriam se destacar centralmente dentro do campo em disputa (encarando a Parada como campo de forças em que se disputam políticas sobre sujeitos e sobre direitos LGBT). Nesse sentido, empresários e ativistas disputam na Parada quem tem ou não maior prestígio e legitimidade, avaliados de acordo com a eficácia política em “representar sujeitos e defender seus direitos”. Assim podem ser comparadas quais ações no evento são mais “eficazes” e tem “mais valor” na luta por direitos para sujeitos LGBT: se são ações

parlamentares, através de alianças locais na Câmara de Vereadores; se são parcerias nacionais em programas de prevenção em projetos do Governo Federal; se são apresentações caricatas das *drags* na abertura e finalização da Parada; ou se seriam ainda performances que sinalizam o luto e a morte de sujeitos LGBT em plena avenida. Todas estas avaliações estão ainda informadas pelos próprios debates presentes em cada um destes campos que se intersectam na Parada, isto é, estão informados pelos acúmulos contextuais e históricos de cada um destes campos, que definem, como vimos, expectativas e concepções específicas sobre como devem ou não ser evento de comemoração e lutas pelo orgulho LGBT.

Nesta disputa, no interior do campo de forças no qual a Parada se torna, existe continuamente uma luta pela imposição de posições e sobre a definição sobre quem domina o jogo político e define-se com maior legitimidade e prestígio para representar e lutar por sujeitos e diretos LGBT. Ali se luta pela imposição legítima do que seja o “político”, mas também se luta em torno das diferentes maneiras de desempenhar o papel de *agente político*, através de diferentes performances no contexto do evento, que expressam quem tem mais competência e prestígio, no sentido simbólico, para realizar tal empreendimento político e quais sejam as maneiras mais apropriadas de realizar estes objetivos políticos através da Parada. No caso dos campos científicos e literários Bourdieu (1983 e 1990) observa que a competência, poder e prestígio dentro de cada campo são aspectos relacionados e que agem conjuntamente pra definir e quais os agentes tem maior legitimidade para atuar em determinados contextos e campos de força em disputa. O que ocorre é uma luta pelo monopólio da competência, que é compreendida como elemento importante na luta competitiva para a definição de quais campos e agentes tem maior autoridade para falar em nome de determinados sujeitos. Assim, quando se refere às disputas no campo científico ou literário, Bourdieu argumenta que

O que está em jogo especificamente nessa luta é o monopólio da autoridade (...) [política] definida, de maneira inseparável, como (...) poder social; ou, se quisermos o monopólio da competência (...) [política], compreendida

enquanto capacidade de falar e agir legitimamente (isto é, de maneira autorizada e com autoridade), que é socialmente outorgada a um agente determinado. (BOURDIEU, 1983 p. 122) [inserções minhas]

Desse modo o que se configura na disputa entre estes dois campos na Parada, ativistas e empresariais, entendidas como campos de força, são disputas pelo poder e legitimidades políticos, definido ali como o poder de representar e *performar*, de diferentes maneiras, as demandas LGBT, em que contam táticas e interesses variados e nem sempre congruentes. As formas que a Parada adquire na avenida, bem como os conteúdos dos quais se carrega também são disputados no contexto da Parada, como veremos a diante. Neste contexto são também disputados os espaços em que o evento se desenrola e quais os significados simbólicos ganha ao se realizar em determinados contextos sociais da cidade, adquirindo significações que também estão agindo no sentido de atribuir status, poder e prestígio ao próprio evento, como veremos.

A Parada se configura, nesta tensão entre duas instâncias, num campo discursivo em disputa, em que as diferentes performances trabalham para qualificar ou desqualificar as ações e políticas pretendidas por cada um dos agentes e instâncias. Nos dois episódios narrados, ocorridos nas duas últimas edições do evento, estão expressas duas maneiras distintas de considerar e avaliar o que seja ou não “político” e de que formas podem-se visibilizar demandas e direitos para uma população deles desprovida. A Parada era assim utilizada como um momento em que, para ambos os campos, as formas de fazer e pensar nas políticas e direitos LGBT ganhava maior destaque, ainda que, ao longo do ano, em suas diferentes atividades, estes dois campos também estivessem intervindo em diferentes esferas para promover direitos.

Ambas as maneiras de reivindicar direitos para os sujeitos LGBT estão se relacionando a concepções locais sobre o que seja “fazer política”, embora, cada uma das duas instâncias em jogo nem sempre “reconheçam” a legitimidade e eficácia simbólica e política das ações da outro campo, no sentido de assegurar direitos e definir a quem eles beneficiam. As frases (“contra a homofobia”, “não a violência contra os

LGBTT”, “Homofobia Mata”) embora muito semelhantes são utilizadas de formas e com sentidos diferentes de acordo com a campo de utilização em que são articulados e em consonância com os interesses e convenções presentes no meio empresarial ou ativista.

1.4 Avenida Beira-Mar Norte como paisagem de poder

Ao tentarmos compreender os significados que este evento adquire a partir do local onde ocorre, a Avenida Beira-Mar Norte, destaca-se a ênfase que os empresários do meio GLS reforçam ao afirmar que uma das grandes conquistas para a população LGBT da cidade é o fato de a Parada acontecer justamente numa das principais e mais movimentadas vias de Florianópolis: A Avenida Beira-Mar Norte, como é popularmente conhecida a Avenida Jornalista Rubens de Arruda Ramos. Tiago Silva, nas duas entrevistas que me concedeu, reafirmava sempre que tinha lutado para que a Parada se iniciasse naquela avenida pelo fato de que traria mais visibilidade para as demandas do movimento e “incomodaria” muita gente, pessoas que não gostariam de ver umas das principais vias da cidade ocupada por gays, lésbicas e transgêneros.

Para ele esta era uma vitória que não estava plenamente garantida pelo fato de que constantemente, ao longo dos anos em que a Parada vinha se realizando, a AEGLBT/SC era inquirida sobre a viabilidade de permanecer organizando o acontecimento na Avenida Beira-Mar Norte por todos os “transtornos” que sua ocorrência provocava na “infra-estrutura do transporte” na cidade. Se concentrando em frente ao Bar Koxixo’s e ocupando, ao longo de seu desenrolar, uma das vias da Avenida para a marcha, o trânsito normal de carros e outros veículos ficavam impedidos durante uma boa parte do dia, forçando a administração pública a reorganizar o trânsito de carros de veículos de transporte público de outras maneiras.

O fato de que a Avenida Beira-Mar Norte tenha sido escolhida pela AEGLBT/SC para a realização do evento pode revelar uma série de significados dados ao evento desde seu início e que estão vinculados ao lugar simbólico que a própria Avenida Beira-Mar Norte ocupa no contexto de Florianópolis. Idealizada durante a década de 60 para facilitar o acesso ao norte e ao leste da ilha de Santa Catarina, principalmente em direção à Universidade Federal de Santa Catarina e

às Centrais Elétricas do Sul do Brasil (atual Eletrosul), a avenida foi construída através de um aterro que encobriu uma praia natural que havia na região, a Praia de Fora. Com o passar dos anos a região da avenida, que corre junto ao mar, entre a ponte Hercílio Luz e os viadutos de acesso às praias do norte da ilha, foi se valorizando através da especulação imobiliária, com a construção de inúmeros empreendimentos comerciais e residenciais que se beneficiam da vista marítima privilegiada, sendo um dos locais onde o metro quadrado de terrenos é um dos mais valorizados do sul do Brasil, com apartamentos vendidos por alguns milhões de reais. A crescente elitização da região faz com que a Avenida seja visada como um dos contextos sociais mais diversificados da cidade, onde empreendimentos de alto valor são erguidos todos os dias e vendidos por pequenas fortunas, ao mesmo tempo em que a região central da cidade, bem próxima dali, abriga um dos maiores complexos de comunidades carentes da cidade, o Maciço do Morro da Cruz.

O presidente de honra da ABGLBT/SC, Tiago Silva, sempre endossava que a Parada da Diversidade era uma das que mais atraía público nos últimos anos justamente pelo local onde ocorria, possibilitando que os participantes pudessem confraternizar e ao mesmo tempo protestar reivindicando direitos, admirando a linda paisagem da baía sul da Ilha de Santa Catarina. De fato, ao longo da pesquisa, especialmente no ano de 2010, em que não choveu durante o evento, a vista era das mais belas, com um resplandecente e avermelhado pôr do sol que se mesclava com as cores da imensa bandeira do arco-íris estendida acima do asfalto e carregada por alguns dos participantes do evento. Mas também esta associação com o espaço da Avenida Beira-Mar Norte pode revelar outros interesses dos empreendedores GLS na cidade, interesses vinculados não somente à vontade de somente proporcionar uma bela vista para quem participa da Parada.

Ao refletirmos sobre a história da Avenida Beira-Mar Norte e de seu atual significado na cidade é inevitável não relacionar o contexto local com outras experiências de eventos semelhantes em espaços também parecidos em significados múltiplos. Isadora Lins França (2006) observa que a Avenida Paulista, onde ocorre anualmente a maior Parada do mundo, a Parada do Orgulho GLBT de São Paulo, se tornou palco privilegiado do evento não somente pela história peculiar

do evento, que ali se desenvolveu desde sua origem, mas também pelos significados que a própria Avenida Paulista ganha no contexto globalizado da cidade de São Paulo. Citando o trabalho de Marcelo Nahuz de Oliveira (2000) a respeito da Avenida Paulista, a autora sugere que este local se torna uma paisagem de poder, constituída como espaço urbano contemporâneo exemplar dos complexos processos de globalização atuais. Ali são expressos também os valores agregados ao fluxo informacional a respeito da “cena gay contemporânea”, que estão transpassados por significados simbólicos variados, que resignificam esses espaços com valores específicos que caracterizam essa cena, gerando espaços que excluem expressões e sujeitos não conformes a esta configuração espacial e simbólica (FRANÇA, 2006, p. 50). Neste contexto, a Avenida Paulista, é utilizada pelos organizadores da Parada do Orgulho GLBT de São Paulo a partir de uma associação de significados que se quer agregar ao próprio evento, sugerindo, por exemplo, que a Parada não somente é uma das maiores manifestações do tipo no mundo, mas também sinônimo de um evento bem sucedido pelo fato de ocorrer numa das principais avenidas da cidade, representando sujeitos e contexto globalizados da cena LGBT contemporânea.

A Avenida Paulista, onde estão localizados os edifícios de maior “prestígio” comercial e imobiliários da cidade vinculados a grandes empresas e instituições públicas e privadas do país, é ali tomada como uma paisagem simbólica do poder econômico e comercial no contexto brasileiro, e é também, inegavelmente, tomada como paisagem de poder simbólico globalizado, agregando um valor simbólico também à Parada. Este contexto ganha relevo especial ao pensarmos que a Parada de São Paulo é um dos únicos eventos que ocorrem anualmente nesta avenida, tendo a Associação da Parada de São Paulo, que organiza o evento, suportado pressões de todo tipo para que o evento fosse transferido para outras imediações da região do centro da cidade. O fato de a “comunidade LGBT” poder “marchar” através de uma das maiores e mais simbólicas avenidas do país também é ressaltado pelos organizadores do evento como uma conquista dos sujeitos LGBT ali presentes e representados, explicitando suas lutas e demandas num dos “palcos” com maior visibilidade e significado político e simbólico que poderia haver no contexto social de São Paulo.

Ao pensarmos na Avenida Beira-Mar Norte como paisagem de poder no contexto de Florianópolis se observa inegavelmente diferenças, principalmente se nos damos conta de que a maioria dos prédios públicos e privados vinculados às empresas e instituições públicas e privadas de vários tipos não se localizam nessa região da cidade, com exceção dos edifícios da Polícia Federal, da Receita Federal e da Casa D'Agrônoma, residência oficial dos governadores do estado, todos localizados próximos ao local da concentração da Parada da Diversidade, quase ao fim da Avenida. Na avenida se localizam inúmeros edifícios, em suas maiorias residenciais, além de alguns outros empreendimentos de grande porte tais como o Shopping Beira-Mar Norte e os hotéis *Majestic* e *Blue Tree Tower*. A existência destes empreendimentos pode revelar a configuração da avenida como espaço de poder no sentido de sua ocupação por edificações e por um comércio de alto luxo, destinado a uma pequena parcela da população local e também à alguns abastados turistas que possam financiar tais divertimentos. Mas o efeito de “transferência”, digamos assim, de poder simbólico da Avenida para a Parada da Diversidade ocorre assim como no exemplo citado a respeito da Parada de São Paulo e da Avenida Paulista, ainda que esta Avenida não seja um caso exemplar do processo de globalização, tal qual ocorre no caso da Avenida Paulista, ainda que a existência de grifes de luxo estrangeiras de diversos tipos, próximas a esta região, possam atestar o começo deste processo. O poder de atração ao se realizar a Parada da Diversidade num dos locais de maior “prestígio social” da zona central de Florianópolis, além é claro, de realizar o evento numa avenida que corre em paralelo ao mar, fazem com que a Parada seja visada como um evento significativo e ganham significados simbólicos no contexto das iniciativas desenvolvidas pelos empresários vinculados em torno da AEGGBT/SC. Podem denotar uma tentativa de consolidar Florianópolis como um destino turístico privilegiado para o público GLBT/GLS que querem atender em seus empreendimentos, tornando a cidade parte dos fluxos contemporâneos globalizados e da “cena gay internacional” vinculada a estes processos de fluxos de informação e capitais simbólicos decorrentes de tendências globalizantes.

Além de disponibilizar um contexto de atração geográfica e paisagística aos participantes da Parada pelo fato de o evento ocorrer próximo ao mar (assim com ocorrem em alguns outros eventos

semelhantes nas cidades do Rio de Janeiro e Salvador) o fato de ocorrer ali cria também uma aura de poder e “conquista” pelo significado social já citado da Avenida Beira-Mar Norte na cidade (valor comercial imobiliário, proximidade com o centro da cidade e a existência de grandes empreendimentos comerciais na região), engendrando assim uma paisagem de poder simbólico e principalmente comercial que se “espelha” na bela paisagem geográfica e que se quer vincular ao evento como uma de suas marcas características mais presentes. Talvez o sentimento de conquista esteja também relacionado ao fato de que a ocupação da avenida signifique, de algum modo, a ocupação de um “lugar no centro”, em termos simbólicos ao menos, para uma população que é estigmatizada e marginalizada, digamos, ao menos em termos de suas escolhas amorosas e sexuais. Quando se pode marchar em uma avenida que corre rente ao mar – ainda mais na beira-mar que se localiza na Ilha de Santa Catarina, que ganha, em termos simbólicos, cada vez mais prestígio - e ao mesmo tempo reivindicar direitos e explicitar demandas sociais, advertem os organizadores do evento, o evento “ganha em destaque e diferencial nacional e internacional”, adquirindo assim “poder”, em diversas dimensões, visibilizando tanto questões comerciais potencializados através do evento (transformar o evento em uma espécie de “chamariz turístico”, para que atraia turistas GLBT/GLS e consolide a cidade como destino privilegiado para esse público) e, ao mesmo tempo, visibilizando e discutindo questões políticas vinculadas principalmente a população LGBT que reside na cidade.

A manutenção do evento neste local está relacionada também, na concepção de seus organizadores, à tentativa de desvincular a Parada de outro evento que também está vinculado ao “turismo GLBT” na cidade. Constantes aliciados pelo poder público municipal para que a Parada se desloque da Avenida Beira-Mar Norte para a “Passarela Nego Quirido” os membros da AEGLB/SC negam veementemente esta possibilidade e reafirmam que sua permanência ali tem finalidades e significados específicos, pretendendo com isso livrar o evento de semelhanças ou analogias com o carnaval e com as Escolas de Samba que se apresentam nesta passarela específica para as atividades carnavalescas na cidade. Interessante notarmos esta ênfase na dissociação da Parada em relação ao carnaval por parte de seus

organizadores, considerando que um deles, Tiago Silva, era anteriormente um dos organizadores do Carnaval Gay na cidade, do Concurso Pop Gay, e que nasceu numa das comunidades representadas por uma das mais tradicionais e antigas escolas de samba da cidade (Protegidos da Princesa), contexto em que se formou como organizador de eventos públicos e que propiciou que viesse, mais tarde, a organizar eventos na prefeitura da Florianópolis. As semelhanças com o carnaval não são então casuais e muitas vezes, no contexto do evento na cidade, ganham especial relevo pelo fato de que muito dos ativistas do movimento LGBT “acusam” os organizadores do evento de torná-lo um grande carnaval fora de época, despolitizando todo o potencial que teria a princípio.

A recusa pelos organizadores em mudar o local do evento revela que o local agrega significados variados ao evento, e isso, é claro, dependendo de quem está interpretando estes significados e a partir de quais pressupostos. A Parada, como um evento que é conformado a partir de performances variadas, é também negociada em seus significados a partir do local onde se desenrola. Como um ritual, performance ou um ato político, a Parada como evento necessita de um contexto em que possa ocorrer como um acontecimento significativo, que possa ser interpretado de diferentes maneiras. A todo tempo estão se negociando diferentes formas e no evento, sendo a Parada, em si mesma, uma grande performance respeito dos direitos e dos sujeitos LGBT ali representados.

1.5 Parada como performance festiva e política

Numa dimensão analítica, tomar a Parada da Diversidade com um evento constituído através de performances, ela mesma sendo um evento performático, requer que se estabeleça uma definição mais apurada do que se entende conceitualmente aqui como “performance”. Dependendo das tradições teóricas e dos objetos de análise em questão, o conceito ganha sentidos diferentes, como adverte Jean Langdon (1996), que busca mapear a difusão e as abordagens da performance no contexto dos estudos brasileiros e norte-americanos, analisando a consolidação bastante recente do que vêm se definindo como antropologia da performance. Langdon observa que muitas vezes as diferenças entre as abordagens encontram-se mais

no nível de análise e enfoque, e não nos conceitos e princípios centrais (LANGDON, 1996, p. 06). Em geral, os usos dos termos “performático” e “performance” no Brasil têm conotações variadas, dependendo dos pesquisadores e de como estes os empregam em seus estudos. Neste sentido, Langdon observa a existência de variados paradigmas de em torno do conceito “performance”, destacando ainda que o usos do conceito como um termo único ou como jargão acarretaria um esvaziamento teórico que destituiria a categoria de sua complexidade crítica e teórica (LANGDON, 2006, p. 165).

Neste sentido, tematizando diferentes matizes na abordagem das performances, alguns voltam-se para os aspectos simbólicos e poéticos de evento comunicativos contemplados em suas análises etnográficas, e também naquilo que se referencia como uma teoria geral da performance, constituída pelas abordagens de Turner (1982, 1988) e Schechner (1988, 1993, 2002), preocupados com as relações entre cultura-sociedade-performance num nível mais analítico, onde as metáforas relacionadas a teatro, festivais e espetáculos ganham maior enfoque a partir de seus aspectos poéticos. Richard Bauman (2008) também argumenta sobre a existência de três abordagens no campo de estudos da performance em estudos antropológicos, delineando tradições e enfoques semelhantes aos abordados por Jean Langdon em seu artigo já citado. O pesquisador observa ainda que, para efeitos de análise, as delimitações sobre as diferenças e sobre as especificidades de cada abordagem funcionam como guias, de modo que na realização dos estudos uma abordagem influencia a outra. Bauman se localiza enquanto pesquisador que parte da abordagem baseada na antropologia lingüística, - que toma a performance como uma comunicação habilidosa e poética – e ao mesmo tempo, busca prestar atenção à performatividade no diálogo que estabelece com as teorias de Austin (1970), na medida em que se preocupa com a poética da performance na ação, como uma maneira de fazer coisas com palavras (BAUMAN, 2008, p.4).

Utilizando os referenciais da antropologia da performance nota-se que estas são teorias preocupadas em compreender as práticas sociais e suas imbricação com os discursos de uma maneira holística. Estes estudos fazem parte de uma abordagem já bastante conhecida no campo das teorias das ciências sociais contemporâneas, em que variadas abordagens vêm privilegiando a reflexão a respeito das

práticas, ações, agência e agentes. Autores como Anthony Giddens (1979) Bruno Latour (2008) e Sherry Ortner (1984) realizam interessantes estudos neste sentido, buscando focar como as interações de sujeitos concretos em suas relações com a cultura podem modificar ou mesmo reificar determinadas estruturas sociais configuradas social e historicamente, em diversos contextos. Além destas abordagens, outra fonte teórica que dedicou especial atenção à relação entre práticas sociais e indivíduos em suas interações na cultura foram as já clássicas elaborações de uma das vertentes da sociologia norte-americana, naquele que ficou conhecido como Interacionismo Simbólico da Escola de Chicago, conhecidos de muitos no Brasil através dos trabalhos de Irving Goffman (1975), de grande inserção em estudos antropológicos e de psicologia social.

Estas abordagens direcionam suas análises para explorar a oposição geralmente estabelecida entre, por um lado, prática, agência e agentes e, por outro, estruturas e transformações estruturais, tecendo suposições sobre as possibilidades ou impossibilidades de transformação estrutural e de mudanças culturais, em que sujeitos “agem” de modo a transformar ou mesmo reificar determinados traços e estruturas sócio-culturais. Nesta aparente dicotomia estabelecida entre estruturas sociais e indivíduos outra abordagem que também encontra espaço na investigação dos problemas teóricos a respeito das relações entre sujeitos e prática social é a de Michel Foucault. Sherry Ortner observa, com certo pesar, sua impossibilidade em incluir em sua análise as contribuições deste autor para a emergência de uma “teoria da prática” nas ciências sociais, como uma das tendências teóricas existentes nos debates e escritos antropológicos realizados em meados dos anos oitenta, quando da escrita de seu artigo “*Anthropological theory since the sixties*” (1984).

No contexto destas discussões e debates teóricos, a Parada da Diversidade se constitui como evento performático em que práticas e discursos variados se desenrolam na articulação de frases semelhantes a respeito dos direitos, cidadania e sujeitos LGBT ganhando sentidos diferentes, dependendo do contexto em que são articulados, como dito antes. Neste sentido, minha abordagem se preocupa com os sentidos diferenciados que estas frases semelhantes (sobre direitos e sujeitos LGBT), presentes nestas narrativas, ganham, dependendo do campo de utilização em surgem (contexto de enunciação) a partir das práticas e

discursos de meus interlocutores ao longo do evento. Ao participarem da Parada, cantarem músicas, dançarem, entoarem palavras de ordem, os participantes estão materializando formas da Parada na avenida, no sentido de que, ao mesmo tempo em a Parada funciona como uma performance coletiva ela também produz discursividade sobre quem são os sujeitos ali representados e quais são seus direitos

A Parada se distingue de outras situações por ser extra-cotidiana, uma situação onde são colocados em relevo diferentes experiências, práticas, performances e discursos a respeito dos sujeitos e direitos LGBT. A conexão realizada entre o caráter festivo e a eficácia política é um aspecto que merece maior atenção, pois está relacionado a um tipo de ação comunicativa e coletiva eficaz para alcançar determinados objetivos, ainda que a forma da passeata também produza, enquanto evento, sujeitos e políticas e influencie, como parte de seus efeitos sociais, a materialização de direitos LGBT. Dentre as variadas características e enfoques entre os diferentes paradigmas de performance Jean Langdon (2006) observa cinco qualidades inter-relacionadas que são compartilhadas e que formam um eixo analítico comum na análise de eventos performáticos tais com a Parada da Diversidade. Estas cinco características estariam presentes como parte do modelo teórico para identificação e análise de performances e servem aqui para analisar a Parada. Estas qualidades são abordadas de forma a explicitar por que tratamos a Parada como um evento performático: exatamente por suas características comunicativas durante sua realização, que são avaliadas pelo público participante e também, principalmente, por seus agentes promotores na sua avaliação se o evento cumpre ou não com seu objetivo, como ação coletiva política e comunicante.

A Parada se constitui enquanto performance por proporcionar, no momento de sua realização uma experiência de imersão num espécie de caminhada coletiva que, em certo sentido, poderia ser comparada a uma ritual, e em que algumas características sensoriais e comunicativas se destacam: é um evento situado, que proporciona situações onde a experiência dos participantes é colocadas em relevo, numa intensificação e realce que envolvendo os participantes com o contexto e com a forma da manifestação performática (no caso a manifestação festiva da passeata ao longo da avenida); é um contexto no qual os participantes estão engajados de forma corporal, emocional

e sensorial, num envolvimento multisensorial em que o evento se materializa e se localiza na sinestesia, ou seja, na experiência simultânea de vários receptores sensoriais recebendo os ritmos, as luzes, os cheiros, a música, os sons e os movimentos corporais, que criam uma experiência simultânea e unificada (LANGDON, 2006, P. 174-175); e, finalmente, é um evento em que o significado é emergente e contínuo, surgindo na experiência imediata, isto é, no momento mesmo de sua realização e também depois, na avaliação de seus participantes e dos agentes promotores do evento.

Neste sentido os dois campos de forças mencionados, envolvidos na organização do evento, avaliam os modos de expressão da performance a partir de critérios pré-definidos, presentes nas concepções e critérios em cada um dos campos, em disputa sobre quais os objetivos políticos do evento e como estes deveriam ser comunicados de forma eficaz através da realização da Parada. Nestas avaliações também estão incluídas as frases, declarações e discursos a respeito dos direitos e sujeitos LGBT, em representações que podem ou não ser congruentes entre as esferas ativistas e empresariais. Ainda, que como vimos, as interpretações de ativistas e empresários fossem guiadas por concepções diferenciadas a respeito de como deveria ser o evento (um ato político sério *versus* uma festa vinculada ao turismo GLS) pode-se notar que em ambas as perspectivas se estava tratando de comunicar, de formas diferentes, objetivos “políticos” em que a Parada, como momento “extra-cotidiano”, cumpriria papel fundamental. Mesmo que seu formato fosse disputado, ainda assim os conteúdos de que se revertiam não eram tão diferentes, embora o sentido que os direitos e sujeitos LGBT ganhassem nas frases e discursos de ativistas e empresários fossem trabalhados de modos distintos. Tanto nos discursos cômicos e caricatos das drags, nas falas no carro de abertura, quanto na performance do ativismo em frente da faixa “homofobia mata”, estava se tratando de lidar com uma modificação simbólica respeito da forma como se compreendem socialmente estes sujeitos e seus direitos.

Quando nos remetemos à “eficácia” da Parada podemos pensar também num tipo de eficácia que tem efeitos no terreno do simbólico (CHAVES, 2000) a partir do momento que a passeata de grandes dimensões está acionando mecanismos de visibilidade e reconhecimento público sobre estes sujeitos e sobre suas demandas

sociais, como capital político principal que é manipulado tanto pelo movimento LGBT quanto pelo empresariado GLS/GLBT para atingir seus objetivos. Através de uma performance de grandes proporções massivas e ação direta no espaço público, busca-se “pressionar” por modificações sociais, através da mobilização coletiva e pública que expressa eficientemente demandas e a necessidade de direitos coletivos, influenciando tanto as esferas governamentais, quanto o debate contemporâneo sobre as diferentes formas de sexualidade. Como performance e foco de atenção pública, a Parada trata de potencializar estas discussões se tornando contexto no qual a ação coletiva expressiva comunica propósitos políticos justamente por estar intervindo no espaços caracteristicamente performático da própria política. Assim, ao mesmo tempo em que o evento se realiza como performance coletiva, se acionam também mecanismos de pressão e legitimação políticas que funcionam e se processam em outras esferas, exteriores ao evento. Adotando o formato de marcha ou passeata festiva o evento consegue se revestir de sentidos variados que, como vimos, dependem dos campos de força em disputa no contexto do evento. Coloca também em relevo questões e conflitos que permeiam as experiências das pessoas que compõem a população LGBT da região, ao mesmo tempo em que revelam - justamente por se tratar de um evento extra-cotidiano - as relações deste segmento populacional com outros setores e agrupamentos sociais, “dramatizando” ali, em certo sentido, muitas das dificuldades e mazelas que vivenciam esses sujeitos ao se submeterem a regimes de subjetivação que envolvem a experiência de outras formas de sociabilidade e práticas sexuais definidas fora dos padrões heteronormativos.

Victor Vich (2003) aponta que as manifestações performáticas que remetem a sentidos alegóricos e metafóricos são altamente carregadas de poder simbólico e transformador da realidade social. As performances seriam então um tipo de manifestação que ocupam e reatualizam o espaço público, lidando com símbolos e com representações sociais que podem investir novas formas fazer política. Estas ações se constituem enquanto contextos de comunicação, como espaço capaz de produzir uma intervenção simbólica que, por sua vez, ressignifique o sentido do político, ou seja, das práticas metafóricas e alegóricas capazes de legitimar um tipo de poder ou a existência de outros sujeitos que não aqueles definidos a partir da

heteronormatividade. A Parada como performance é então um lugar privilegiado de comunicação, que produz intervenções simbólicas que resignificam o sentido do político (VICH, 2003, p. 02) servindo aí como dispositivo através do qual se apresentam as diversas experiências no que vem se chamando de diversidade sexual, representando os diversos sujeitos LGBT conformados ao longo de diversas experiências coletivas e individuais, manifestando a necessidade de direitos para esta parcela da população.

Como experiência contínua, que se repete anualmente, a Parada tem impacto tanto nas subjetividades de seus participantes individualmente como também tem impacto no contexto social brasileiro e regional, no debate que se realiza hoje a respeito dos novos sujeitos de direitos e em sua permanente demanda de inclusão e reconhecimento. Logrando de continuidade ao longo do tempo e construindo representatividade política de uma parcela da população LGBT, o evento pode propiciar uma modificação “verdadeira”, em termos simbólicos e materiais, na realidade social destes sujeitos, que apontem para construções de outras lógicas em torno das concepções modernas de cidadania, como veremos mais a diante. A Parada pode assim, por meio das formas e conteúdos através dos quais se materializa e se reveste, desencadear efeitos pragmáticos pelo poder simbólico que carrega em si enquanto performance.

É assim um tipo de intervenção coletiva e pública que opera por meio de símbolos e que produzem novas representações a respeito dos sujeitos LGBT e seus direitos. Nos exemplos presentes na Parada se está lidando com os símbolos da alegria e festividade, do orgulho, mas ao mesmo tempo sinalizando simbolicamente agressões simbólicas e materiais, violências físicas e a própria morte que marcam a vida e as experiências de alguns sujeitos LGBT. Ao mesmo tempo em que a performance que envolveu a faixa em que se lia “homofobia mata” era vista e interpretada pelos participantes do evento no contexto de uma ação quase cômica, seu conteúdo remetia simbolicamente a uma realidade sombria, causando estranhamentos e remetendo a outros contextos, principalmente à ausência de direitos abrangentes e específicos, de proteção legal contra as agressões homofóbicas. Sejam predominando os valores relacionados à festa, à alegria e ao orgulho ou aos valores relacionados à seriedade, ao luto e à violência, na Parada, o que se observava, é que a dramatização

presente tem efeitos reais e simbólicos, ao se estar lidando com os aspectos simbólicos da ação política que pode realmente desencadear transformações positivas.

Em sua análise do Estado-teatro Balinês através do ritual Negara Geertz (1980) observa que a política, em Bali, como em qualquer outra canto, é sempre “ação simbólica”. Geertz realiza uma análise no sentido de explicitar como a dramatização em que se constituía o Negara era a própria materialização da política existente em Bali, agindo e causando efeitos no terreno do simbólico e das práticas sociais. Assim como no Negara, poderíamos dizer, consideradas as proporções localizadas da Parada da Diversidade no contexto de Florianópolis, que o que se está manipulando, tanto num sentido pragmático como simbólico, são séries de performances carregadas de simbolismo político sobre os sujeitos LGBT e suas demandas, que se configura como estrutura de ação e pensamento, em que política e poder estão imbricados como coisas indissociáveis. Aí estão localizados de forma ampla dois campos de força em oposição que disputam o evento em suas formas e conteúdos, em discussões múltiplas sobre prestígio e legitimidade. A Parada, como evento comemorativo e passeata por direitos à diferença é sumamente performance expressiva, preocupada em dramatizar tanto a alegria atribuída aos diversos segmentos da sigla LGBT, como os aspectos não tão “festivos” presente na realidade destas pessoas, fazendo acontecer mudanças “reais” e simbólica ao serem performadas, tornando-a reais no espaço público da avenida. A distinção e limites entre seus efeitos “reais e pragmáticos” em oposição aos simbólicos não são assim, a princípio, claramente discerníveis, se é que a distinção entre realidade, imaginação e o simbólico possa ser definida de maneira geral. Isto se dá por que ao ocorrer a passeata na avenida, ao se representar a festa e o drama dos sujeitos LGBT, ao fazê-la acontecer, as mudanças e o próprio evento se “tornam reais”, em certo sentido, através da imaginação dos sujeitos que atravessam a avenida engajados nessa ação comunicativa. Neste sentido o evento serve então tanto como um fim em si mesmo, no quais as dramatizações da alegria e do sofrimento encontram lugar e expressão.

Neste jogo político duas forças disputavam o poder político e a legitimidade no interior do evento, disputando quais eram as formas e conteúdos de atuação políticas mais adequadas, ainda que, numa

dimensão simbólica, estes dois campos de forças estivessem se interpenetrando, ativista e empresarial, na disputa por poder e prestígio no interior do evento. Afinal o que se estava negociando não era tanto quem tinha maior legitimidade para “oficialmente” realizar o evento (de fato organizado anualmente pela AEGLBT/SC), mas sim quem tinha maior *status* e prestígio para representar e mobilizar pessoas em favor de sujeitos e direitos LGBT. Considerada em seu aspecto performático, a Parada era, num mesmo tempo, tanto um meio pragmático e “mecânico” pelo qual se poderiam materializar direitos, como também um contexto de materialização de ação política que trabalhava no terreno das transformações simbólicas a respeito das sexualidades e das experiências de diferença presente nas vidas de sujeitos LGBT. Tomando o político como especificamente simbólico, que age tanto no terreno das mudanças de significados sociais a respeito dos direitos e dos sujeitos LGBT ao mesmo tempo em que contribuí para a elaboração e materialização de efeitos pragmáticos na condição dos direitos legais garantidos nesta concepção, se torna um tanto paradoxal o modo como cada um dos campos em disputa na Parada discutem quais seriam os meios mais ou menos “políticos” para atingir tais fins.

Na articulação entre os diferentes interpretações e sentidos atribuídos ao evento que se definem as tensões discursivas e práticas a respeito da Parada. Surgem então questionamentos no contexto de embates entre diferentes instâncias ali em jogo: a quem o evento performático “serve”? Quem são os sujeitos se constroem nessas performances? Qual a maneira mais eficiente de conseguir e reivindicar direitos em eventos deste tipo? Diferentes performances ao longo das duas últimas edições do evento dizem respeito a compreensões distintas que permeiam a maneira como essas duas forças presentes no campo discursivo (ativistas e empresariais), envolvidas mais diretamente no acontecimento, enxergam estas questões, expressando modos diferentes de pensar e “fazer política” num evento desde tipo, maneiras estas relacionadas aos campos em que são articulados os discursos sobre direitos e sujeitos LGBT. A tensão estabelecida estava definida a partir do momento em que esferas distintas, empresariais e ativistas, se encontram em oposição ao discordarem das maneiras pelas quais cada uma delas “faz política”.

Dois episódios já relatados podem atestar essas diferenças no “fazer política” de cada dos campos ativistas e empresariais, representando “iniciativas políticas” e, desse modo, maneiras diferentes de compreender o “político”. O que se observou foi uma dinâmica em que, muitas vezes, cada umas destes campos desqualificavam as ações políticas de cada uma destas esferas: os ativistas acusando as ações dos empresários como “despolitizadas” e o empresários acusando as atividades do ativismo enquanto “oportunistas”. No caso, estas dinâmicas podem ser mais bem visualizadas nos dois episódios (mas que permeiam toda a preparação e realização do evento), que se referem ao projeto de lei, e à sua centralidade nos discursos da parada de 2009, e o outro se refere à performance já descrita em torno da faixa em que se lia “homofobia mata”, realizada pelo ativismo na Parada de 2010.

Embora existissem performances diferentes as duas eram “políticas”, e o que estava em disputa na verdade eram as diferentes dimensões e a própria definição do que é “político” naquele contexto. Se pensarmos que tanto ativistas quanto empresários intervieram em instituições reconhecidas como “espaços tradicionais do fazer política” (como a Câmara de Vereadores, por exemplo) observamos que ambos os pólos em disputa recorrem a um tipo de ação que privilegia uma dimensão da política que está relacionada à “política prática institucional”, com suas instituições e formas de organização pragmáticas, ao mesmo tempo em que “agem” em outros terrenos simbólicos. Ao mesmo tempo, ambas as esferas empreendem um disputa em torno de uma dimensão do “político”, numa compreensão que toma o conceito enquanto modo pelo qual qualquer relação humana (dentro e fora de eventos massivos como a Parada) está permeada, num sentido ontológico, por relações de conflito, antagonismo e de lutas localizadas e desiguais por poder e hegemonia (MOUFFE, 2007). Não se poderia pensar então na superação do conflito e da disputa política na Parada, pois numa dimensão expandida da disputa que ali se desenvolve, o antagonismo é insuperável. Considerando a Parada como um contexto político democrático e performático é inevitável que se supere o jogo desigual pelo poder político entre os campos que disputam sua organização e realização, de modo que estes se tornam então contextos nos quais se primam por concepções diferentes a respeito do que seja ou não político, ao

mesmo tempo em que se preserva a possibilidades de defesa e existência de múltiplas posições políticas. Sem apelar para uma tendência ao consenso entre posições políticas, se trataria de atuar politicamente mobilizando diferentes posições, num espaço que inevitavelmente é constituído de conflitos e negociações.

Na Parada o que se potencializa no evento é justamente a visibilidade para demandas e direitos, assim como para a existência de outros sujeitos que não se enquadram nas prerrogativas dos modelos heteronormativos. Neste sentido, considerado como um campo de potência e performance, a Parada é disputada por se constituir como palco privilegiado onde se materializa a própria visibilidade que é também política e por isso mesmo disputada, seja para fins empresariais e de poder social no caso do empresariado ou para a obtenção de prestígio e articulação política nas esferas do ativismo. É um contexto no qual fundamentalmente se está lutando por uma política de representação e reconhecimento. Constitui-se como um esforço coletivo por “reconhecimento e direitos à diferença”, em busca de uma transformação cultural, social e simbólica (FRASER, 2007).

2. Sujeitos, direitos e cidadania LGBT⁵⁴

Como contexto performático em que se articulam uma série de estratégias para visibilizar e lutar por sujeitos e direitos LGBT, a Parada se evidencia como espaço em que as próprias noções e representações sobre estes mesmos sujeitos e seus direitos são constantemente articuladas e (re)formuladas, refletindo, de maneira localizada e específica, uma série de debates contemporâneos a respeito de gênero, sexualidade e identidades existentes no interior do movimento LGBT, do empresariado GLS/GLBT e também nas universidades, no contexto brasileiro contemporâneo. Estes vários contextos influenciam uns aos outros e criam jogos de espelhamento, legitimação e deslegitimação, debates e embates que nos levam a pensar sobre as

⁵⁴ Parte das reflexões apresentadas a partir deste tópico tem sua origem nos debates teóricos inicialmente desenvolvidos em trabalhos e seminários realizados no contexto da disciplina “Teorias do Sujeito”, ministrada pela Dra. Sônia Weidner Maluf no PPGAS/UFSC no segundo semestre de 2009.

inúmeras possibilidades e situações em que indivíduos se constituem enquanto sujeitos, através de variados modos de subjetivação.

Em uma configuração local brasileira, e nas especificidades próprias de um evento que se realiza no sul do Brasil, na Parada da Diversidade também se expressam os debates a respeito das identidades em suas conformações contemporâneas, identidades essas que são continuamente (re)inventadas e representadas ali numa articulação que se dá principalmente entre gênero e sexualidade e que agrega também outros variados marcadores de diferenças. A conformação e expressão destas “identidades” localizadas e contextuais buscam ali continuamente sua representação e legitimação, visando quase sempre, principalmente nos discursos de ativistas e empresários, algo que vem sendo definido como a luta pela cidadania plena, em que se destacam a luta por direitos para as pessoas LGBT. Os questionamentos sobre o que sejam os sujeitos e os direitos LGBT surgem em variados “cenários”, ganhando matizes e nuances específicos, dependendo dos agentes em questão.

No contexto do ativismo, em sua existência de mais de trinta anos no país, continuamente “novas identidades” “surgem” e são constantemente agregadas à sigla que designa o próprio movimento social, isto é, movimento LGBT, ou em alguns debates, LGBT, como forma de legitimar e representar certas especificidades, existências e vivências de sexualidades, numa conjuntura em que um modelo hierárquico de classificação local a respeito das práticas sexuais homossexuais é pouco a pouco substituído por modelos de individualismo fortemente marcados por valores igualitários a respeito de sujeitos envolvidos em práticas sexuais não heterossexuais. Paralelamente, nas configurações empresariais e comerciais recentes, especialmente durante os anos noventa e 2000, articula-se um nicho de mercado que expressa também as variadas identidades e vivências da sexualidade em contexto nacional, nicho este que se tornou conhecido inicialmente como GLS (voltado para gays, lésbicas e para uma categoria de pessoas designadas como simpatizantes) e que hoje, como veremos em relação ao empresariado que visa a este público na cidade de Florianópolis, começa a referir-se às suas atividades como empreendimentos voltados ao público GLBT, já uma modificação em relação ao termo inicialmente adotado (GLS), com a “inclusão” das

letras “B” e “T”, buscando atrair e incluir os segmentos de bissexuais e transgêneros.

Ao mesmo tempo, no contexto de estudos acadêmicos nas universidades brasileiras, onde desde os anos 70 ao menos existem produções a respeito de práticas sexuais não heterossexuais, uma séries de novos estudos e pesquisas surgem influenciados tanto pelos movimentos sociais que se organizam e se expressam no país (movimento negro, feminista, homossexual, operário e sindicalista) e também pelas mudanças sociais ocorridas desde o fim da ditadura. Além disso, também os recentes estudos sobre sexualidade e gênero realizados em universidades estrangeiras, principalmente na Europa e nos Estados Unidos, influenciam decisivamente o tipo de debate e de pesquisas realizadas sobre estas questões, retomando os questionamentos a respeito das identidades, sujeitos e direitos presentes e representados nestes mesmos movimentos sociais contemporâneos. Muitas destas discussões e dinâmicas entre ativismo, movimento e academia, na esteira de debates sobre a modernidade e a pós-modernidade, formulam ponderações a respeito das possibilidades de inclusão e limitações dos ideais modernos de cidadania, a partir das existências de experiências e sujeitos que “escapam” a estes mesmos ideais. Como veremos a seguir, a inter-relação destas conjunturas e contextos se expressa na Parada da Diversidade como mais um dos campos ali em disputas, em que paradoxos e perguntas ainda sem respostas são articulados através de inúmeras performances que, embora sejam semelhantes nem sempre dizem respeito às mesmas coisas ou remetem aos mesmos significados.

2.1 De categorias hierárquicas à igualdade

Como dito, o debate a respeito de sujeitos e direitos LGBT na Parada da Diversidade, como uma questão de polêmica e como centro de alguns dos principais debates entre ativistas e empresários ao longo da pesquisa de campo, não surge de maneira gratuita ou fortuita, mas como fruto de uma série de experiências sociais e de interações entre diferentes esferas (ativismo, empresariado, academia, etc.) a respeito do que sejam, como vivem e quais as demandas políticas e sociais de pessoas LGBT no Brasil, de modo que, atualmente, sejam no debate público contemporâneo ou esferas governamentais as discussões

sobre a “Cidadania dos sujeitos LGBT” ganham potência, tornando-se inclusive uma das temáticas e polêmicas nas dinâmicas da última eleição presidencial no país no ano de 2010⁵⁵. A pesar da grande “audiência” que o debate político sobre os sujeitos LGBT e seus direitos tem atualmente no contexto brasileiro, como fruto da interação entre as diferentes esferas citadas e principalmente a partir das lutas do movimento LGBT brasileiro, relatos sobre as experiências de sujeitos que vivenciam experiências e modos de sexualidade não conformes com o modelo heterossexual podem ser observados desde muito tempo e em diferentes contextos sociais brasileiros, sendo que foram abordados por diferentes estudos ao longo dos anos.

No Brasil a maior visibilidade dos sujeitos e experiências homossexuais, suas sucessivas transformações e segmentações é resultado de todos estes processos sociais anteriores (tais como as considerações a respeito dos “sujeitos homossexuais” no campo criminal e psicológico), em que as definições sobre as especificidades atribuídas a estes indivíduos enquanto sujeitos sempre foi constante reafirmada, principalmente no interior do movimento social que surgia e nos estudos acadêmicos realizados sobre sexualidades e, mais recentemente, nas definições de cunho comercial, elaboradas a partir das iniciativas empresariais voltadas a esta população. Uma das questões que a luta por visibilidade e reconhecimento de direitos traz é a das “identidades” homossexuais ou LGBT. Pretendo aqui rastrear a configuração da noção de “identidade” quando se falam sujeitos LGBT e que me parece, é o foco de origem dos debates quando se trata de lutar por direitos destes sujeitos, pelo menos no contexto brasileiro, mesmo que, recentemente, em discussões a respeito das identidades, críticas tenham sido direcionadas à maneira essencializada na utilização a noção de “identidade” no contexto do movimento social LGBT. Buscarei realizar este “rastreamento” abordando vários

⁵⁵ Neste ano, durante as eleições presidenciais, houve um debate nacional entre os candidatos ao cargo de presidente, que polarizou-se entre os dois candidatos favoritos ao cargo, Dilma Rousseff (Partido dos Trabalhadores) e José Serra (Partido Social-Democrata do Brasil), a respeito das uniões civis entre pessoas do mesmo sexo. Ao longo de suas campanhas as posições dos dois candidatos citados se revelaram desfavoráveis à aprovação legal das uniões civis entre pessoas do mesmo sexo, em função de alianças políticas e de apoio eleitoral que almejavam, sendo que de modos diferentes os dois candidatos firmaram compromissos políticos de campanha e alianças com as bancadas parlamentares cristãs (evangélicos e católicos) no Congresso Nacional.

contextos em que os debates identitários a respeito dos sujeitos LGBT surgem, principalmente a partir das discussões sobre estes aspectos no interior do movimento social LGBT, mas também nas inter-relações e interações destas esferas com o contexto de debates acadêmicos e com as elaborações conectadas com concepções comerciais e empresariais a respeito destas identidades, sujeitos e direitos.

Diversos estudos têm apontado para os sessenta e setenta como um momento em que uma vivência mais igualitária da homossexualidade aparece no Brasil, sobretudo urbano, contrapondo-se ao modelo hierárquico hegemônico, que estabelecia, no caso das homossexualidades masculinas, dicotomias entre os sujeitos entre a “bicha” e o “bofe”, o feminino e o masculino, etc, conforme analisou Peter Fry (1982). James Green pontua em seu livro *“Além do carnaval”* (2002) a diversidade de experiências homossexuais no Brasil ao longo do século XX, notadamente as experiências de homossexualidade masculina – assinalando de maneira diferenciada os tipos de vivências destas experiências, que não se conformam em esquemas prontos de oposição entre “homossexualidade” e “heterossexualidade”, revelando a recente formulação destas categorias em diferentes contextos sociais. Peter Fry observa como James Green pôde evidenciar em seu livro as mudanças na maneira conceber as experiências das relações sexuais ditas “homossexuais” no Brasil, a partir do nascente movimento homossexual brasileiro:

Aqui no Brasil ficou cada vez mais claro que para muita gente era demasiado importante saber da “atividade” ou “passividade” sexual dos homens (...). Mas importante do que o sexo dos parceiros era sua relativa “masculinidade” ou “feminilidade” (...). Com o tempo, porém, ficou também claro que essa não era a única maneira de organizar as relações sexuais e afetivas entre homens no Brasil. Nesse meio [das classes médias], todos os homens que mantinham relações com outros homens, independente do que faziam na cama, eram considerados homossexuais. Além disso, havia um certo repúdio à divisão “ativos” e “passivos” e uma ênfase crescente na igualdade entre parceiros.

Essa posição foi mais ou menos predominante no movimento homossexual, que se espelhava no movimento feminista com sua crítica aos papéis de gênero. (FRY, 1982, p. 10)

Essas novas formas de experiência das relações homossexuais que surgem em meados dos anos setenta são analisadas por James Green em seu estudo, que mostra como ela se distinguiam das vivências de homens que se relacionavam com homens no Brasil no início do século XX, sem que se configurassem ainda enquanto identidade, mas si enquanto formas de experiência e vivências de sexualidade não heterossexuais. Uma nova sociabilidade que se desenrolava em bares, boates e saunas e nas experiências de michês e travestis nas ruas, que se transfiguravam também em órgãos da imprensa alternativa marginal e independente, de oposição à ditadura, como o jornal “Lampião da Esquina”, um das primeiras publicações votadas às “minorias sexuais” no Brasil; que se evidenciava com brilho nas apresentações de transformistas e de figuras artísticas andróginas (tais como Caetano Veloso e Ney Matogrosso ou o grupo Dzi Croquetes) ou nas experiências de identificação e de vivência da sexualidade a partir das ações e discussões existentes no movimento homossexual brasileiro que surgia naquele momento.

Neste novo contexto e compreensão sobre as sexualidades, estudos sobre sexualidades e mais especificamente sobre os novos movimentos sociais, como foram denominados na literatura das ciências sociais, começaram a ser realizados mais intensamente no país a partir das décadas de setenta e oitenta, conforme aponta Facchini (2003, p.47), explicitando como puderam tornar-se objetos de pesquisas sociológicas e antropológicas. Um destes estudos, realizado nos anos setenta e início dos anos oitenta é o trabalho de Edward MacRae (1985), que em sua pesquisa sobre o Grupo Somos (caracterizado por muitos como a primeira organização do movimento homossexual brasileiro) vai delimitar uma área de estudos voltados à compreensão das dinâmicas próprias de movimentos sociais vinculados a população homossexual e sua relação com a construção de identidades coletivas, enquanto agente político no contexto de abertura após a ditadura. A pesquisa resultou no livro *“Construção da Igualdade – identidade sexual e política no Brasil da ‘Abertura’”* de

Edward MacRae (1990), adaptado a partir da tese de doutorado do autor na Universidade de São Paulo, sob orientação dos professores Peter Fry e Eunice Durham, e que se constitui como obra de referência quando se trata pesquisa sobre o moderno movimento homossexual no Brasil.

Como pesquisa realizada num interessante momento do movimento homossexual no país, o trabalho de campo do autor se desenvolveu como aproximação etnográfica junto ao Grupo Somos, sendo o autor, na época da pesquisa, integrante e militante do grupo e pesquisador, antropólogo em formação, que participava dos diversos eventos e da vida cotidiana do grupo. Trabalho de MacRae é marcado pelo contexto de articulação de um novo movimento social que se organizava a partir de identificações imediatas, baseadas em ações conjuntas e experiências de convivência entre os militantes (formuladas a partir da noção de “comunidade”) e onde a independência em relação a partidos e demais organizações “de esquerda” ou “classistas” era forte traço característico. A pesquisa aborda questões centrais que MacRae identificou em seu campo junto ao grupo *Somos*: a construção de um ideal igualitário entre os homossexuais, baseado na elaboração de uma identidade política e sexual coletiva. Evidenciam-se também os processos contraditórios inerentes a este projeto identitário, onde as diferenças dentro do próprio movimento desafiavam a homogeneidade pretendida por uma identidade coletiva igualitária. As diferenças entre homossexuais masculinos, lésbicas e as questões de “raça” e de gênero, potencializadas pelas inter-relações entre o movimento feminista e do movimento de negros e negras, ficavam cada vez mais claras no contexto do movimento homossexual brasileiro, apesar do ideal igualitário estivesse ali fortemente presente, tornando-se fator importante para as cisões posteriores de uma parte do grupo *Somos* em diversos subgrupos.

O autor nos leva a pensar sobre o ideal de identidade homossexual igualitária, que se demonstrou cada vez mais questionado na dinâmica interna do próprio movimento posteriormente (a segmentação expressa nas diversas siglas que o movimento adotou, por exemplo) e sugere também o modo como se conformaram relações que os movimento e grupos de militância homossexual estabeleceram com os partidos e o Estado na segunda metade da

década de oitenta e noventa, com a reorganização do sistema partidário no “Brasil da abertura política”, após a ditadura militar. Ao considerarmos na composição do Movimento durante este período, durante os anos oitenta e em parte dos anos noventa, o movimento era principalmente constituído por grupos e coletivos de homossexuais, organizações não governamentais que se voltavam ao atendimento ou às demandas específicas da população homossexual, além de setoriais de partidos políticos.

Para a compreensão do Movimento ao longo dos anos noventa o trabalho de Regina Facchini, *Sopa de Letrinhas: Movimento Homossexual e Construção de identidades coletivas nos anos 90: um estudo a partir da cidade de São Paulo (2003)* - editado a partir da dissertação de mestrado da autora defendida no ano de 2002, pois a autora contextualiza o movimento homossexual brasileiro em suas novas formas de organização, sugerindo as diferentes configurações que este assumiu durante o período. Realizando amplas articulações teóricas e relacionando-as com seu objeto de pesquisa a autora vai abordar a história do movimento ao longo dos últimos vinte anos (até no início da década de 2000, momento no qual a autora finaliza a investigação) e contextualizar, como foco e recorte de seu estudo, o Grupo Corsa, um dos coletivos envolvidos na articulação inicial da Parada do Orgulho GLBT de São Paulo durante os anos noventa. O esforço central que permeia o trabalho da pesquisadora é evidenciar como as diversas siglas que o movimento tomou para si ao longo dos anos poderiam expressar também diversas transformações identitárias, políticas e novas conformações sociais pelas quais passou o movimento e também o surgimento dos mais diversos agentes naquele contexto. A autora realiza um excelente exemplo de revisão teórica sobre a literatura das ciências sociais a respeito dos movimentos sociais e de identidades coletivas, especialmente a respeito do movimento homossexual brasileiro, em suas relações com as ONGs.

Facchini observa que no Brasil, desde longo período, se realizam estudos sobre ações coletivas ou associativismos, onde diversos caminhos analíticos e teóricos foram traçados nas pesquisas realizadas. A autora pontua a elaboração, nas ciências sociais, das categorias “movimentos sociais” e, em momento posterior, de “novos movimentos sociais” e nas disputas em torno dessas categorizações, quando relacionadas com a categoria “movimentos populares”.

Facchini articula, explanando a partir de alguns eixos, definições sobre esta relação: problematiza que o movimento homossexual, como tratado na literatura, seria distinguido como um movimento alternativo (diferenciado de outros movimentos coletivos de recorte classista e de esquerda) e que a distinção entre “novos” e “velhos” movimentos não se aplicaria ao caso de movimentos coletivos delineados a partir de “identidades coletivas”, como no caso do movimento que a autora estuda.

Os trabalhos de Facchini, MacRae, e Green aqui abordados sugerem como as vivências no campo da diversidade sexual e o próprio movimento LGBTT foram sendo construídos nas experiências sociais de sujeitos, ao longo de décadas de mudanças sociais nas formas de compreender e de conceber indivíduos que não se enquadravam nos modelos heteronormativos, expressando as tensões e dinâmicas próprias do movimento social que se conformava, em que a “vivência da sexualidade”, um tipo de politização do privado, ganhava relevância. Nos estudos, que também emergiram e cresceram sobre o tema,

A reflexão dos pesquisadores também aponta para outra questão interessante: a ocupação de espaços públicos por grupos de homossexuais e o potencial sumamente político atribuído a esta população pelos pesquisadores.. Em alguns casos as vivências individuais de sexualidades não heterossexuais se restringiam ao espaço privado, num momento histórico em que ainda não existiam no Brasil movimentos libertários em relação à sexualidade e, neste sentido, ainda não tinha se iniciado um movimento de “politização da vida privada”, sendo estas vivências acumuladas em meio à uma rede de relacionamentos que se restringiam a reuniões privadas, festas e outros tipos de sociabilidades. O “assumir-se” não se constituía como foco central destes contatos e nem sequer como uma “ação política” ou como categoria adotada por um grupo. Neste sentido, num momento posterior destes estudos, a politização do privado e a articulação pública de uma identidade coletiva homossexual que ocupa o espaço público, se tornam a questão central dos trabalhos de MacRae e Facchini. Esta problemática a respeito da identidade homossexual toma formas distintas ao longo das elaborações dos autores: vemos uma modificação deste contexto nos anos oitenta a partir da pesquisa de MacRae, onde a construção pública de uma identidade homossexual igualitária é desafiada pelas inevitáveis e

inescapáveis diferenças entre lésbicas, gays, travestis, bissexuais, negros e negras e mulheres e entre tipos de militância diferenciados. Uma significativa mudança ocorre também no panorama vislumbrado durante os noventa, analisado por Facchini, em que a segmentação e particularização destas diferenças entre pessoas e suas identidades LGBT evidencia-se até mesmo na sigla que adota o movimento, deixando de designar-se exclusivamente como “Movimento Homossexual” para torna-se “Movimento LGBT” no fim da década de 2000, ocupando agora o espaço público de maneira nunca antes vista, com a articulação das massivas Paradas Gays em diversas cidades do país e em cidades do interior do país, onde antes a existência de tais eventos seria pensável.

Neste novo contexto do movimento, a independência em relação a partidos e em relação ao Estado, um traço característico do movimento homossexual brasileiro nos anos oitenta, se transforma num outro tipo de relação. Nos anos noventa e 2000 rearticulações no movimento LGBT potencializam mudanças na criação de uma relação distinta com os governos, partidos e com as ONGs. As próprias ONGs surgem como “novas” formas de organização no contexto do movimento e as questões em torno da autonomia, tão vivamente presentes no trabalho de MacRae e no movimento dos anos oitenta, perdem força no novo contexto político dos anos noventa, passando-se para uma preocupação nitidamente voltada para outras formas de atuação política - bastante diferentes da atuação e ações dos anos oitenta - tipo de ações que talvez apontassem para uma institucionalização do movimento, ressaltando-se as novas redes de relações políticas articuladas entre militantes, mercado e Estado.

Neste sentido, as novas formas de organização política dentro do movimento ganham especial atenção por parte da pesquisa de Facchini, no momento em que fica evidente que diversos grupos se transformam em ONGs e mantêm diferenciados tipos de relação com o mercado, o governo e a população a que dedicam suas ações. Isso fica marcado especialmente nos relacionamentos entre grupos e ONGs do movimento e a população LGBT, ganhando relevo a fértil elaboração de categorias para descrever as homossexualidades em suas diversas manifestações públicas e neste sentido, propiciar novas formas para a compreensão do que seriam as várias “identidades homossexuais”, por parte dos militantes, dos sujeitos que se identificam enquanto LGBT e

também da percepção da população em geral a respeito das homossexualidades. Este processo também revela as dinâmicas em que essas identidades se conformam, já que as identidades se conformam sempre num processo dialético de exclusão e distinção com um fora, num processo de diferenciação com aquilo da qual não faz parte. Revelaria talvez os contraditórios processos pelos quais se conformam “sujeitos”, num processo de naturalização destas mesmas identidades. Neste contexto novos discursos são articulados tanto pelos indivíduos que vivenciam suas identidades dentro e fora do Movimento, e também se desenrolam em outros espaços de sociabilidade que ganham novas configurações, tais como as casas noturnas, saunas, sites de relacionamento, etc.

Trabalho como os de Isadora Lins França *“Cercas e pontes: o movimento GLBT e o mercado GLS na cidade de São Paulo.”* (2006), dissertação de mestrado em Antropologia Social na Unicamp, sob orientação de Júlio Assis Simões, aborda as recentes articulações entre a o Movimento LGBT, no contexto da Parada do Orgulho GLBT de São Paulo, e o mercado GLS na cidade. Enfocando as articulações entre estes dois contextos conformadores de discursos, Lins França vai dialogar com a literatura sobre o Movimento LGBT e vai situar de maneira inovadora o papel que adquire o mercado GLS nas percepções a respeito das identidades LGBT. A pesquisadora sugere que a crescente visibilidade de uma população LGBT proporcionada através das Paradas influencia para que os objetivos e o caráter destes eventos começassem a ser disputados no interior do movimento ao mesmo tempo em que a influência do mercado voltado ao público homossexual cresce e as iniciativas governamentais em relação à “população LGBT” parecem mais freqüentes (FRANÇA, 2006).

Nos últimos anos é notória influência exercida pela mídia e pelas empresas nas Paradas em função do fortalecimento e da segmentação cada vez maior do mercado voltado à população LGBT. Uma das expressões deste processo ocorre na maior parada do Brasil, a parada do orgulho GLBT de São Paulo. Essa Parada surgiu inicialmente como iniciativa de grupos homossexuais, setoriais de partidos e organizações acadêmicas que, pela iniciativa de seus militantes angariavam financiamento principalmente entre sindicatos, dos quais alguns deles faziam parte (FRANÇA, 2006). Ao longo dos anos esta configuração se modifica e outros agentes surgem como impulsionadores na

organização das paradas, como casas noturnas voltadas ao público homossexual, empresas e o governo. Na quarta Parada de São Paulo o portal de internet IG foi um das empresas patrocinadoras da Parada de São Paulo e segundo França (2006) esta ficou conhecida entre alguns dos organizadores como a “Parada da IG”. Atualmente a Parada do Orgulho de São Paulo é financiada pela Caixa Econômica Federal, pelo Ministério do Turismo do Governo de Luís Inácio Lula da Silva e pela Prefeitura de São Paulo. Cada vez mais os agentes vinculados ao mercado e ao próprio Estado surgem como importantes elementos envolvidos na conformação do evento.

No contexto da Parada da Diversidade de Florianópolis o envolvimento de empresários, principalmente ligados às casas noturnas, e da prefeitura de Florianópolis cumprem importante papel para o seu surgimento e consolidação como vimos anteriormente. Um trabalho que aborda este novo mercado na cidade é a pesquisa de Mário Ferreira Resende, “O dinheiro cor-de-rosa: um estudo crítico sobre o mercado homossexual” (2003), Neste trabalho Resende realiza um estudo histórico sobre o movimento homossexual no Brasil e observa como, ao longo dos anos noventa, vinha se consolidando este mercado, através das múltiplas publicações voltadas aos homossexuais - tais como a revista carioca *Sui Generis* e a paulista *G magazine* - e através de um novo conceito que surgia, borrando as fronteiras da militância política e do consumo voltado a uma parcela desta população:

O conceito ‘GLS’ surge (gays lésbicas e simpatizantes) marcando uma nova fase na forma de abordagem da questão homossexual. Inspirado no conceito norte-americano de ‘gay friendly’, o termo GLS permitiu uma maior flexibilização das fronteiras do gueto, a partir da inclusão da categoria ‘S’ de simpatizantes uma vez que, a partir de agora, qualquer pessoa podia freqüentar o gueto homossexual sem que isso representasse um atestado de qualquer padrão comportamental. (...) Temos a constituição do universo GLS como um importante segmento de mercado de consumo e (...) delimitando os enunciados que reforçam o universo GLS visado

como grupo de consumo. (...) Assim, pela identificação do universo GLS como potencial e promissor mercado de consumo, há a proliferação não apenas de serviços voltados a esse grupo, mas também de uma série de discursos valorativos da ‘identidade’ homossexual. Dessa forma, há uma ratificação do espaço GLS (valorizado) em virtude da própria expansão do capitalismo. (REZENDE, 2003:91)

Analisando o contexto de Florianópolis podemos avaliar que a Parada da Diversidade já surge como um evento no contexto de “expansão” do modelo das grandes manifestações públicas de expressão do orgulho LGBT primeiramente realizadas em grandes cidades como Rio de Janeiro e São Paulo, durante o final dos anos noventa. O evento, que se inicia como vimos, na metade dos anos 2000, já surge como uma atividade que potencializa em si mesma uma série de tensões entre os campos ali representados, guardadas as proporções e as relações diferenciadas entre empresariado, GLBT e ativismo LGBT na região se comparado a outras regiões do país, em que existiam eventos deste tipo há pelo menos dez anos. Um estudo que aborda estas relações em seu início no evento é o de Rodrigo Farias Pereira (2006), trabalho de conclusão de curso de Graduação em Serviço Social na UFSC, em que o pesquisador vai analisar a primeira Parada da Diversidade no ano de 2006, evidenciando os processos de discussão que existiam neste momento entre agentes do movimento e os empresários ligados ao mercado GLS na cidade, enfocando principalmente as lutas e disputas que já existiam então a respeito das identidades representadas no evento e também o tipo de formato e objetivos que a Parada tomaria frente à necessidade de obtenção de direitos e reconhecimento em relação aos sujeitos LGBT na cidade. Outro estudo que aborda estas questões é o de Fernando Taques (2007), sobre Movimento LGBT de Santa Catarina em suas relações com as ONGs, abordando questões relacionadas ao empoderamento relacionadas às lutas e investidas contra as diferentes formas de discriminação e pela conquista de direitos, e nas relações que estes grupos mantinham com a população LGBT na região.

Nestes debates e nas evidências encontradas em campo, se explicita que a categoria “identidade” está em constante negociação

discursiva, entre agentes vinculados ao mercado e ao movimento e também nos discussões realizadas desde a academia, sendo abordadas a partir de diferentes perspectivas. O conceito de “identidade” também é objeto de reflexões e debates críticos no interior da academia, em que a partir de algumas discussões teóricas que tem como referência os debates pós-estruturalistas e os estudos culturais, o conceito de identidade é escrutinado e no mínimo colocado sob tensão. O debate sobre identidade permeia os discursos tanto do ativismo como do empresariado, que desenvolvem considerações do que sejam os sujeitos LGBT, buscando uma perspectiva de mudança social a partir de iniciativas para a obtenção de direitos e ampliação dos modelos de cidadania, incluindo “novos” sujeitos de direitos, implicando também em discussões sobre as concepções modernas a respeito das categorias de “pessoa” e “indivíduo” e dos direitos individuais e coletivos, debates que abordarei a seguir.

2.2 Desconstruções: Sujeitos e subjetivação e intersecções

Pretendo neste ponto refletir brevemente sobre como algumas teorias nos ajudam a pensar sobre as categorias negociadas no campo de discursos e performances através da Parada da Diversidade. Tanto a teoria antropológica a respeito destas categorias, como as elaborações nativas a respeito de “sujeitos”, identidades e suas conexões nos auxiliam a refletir a respeito das atuais discussões sobre as múltiplas identidades representadas e defendidas pelo ativismo LGBT como nos diferentes públicos que o empresariado GLBT busca agrupar em torno de suas iniciativas, sempre apontando para uma dimensão moderna a respeito das liberdades e dos direitos destes sujeitos, ou seja, igualitária e que só se tornam sujeitos por que são vistos como sujeitos de direitos. Viso então realizar brevemente um apanhado de algumas destas teorias e, a seguir, refletir como alguns destes debates acadêmicos também influenciam o movimento social e as iniciativas comerciais voltadas para o público GLBT. Muitas destas teorias realizam um processo de desconstrução das categorias “sujeito” e “identidade”, provocando uma reviravolta na maneira convencional de entendimento a respeito dos sujeitos do movimento social e nas simplificações dos mesmos quando se trata de definir os indivíduos visados como público alvo das iniciativas comerciais GLBT.

A possibilidade de reflexões sobre categorias “sujeito”, e “identidade”, no contexto deste trabalho, só é possível graças às discussões clássicas no campo de estudos antropológicos acerca das categorias de pessoa e de sujeito como objetos de reflexão teórica e empírica realizadas por autores tais como os estudos clássicos de Marcel Mauss (1979), as preocupações em torno das categorias de *pessoa* e do *indivíduo*, e contemporaneamente os dilemas em torno da “identidade,” sempre interessaram ao Ocidente e ao campo de estudos antropológicos, mesmo que a questão tenha sido “relegada a um status marginal” depois de estudos pioneiros tais como os de Lévy-Bruhl (1957) e Leenhardt (1977) e do próprio Mauss (GOLDMAN:1999: 84) e posteriormente as pesquisas de Louis Dumont (1985) acerca do individualismo moderno

Os Estudos Queer e os Estudos de Gênero e Sexualidade retomam a problematização destas categorias, refletindo sobre as questões referentes à pessoa, indivíduo e sujeito e também sobre as questões identitárias. Autores como Foucault (1995) e Judith Butler (1998) intensifiquem este intercâmbio reflexivo e aprofundem as compreensões em torno da constituição daquilo que contemporaneamente concebemos enquanto *Sujeito*. Eles vão apontar justamente como a constituição deste *Sujeito* não se daria de forma uniforme e auto-centrada, se supomos um esquema linear evolutivo para o surgimento destas noções na vida social. Algumas de suas elaborações supõem que este *Sujeito*, surgido a partir da Modernidade, nunca se constituiu como *ser uno*, mas sim permeado por suas relações e negociado no contexto social permanentemente, sendo assim altamente contingente em sua condição conjuntural específica. Um sujeito que é negociado “no social”, nas esferas de vivência de determinada pessoa, num contexto específico.

Sobre algumas destas suposições Michael Agier e Stuart Hall também refletem em determinadas elaborações. Em seu artigo *Distúrbios identitários em tempos de globalização* (2001) Agier analisa o estado das questões identitárias na antropologia atualmente, num contexto de surgimento do que o autor chama as *novas culturas identitárias* relacionadas aos novos movimentos sociais da segunda metade do século XX. O autor observa que na antropologia, depois de um período de grande utilização da categoria de identidade, nas discussões próprias da disciplina, processou-se uma espécie de

distanciamento conceitual que possibilitou uma crítica da idéia de *identidade substancial essencializada*, relacionada especialmente às demandas de determinadas grupos sociais estudados por antropólogos. De certo modo tenta refletir sobre a maneira contingente pela qual a “identidade” foi construída tanto nas discussões antropológicas, quando em sua elaboração entre grupos sociais específicos. Da mesma forma, em seu artigo *Quem precisa de Identidade* (2000) Stuart Hall também realiza uma crítica “desconstrutivista” das afirmações sobre o conceito de identidade afirmando existir hoje um debate crítico em torno dessa noção, quando tomada como algo integral e unificado, realizando-se assim o que poderíamos chamar de uma “desessencialização” das concepções étnicas, raciais, nacionais e sexuais. Stuart Hall comenta como a noção de identidade necessita ser repensada para que possa ser concebida como um impulsionador de novas questões pertinentes ao campo de teorias e práticas sociais.⁵⁶

Ao trazer para o debate da identidade uma abordagem contextual, que implica na não aceitação de uma definição de identidade encerrada em si mesma, Stuart Hall menciona que os processos identitários nunca existem fora de contexto. Isto implica em evocar uma visão mais relativista na maneira como encaramos as identidades, consideradas como processos localizados, datados e conjunturais, que simplesmente desapareceriam se tomados como produtos já dados.⁵⁷ Judith Butler também aprofunda algumas implicações em torno das relações identitárias e do sujeito através da problematização presentes no artigo *Fundamentos Contingentes: o feminismo e a questão do “pós-modernismo”* (1998). No contexto das discussões pós-moderna e pós-estruturalista, a autora evidencia o descentramento das pré-condições

⁵⁶ “A identidade é um desses conceitos que opera sob rasura, no intervalo entre a inversão e a emergência: uma idéia que **não pode ser pensada da forma antiga, mas sem a qual certas questões não podem sequer ser pensadas**. [...] O conceito de identidade aqui desenvolvido não é, portanto um conceito essencialista, mas um conceito estratégico e posicional”. (HALL, 2000, p. 104-108).

⁵⁷ Algo também apontado em outro de seus artigos, como é o caso do artigo *Que negro é esse na Cultura Negra?* (2003). Fica explícita então a maneira como o autor elabora uma concepção relacional da identidade, não existindo uma definição autônoma da mesma e só existindo em contexto e em negociação nas inter-relações sociais e culturais, isto é, uma concepção aberta e inacabada de identidade, que está sempre por construir-se, num constante devir, em oposição a uma noção auto-centrada e acabada de identidade e sujeito. O autor indica que o ponto de partida de identidades individuais ou coletivas é o fato de que somos sempre o outro de alguém, ou seja, é necessário pensar-se a si próprio a partir de um olhar externo.

que baseiam o sujeito moderno e a noção de identidade, argumentando ser necessário exatamente descentrar algumas destas clássicas categorias (o universalismo, os fundamentos das teorias sociais, a individualidade, a identidade e o sujeito, sexo e corpo) caras à teoria social e política para justamente politizar os debates em torno das mesmas, evidenciando seus processos de construção e sugerindo que os próprios fundamentos destas teorias e destas categorias são contingentes.⁵⁸

A autora aprofunda, de maneira incisiva, a crítica a respeito da política identitária atual (principalmente em torno do feminismo) e problematiza, neste contexto, a tendência para a ontologização do corpo e do sexo, do sujeito universal e, poderíamos dizer, da sexualidade. Para Butler o “eu” é constituído por posições, matrizes de poder e discurso que o produzem enquanto sujeito viável.⁵⁹ Para a autora o sujeito e sua identidade se constituiriam também onde existe oposição e diferença e não somente por identificações ocasionais; o sujeito se constitui a partir de posicionalidades. Consciente deste debate Hall também menciona que as identidades são construídas por meio da diferença e não fora dela. Isso implica num reconhecimento perturbador de que é apenas por meio da relação com o Outro, da relação com aquilo que não é, com aquilo que lhe falta, que é possível constituir identidades; algo que alguns autores têm definido a partir do conceito de *exterior*

⁵⁸ “Recusar-se a pressupor, isto é, a exigir a noção do sujeito desde o início, não é o mesmo que negar ou dispensar essa noção totalmente; ao contrário, é perguntar por seu processo de construção e pelo significado político e pelas consequências de tomar o sujeito como um requisito ou pressuposição da teoria. (...) Todavia, esses “fundamentos”, isto é, as premissas que funcionam como base autorizante [das teorias], não são eles mesmos constituídos mediante exclusões que, se levadas em conta, expõem a premissa fundamental como uma suposição contingente e contestável? (...) Como poderemos fundamentar uma teoria ou política numa situação de discurso ou posição de sujeito que é “universal” quando a própria categoria do universal apenas começa a ser desmascarada por seu viés altamente etnocêntrico?” (BUTLER, 1998, p. 11-42).

⁵⁹ “Com efeito, esse “eu” não seria um “eu” pensante e falante se não fosse pelas próprias posições a que me oponho, pois elas, as que sustentam que o sujeito deve ser dado de antemão, que o discurso é um instrumento ou reflexão desse sujeito, já fazem parte do que me constitui. (...) Nenhum sujeito é seu próprio ponto de partida; (...) A crítica do sujeito não é uma negação ou repúdio do sujeito, mas um modo de interrogar sua construção como premissa fundamentalista ou dada de antemão.” *Ibidem*, p 18-19.

*constitutivo*⁶⁰. As identidades podem funcionar como pontos de identificação e apegos apenas devido a sua capacidade de excluir, de transformar o diferente em “exterior”, em abjeto. Assim o sujeito seria construído mediante atos de diferenciação que o distinguem do outro, seu *exterior constitutivo*. O que se evidencia, nas asserções de Hall e Butler, é a sugestão de que suposta a “unidade” (nas concepções auto-centradas) de identidades, na verdade, são construídas no interior do jogo do poder e da exclusão e não resultado de uma totalidade primordial.

Outro aspecto que surge como reflexão no horizonte seria que, mesmo como um processo permanente de recriação e construção identitária que se realiza continuamente e de forma aberta, há sempre uma possibilidade de fechamento e fixação destas categorias, uma reificação destas configurações identitárias temporárias. Assim o cuidado no ofício de investigação teórica e empírica deve estar comprometido em questionar permanentemente as próprias categorias utilizadas para realizar análises e pesquisas em campo, a fim de não “fechar” ou “fixar” suas implicações políticas e conceituais. Judith Butler aponta neste sentido ao questionar todo o processo de identificação existente no movimento feminista, identificando na categoria “mulher” e na categoria acabada e auto-centrada de “sujeito”, as categorias que devem ser questionadas e desestabilizadas para permitir toda a potência de sua politização enquanto conceito e mote de ação.⁶¹ Opera-se assim uma crítica dos próprios fundamentos não só da noção de sujeito, como

⁶⁰ Butler realiza esta discussão em diálogo principalmente com as teorias do filósofo Jacques Derrida e também com Chantal Mouffe, que também é influenciada pelo debate a respeito do conceito de *exterioridade* realizado pelo filósofo. Para este debate Conferir Mouffe, 1999.

⁶¹ “Querem as mulheres tornar-se sujeitos com base no modelo que exige e produz uma região anterior de degradação, ou deve o feminismo tornar-se um processo que é auto-crítico sobre os processos que produzem e desestabilizam categorias de identidade? Tomar a construção do sujeito como uma problemática política não é a mesma coisa que acabar com o sujeito; desconstruir o sujeito não é negar ou jogar fora o conceito; ao contrário, a desconstrução implica somente que suspendemos todos os compromissos com aquilo a que o termo “o sujeito” se refere, e que examinamos as funções lingüísticas a que ele serve na consolidação e ocultamento da autoridade. Desconstruir não é negar ou descartar, mas pôr em questão e, o que talvez seja mais importante, abrir um termo, como sujeito, a uma reutilização e uma redistribuição que anteriormente não estavam autorizadas. Desconstruir o sujeito do feminismo não é, portanto, censurar sua utilização, mas, ao contrário, liberar o termo num futuro de múltiplas significações, emancipá-lo das ontologias maternais ou racistas às quais esteve restrito e fazer dele um lugar onde significados não antecipados podem emergir.” Ibidem, p.24-25.

também das próprias teorias sociais a seu respeito declarando seu caráter profundamente contingente, para evitar um tipo de fundamentalismo teórico (essencialista) ou um universalismo estéril. Abrem-se também os sentidos e articulações em torno do conceito de identidade, pensadas assim como processos abertos de subjetivação, dispositivos onde experiências são vivenciadas, configurando sujeitos contingentes em constante transformação.

A crítica aos conceitos de sujeito leva-nos a pensar sobre os pecados e percalços do essencialismo, especialmente na discussão a respeito das identidades no contexto de movimento sociais. Frente à necessidade de não fixar as categorias identitárias, mas, ao mesmo tempo, tendo em conta que elas são necessárias, em algumas situações conjunturais, para certos tipos de movimentos e afirmações políticas e teóricas e para pensarmos certas questões no âmbito da teoria social, encontramos-nos em meio à uma problemática paradoxal ainda não plenamente resolvida, se é que necessita realmente ser resolvida. Retornando a algumas das elaborações de Stuart Hall em *Que negro é esse na Cultura Negra?* (2003) podemos notar como o autor constrói toda a sua argumentação de modo a problematizar como as recriações identitárias do movimento negro onde, segundo Hall, se localiza de maneira um tanto essencialista “o negro” no próprio movimento negro, de modo a legitimar movimentos unitários de reconhecimento e aceitação destas categorias identitárias, de modo a impulsionar mobilizações que pudessem modificar a vida da população negra em geral na conquista de direitos. Ao mesmo tempo Hall se pergunta se este movimento de “essencialismo estratégico”⁶², como modo de impulsionar algumas conquistas coletivas e frente a algumas situações conjunturais de luta social, seria ainda necessário atualmente. Ainda que reconheça o papel fundamental que tenha cumprido o essencialismo nas questões identitárias, Hall constrói seu argumento em torno desta crítica

⁶² Interessante aqui ressaltar que a definição teórica sobre o “essencialismo estratégico” foi cunhada e aprofundada por Gayatri Spivak⁶² em seu famoso artigo *Pode o subalterno falar?* (2003) onde a autora evidencia justamente a necessidade deste posicionamento conjuntural por parte de novos movimentos sociais, permitindo um tipo de essencialismo identitário momentâneo e solidário, como meio a partir do qual algumas conquistas poderiam ser alcançadas. É a partir destas elaborações de Spivak que Hall elabora sua crítica sugerindo que atualmente esta solidariedade temporária para a ação direta não seria mais imediatamente necessária.

questionando a validade atual deste essencialismo.⁶³ Ao aprofundar a atualidade deste modo de atuação no movimento o autor começa a apontar a falta de coerência em manter-se nestes marcos dentro o debate sobre as identidades, apontando o que poderíamos definir como certos limites atuais do essencialismo estratégico:

Um movimento para além desse essencialismo não se constitui em estratégia crítica ou estética sem uma política cultural, sem uma marcação da diferença. (...) O que esse movimento burla é a essencialização da diferença dentro de duas oposições mútuas ou/ou. O que ele faz é deslocarmos para um novo tipo de posição cultural, uma lógica diferente da diferença (...) [por exemplo,] os negros da diáspora britânica devem, neste momento histórico, recusar o binário negro ou britânico (...) [pois] o propósito da luta deve ser, ao contrário, substituir o 'ou' pela potencialidade e pela possibilidade de um 'e', o que significa a lógica do acoplamento, em lugar da lógica da oposição binária. Você pode ser negro e britânico, negra e britânica não somente porque esta é uma posição necessária nos anos 90, mas porque mesmo esse dois termos, unidos agora pela conjunção 'e', contrariamente à oposição de um ao outro, não esgotam todas as nossas identidades. Somente algumas delas estão, às vezes, envolvidas nessa luta específica. (HALL, 2003)⁶⁴.

Assim, tanto nas discussões teóricas no campo acadêmico, como nos debates políticos presentes nos movimento sociais identitários (no caso presente, o movimento LGBT brasileiro, o empresariado GLS e as Paradas Gays) um dilema se apresenta: recusar a fixação das diferenças identitárias - optando por um movimento de fluidez destas categorias

⁶³ "Onde estaríamos, conforme Bel Hooks comentou certa vez, sem um toque de essencialismo ou sem o que Gayatri Spivak chama de essencialismo estratégico, um momento necessário? A questão é se ainda estamos nesse momento, se esse constitui ainda uma base suficiente para as estratégias das novas intervenções." (HALL, 2003,, p. 326).

⁶⁴ *Ibidem* p.326

como modo de resignificá-las e politizá-las de maneiras distintas – e ao mesmo tempo necessitar de categorizações identitárias como modo de impulsionar modificações no espaço e na esfera social. Ultrapassar esta dinâmica um tanto binária é o que propõem Stuart Hall ao questionar-se se ainda se seria necessário o tipo de essencialismo estratégico que postula Gayatri Spivak, justamente por que hoje a questão já não seria definir se se é gay ou negro, ou mulher ou lésbica, mas sim assumir toda a potencialidade identitária da diferença, adotando um “e” como solução para este (falso) dilema, a partir da compreensão de que não são duas opções exclusivas (ou/ou) e assim ser mulher e lésbica, ser gay e negro, por exemplo. Lutar por questões pontuais em torno do reconhecimento político e jurídico tais como a união civil, o direito à adoção por casais do mesmo sexo ou por pessoas homossexuais, por leis anti-homofóbicas, pela modificação do nome civil ou pelo direito ao processo cirúrgico de transgenitalização não excluem ou entram em oposição com as problematizações em torno da essencialização ou fixação das identidades, em nome de maior fluidez de suas configurações, apontadas pela teoria de cunho pós-estruturalista, isto é, não impediriam a ação política reivindicatória conjunta e coletiva entre identidades configuradas na diferença. Ainda que possamos supor que não é compulsória uma exclusão binária entre uma ou outra posição, na discussão de suas implicações no contexto das relações estabelecidas por estes movimentos sociais, alguns conflitos podem surgir na discussão de que tipos de pautas, demandas ou então reivindicações são mais importantes e principais para os sujeitos que o movimento procura aglutinar e identificar. Mas que sujeitos do movimento LGBT ou que público alvo GLBT seriam estes? E ainda como se articulariam as diferenças entre as diferentes configurações identitárias presentes neste movimento (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros)? Ou mesmo como se processam os processos de inclusão e de exclusão de alguns segmentos identificados na sigla a partir das iniciativas empresariais?

2.3 Influências dos debates contemporâneos sobre sexualidades entre o empresariado e o ativismo envolvido na Parada

As questões levantadas acima poderiam ficar mais evidentes se perguntássemos: como se processam as discussões sobre quem são estes sujeitos representados no movimento LGBT e visados pelo empresariado GLBT e como eles se constituem enquanto tal em meio as suas diferenças? As discussões em torno do essencialismo e das configurações identitárias estão presentes no âmbito do campo de estudos acadêmicos, e que perpassam inevitavelmente as dinâmicas destes movimentos e influenciam também as iniciativas empresariais, se constituindo como focos centrais de algumas de suas próprias discussões internas atuais nestas esferas. O que está em jogo nestes debates é quem são estes sujeitos, e neste contexto, como lidar com aquilo que é comum e com aquilo que é diferente: tanto no ativismo e como no âmbito empresarial são qualificados como pessoas que vivenciam experiências marcadas por estatutos diferentes dos estabelecidos pelos modelos heteronormativos, mas existem as inegáveis diferenças que constituem sujeitos distintos (gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais), sugerindo talvez a possibilidade para a constituição de uma noção identitária menos fluida nestes espaços. Um exemplo mais emblemático poderia ser notado no caso na diferenciação existente entre travestis e transexuais, *drag-queens* e transformistas que vêm se intensificando nos debates internos ao movimento, e que eram anteriormente desprezadas nos debates entre os militantes gays, por exemplo. O aspecto central da questão seria justamente a percepção de diferenças na *diferença* (HENNING, 2008): não seria possível pensar sobre essa identificação mais abrangente de “homossexuais” sem considerar as diferenças que permeiam o movimento identitário homossexual e as diferentes hierarquias articuladas entre cada uma das diferenças expressas na multifacetada sigla, esta também em disputa assim como as Paradas.

No caso do movimento, talvez estas dinâmicas sejam mais visíveis explícitas de modo que ao longo de sua história e de sua configuração brasileira, as transformações identitárias e a inclusão de “novos sujeitos” representados no movimento ficaram, como observados antes, cada vez mais evidentes quando consideramos sua denominação inicial (Movimento Homossexual Brasileiro) e a forma que toma hoje na “sopa de letrinhas” apontada por Regina Facchini (2002) quando analisa o Movimento GLBT (hoje já “modificado” para LGBT), e que expressa os aprofundamentos do debate em relação às

configurações identitárias no interior do próprio movimento, colocando em xeque a “unidade” que alguns gostariam de imputar a estas manifestações sociais e aos sujeitos ali potencializados. Estas questões se fazem presentes também nas “Paradas do Orgulho”, como manifestações públicas relacionadas às especificidades da população homossexual. Neste contexto os objetivos das Paradas e do movimento LGBT são postos em questão como campos de disputas onde se negociam as demandas, identidades e o tipo de sujeitos que eles buscam englobar e também os direitos que buscam conquistar, numa perspectiva de inclusão cidadã. Recorrendo a um artigo de Sônia Maluf (2007) sobre o Movimento Feminista, poderíamos tentar pensar sobre estas problemáticas, substituindo em seu texto o termo “movimento feminista” pelo termo “movimento LGBT”, que ainda que apresente diferenças importantes, podem vivenciar paradoxos muito semelhantes:

Questões que têm perpassado outros momentos do feminismo [*e do movimento LGBT*] tanto militante quanto acadêmico: o lugar político/teórico do sujeito no campo feminista [*e LGBT*] – e sobretudo, mais recentemente o lugar da teorização e da conceitualização discursiva no interior do movimento sobre quem são seus próprios sujeitos e quais são os lugares políticos qualificados e qualificadores do discurso feminista [*e homossexual*]; e os modos como esses sujeitos e subjetividades vêm sendo constituídos no interior do movimento, ou seja, os regimes políticos de subjetivação no interior do movimento.(...) Quais são os efeitos políticos dessas diferentes afirmações identitárias? (MALUF, 2007) [grifos e inserções minhas]

Ao longo do trabalho de campo pude observar que estas questões surgem em diferentes frentes e são expressas de diferentes maneiras, como no caso específico de uma das atividades que fazia parte das ações Semana da Diversidade de 2009: a exposição fotográfica que buscava representar, conforme me foi relatado posteriormente, as diferentes identidades presentes no contexto da Parada, que de certo modo, expressavam as ambigüidades presentes nos discursos elaborados

principalmente pelo empresariado GLBT, mas também ativismo LGBT no contexto da Parada. A mostra de fotografias, do fotógrafo Rodrigo Bragaglia⁶⁵, tinha como tema “Eu aceito, eu respeito” - não coincidentemente o tema daquela edição da Parada naquele ano, focando os debates em torno da aceitação, por parte de suas famílias, de indivíduos assumidamente LGBT. Esta preocupação em torno da problemática da aceitação dos LGBT por sua família estava trabalhada nos textos de divulgação, na abertura do evento e nos debates realizados durante a Semana da Diversidade. Esta temática também procurou permear a produção visual do fotógrafo Rodrigo Bragaglia, que expunha no Shopping Center Beira-Mar Norte suas fotografias, retratando diversas pessoas assumidamente LGBT. A mostra ficou em exposição durante toda a Semana da Diversidade.

Semanas antes da Parada, em conversa informal com um dos organizadores do evento, membro da AEGLBT/SCS/SC em 2009, eu pude ter acesso prévio ao material fotográfico e o mesmo me explicitou como Rodrigo Bragaglia procurava, de acordo com pedidos dos organizadores da Parada, retratar todos os segmentos que compunham o setor LGBT, isto é, que retratasse as lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transgêneros. Os membros da AEGLBT/SCS/SC procuravam assim, segundo meu interlocutor, dar conta de toda a diversidade que a Parada busca aglutinar. Ainda que a iniciativa buscasse aglutinar a “diversidade” da população LGBT, ao retratar todos os segmentos diferenciados, existia uma ênfase dada pelos organizadores na aceitação e na definição mais fixada das diferenças entre estes segmentos, definido claramente (de modo visual) indivíduos presentes neste contexto: “o gay”, “a lésbica”, “a travesti”, “a drag-queen”, “o bissexual”. Em todas as fotografias estão presentes este indivíduos e seus familiares em situações de afeto, o que talvez denotasse o tipo de aceitação que a temática da quarta edição do evento buscava ressaltar.

Naquele momento perguntava-me se, nesta tentativa de definir cada segmento vinculado a sigla LGBT, através do meio visual fotográfico, não poderia se expressar um pouco das tendências

⁶⁵ As imagens fotográficas presentes na exposição estão disponíveis no site pessoal do fotógrafo: <http://www.rodriagbragaglia.com/> e <http://www.flickr.com/photos/rodriagbragaglia/sets/72157622073556423/>, acessados em 20 de janeiro de 2012. Site da Parada da Diversidade de Florianópolis: <http://diversidadefloripa.org.br/>

essencializantes presentes no contexto da Parada de Florianópolis para fixação de certas configurações identitárias, reforçando a igualdade na diferenças. O que os empresários organizadores do evento estariam frisando não seria talvez um tipo de “igualdade na diferença”? Suas iniciativas podem sugerir talvez um olhar homogeneizante, que apaga as diferenças dentro de cada categoria, frisando as supostas “homogeneidades” de cada categoria: “o homossexual”, “a travesti”, “a lésbica”, etc. O fato de que a principal figura pública vinculada ao evento é a travesti e drag-queen Selma Light, que anteriormente era reconhecida e se apresentava como *drag-queen*, pode revelar que estas pressões e debates - no interior do evento e sobre os sujeitos que ali se constituem -, estão presentes como um espaço de disputas naquele contexto e podem se revelar mais fluídos do poderíamos imaginar a princípio.⁶⁶

O discurso identitário neste caso é mais um dos modos de subjetivação, num processo em que as a fluidez destes processos de constituição de sujeitos faz com que as definições das categorias identitárias estejam em disputa, constituindo-se em contextos de negociação e tensão. Não podem ser desprezadas as inegáveis diferenças entre diferentes experiências de sujeitos LGBT, se comparamos as diversas formas de vivenciar sexualidades não localizadas no interior das possibilidades estabelecidas a partir da lógica heteronormativa. As experiências individuais de lésbicas, gays, e transexuais são diferentes umas das outras, não sendo possível igualá-las ou mesmo homogeneizar suas especificidades em prol de interesses coletivos ou comerciais. Ao que parece no âmbito do movimento, como uma tática de negociação e disputa política, as diferenças entre cada um dos segmentos podem ser negociadas e “atenuadas” no caso do ativismo, quando em situações em que este tipo de tática seja necessária, como nas exigências e pressões

⁶⁶ Um trecho de um artigo escrito por Miguel Vale de Almeida (ativista LGBT, político e antropólogo português sobre o movimento LBTT T português) pode ilustrar estes paradoxos presentes em alguns dos debates aqui apontados, assinalando minhas reflexões ainda em aberto: “O que uma etnografia da política sexual nos parece demonstrar é que as pessoas e os grupos e os movimentos são capazes de viver com uma dose útil de essencialismo estratégico, com uma necessidade identitária e categorial que cria auto-estima e espírito de grupo, bem como com uma dose útil de pensamento de crítica cultural radical que ajude a relativizar o peso do carácter historicamente construído das categorias em que nos encaixamos como pessoas. Somos, *mas* não somos. *Somos* em ação e movimento. *Mas não somos* - em essência transhistórica e transcultural”. (VALE DE ALMEIDA, 2009, p. 9).

que o movimento social LGBT realiza em seu diálogo e intervenção junto às esferas governamentais. Ou então, no caso do empresariado e iniciativas voltadas ao público GLBT essas diferenças sejam mesmo obliteradas ou escamoteadas, com vistas a privilegiar determinados segmentos mais visados como potenciais consumidores de serviços (gays principalmente e em bem menor número um público de lésbicas) enquanto m grande parcela de outros segmentos permanece sem grande relevância em termos de iniciativas de mercado (principalmente a parcela de transexuais e transgêneros) por não se enquadrarem no tipo de modelo de individualidade e sociabilidade eleito preferencialmente pelo empresariado como foco de suas atividades.

2.4 Paradoxos da Cidadania e dos direitos LGBT

No terreno das exigências na constituição de algo que possa ser chamado de “Cidadania LGBT” inevitavelmente as diferenças aparecem como um elemento de dificuldade justamente por desafiar noções modernas a respeito do que sejam os “sujeitos” destes direitos. Nesse processo a definição do que sejam os próprios “sujeitos de direitos”, as reformulações e relações com as modernas noções de cidadania são colocadas em jogo. Alguns autores vêm observando um processo contemporâneo no qual cada vez mais, em diferentes esferas, existem debates em curso a respeito dos Direitos Humanos em sua tradição jurídica, ao mesmo tempo em que se expressa a necessidade de deslocar o debate atual dos direitos do sujeito para os sujeitos de direitos, que se afiguram então de modo relativamente novo como centro destas discussões (RIFIOTIS, 2007, p. 234). Estes debates apontam para a centralidade da categoria “sujeito” na constituição de direitos e também apontam, em certo sentido, para as próprias matrizes de configuração deste “sujeito contemporâneo”, a partir do momento em que falar em sujeitos de direitos é pensar num sujeito social que se apropria e re-significa seus direitos de modos específicos e contingentes, relativamente ao campo de possibilidades a partir das quais ele organiza sua ação (RIFIOTIS, 2007, p. 240). Este processo levamos a pensar nos debates realizados no campo dos movimentos sociais a respeito de direitos coletivos e também sobre as possibilidades de acesso de indivíduos às benesses que provém do acesso a estes

direitos, visto que de um modo geral, sua apropriação se dá de forma individual. No contexto do movimento LGBT estas discussões ganham nova coloração pelo debate aí presente a respeito das identidades e sujeitos e também em função da configuração de diferenças na diferença (HENNING, 2008), existentes entre os diversos segmentos LGBT. Os dilemas em torno da afirmação de sujeitos de direitos se opõem muitas vezes à discussão ali existente sobre as identidades e também nas problemáticas dinâmicas de relação entre os grupos ativistas e as esferas governamentais, no jogo de negociação para definição de políticas públicas e, nesse sentido, também de direitos.

Em prol de uma iniciativa que possa ser chamada de política, para obtenção de direitos, muitas vezes a existência de diferenças pertinentes aos sujeitos LGBT perde sua força tanto no âmbito do ativismo como do empresariado, dinâmica esta talvez relacionada ao fato de que exista uma necessidade classificatória mais estanque e fixada, de modo que se possam definir linhas e alianças políticas, principalmente quando se trata de se relacionar e exigir ações a favor de suas demandas nas esferas governamentais. No caso do empresariado, reforçar estas diferenças não seja tão interessante, pois o interesse está em assegurar que as iniciativas sejam especialmente voltadas para públicos que tenham possibilidades reais de acessar, por meio do consumo, os novos serviços desenvolvidos pela empresariado GLBT, tais como viagens organizadas por agências de viagens especializadas, o consumo de festas e outros eventos em saunas e danceterias ou então o consumo de bens culturais tais como filmes, revistas e site de relacionamento. Mas, ao mesmo tempo, o que ocorre na Parada da Diversidade, de maneiras diferenciadas em ambas as esferas, empresariais e ativistas envolvidas nas atividades do evento, é uma adesão aos debates contemporâneos a respeito da obtenção de uma “cidadania plena” para os sujeitos LGBT, a partir de uma adoção de alguns das concepções modernas a respeito do que seja cidadania e ao mesmo tempo desconstruindo e expandindo a definição de quais sejam os sujeitos abarcados por este regime de cidadania contemporâneo.

Resgatando algumas das discussões antropológicas a respeito de direitos e cidadania, encontramos diversas referências nacionais e internacionais que visam analisar criticamente as contemporâneas configurações identitárias dos discursos a respeito da cidadania e

também as dinâmicas sociais de inclusão e exclusão de diferentes sujeitos nestes mesmos discursos e sobre seus efeitos em contextos sociais variados. Estes estudos promovem análises sobre os processos de consolidação e surgimento de novos “sujeitos de direito”, contexto no qual se destacam também pesquisas sobre direitos de casais do mesmo sexo e sobre as dinâmicas sociais que expressam a necessidade de direitos LGBT, que respondam as especificidades desta população. No contexto dos estudos antropológicos ficam evidentes que questões e dilemas éticos se pronunciam de maneira provocativa no trabalho dos antropólogos, ao refletirmos sobre como tem sido “utilizada” a noção de relatividade na disciplina, muitas vezes provocando alguma “imobilidade” quando se estudam contextos em que os direitos humanos são violados ou são promovidos (RIFIOTIS, 1998). Como observa a antropóloga Rita Segato (2006) a polarização entre perspectivas universalistas dos direitos e as questões particularistas relacionadas ao relativismo frente às diferentes culturas e lógicas morais, dificulta o movimento de relativização dos antropólogos, criando dilemas e reforçando a necessidade de novas estratégias antropológicas que possam problematizar este impasse.

Alguns autores, tais como Lynn Hunt (2009), afirmam que a discussões sobre direitos - são debates que surgem em cenários diversificados de estudos, pois estão no cerne das discussões políticas realizadas na modernidade sobre as concepções de cidadania. Os estudos de Lynn Hunt se constituem numa importante referência se quisermos compreender, a partir de um ponto de vista historicizado, como os direitos humanos se tornaram autoevidentes. A autora afirma que a autoevidência que atualmente ganham os direitos humanos constituiriam indício de que os mesmos foram construídos enquanto discursos numa perspectiva universalista, mesmo que no cerne destes debates, no contexto da revolução industrial e das revoluções burguesas na França e nos Estados Unidos, diversos “indivíduos” ficassem de fora do âmbito de abrangência destes mesmos direitos, como era o caso das mulheres, que não estavam incluídas na Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão. As discussões sobre a cidadania e sobre direitos estão fortemente baseadas no Individualismo, onde a idéia de um indivíduo soberano dentro de um sistema de leis faz parte de uma mudança evolucionária para a igualdade e a cidadania como um pressuposto estendido a todos, pelo

menos em teoria (RABBEN, 2004, p. 21). Ao longo da modernidade os discursos sobre igualdade de direitos e cidadania permearam os mais diferentes contextos de discussão política e se constituem como um espaço de disputa política durante momentos decisivos ao longo da história no século XX, principalmente a partir dos horrores ocorridos durante as Guerras Mundiais e com a criação da ONU, que elabora em 1948 a Declaração Universal dos Direitos Humanos (RABBEN, 2004: 26).

A tensão entre discursos particularistas e universalistas poderia sugerir a existência de paradoxos e aporias, levando-nos a pensar que os direitos humanos muitas vezes são identificados somente enquanto valores universais hegemônicos, independente de contextos políticos e ideológicos. Ao mesmo tempo fica evidente que mesmo que se pretenda que estes valores sejam universais eles ainda são, desde sua formulação original no século XVIII, direitos restritos a uma parcela particular da humanidade. Muitos vêm sugerindo que os discursos dos direitos humanos são discursos particularistas que se pretendem enquanto universais quando são adotados em certos contextos políticos de dominação, para legitimar determinadas ações políticas, como no caso da invasão do Iraque pelo exército dos Estados Unidos, tendo como motivo a violação dos direitos humanos pela ditadura comandada naquele país por Saddam Hussein, ao mesmo tempo em que este mesmo o Governo deste país mantém em Cuba a Base Militar de Guantánamo, onde estão detidos supostos terroristas acusados de ações violentas ou suspeitas que, segundo indícios, foram torturados - algo notoriamente divulgado na imprensa internacional nos últimos anos - e que não tem direito a julgamento em tribunais internacionais por crimes de guerra (RIBEIRO, 2004, p.46). Fica claro que o debate sobre os direitos humanos é um campo suscetível de disputas políticas e que dependendo dos agentes envolvidos nestes contextos eles podem servir tanto a fins políticos louváveis e humanitários ou a fins bélicos nefastos, estando assim sempre conectados fortemente a relações de poder e de dominação, onde os valores universais alicerçados na modernidade são altamente contestados e postos em debate.

Como dito, mesmo pretendidos enquanto direitos universais, estes mesmo direitos “excluía” uma série de indivíduos, não considerados capazes de se constituírem “enquanto cidadãos”, como

era o caso das mulheres, dos escravos e dos estrangeiros nas primeiras declarações dos Direitos do Homem e do Cidadão. Os direitos estão baseados em uma concepção moderna de indivíduo, que está apto e detém autonomia para decidir, a partir de um julgamento racional, sobre questões políticas; assim cidadãos, nesta concepção, são aqueles que podem participar e opinar na vida política em sociedade. Em sua formulação original os discursos da cidadania não abarcavam aqueles que não tinham “condições”, não tinha propriedade privada ou “capacidades intelectuais” para exercer este poder de decisão política racional: as mulheres, os loucos, escravos, estrangeiros e as crianças.

Esta situação só poderia revelar um paradoxo intrínseco à discussão sobre os direitos, algo apontado por Joan Scott em seu livro *“A cidadã paradoxal”* (2002), no qual a autora analisa diversos casos de feministas francesas ao longo da história desde a revolução burguesa neste país, que deixavam explícitos com seu ativismo os paradoxos inerentes ali contidos ao consideramos as mulheres enquanto sujeito social coletivo e a discussão sobre a cidadania e a igualdade de direitos. O paradoxo ganha maior relevo ao pensarmos que os direitos, mesmo pretendidos enquanto universais, não são universalmente reconhecidos em todos os lugares e estendidos a todos os indivíduos mesmo na atualidade. Os direitos só ganham significação se são discutidos em contexto e em seus conteúdos políticos, apontando para o fato de que os “novos sujeitos de direito” “empurram” e ampliação os limites dos discursos cidadãos enquanto narrativa moderna. Ao sugerir a possibilidades de sujeitos que existem fora do ideal de universalismo pretendido pelo discurso cidadão, os novos sujeitos de direito provocam um descentramento destas consolidadas noções modernas.

Esta situação paradoxal também poderia servir-nos para pensar que os novos sujeitos de direitos, e no caso de minha pesquisa, os sujeitos LGBT, também vivenciam cotidianamente este dilema ao exigirem na atualidade uma série de garantias que não são estendidas a esta população (como direito à união civil e adoção de crianças por casais do mesmo sexo ou pela aprovação de leis de criminalização da Homofobia) mesmo que o discurso da cidadania e da igualdade de direitos esteja permeando fortemente as iniciativas do governo, do empresariado GLS e do ativismo LGBT. A antropologia brasileira, não se furtando de acompanhar as tensões e conflitos que ocorrem nestes

novos contextos políticos, vem se dedicando a refletir sobre estes temas. As pesquisas sobre “novos sujeitos de direitos” (RIFIOTIS, 2008; 1998) realizam uma ampliação do campo de reflexão sobre o que comumente eram consideradas discussões próprias vinculadas aos direitos humanos, abarcando a discussão de temas que anteriormente não estavam contemplados. Como dito, esta conjuntura poderia sugerir a existência de uma ampliação dos assuntos abrigados sob a chancela dos direitos humanos (HEILBORN & CARRARA, 2006, p.11) promovendo reflexões sobre direitos culturais, desigualdades e discriminações às mulheres, grupos indígenas e quilombolas, grupos religiosos e minorias étnicas, a soropositivos e LGBT articulando-os às discussões críticas sobre gênero, sexualidades, direitos reprodutivos, direito de acesso à justiça e à educação, que ocorrem no interior da disciplina. Transformações sociais têm influenciado novas reflexões dos antropólogos sobre este novo contexto, muitas vezes em articulações com os grupos com os quais os pesquisadores realizam suas investigações, implicando também em considerações sobre o papel político que assumem os antropólogos nestes contextos.

Movimentos sociais tais como o feminista, gay e de populações historicamente em situação de discriminação e desigualdade, tais como negros, índios e outras etnias, vêm mobilizando esforços, colocando em prática a noção de direitos humanos, provocando transformações nos comportamentos e mentalidades e impulsionando a luta por melhores condições de vida. Tais mudanças trazem a inclusão sistemática de direitos humanos na pauta das políticas governamentais e das agências bilaterais de cooperação. Ao tomar essas mudanças como alvo de reflexão, e ao realizar uma análise crítica dos motivos e conseqüências das novas políticas de ação, o antropólogo também atua como agente de transformação, colaborando para o esforço geral. (FONSECA, TERTO JR. & ALVES, 2004, p.12)

A Antropologia nos permite perceber, mais do que qualquer outro ramo do conhecimento, que direitos humanos não se realizam

em abstrato, mas em situações históricas e sociais concretas, a cujas especificidades esse conhecimento é particularmente sensível. Ao identificar e analisar essas situações, a antropologia chega mesmo a constituir-se como veículo de denúncias, tornando-se assim um canal efetivo de pressão política (FONSECA, TERTO JR. & ALVES, 2004, p.12). Ao mesmo tempo em que os antropólogos podem cumprir este papel, cumpre também observar, como aponta Theophilos Rifiotis (2008), que vem ocorrendo um processo de institucionalização e judicialização tanto dos Direitos Humanos, como dos grupos de diversos movimentos sociais que transformados em ONGs, se articulam de diferentes maneiras em suas ações e relacionamento com os órgãos estatais, passando a constituir parcerias na promoção de políticas públicas para garantia e conquista de Direitos para algumas destas populações.

Sobre este novo contexto de relacionamentos entre ativistas, agentes estatais, antropólogos e movimentos sociais, alguns pesquisadores como Célio Colin (2004), Roger Raupp Rios (2004), Luis Mott (2006, 2000), Tiago Duque (s/data), Rosa Oliveira (2008) e Miguel Vale de Almeida (2009) vêm realizando estudos, que abordam direitos humanos e cidadania vinculados à população LGBT, tomando a articulação destes temas em suas implicações políticas, a partir de um viés antropológico. Estas pesquisas vêm demonstrando que os debates sobre poder, identidades e as exigências de direitos para o LGBT podem caracterizar de maneira ilustrativa as disputas contemporâneas sobre os universalismos, rompendo o aparente equilíbrio do contrato da cidadania, justamente por que muitas vezes os debates sobre identidades e sexualidades não são ainda vistos por instituições internacionais como um direito humano universal, uma vez que não faz parte da Declaração Universal dos Direitos do Homem, e empurrando e ampliando assim, de certo modo, a noção de direitos humanos para bem mais adiante do que se poderia supor.

Por sugerir tipos de pessoas e indivíduos que não estavam inicialmente contemplados nas declarações de direitos, alguns autores como Miguel Vale de Almeida, vêm sugerindo que os debates sobre direitos LGBTT são o fim da linha dos conceitos modernos de cidadania, direitos humanos e identidades e que estes, mesmo com as tensões em torno das particularidades e paradoxos oferecidos por esta população, ou são pensados como universais, como o são os direitos

humanos em geral, ou não poderiam sequer ser pensados enquanto possibilidades e como motor de mobilizações para futuras conquistas destas populações (VALE DE ALMEIDA, 2009b, p. 43).

Como dito antes, pude observar o longo da pesquisa de campo na Parada da Diversidade um forte apelo de adesão ao discurso cidadão elaborado pelos membros da AEGLBT/SC e também pelos ativistas dos variados grupos ativistas. Isto podia ser observado tanto nas iniciativas dos empresários, que apresentaram como maior conquista política do evento, a partir de seu presidente de honra e vereador Tiago Silva, o projeto de lei de criminalização de casos de homofobia em Florianópolis, que como vimos, era bastante questionado por alguns militantes do movimento LGBT. Ao mesmo tempo, vários destes ativistas que faziam parte de ONGs, onde são elaborados projetos voltados à população LGBT, quase sempre financiados através de verbas concedidas pelo governo estadual e federal, trazem em seu escopo conceitual e em suas narrativas cotidianas, inúmeros apelos à ampliação da cidadania e de direitos dos sujeitos LGBT. No contexto da Parada da Diversidade tanto empresariado GLBT quanto ativismo LGBT articula, de diferentes maneiras e a partir de diferentes interpretações, considerações sobre o que sejam os direitos e a cidadania LGBT. Neste ponto em comum entre os modos de atuação e nas práticas e discursos observados entre empresários e ativistas um paradoxo surge de maneira implícita, testando, através de sua existência mesma, os limites das concepções universalistas a respeito da cidadania adotada por estas esferas: a dinâmica em que as diferenças identitárias entre os diversos segmentos representados nas siglas, no movimento social e nas iniciativas comerciais são diminuídas ou mesmo amenizadas em nome de uma bem comum que beneficie todos os tipos de sujeitos ali englobados.

Esta dinâmica pode apontar para o fato de que, para exigir direitos assegurados na constituição para todos os cidadãos, estes indivíduos necessitem reafirmar uma identidade coletiva, reafirmar que têm questões em comum, para que possam acessar estes mesmo direitos e garanti-los para todos. Mas ainda assim, ao afirmar as diferenças, ainda que se resguarde a igualdade no sentido de garantir direitos, pode-se cair numa dinâmica quase sempre observada nos novos movimentos sociais, e no caso da Parada da Diversidade,

organizada pela AEGLBT/SC, também entre uma parcela dos empresários GLBT, agrupados a partir de processos identitários, sobre a qual comenta Antônio Flávio Pierucci, quando se refere ao movimento feminista:

Elas tinham caído numa das ciladas da diferença, a saber: a fixação do olhar na diferença pode terminar em fixação essencializante de uma diferença (...). Um essencialismo diferencialista, ou melhor, um diferencialismo essencialista aferrado ao irredutível de uma diferença coletiva (...) (PIERUCCI, 1998, p. 127)

Ao fixar-se numa diferença poderíamos cair numa essencialização destas mesmas diferenças ao mesmo tempo em que são secundarizadas as igualdades, num movimento que geralmente é observado nos grupos articulados a partir de processos identitários. Sobre este tema também comenta a pesquisadora Berenice Bento (2006) ao afirmar que

os movimentos que se organizam em torno das identidades sexuais, embora ponham em relevo uma “nova’ faceta da dominação do sistema, estruturam-se a partir de sujeitos que compartilham entre si os mesmos elementos identitários, reabilitando o tema das identidades essencializadas. Talvez este seja o maior dilema das identidades coletivas. Como trabalhar com as diferenças e, ao mesmo tempo, forjar um programa de atuação política? Quais são as ciladas da igualdade? E quais são as da diferença?” (BENTO, 2006, p.82)

Este embate paradoxal entre igualdade e diferença vem sendo explorado como eixo das análises de Joan Scott (2005) em muitos artigos e livros. Ela evidencia como o paradoxo poderia ser “insuperável”, sendo talvez o próprio motor de mudanças nas maneiras como percebemos as igualdades e as diferenças, sejam entre as mulheres, sobre as quais escreve a autora, seja entre os “homossexuais” em movimentos de matriz identitária. Ao longo de suas elaborações observamos que continuamente ela reforça que a

compressão das relações entre igualdade e diferença tem de ser consideradas em constante e necessária tensão, onde muitas vezes ocorrem polarizações, mas que podem se configurar igualmente como brechas para produção de novas discussões, produzindo novas diferenças que rendem novas formas de concebermos a sexualidade e o gênero.

A dinâmica em torno da afirmação da igualdade de direitos perante as leis, reafirmando discursos da cidadania, também são questionados por Joan Scott em seus limites, evidenciando como o universalismo pretendido nos “ideais de cidadania” pode ser colocado em xeque por situações e por indivíduos que vivem à margem destas universalidades, justamente por que o universalismo está baseado numa concepção individualista moderna que “homogeneiza” um tipo específico de sujeito e subjetividade. O questionamento suscita mais perguntas, levando ao paradoxo dicotômico entre coletividades e individualidades, fazendo-nos refletir até que ponto direitos individuais podem sobrepor-se aos direitos de grupos e coletividades, constituídos em embates e lutas políticas por reconhecimento, como é o caso do movimento feminista e dos movimentos LGBT:

Grupos ou indivíduos? Na atualidade essa questão é posta como uma escolha clara. Se você seleciona um, ignora o outro. Alguns argumentam que grupos impedem de tratar os outros como indivíduos. Os indivíduos devem ser avaliados por eles mesmos, não por características atribuídas a eles como membros de um grupo. A igualdade só pode ser implementada quando os indivíduos são julgados como indivíduos. Essa é uma posição freqüentemente legitimada por interpretações rígidas da Constituição e da Carta de Direitos, as quais tomam a igualdade para significar simplesmente a presumida igualdade de indivíduos perante a lei. O outro lado diz que os indivíduos não serão tratados com justiça (na lei e na sociedade) até que os grupos com quais eles são identificados sejam igualmente valorizados. Enquanto o preconceito e a discriminação permanecerem, argumentam os partidários dessa

posição, os indivíduos não serão todos avaliados de acordo com os mesmos critérios; a eliminação da discriminação requer atenção ao status econômico, político e social dos grupos. (SCOTT, 2005, p. 13)

Aqui se abre uma situação paradoxal onde a oposição grupos *versus* indivíduos parece ser uma configuração insuperável, pois ao término do debate nunca poderemos escolher entre um ou outro termo. Nunca um indivíduo poderia ser tomado somente a partir de um tipo de identificação, seja ele mulher, negro, gay ou travesti; ele pode ser tudo isto ao mesmo tempo, pois se configura como tal no espaço de diferentes intersecções identitárias (BRAH, 2006). A constituição de identitária LGBT configura-se necessariamente através de inúmeros marcadores de diferenças que são cruciais para ao entendimento de suas demandas políticas e de saúde e que estão perpassadas inevitavelmente pelo movimento paradoxal entre igualdade e diferença no debate sobre estas questões no terreno de definição de políticas públicas para esta população. As possibilidades de acesso e agência (*agency*) destes indivíduos perante estas políticas também está perpassado por inúmeras variantes ambíguas e contingentes, pois cada indivíduo “lida” com estas políticas de acordo com as diferenças que permeiam sua configuração enquanto sujeitos. As articulações entre diferenças marcam os lugares e situam lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em seu acesso ou não às políticas públicas voltadas para esta população.

O que se opera a partir das diferentes experiências de sujeitos são maneiras distintas de lidar com alguns dos direitos ou com a falta deles. Tanto a partir do ativismo como do empresariado a dimensão dos debates é apreendida desde uma compreensão em que a cidadania destes sujeitos ainda não é plena, pois, por exemplo, casais homossexuais ainda não podem se unir judicialmente como casais heterossexuais acessando os mesmo benefícios jurídicos ou mesmo não exista uma lei específica que proteja os sujeitos LGBT de agressões em função de sua orientação sexual. E este processo ganha muitos matizes e contradições, considerando ainda um contexto em que cada sujeito, dependendo de sua especificidade, negocia suas possibilidades de agência a partir das brechas que este processo ambíguo de

“conversão” à cidadania propicia, processo este que articula a diferenças entre sujeitos de maneira distintas, abrindo espaços de negociação e agência para alguns sujeitos e não para outros (PISCITELLI, 2008, p. 272). As possibilidades de agência para a garantia de direitos se potencializam principalmente nos contextos em que se articulam os diálogos e tensões entre governos e movimentos sociais e nos terrenos em que o consumo de alguns tipos de bens e serviços pode assegurar um determinado estilo de vida atribuído a determinados segmentos LGBT como mais positivos que outros. Principalmente aquelas que fazem parte do movimento e são ativistas ou então aqueles que são atendidas mais diretamente como “público alvo” das iniciativas idealizadas pelo empresariado GLBT conseguem negociar e tem agência nos processos de acesso e em sua constituição enquanto “cidadãos”. Ao mesmo tempo os efeitos desfavoráveis advindas do entrecruzamento de diferentes intersecções trabalham para limitar o acesso de muitos destes sujeitos, podem também abrir possibilidades de agência para alguns, a partir de suas experiências individuais como sugere Avtar Brah (2006). As intersecções suscitam tensões a partir da articulação de diferenças que trabalham de maneira diferente de acordo com as experiências dos sujeitos, orientando suas “localizações” neste jogo.

Nestas conjecturas, ainda que existam importantes diferenças entre variadas experiências individuais estas ficariam em segundo plano de modo a poder reafirmar a existência de uma população homogênea, mas que têm especificidades bastante destacadas quando se referem à saúde, por exemplo. Muitas das dinâmicas ao longo do trabalho de campo reafirmavam ser preciso existir uma grande pressão que o ativismo LGBT devesse exercer, e no contexto da adesão destes mesmo discursos também os empresários agrupados em trono da AEGLBT/SC que organizavam a Parada da Diversidade, para que fosse possível assegurar que sujeitos LGBT em Florianópolis pudessem acessar direitos e conquistar novos através da visibilidade adquirida através da Parada. Este movimento de exigência se desenvolvia numa oscilação entre duas posições: uma que afirmava ser preciso desenvolver leis específicas para que esse atendimento fosse assegurado (como no caso da lei municipal proposta por Tiago Silva e endossada pelos membros da AEGLBT/SC), isto é, leis específicas que fossem elaboradas para atender uma população com necessidades

específicas; e outra posição mais comprometida com os valores modernos universalistas, mas não totalmente desvinculada da posição anterior, em que se advogava que seria desnecessário exigir a elaboração de leis específicas para os sujeitos LGBT, pois os direitos constitucionais de quaisquer cidadãos, fossem eles homossexuais ou não, estava previsto e garantido a todos desde a constituição de 1988. Uma das posições tendia a ressaltar a diferença e a outra a igualdade.

Em sua tese de doutorado a pesquisadora Larissa Pelúcio (2009) comenta o processo problemático de incorporação das travestis e transexuais nos discursos e práticas da cidadania, no caso o foco de seu estudo e de seu trabalho de campo. Pelúcio sugere algo interessante que, mesmo se relacionando os sujeitos específicos participantes de sua pesquisa (travestis e transexuais) poderia ser estendido a todos os sujeitos LGBT, guardadas, logicamente, as devidas diferenças, dependendo dos sujeitos em questão e das segmentações identitárias em jogo: quando falamos em “direitos LGBT” se está falando na realidade de uma forma de consolidação de um discurso e das benesses da cidadania para um público desprovido desta situação enquanto sujeitos desde muito tempo. Este processo revela implicitamente as evidentes limitações do discurso moderno a respeito da cidadania quando se trata de comprovar de que a população LGBT não tem garantidos uma série de direitos, sejam estes específicos (por que não foram discutidos, definidos e implantados legalmente a partir de esferas governamentais) ou pela dificuldade real que muitos sujeitos têm de acessar determinados direitos e benefícios da cidadania de forma mais abrangentes pelo simples fato de não se enquadrarem em modelos heteronormativos.

Talvez as contradições e conflitos, quando se trata de garantir que um direito para sujeitos LGBT, estejam no fato de que o Estado ao mesmo tempo em que diferencia uma população LGBT⁶⁷ em seus documentos oficiais, definindo políticas públicas específicas em âmbito nacional, também homogeneiza as condições de vida desta população, além de deixar de investir recursos financeiros em outras políticas de combate à homofobia. As condições de vida desta população nem

⁶⁷ O Governo Federal, na gestão de Luís Inácio Lula da Silva, incorporou o termo “População LGBT” (Lésbicas, Gays, Bissexuais e transexuais) em seus documentos oficiais. parte de seu Programa “Brasil sem Homofobia”. Disponível em: http://portal.mj.gov.br/sedh/documentos/004_1_3.pdf, acessado em fevereiro de 2012.

sempre são levadas em conta quando se trata de definir políticas públicas.

E assim o paradoxo assinalado por Joan Scott é reafirmado a todo o momento: ao mesmo tempo em que existe a reivindicação de políticas de saúde próprias e específicas, que se aproveitam de argumentos muitas vezes essencialistas, ficam evidentes também as diferenças configuradas nas intersecções identitárias entre os próprios sujeitos LGBT ressaltando assim a impossibilidade de passar por cima das diferenças para reafirmar uma homogeneidade e exigir direitos. Nas dinâmicas de um evento público e performático que articula políticas de identidade diferenciadas entre si, sempre se esbarra no fato de que para exigir mudanças tem-se de reafirmar, até certo ponto, “identidades LGBT homogêneas” - por mais paradoxal e contraditório que isto possa ser a princípio, pelas próprias segmentações identitárias implicadas na sigla - para que se possam acessar direitos garantidos na constituição, mas que na prática não são “garantidos” de forma massiva pelo Estado, revelando as lacunas nos discursos e práticas referentes à “cidadania” no Brasil.

O que este processo implica implicitamente, através da contraditória transformação e conquista de direitos e cidadania plena para os sujeitos LGBT, é que este processo só possa se efetivar com sucesso caso estes indivíduos apresentem-se como uma “comunidade homogênea”, com demandas políticas e sociais quase idênticas. Neste contexto as discussões pós-estruturalistas sobre a conformação de identidades abertas e posicionais ainda “esbarram” numa contradição existente entre a realidade social destes sujeitos⁶⁸, em que se destaca a ausência de direitos e uma crescente disputa e polêmica pública pra que estes se efetivem, seja através de pressões exercidas através de movimentos massivos e performáticos de orgulho com as Paradas, que influenciam a opinião pública, ou nas iniciativas de negociação

⁶⁸ Ao mesmo tempo, poderíamos dizer-se também o inverso, de maneira que ao pensarmos nos modo de subjetivação fluídos a que são submetidos estes sujeitos se esbarra novamente em mais um regime, que se desenvolve através da classificação mesma contida na própria luta pelos direitos, numa lógica que se pauta pela inclusão e pelo reconhecimento, mesmo que, neste movimento contraditório, deixe de incluir as experiências que estão fora das siglas e classificações identitárias (MALUF, s/d).

realizadas entre ativismo e governo ou mesmo na existência papável de uma rede de sociabilidades que materializam estilos de vida e modos de “ser” de alguns dos segmentos incluídos na sigla LGBT que são difundidos pelas iniciativas empresariais voltadas ao público GLBT.

Como visto anteriormente a existência ou não de direitos não é definida propriamente no âmbito das Paradas, ou nas iniciativas próprias do ativismo ou do empresariado, mas sim nas esferas de disputa e negociação governamental, mesmo que em termos simbólicos, a Parada contribua para transformações e mudanças sociais que contribuem para aprovação de leis, por exemplo. Como dito, outras questões sociais deveriam ser levadas em conta quando se trata de definir políticas de reconhecimento e políticas públicas específicas para determinadas populações “excluídas” dos benefícios da cidadania. Poderíamos supor talvez que os governos desconsiderem que para o extermínio da discriminação e do preconceito contra os LGBT se requeira atenção especial ao status econômico, político e social dos grupos visados nas políticas elaboradas e apresentadas, como sugere perspicazmente Joan Scott (2005, p.13) ao analisar os paradoxos configurados nos meandros entre igualdade e diferença nestes movimentos sociais de matriz identitária. Esta situação só poderia ser superada caso o contexto social de “exclusão” destes indivíduos fossem conseqüentemente tomadas como centrais na elaboração de políticas públicas que “equiparassem” os direitos dos “diferentes cidadãos e cidadãs” e que considerassem suas especificidades desde o princípio dos debates.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao realizar este estudo busquei observar e estudar a Parada da Diversidade a partir de uma visão contingente do que encontrei em campo ao longo dos dois anos de pesquisa, tentando mapear quais as discussões existiam ali a respeito dos direitos e sujeitos LGBT. Questões políticas em torno da definição destas categorias surgiram com força no debate entre ativistas e empresários, de modo que a pesquisa de campo e também a dissertação foram construídas a partir da compreensão de que existia naquele contexto uma oposição entre estas duas esferas em disputa na Parada. De certo modo assumi uma postura de apreensão antropológica a respeito dos bastidores políticos do evento, mesmo que também tenham buscado analisar a Parada enquanto evento performático permeado por significados variados e materializada na experiência de seus participantes, que também a interpretam e dali atribuem significados e contribuem com vagarosos processos transformações sociais.

Tomada como um contexto em que várias concepções são negociadas por esses sujeitos e seus direitos, a Parada me pareceu o contexto ideal para estudar como se processavam os debates a respeito da visibilidade e representatividade LGBT na região da grande Florianópolis, tomando exatamente como objeto de análise que espaço que é disputado como *locus* privilegiado de intervenção por diferentes agente sociais, propiciando uma aproximação que priorizasse a investigação sobre as relações que o empresariado GLS/GLBT mantém com o movimento LGBT na região. O trabalho procurou assim também apresentar um pouco da dinâmica de surgimento das Paradas no Brasil e o contexto de surgimento da Parada da Diversidade em Florianópolis, tentando conectar este surgimento com processos sociais mais amplos, que se manifestam de diversas maneiras, tomando a forma de Paradas que se constituem em diversas partes do país e do mundo.

Buscou-se assim mapear as histórias em torno de seu surgimento e neste exercício, inevitavelmente também apareceram algumas das histórias de formação de diversos grupos ativistas e da

associação de empresários que organiza a Parada. Nesta abordagem também busquei dialogar com as pesquisas e referenciais teóricos que já lidaram e pesquisaram sobre os movimentos sociais LGBT de diversas regiões do Brasil (MACRAE, 1990; GREEN, 2002; FACCHINI, 2003), assim como com os trabalhos que abordam questões relacionadas ao contexto de surgimento de espaços e sociabilidades homoeróticas na cidade de Florianópolis (PERUCCHI, 2001; VENCATO, 2002; SILVA, 2003, HENNING, 2008; PEREIRA, 2006; TAQUES, 2007). Busquei também relacionar o aparecimento e consolidação de um empresariado GLS/GLBT na cidade, dialogando com trabalhos que abordam essas recentes manifestações do “mercado GLS” em contextos variados (FRANÇA, 2006; RESENDE, 2003; NUNAN, 2003)

Procedi de modo a recuperar algumas das dinâmicas de formação e intervenção política dos grupos ativistas envolvidos na realização do evento, tanto de grupos ativistas mais “antigos” na cidade como de grupos mais novos, que surgiam quase que paralelamente à consolidação da Parada na cidade e que também expressavam novas dinâmicas presentes no movimento LGBT (Roma, Gozze, Instituto Arco-íris e ADEH Nostro Mundo, principalmente). Estas dinâmicas estavam relacionadas tanto aos processos de institucionalização destes grupos, as modificações nos seus modos de atuação e intervenção política e também nas relações que tinham com as esferas governamentais. Esta incursão possibilitou avaliar as mudanças no interior das dinâmicas dos antigos e novos grupos ativistas, especialmente no que diz respeito à adesão aos programas de prevenção de DST/AIDS realizados em conjuntos com os governos e também, num processo contraditório, os processos de institucionalização ou “autonomia”, marcados ora por sentimentos de desconfiança em relação às esferas governamentais e às suas políticas específicas para a população LGBT e ora um processo de crescente adesão aos editais e programas de fomentos governamentais enfocados em questões LGBT, numa dinâmica em que alguns grupos enfocavam sua consolidação política e material através de sua transformação em organizações não-governamentais e outros recusavam esta mesma tendência.

Buscou-se também determinar algumas das histórias em torno do surgimento da AEGLBT/SC, mapeando os estabelecimentos comerciais vinculados à associação e quais os tipos de atividades, festas

e dinâmicas que ali se desenvolviam ao mesmo tempo em que se apresentou, no diálogo com outros autores (VENCATO, 2002; SILVA, 2003; HENNING, 2008), o processo de ocupação espacial e de apropriação de espaços no centro da cidade de Florianópolis, apresentando e discutindo a rede de sociabilidade LGBT existente naquela região. Procurei explicitar como esta rede e a existência deste circuito de boates, saunas e danceterias, além, é claro, a existência do carnaval gay na cidade, auxiliaram para a configuração da Parada e para a consolidação de Florianópolis como destino turístico GLS/GLBT nacional e internacional.

Procedi de modo a construir um relato em que as diferentes concepções em torno da Parada da Diversidade pudessem surgir como contrapontos, e pudessem ilustrar como ali existiam avaliações muitas vezes contraditórias, dependendo de quem estivesse narrando ou avaliando o evento. Seja em nas formas que toma na avenida ou nos conteúdos políticos que surgem como parte de seus objetivos a Parada sempre estava sendo disputada em seus diferentes matizes políticos e nos modos como o evento deveria ocorrer na avenida.

Para que pudesse realizar este empreendimento procedi de modo a mapear quais eram os diferentes eventos que compunham esse cenário, ao compreender que a Parada enquanto evento não ocorria somente no dia de sua realização na avenida, mas também num conjunto de relações que se estabeleciam ao longo do ano e principalmente nas semanas imediatamente anteriores ao seu acontecimento na cidade. Assim priorizei participar de atividades que ocorriam neste período, tais com a Semana da Diversidade. Nestas ocasiões pude observar que as tendências, formas de realização e debates políticos diferiam, dependendo das esferas envolvidas em sua organização, fossem estas empresariais ou ativistas. Os conteúdos e as formas que estes eventos deveriam ter eram fontes de constantes polêmicas na relação entre ativistas e empresários, de modo que busquei concentrar minha análise no que cada um destes campos de forças dizia a respeito do evento e quais eram as ações que desenvolviam a partir destas concepções.

Estas histórias e a dinâmica do campo assim pareciam apontar para a oposição existente no contexto do evento, oposição esta que resolvi explorar como argumento deste trabalho. Assim apresentei algumas das relações e avaliações que empresários tinham em relação

às ações do ativismo na cidade e também as impressões que alguns destes ativistas tinham em relação às ações comerciais e intervenções destes empresários no contexto da Parada. Nesta exposição observou-se que as concepções presentes em cada um destes campos de força estavam marcadas por valores relativamente opostos, em que predominavam, por um lado, a valorização da Parada como manifestação alegre e festiva e, por sua visibilidade massiva, também como evento e espaço político e, de outro lado, a predominância e valorização de um evento que pudesse ser mais “sério” e afinado com os moldes de um “evento de luta e reivindicação”, tal como uma marcha, compreendida ali como formato “mais político” do que a configuração festiva atual do evento (MOUFFE, 2007).

Tudo isso apontava para a discussão presente ali sobre legitimidade, representatividade e poder no contexto do evento, principalmente no debate sobre quais dos agentes vinculados à organização do evento estavam mais habilitados, ou tinham maior competência e autoridade para definir os formatos e conteúdos do evento, e quais maneiras eram mais adequadas para a mobilização de pessoas em torno de um acontecimento de proporções massivas de orgulho e reivindicação de direitos (BOURDIEU, 1982). Ali existia então discussão a respeito das diferentes instâncias e níveis do que era ou não “político” e quais “políticas” (MOUFFE, 2007) estavam em jogo para atingir determinados objetivos comunicativos e políticos do evento. Neste sentido existe ali uma disputa também sobre as formas e conteúdos que a Parada ganha na avenida, de que maneiras determinadas performances (LANGDON, 1996 e 2008; VICH, 2003; CHAVES, 2000; GEERTZ, 1980) têm efeitos comunicativos e simbólicos no contexto das modificações e transformações no reconhecimento, representatividade e direitos de sujeitos LGBT. As performances ali eram tanto um contexto de transformação da experiência dos participantes quanto um meio pelo qual o evento poderia provocar, enquanto uma grande performance, transformações pragmáticas e simbólicas nas compreensões a respeito dos sujeitos e direitos LGBT.

Ao mesmo tempo existia ali um debate a respeito dos direitos e sujeitos LGBT representados no evento, de forma que recorri a alguns autores para pensar sobre moderna configuração entre sujeitos e seus direitos (SCOTT, 2002 e 2005; BUTLER, 1998; PELÚCIO, 2009). Em suma estavam presentes ali diferentes concepções a respeito destes sujeitos

e direitos, que tinham relação tanto com as dinâmicas passadas e recentes do movimento LGBT em contexto nacional, com as diversas segmentações identitárias que materializavam aí diversas de experiências sujeitos e coletividades. Ali se encontravam também as discussões a respeito de outras configurações de sujeito que desafiam a concepções auto-centradas, tanto das noções de identidade quanto de sujeitos, e que, de certo modo, influenciavam o contexto dos debates na Parada, contagiando tanto ativistas como empresários, processo este expresso no próprio debate sobre as siglas e suas diferenças (GLS, GLBT, LGBT, LGBTTT, etc.) e também nas diferentes expressões destas identidades e sujeitos no contexto da Parada. No âmbito do empresariado GLS/GLBT, também surgiam formulações a respeito da noção de sujeito e identidade, expressadas principalmente na aparente preferência por alguns dos segmentos da sigla LGBT, como público prioritário de alguns destes empreendimentos, o que podia sinalizar alguns estilos e tipos de ‘homossexualidades’ hierarquizadas neste contexto comercial e de consumo, em posições que eram mais valorizadas e outras nem tanto, como observa Carlos Eduardo Henning (2008).

Estas manifestações estavam quase sempre caminhando para a discussão a respeito dos direitos LGBT, que se informava e apontava para as contendas sobre inclusão destes sujeitos e identidades a partir do contexto das políticas contemporâneas sobre os direitos humanos (RIFIOTIS, 1998 e 2008; SEGATO, 2006; RIBEIRO, 2004; HUNT, 2009). Neste debate localizado a respeito de processos históricos de inclusão e exclusão de sujeitos do âmbito dos direitos, o que se observou foi a valorização de algumas das concepções a respeito dos direitos humanos, informados por uma concepção moderna de cidadania, que era, ao mesmo tempo, paradoxalmente desafiada pela existência de “novos sujeitos” e de “novos direitos”, que apontavam para os próprios limites do “discurso cidadão”.

Estas dinâmicas ali presentes inseriam-se assim nas discussões atuais sobre direitos específicos e para as políticas de reconhecimento e representação de novos sujeitos, numa dialética em que direitos e sujeitos se legitimavam em um processo de naturalização e essencialização de algumas identidades, ao mesmo tempo em que algumas experiências “escapavam” ou não se enquadravam nos regimes mais fixados do discurso identitário e também cidadão. Assim, ao

mesmo tempo em que muitas das políticas de reconhecimento possam ser progressivas em uma leitura baseada nos pressupostos de reconhecimento identitário e de “novos sujeitos”, podem também se encontrar carregadas de certo desejo de inclusão que é “normalizante” e excludente, pois deixa de fora experiências e sujeitos que se recusam a existir a partir de definições identitárias mais “estanques” e reificadas por estes mesmo discursos cidadãos e a favor dos direitos.

Por um critério de exequibilidade e por ausência de maior prazo para a conclusão deste trabalho, optei por não aprofundar a análise de outros dados de campo e também, de modo prejudicial, de alguns dados etnográficos aqui apresentados. Acredito poderei depois retornar, com mais tempo e num futuro próximo, a análise destes dados, com olhar mais distanciado, visando adicionar outras contribuições ao trabalho e revendo as elaborações aqui presentes. De forma muito introdutória minha dissertação procurou abordar alguns aspectos da Parada da Diversidade a partir de um olhar circunstancial, visando à reflexão sobre algumas das dinâmicas presentes neste evento, possibilitando um tipo de pensamento sobre este evento como contextos de intensificação e polarização atual no debate sobre novos sujeitos e direitos LGBT. Ainda que este debate atual tenha grande aderência e faça parte de discussões políticas contemporâneas no contexto brasileiro – e isso também em decorrência da visibilidade e representatividade provocada e materializada através Paradas – a existência de direitos LGBT específicos e a abrangência e acesso destes sujeitos aos direitos já existentes ainda não são uma realidade social no país, assim como também não encontram materialização em uma dimensão jurídica, ainda que existam legislações e algumas conquistas localizadas (como a união estável entre pessoas do mesmo sexo homologada pelo Supremo Tribunal Federal) e de algumas políticas públicas governamentais bastante direcionadas para alguns dos segmentos da sigla, como no caso do segmento transgênero.

Neste contexto, embora as Paradas contribuam para as transformações sociais, agindo principalmente numa dimensão simbólica e agindo de maneira a modificar as compreensões a respeito da sexualidade envolvidas nestes eventos do “orgulho”, ainda existe uma situação social na qual o preconceito e a discriminação contra sujeitos LGBT se afigura como predominante no Brasil, contexto este problemático que se soma à ausência de qualquer garantia jurídica de

proteção legal contra agressões ou mesmo a existência políticas públicas mais perenes que atendam as demandas específicas destes segmentos da população. Minha dissertação buscou assim contribuir na reflexão contemporânea sobre este contexto social, numa perspectiva em que as discussões sobre direitos, sujeitos e políticas LGBT se realiza tanto âmbito de estudos acadêmicos - dado o expressivo número de trabalhos atuais que abordam essas temáticas – e também nas esferas do movimento social LGBT, em suas relações com o mercado e as iniciativas empresariais GLS/GLBT. Desenvolve-se também, é claro, nas experiências e sociabilidades dos sujeitos que vivenciam suas experiências de homossexualidades, dentro e fora das Paradas. As questões apresentadas na dissertação apresentam uma configuração contextual deste debates e realidades, procurando assim proporcionar algumas contribuições iniciais na análise da Parada da Diversidade de Florianópolis e buscando dialogar com as diferentes posições e manifestações presentes neste universo.

REFERÊNCIAS

- AGIER, Michel. **Distúrbios Identitários em Tempos de Globalização**. **MANA**. Estudos de Antropologia Social, vol.7, nº2, 7-33, Oct. 2001
- AUSTIN, J L. **How to do things with words**. Oxford: At the Clarendon Press, 1970.
- BAUMAN, Richard. **A Poética do Mercado Público: Gritos de Vendedores no México e em Cuba**. **Antropologia em Primeira Mão**. Florianópolis, PPGAS, 2009.
- BENTO, Berenice. . **A (re) invenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. Rio de Janeiro: GARAMOND/CLAM, 2006.
- BOURDIEU, Pierre. "**O campo científico**" In: **Pierre Bourdieu: Sociologia**. São Paulo, Ática, 1983.
- _____. "**O campo intelectual: um mundo à parte**" In: **Coisas Ditas**. São Paulo, Brasiliense, 1990.
- _____. **A economia das trocas simbólicas**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1992.
- BRAH, Avtar. **Diferença, Diversidade, Diferenciação**. In: **Cadernos Pagu**, n. 26. p. 329-376. Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, 2006.
- BRASIL, Conselho Nacional de Combate à Discriminação/ Ministério da Saúde. **Brasil sem Homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLBT e promoção da cidadania homossexual**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

BUTLER, Judith. "**Fundamentos contingentes**: o feminismo e a questão do pós-modernismo". **Cadernos Pagu**, n. 11, p. 11-42. Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, 1998.

CÂMARA , Cristina. **Cidadania e orientação sexual: a trajetória do Grupo Triângulo Rosa**. Rio de Janeiro: Academia Avançada, 2002.

CANDIUZZI, Fabrício. "**Parada Gay atrai 50 mil pessoas à beira mar em Florianópolis**", Portal de notícias do provedor de internet Terra, 06 de setembro, 2009. Acessado em 10.09.09: <http://noticias.terra.com.br>

CHAVES, Christine Alencar. **A Marcha Nacional dos Sem-Terra: Um Estudo sobre a Fabricação do Social**. Núcleo de Antropologia da política / UFRJ/ Relume-Dumará, Rio de Janeiro, 2000.

CÓRDOVA, Luiz Fernando Neves. **Trajetórias de homossexuais na Ilha de Santa Catarina**: temporalidades e espaços. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas. - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Florianópolis, SC, 2006.

D'EMILIO, John. **Sexual Politics, Sexual Communities**: The Making of a Homosexual Minority in the United States, 1940-1970. Chicago: Chicago University Press, 1998.

Da MATTÁ, Roberto. **O Ofício de Etnólogo, ou Como ter Anthropological Blues**. Rio de Janeiro: Boletim do Museu Nacional(27) 1974. In: **Relativizando**: Uma introdução à antropologia social. Petrópolis, Editora Vozes, 1981.

DUMONT, Louis. **O individualismo**: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna. Rio de Janeiro: Rocco, 1985.

DUQUE, Tiago. **Sexualidade, gênero e abjeção**: uma reflexão sobre direitos humanos e lgbs no brasil contemporâneo. Artigo no Mestrado em Sociologia na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), sem data.

DURHAM, E. “A pesquisa antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas” In: THOMAZ, O. (Org.). **A Dinâmica da Cultura de Eunice Ribeiro Durham**. São Paulo, Cosac & Naify, 2004.

FACCHINI, Regina. **Sopa de letrinhas?: Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90**. Rio de Janeiro (RJ), Garamond, 2003.

FONSECA, Cláudia, TERTO JR, Veriano, e ALVES, Caleb Faria et al. **Antropologia, diversidade e direitos humanos: diálogos interdisciplinares**. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2004.

FOUCAULT, Michel. **O sujeito e o poder**. In: RABINOW, Paul e DREYFUS, Hubert. **Michel Foucault. Uma Trajetória filosófica. Para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1995.

_____. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro (RJ), Forense Universitaria, 2008.

_____. **Historia da sexualidade I: a vontade de saber**. 9. ed. Rio de Janeiro (RJ), Graal, 1988.

FRANÇA, Isadora Lins. **Cercas e pontes: o movimento GLBT e o mercado GLS na cidade de São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, UNICAMP, Campinas, 2006.

FRASER, Nancy. **Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação**. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 291-308, 2007.

FRY, Peter. **Para inglês ver: identidade e política na cultura brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, (1982) 2000.

GEERTZ, Clifford. **Negara: O Estado Teatro no século XIX**. Difel/ Bertrand Brasil, São Paulo, 1980.

_____. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.

GIDDENS, Anthony. **Central problems in social theory:** action, structure and contradiction in social analysis. Berkeley: Univ. of California Press, 1979.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana.** Petrópolis: Vozes, 1975

GOLDMAN, Marcio “**Uma Categoria do Pensamento Antropológico: a noção de pessoa**” In Goldman, Marcio (Org.) **Alguma Antropologia.** Rio: Relume Dumará, 1999.

GREEN, J. N. **Além do carnaval:** a homossexualidade masculina no Brasil do século XX. São Paulo: UNESP, 2003.

GREGORI, Maria Filomena. **Cenas e queixas:** um estudo sobre mulheres, relações violentas e a pratica feminista. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: ANPOCS, 1993.

HALL, Stuart. “**Que ‘negro’ é esse na cultura negra?**” in: **Da Diáspora:** identidades e mediações culturais, Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2003

_____. **Quem precisa de identidade?.** In: Tadeu da Silva, Tomaz (org.) **Identidade e diferença:** a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

HARAWAY, Donna. “**Manifesto Cyborgue:** ciência tecnologia e feminismo socialista no final do século XX”, In: **Antropologia do Cyborgue:** as vertigens do pós-humano. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

HEILBORN, Maria Luiza e CARRARA, Sergio. “**Perspectivas da Comissão de Direitos Humanos na Gestão 2004-2006**”. In: GROSSI, Miriam Pilar; HEILBORN, Maria Luiza e MACHADO, Lia Zanotta. (Org.). **Antropologia e Direitos Humanos 4.** Prêmio da Associação Brasileira de Antropologia/Fundação. FORD. Blumenau, Nova Letra, 2006.

HENNING, Carlos Eduardo. **As diferenças na diferença.** Dissertação (Mestrado em Antropologia) Programa de Pós-Graduação em Antropologia

Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Florianópolis, 2008.

HILST, Hilda. **Do desejo**. São Paulo, Globo, 2004.

HUNT, Lynn. . **A invenção dos direitos humanos**: uma história. São Paulo (SP): Companhia das Letras, 2009.

JAGOSE, Annamari. **Queer Theory** - An Introduction, New York: New York University Press, 1996.

LANGDON, E. Jean. **“Performance e sua Diversidade como Paradigma Analítico**: A Contribuição da Abordagem de Bauman e Briggs”. Revista Ilha /PPGAS-UFSC, n.. 8, Florianópolis, 2008.

_____. **Performance e Preocupações Pós-Modernas em Antropologia**. In: **Performáticos, performance e Sociedade** (João Gabriel L.C. Teixeira org). Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1996.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos**: ensaio de antropologia simétrica. 2. ed Rio de Janeiro, Editora 34, 2009.

LAURITSEN, John; THORSTAD, David. The early homosexual rights movement (1864–1935). Nova York: Times Chang, 1974.

LENNHARDT, M. **Do Kamo. La personne et Le mythe dans Le monde mélanésien**. Paris, Gallimard, 1971.

LEVINE, M. P. **Gay Ghetto**. Journal of Homosexuality, 4 (Summer). “Reprinter in expanded form as “YMCA: the social organization of gay male life”. In: Gay macho: the life and death of homosexual clone. New York: New York University Press, 1979.

LÉVY-BRÜHL, Lucien. **La mentalidad primitiva**, Buenos Aires, Ediciones, 1957.

LOURO, G. L. . **Teoria queer - uma política pós-identitária para a educação.** *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 541-553, 2001.

MACRAE, Edward John Baptista das Neves. **A construção da igualdade:** identidade sexual e política no Brasil da "abertura". São Paulo: Ed. da Unicamp, 1990.

_____. **Em defesa do Gueto.** In: GREEN, James N. & TRINDADE, Ronaldo. (eds.). **Homossexualismo em São Paulo e outros escritos.** São Paulo: UNESP, 2005.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **"De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana"**. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, vol. 17, n. 49, jun 2002.

_____; Torres, Lílian de Lucca (orgs.). **Na metrópole:** textos de antropologia urbana. São Paulo: Edusp, 1996.

MALUF, Sônia. W. **Políticas e teorias do sujeito no feminismo contemporâneo.** In: Cristiani Bereta da Silva; Glaucia de Oliveira Assis; Rosana C. Kamita. (Org.). **Gênero em movimento:** novos olhares, muitos lugares. Florianópolis: Editora Mulheres, 2007.

_____. **Feminismos brasileiros, suas questões centrais e periféricas.** Artigo apresentado na International Conference Feminist Theory & Activism in Global Perspective e no Feminist Review Workshop, SOAS, em Londres, entre 24 e 28 de setembro de 2009.

MARCUS, George E. **Ethnography in/of the world system:** the emergence of multi-sited ethnography. *Annual Review of Anthropology*, v. 24, p. 95-117, 1995.

MAUSS, M. **Uma Categoria do Espírito Humano:** a noção de pessoa, a noção do "eu". In: Cardoso de Oliveira, R. MAUSS. São Paulo: Ática, 1979.

MOTT, Luiz. **Paradas do Orgulho Gay no Brasil, 1981/2002.** Arquivo do Grupo Gay da Bahia, 2002.

_____. **Homo-afetividade e direitos humanos.** Revista Estudos Feministas, v. 7, p. 509-21, 2006.

MOUFFE, Chantal. En torno a lo político. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2007.

_____. **El retorno de lo político:** comunidad, ciudadanía, democracia radical. México: Paidós, 1999.

NUNAN, Adriana. **Homossexualidade:** do preconceito aos padrões de consumo. Rio de Janeiro, Caravansarai, 2003.

OLIVEIRA, Marcelo Nahuz de. Avenida Paulista: a produção de uma paisagem de poder. In ARANTES, Antonio A. (org). O espaço da diferença. Campinas, Papirus, 2000.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O trabalho do antropólogo.** São Paulo, UNESP, 2006.

OLIVEIRA, R. M. R. . **Gênero, Diversidade Sexual e Direitos Humanos.** In: RIFIOTIS, Theophilos; HYRA RODRIGUES, Tiago. (Org.). **Educação em Direitos Humanos** - Discursos Críticos e Temas Contemporâneos. 1ª ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008, v. 00, p. 203-224.

ORTNER, Sherry B. **“Theory in Anthropology since the sixties”**, In: **Comparative Studies in Society and History**, vol. 26, nº1, pp:126-166, 1984.

PARKER, Richard G. **Sexo entre homens:** consciência da AIDS e comportamento sexual entre os homens homossexuais e bissexuais no Brasil. In PARKER R. et alli (orgs). A Aids no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará/ABIA/IMS, UERJ, 1994.

PEIRANO, Mariza G. S. (Mariza Gomes e Souza). **A favor da etnografia.** Rio de Janeiro: Relumê-Dumara, 1995.

PELUCIO, Larissa . **Abjeção e Desejo - uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de aids.** 1. ed. São Paulo, SP: Editora Annablume, 2009.

PEREIRA, Rodrigo Farias. **Parada e Caminhadas da comunidade GLBTT de Florianópolis**: Um olhar sobre a Homossexualidade e suas diferentes facetas. Monografia. de Conclusão de Curso em Serviço Social. Departamento de Serviço Social, Centro Sócio-Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina, 2006.

PERLONGHER, Néstor. **O Negócio do Michê**. São Paulo, Brasiliense, 1987.

PERUCCHI, Juliana. **Eu, tu, elas**: Investigando os sentidos que mulheres lésbicas atribuem às relações sociais que estabelecem em um gueto GLS de Florianópolis. Dissertação (mestrado em psicologia). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2001.

PIERUCCI, Antônio Flávio. **A diferença faz diferença, ou a produtividade social da diferença**. IN: **Ciladas da Diferença**, São Paulo, Editora 34.

PISCITELLI, Adriana. **Interseccionalidade, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras**. Sociedade e Cultura, v.11, n.2, jul/dez: 263-274, 2008.

RABBEN, L.O **Universal e o Particular na Questão dos Direitos Humanos** (pp. 19-28). IN: **Antropologia, diversidade e direitos humanos**: diálogos interdisciplinares. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

RAPPORT, N. e OVERING, J. **Social and Cultural Anthropology**: the key concepts. Londres: Routledge, 2000.

RESENDE, Mário Ferreira. **O dinheiro cor-de-rosa**: um estudo crítico sobre o mercado homossexual. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós- Graduação em Psicologia, UFSC, Florianópolis, 2003.

RIBEIRO, Gustavo Lins. **“Cultura, direitos humanos e poder. Mais além do império e dos humanos direitos. Por um universalismo heteroglóssico”**. In: FONSECA, Cláudia, TERTO JR, Veriano, e ALVES, Caleb Faria et al. **Antropologia, diversidade e direitos humanos**: diálogos interdisciplinares. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

RIFIOTIS, Theophilos. **Direitos Humanos e outros direitos**: aporias sobre os processos de judicialização e institucionalização dos movimentos sociais. In: Rifiotis, Theophilos; HIRA, Tiago. (Org.). **Educação em Direitos**

Humanos. Discursos críticos e temas contemporâneos. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008.

_____. **“Direitos humanos: Sujeito de direitos e direitos do sujeito”.** In: Rosa Maria Godoy Silveira et al.(org.). **Educação em Direitos humanos: fundamentos teórico-metodológicos.** Editora Universitária/UFPB, João Pessoa, 2007.

_____. **“Direitos Humanos: declaração, estratégia e campo de trabalho”.** **Trabalho publicado no Boletim da Associação Brasileira de Antropologia**, nº 30. pp.41-43, 1998.

RIOS, Roger. **A homossexualidade e a discriminação por orientação sexual no direito brasileiro.** In: COLIN, Célio;WEILER, Gustavo. **Homossexualidades, cultura e política.** Porto Alegre: Sulina, 2002.

SCHECHNER, R..**Performance Theory.** New York e London: Routledge, 1988.

_____. **Performance Studies: An Introduction.** London e New York: Routledge, 2002.

_____. **The Future of Ritual.** London e New York: Routledge, 1993.

SCOTT, Joan Wallach. **A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem.** Florianópolis: Ed. Mulheres, 2002

_____. **“Experience”.** In: BUTLER, Judith and SCOTT, Joan. (eds.) **Feminists theorize the political.** New York, Routledge, 1992.

_____. **O enigma da igualdade.** Revista Estudos Feministas – CFH/CCE/UFSC, Florianópolis, 13(1): janeiro-abril/2005.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. **A epistemologia do armário.** In: **Cadernos Pagu** n. 28, Campinas: UNICAMP, 2008.

_____. **Epistemology of the Closet.** Berkeley, University of California Press, 1990.

SEGATO, Rita Laura. "**Antropologia e Direitos Humanos**. Alteridade e Ética no movimento de expansão dos direitos universais". **MANA**, vol. 12 n° 1. RJ, 2006.

SILVA, Marco Aurélio da. **Se manque** : uma etnografia do carnaval no pedaço GLS da Ilha de Santa Catarina. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Florianópolis, SC, 2003.

SILVA, Rubens Alves da. **Entre "artes" e "ciências"**: a noção de performance e drama no campo das ciências sociais. Horizontes antropológicos, UFRGS, Porto Alegre, 2005.

SIMÕES, Júlio Assis & FRANÇA, Isadora Lins. "**Do gueto ao mercado**". In: GREEN, James Naylor & TRINDADE, José Ronaldo (eds.). **Homossexualismo em São Paulo e outros escritos**. São Paulo: Editora da UNESP, 2005.

SPIVAK, Gayatri. **Puede hablar lo subalterno?**. Revista Colombiana de Antropología, volumen 39, dezembro- janeiro, 2003.

STRATHERN, Marilyn. **O gênero da dádiva**: Problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na melanésia. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006.

TAQUES, Fernando José. **Movimento GLBT em Santa Catarina** : a questão do empoderamento. Dissertação - Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Florianópolis, 2007.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no Paraíso**. Homossexualidade no Brasil da colônia à atualidade. Rio de Janeiro, Record, 2000.

TURNER, V. **From Ritual to Theatre**. New York: PAJ Publications, 1982.

_____. **The Anthropology of Performance**. New York, P. A. J. Publications, 1988.

VALE DE ALMEIDA, Miguel. **A Chave do Armário**: Homossexualidade, Casamento, Família. ed. 1, 1 vol.,. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2009b.

_____. **Ser mas não ser, eis a questão**. O problema persistente do essencialismo estratégico. Working Paper CRIA 1, Lisboa. 2009a.

VELHO, Gilberto. **Observando o Familiar**. In: Individualismo e cultura. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Zahar, (1978), 2008.

VENCATO, Anna Paula. **Fervendo com as drags**: corporalidades e performances de drag queens em territórios gays da Ilha de Santa Catarina. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, UFSC, Florianópolis, 2002.

VICH, Victor. **Desobediencia simbólica, performance, participación y política al final de la dictadura fujimorista**. In: E-misférica: performance and politics in the americas, número 1.1, Outono de 2003. Disponível em: http://hemi.nyu.edu/journal/1_1/vich.html.

WIRTH, L. **The Ghetto**. In L. Wirth (Ed.), On cities and social life (Selected Papers, pp. 84-98). Chicago: University of Chicago Press, 1969.

Imagens de capa: manipulação digital de imagens colhidas na internet, acessadas em 20 de janeiro de 2011:

Foto de bandeira arco-íris de Nathan Makan: <http://www.flickr.com/photos/65782757@N00/263855278/>, acessado em 20 de janeiro de 2012.

Marche des Fiertés LGBT na França: <http://olharafrancesa.blogspot.com/2009/06/marche-des-fiertes-lgbt.html>, acessado em 20 de janeiro de 2012.

ANEXOS

Anexos I

Imagens Fotográficas:

**Fontes: Arquivo Pessoal de Fabrício Lima,
Imagens de divulgação providas do Site Fervo e do site da
AEGLBT/SC:**

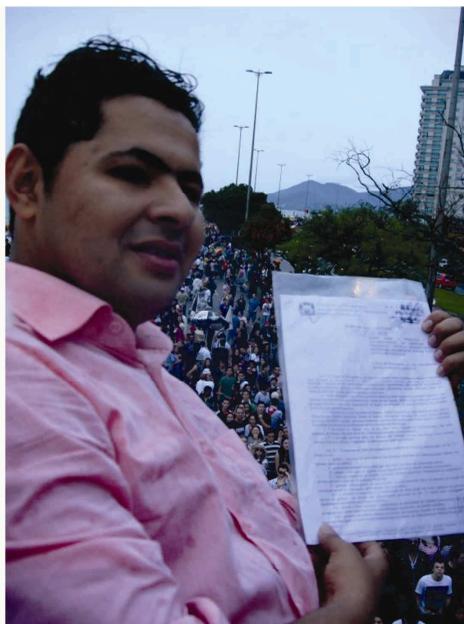
<http://www.aeglbt.org.br/site/>

<http://www.fervo.com.br/>



Selma Light e Tiago Silva durante o show de encerramento do evento. Abertura da Semana da Diversidade de 2009, com a Premiação «Amigos da Diversidade» realizada no teatro da UBRO. Na foto abaixo prefeito Dário Berger, Tiago Silva e representante da Polícia Militar





Tiago Silva apresentando a versão impressa da lei de penalização por discriminação aprovada na Câmara de Vereadores no ano de 2009.

O melhor descanso da Parada da Diversidade



Para aproveitar ao máximo todo o agito e alegria da **4ª Parada da Diversidade em Florianópolis**, nada melhor que um lugar confortável e aconchegante para repor as energias. Nos Mercure Apartments Florianópolis Itacorubi e Lindacap, você encontra a mais completa infra-estrutura de lazer.

As 20 primeiras reservas de apartamento double ganharão (01) um par de convites para as Festas Oficiais na Concorde Club e Mix Café!*

Apartamento
Single e Double
R\$ **117,00****

* Promoção válida de 29/07/2009 a 03/09/2009.
** 10% 25%. Terça válida para o período de 01 a 08/09/2009. Café-da-manhã não incluso. Promoção válida somente com pagamento antecipado.

Faça já sua reserva e descubra por que todo mundo quer um Mercure.

Mercure Apartments Florianópolis Lindacap
R. Felipe Schmidt, 1102, Centro - Tel.: (48) 3226-4500
h0701-re@accor.com.br
Mercure Apartments Florianópolis Itacorubi
Rod. Admar Gonzaga, 600, Itacorubi - Tel.: (48) 3231-1700
h0693-re@accor.com.br

Mercure

Parceria da Hotel Mercure com AGLBT/SC na recepção de turistas durante a Parada da Diversidade de 2009.



Performances dos ativistas durante Parada da Diversidade de 2010. Performance da Drag Célia Pentelhuda durante a Parada de 2009.





Desenvolvimento da Parada durante a edição de 2009. Ativistas, empresários e voluntários na sessão de discussão sobre a lei municipal de penalização de ações discriminatórias na Câmara de Vereadores de Florianópolis





Tranformistas, drag-quens, travestis e um casal gay na Parada da Diversidade de 2009.





Desenvolvimento da Parada durante a edição de 2010.



Anexo 2

Materiais relacionados aos grupos ativistas

Gozze, Roma, ADEH Nostro Mundo e Instituto Arco-íris:

Panfleto distribuído pelo do Grupo Roma.

Panfleto distribuído durante “Semana da Diversidade de 2010.

Folder de divulgação do “Encontro da Região Sul da AEGLBT/SC” em 2010.

Folder de divulgação do “Dia Nacional da Visibilidade Trans” da ADEH Nostro Mundo.

Folder informativo de prevenção de DST/AIDS entre “Homens que fazem sexo com homens” (HSH) do Instituto Arco-íris.

Folder de divulgação do “Dia de combate à Violência contra a mulher” da ONG Estrela Guia, direcionada à mulheres profissionais dos sexo.

Anexo 3

Materiais de divulgação, flyer e folders relacionados aos empreendimentos vinculados à AEGLBT/SC.

Flyer da “Festa oficial da Parada 2009”, na Concorde Club.

Flyer da festa “Perversion - Edição especial da Parada 2009”, na Concorde Club.

Flyer da festa “LipStick Pride da Parada 2009”, pré-Parada de 2009.

Flyer da festa “Paranoic”, pré-Parada de 2009, no Mix Café.

Flyer dos “Pocket Shows”, realizado por drag-queens residentes e convidadas no Mix Café após a Parada 2009.

Flyer de divulgação da Sauna Hangar, distribuído durante a Parada de 2009.

Folder de divulgação da campanha de Tiago Silva ao cargo de vereador no ano de 2008.

Guia turístico GLBTS “Route Gay SC”, distribuído pela AEGLBT/SC.

CONCORDE
MUSIC & LIFE CLUB
PROMOTER LEIGORIOS

PARADA FLORIPA 2010

burn
Apresenta

SÁBADO
04 SET 23:59H
FESTA OFICIAL DA PARADA

Waresa
LIVE PERFORMANCE

Cantando seus últimos sucessos
e HITS das maiores Divas do Pop!
DISTRIBUIÇÃO DE 5 DISCOGRAFIAS
COMPLETAS DA CANTORA!

Paulo Píngles
www.paulopingles.com

DOMINGO 04H
TRIO NA AV. BEIRA MAR

ANTICIPADO* R\$ 25
LISTA SITE* Intimado R\$ 30
NA HORA* R\$ 35
*NA HORA SILETTO A ALTERAÇÃO

ANDERSON
NEGÃO
JEAN CARLO
PISTA 2 DJ BLACK

PULSERA TRIO OPEN BAR R\$ 60
REFRI, REFRIG. CERVEJA, XODÁ
COMBO SÁBADO - TRIO AVENIDA
+ CONCA FOR MAN DOM R\$ 85

CONCORDECLUB.COM.BR
AV. RIO BRANCO 729 CENTRO
INFOS: 48 3222 1881 // 8932 8988

VENDAS ON LINE: WWW.VALE1CONVITE.COM.BR

CONCORDE
MUSIC & LIFE CLUB
PROMOTER LEIGORIOS

PARADA FLORIPA 2010

APÓS A PARADA
05 SET
DOMINGO
FESTA DE ENCERRAMENTO

CONCA FOR MAN PARA HOMENS

Jeff Valle
WEEK END RJ

23:59H
ANDERSON
NEGÃO
JEAN CARLO
PISTA 2 DJ BLACK

VJ->BIRA

ANTICIPADO R\$ 15
LISTA SITE Intimado R\$ 20
NA HORA* R\$ 25
*NA HORA SILETTO A ALTERAÇÃO
INGRESSO FEMININO R\$35

AV. RIO BRANCO 729 CENTRO INFOS: 48 3222 1881 // 8932 8988 CONCORDECLUB.COM.BR

Flyers de divulgação de festas na Concorde Club e na Sauna Hangar durante Parada da Diversidade de 2010.

For man PRIDE FLORIPA 2010
Club hangar

04 setembro
14:29h
Sábado

Festa masculina em comemoração ao dia da PARADA de floripa (05/09/2010)

inf. fone: (48) 3028-8889
www.clubhangar.com.br

R: Henrique Valgas, 112 - centro/Fpolis - atrás do Floripa Music Hall.

HUNTER VIDEOCLUB
apresenta

FESTA da CUECA
DEPOIS DA PARADA CURTA A FESTA MAIS QUENTE DA CIDADE!

05/SET DOMINGO
HORÁRIO ESPECIAL
20h00 AS 4h00 DA MANHÃ
DRESS CODE
CUECA OU SUNGA

SALAS COLETIVAS COM DRINK
DE FILMS FETTERO GAY
CABINS PRIVÉ COM VIDEO
LABIRINTO BÍFICO

AMERICAN VIDEO BAR
CABE KICKIN
CLUB FOLIES
JALLA COM TAIAME

CABINE VEICELR 360°
ASSOCIO A FREEMET
LOCAIS DE FOLIA
AMBIENTE CLIMATIZADO

HOT CRUISING AREA

Florianópolis-SC Rua Padre Roma, 431 - Último Andar
5m do est. Av. Rio Branco | 48 3228-5868

CONCORDECLUB.COM.BR

PRÉ-PARADA

FUSION

MIX CAFE Club

SEXTA 03.09

EFEITOS VISUAIS BY PIO

DJ RESIDENTE ANDRÉ HQ

FUSION PRÉ-PARADA 2010 PARTY

DORA SELMA LIGHT

GO GO BOYS

Trio Mix Café
Ingressos à venda pelo fone: 84584601

H. Messer - Dean 47 central 011-0110 - Fone: 011-32421111
Funda do Hospital de Cardiologia, Hospital da Misericórdia
F. casa do reser-vatório de água, a administração do sistema
Administrativo e a apresentação do documento de prestação
de serviços deverá ser enviada ao endereço de entrega de impressões

Atendimento 0800-011-0111
Atendimento 011-32421111
www.mixcafe.com.br

Flyers de divulgação de festas no Mix Café durante Parada da Diversidade de 2009.

Casting:
Lissah Volcon
Nicole Cooper
Selma Light
Roxy Hillary
Tiffany NetWork
Morgana Mastroiani

Sexta 21 de Agosto

MIX CAFE Club

Venha você também dar sua contribuição!!!
EU ACEITO, EU RESPEITO.
FESTA PARA ARRECADAR FUNDOS PARA A 4ª PARADA DA DIVERSIDADE DE FLORIPA.

Casting:
Lissah Volcon
Nicole Cooper
Selma Light
Roxy Hillary
Tiffany NetWork
Morgana Mastroiani
DJ André HQ

Preço único: R\$: 15,00
Ingressos à venda pelo fone: 84584601
A casa se reserva no direito a admissão de clientes.
R. Marechal Deodoro, 47 - Jardim Primavera - São Leopoldo - 91240-010
(Subida do Hospital de Cardiologia, transversal gl R. Maurício Ramos).
A entrada no estabelecimento deve ser feita no momento da compra do ingresso.

Atendimento 0800-011-0111
Atendimento 011-32421111
www.mixcafe.com.br

ABRAÇANDO A DIVERSIDADE

5ª PARADA DA DIVERSIDADE GLBTS DE FLORIANÓPOLIS SC

MIX CAFE Club

COM O MAIOR E MAIS POTENTE TRIO ELÉTRICO DO BRASIL

Uma festa OPEN BAR sobre rodas com o som do DJ André e Gogo Boys



1º lote: R\$ 80,00 | **INFORMAÇÕES**
FREE PASS P/ SEX, DOM E SEG | **8458-4601** ou pelo site

www.mixcafe.com.br

APÓS A PARADA

CONCA FOR MAN PARA HOMENS

Jeff Valle

THE Week

FESTA DE ENCERRAMENTO

05 SET
23:59H

APÓS A PARADA



Folder promocional de vendas do trio elétrico do Mix café na Parada Flyers de divulgação de festas n Mix Café durante Parada da Diversidade de 2010. Logo e temática da Quinta edição da Parada.

ABRAÇANDO A DIVERSIDADE

5ª PARADA DA DIVERSIDADE GLBT DE FLORIANÓPOLIS SC



Projeto de lei 13.628/2009 da Câmara de Vereadores de Florianópolis, apresentado durante a Semana da Diversidade de 2009 por Tiago Silva em seu mandato como vereador.

Acessado em 20 de janeiro de 2012:

<http://www.cmf.sc.gov.br/pesquisar-por-numero>



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE FLORIAN
ÓPOLIS
GABINETE VEREADOR TIAGO SILVA

PROJETO DE LEI Nº 13.628/2009.

“Dispõe sobre a promoção e reconhecimento da liberdade de orientação, prática, manifestação, identidade, preferência sexual e dá outras providências”.

O Povo de Florianópolis, por seus representantes aprova, e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º – A cidade de Florianópolis, por sua administração direta e indireta, reconhece o respeito à igual dignidade da pessoa humana de todos os seus cidadãos, devendo para tanto, promover sua integração e reprimir os atos atentatórios a esta dignidade, especialmente toda forma de discriminação fundada na orientação, práticas, manifestação, identidade, preferências sexuais, exercidas dentro dos limites da liberdade de cada um e sem prejuízos a terceiros.

§ 1º – Estão abrangidos nos efeitos protetivos desta lei todas as pessoas, naturais e jurídicas, que sofrerem qualquer medida discriminatória em virtude de sua ligação, pública ou privada, com integrantes de grupos discriminados, suas organizações ou órgãos encarregados do desenvolvimento das políticas promotoras dos direitos humanos.

§ 2º – Equiparam-se aos órgãos e organizações acima referidos a coletividade de pessoas, ainda que indetermináveis, e sem personalidade jurídica, que colabore, de qualquer forma, na promoção dos direitos humanos.

§ 3º – Sujeitam-se a esta lei todas as pessoas, físicas ou jurídicas, que mantém relação com a Administração Pública Estadual, direta ou indireta, abrangendo situações tais como relação jurídica funcional, convênios, acordos, parcerias, empresas e pessoas contratadas pela Administração e o exercício de atividade econômica ou profissional sujeita à fiscalização estadual.

§ 4º – Possuindo as ofensas mais de um autor, todos responderão solidariamente, seja pela reparação dos danos, seja pelo dever de evitar sua propagação ou continuidade.

§ 5º – A proteção prevista nesta lei alcança não somente ofensas individuais, como também ofensas coletivas e difusas, ensejadoras de danos morais coletivos e difusos.

§ 6º – A Administração Pública Municipal, direta e indireta, promoverá, dentre seus servidores e empregados, educação para os direitos humanos, enfatizando as situações abrangidas nesta lei.

Art.2º – Consideram-se atos atentatórios à dignidade humana e discriminatórios, relativos às situações mencionadas no artigo 1º, dentre outros:

I – a prática de qualquer tipo de ação violenta, constrangedora, intimidatória ou vexatória, de ordem moral, ética, filosófica ou psicológica;

II – proibir o ingresso ou permanência em qualquer ambiente ou estabelecimento público ou privado, aberto ao público;

III – praticar atendimento selecionado que não esteja devidamente determinado em lei;

IV – preterir, sobretaxar ou impedir a hospedagem em hotéis, motéis, pensões ou similares;

V – preterir, sobretaxar ou impedir a locação, compra, aquisição, arrendamento ou empréstimo de bens móveis ou imóveis de qualquer finalidade;

VI – praticar o empregador, ou seu preposto, atos de demissão direta ou indireta, em função da orientação sexual do empregado;

VII – a restrição a expressão e a manifestação de afetividade em locais públicos ou privados abertos ao público, em virtude das características previstas no artigo 1º;

VIII – proibir a livre expressão e manifestação de afetividade do cidadão homossexual, bissexual ou transgênero, sendo estas expressões e manifestações permitidas ao demais cidadãos.

IX – preterir, prejudicar, retardar ou excluir, em qualquer sistema de seleção, recrutamento ou promoção funcional ou profissional, desenvolvido no interior da Administração Pública Estadual direta ou indireta.

Parágrafo único – a recusa de emprego, impedimento de acesso a cargo público, promoção, treinamento, crédito, recusa de fornecimento de bens e serviços ofertados publicamente, e de qualquer outro direito ou benefício legal ou contratual ou a demissão, exclusão, destituição ou exoneração fundados em motivação discriminatória

Art.3º – Nos contratos, convênios, acordos, parcerias ou quaisquer relações mantidas entre a Administração Estadual, direta ou indireta, deverão as parte observar os termos desta lei, sob pena da imposição das penalidades previstas no art. 9º desta lei.

§ 1º – nos instrumentos contratuais, acordos, convênios, parcerias assim como qualquer espécie de vínculo formal estabelecido entre as partes, deverá constar cláusula referindo expressamente a observância desta lei.

§ 2º - a eventual omissão, todavia, não afasta a obrigatoriedade de sua observância.

Art.4º – A Administração Pública, direta e indireta, bem como os prestadores de serviço, conveniados ou contratados, não poderão discriminar seus servidores, empregados, colaboradores, prestadores de serviços, bem como deverão promover condições de trabalho que respeitem a dignidade e os direitos fundamentais ameaçados ou violados em virtude da condição ou das situações referidas no artigo 1º desta lei.

Art.5º – Não são consideradas discriminações injustas as distinções, exclusões ou preferências fundadas somente em consideração de qualificação técnica, informações cadastrais, e referências exigidas e pertinentes para o exercício de

determinada atividade pública ou privada, oportunidade social, cultural ou econômica.

§ 1º – a licitude de tais discriminações condiciona-se de forma absoluta, à demonstração, acessível a todos interessados, da relação de pertinência entre o critério distintivo eleito e as funções, atividades ou oportunidades objeto de discriminação.

§ 2º – as informações cadastrais e as referências invocadas como justificadoras da discriminação serão sempre acessíveis a todos aqueles que se sujeitarem a processo seletivo, no que se refere à sua participação.

Art.6º – São passíveis de punição o cidadão, inclusive os detentores de função pública, civil ou militar, e toda e qualquer organização social ou empresa, com ou sem fins lucrativos, de caráter privado ou público, instaladas neste estado, que intentarem contra o que dispõe esta lei.

Art.7º – A prática dos atos discriminatórios a que se refere esta lei será apurada em processo administrativo, que terá início mediante:

I – reclamação do ofendido;

II – ato ou ofício de autoridade competente;

III – comunicado de organizações não governamentais de defesa da cidadania e direitos humanos.

Art.8º –As denúncias de infrações serão apuradas, mediante manifestação do ofendido ou seu representante legal, pelos órgãos governamentais competentes envolvidos na denúncia que deverão seguir os seguintes procedimentos:

§ 1º – A autoridade competente, tomará o depoimento pessoal do reclamante, no prazo de dez dias;

§ 2º – a fase instrutória, na qual produzirá as provas pertinentes e realizará as diligências cabíveis, terá o prazo de conclusão de sessenta dias, garantida a ciência das partes e a possibilidade da produção probatória e do contraditório;

§ 3º – é facultada a oitiva do reclamante e do reclamado, em qualquer fase deste procedimento;

§ 4º – finda a fase instrutória, será facultada a manifestação do reclamante e do reclamado;

§ 5º – por fim, será proferido relatório conclusivo no prazo máximo de trinta dias do último ato processual, sendo encaminhado para decisão da autoridade competente;

§ 6º – os prazos ora previstos admitem prorrogação, desde que justificada devidamente;

§ 7º – as pessoas jurídicas são apresentadas por seus administradores ou prepostos, sendo válida a ciência dos atos procedimentais feita pela entrega de Aviso de recebimento na sede da pessoa jurídica;

§ 8º – A instauração do procedimento e a prática de seus atos serão comunicados ao Ministério Público, bem como àquelas entidades de defesa dos direitos humanos que se habilitarem, durante qualquer fase do procedimento.

Art.9º – As penalidades aplicáveis aos que praticarem atos de discriminação ou qualquer outro ato atentatório aos direitos e garantias fundamentais da pessoa humana serão as seguintes:

I – advertência;

II – multa de 150 (cento e cinquenta) UPF-RS (unidade padrão fiscal do Estado do Rio Grande do Sul).

III – multa de 450 (quatrocentos e cinquenta) UPF-RS (unidade padrão fiscal do Estado do Rio Grande do Sul)

IV – rescisão do contrato, convênio, acordo ou qualquer modalidade de compromisso celebrado com a Administração Pública direta ou indireta.

V – suspensão da licença estadual para funcionamento por 30 (trinta) dias;

VI – cassação da licença estadual para funcionamento.

§ 1º – As penas mencionadas nos incisos II a VI deste artigo não se aplicam aos órgãos e empresas públicas, cujos responsáveis serão punidos na forma do Estatuto dos Funcionários Públicos ou da legislação específica reguladora da carreira do servidor envolvido.

§ 2º – Os valores das multas poderão ser elevados em até 10 (dez) vezes quando for verificado que, em razão do porte do estabelecimento, resultarão inócuas.

§ 3º – Quando for imposta a pena prevista no inciso VI supra, deverá ser comunicada a autoridade responsável pela emissão da licença, que providenciará a sua cassação, comunicando-se, igualmente, a autoridade municipal para eventuais providências no âmbito de sua competência.

§ 4º – Os recursos provenientes das multas estabelecidas por esta lei, serão destinados para campanhas educativas contra a discriminação.

Art.10 – Aos servidores públicos que, no exercício de suas funções e/ou em repartição pública, por ação ou omissão deixarem de cumprir os dispositivos da presente lei, serão aplicadas as penalidades cabíveis nos termos do Estatuto do Servidor Público ou da legislação específica reguladora da carreira do servidor envolvido.

parágrafo único – a prática dos atos discriminatórios e atentórios previstos nesta lei configura falta grave, ensejando a punição do

servidor nos termos do Estatuto do Servidor Público ou da legislação específica reguladora do servidor envolvido.

Art.11 – A interpretação dos dispositivos dessa lei e de todos os instrumentos normativos de proteção dos direitos de igualdade, de oportunidade e de tratamento, atenderá ao princípio da mais ampla proteção dos direitos humanos.

§ 1º – nesse intuito, serão observados, além dos princípios e direitos previstos nessa lei, todas disposições decorrentes de tratados ou convenções internacionais das quais o Brasil seja signatário, da legislação interna e das disposições administrativas.

§ 2º – para fins de interpretação e aplicação dessa lei, serão observadas, sempre que mais benéficas, as diretrizes traçadas pelas Cortes Internacionais de Direitos Humanos, devidamente reconhecidas pelo Brasil.

Art.12 – O Poder Público disponibilizará cópias desta lei para que sejam afixadas nos estabelecimentos e em locais de fácil leitura pelo público em geral.

Art.13 – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.14 – Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 18 de agosto 2009.

TIAGO SILVA
Vereador - PPS

JUSTIFICATIVA

A Constituição Federal cuidou de expressamente incluir, dentre os objetivos fundamentais do Estado, a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade ou quaisquer outras formas de discriminação. Dentre os direitos e garantias fundamentais, assegurou a expressa igualdade de todos perante a lei, sem distinção de qualquer natureza.

A despeito de tais princípios expressos em nossa Constituição, é de conhecimento geral que o preconceito e a discriminação – às vezes velado, outras vezes explícito – permeia o imaginário social. Presente nas diversas formas de manifestação, é muitas vezes tolerado e apenas tratado como uma manifestação jocosa, sem maiores conseqüências.

Basta considerar que apenas muito recentemente foram incorporadas ao nosso ordenamento jurídico as normas que criminalizam a prática da discriminação em decorrência de raça, cor, religião, etnia ou procedência. A proibição da prática, indução ou incitação através dos meios de comunicação social ou por publicação só vem a ser prevista expressamente em 1990.

Cabe-nos, pois, diante deste quadro, a adoção de medidas eficientes, de forma a modificar esta prática tão comum que, inegavelmente, contribuem para uma cultura preconceituosa.

Dentre esta medidas inclui-se a normatização: tornar explícito que a discriminação é vedada por lei, além de constituir uma garantir às minorias, constitui-se em importante elemento de educação e conscientização.

No âmbito desta reconhecida discriminação às diversas minorias, destaca-se a discriminação e o preconceito contra os homossexuais. Preconceito que se revela não só em atos de agressão física – que tornam o Brasil campeão mundial de assassinatos de homossexuais – como também no acesso a empregos e cargos públicos, na incitação a repressão por grupos organizados etc. Discriminação e preconceito que se revelam não só no brutal assassinato do jovem na praça da República, como também no "assassinato" das personagens lésbicas promovido pelo autor em recente novela global.

O presente projeto reproduz – com as necessárias adaptações – a lei estadual 10.948, de 05 de novembro de 2.001 de autoria do Deputado Estadual Renato Simões (PT-SP), a lei municipal nº 9.789, de 11 de maio de 2.000, de Juiz de Fora, Minas Gerais. Projeto semelhante fora apresentado em 26 de maio de 1999 pela Deputada Estadual Moema Gramacho (PT-BA), que já observava que "cabe aos Poderes públicos possibilitar um ambiente respeitosos, saudável e propenso à solidariedade entre as diversas manifestações da sexualidade humana" e o Projeto de Lei Estadual nº 185/2002, de autoria do Deputado Estadual Padre Roque Grazziotin (PT/RS).

É preciso, pois, sensibilizar a sociedade da necessidade do respeito à cidadania dos homossexuais, ao lado das demais minorias discriminadas. É preciso uma série de ações coordenadas que visem construir uma cultura nacional contra a discriminação e pelo reconhecimento das diferenças individuais.

É nesse sentido que esperamos contar com o apoio dos nobres pares desta Casa para aprovação desta proposição.

Sala das Sessões, 18 de agosto de 2009.

TIAGO SILVA
Vereador - PPS